

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Guardiões da Nação:
Formação profissional, experiências compartilhadas e
engajamento político dos generais de 1964

Eduardo Munhoz Svartman

Orientador: Prof. Dr. Hégio Trindade

Tese apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, maio de 2006

Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie.

W. Benjamin

Resumo

Este trabalho investiga a atuação política de um grupo de 24 generais identificados com o polo intervencionista-controlador do Exército Brasileiro que esteve envolvido nas conspirações que levaram à derrubada do governo João Goulart em 31 de março de 1964. Para tanto, trata de estabelecer as relações entre formação profissional, formação política e a ação política extra-militar destes generais de 1964 a partir do estudo de suas trajetórias nas esferas militar e política e de compreender que a experiência formadora desses agentes se deu tanto nos espaços institucionais de formação do oficialato do exército quanto nos variados espaços de atuação política ocupados pelos agentes estudados. O trabalho identifica que estes atores tiveram uma formação profissional intensamente politizada e acumularam experiências que os distinguiam das demais frações do Exército em função da recorrente ocupação de cargos públicos na esfera política, do elevado grau de internacionalização e de atribuir as derrotas eleitorais da UDN às manipulações do populismo e à infiltração comunista. A sua ação política extra-militar se caracterizava por posições anti-oligárquicas, anticomunistas e favoráveis a uma modernização nacional autoritária. No decorrer de suas longas trajetórias, os membros do grupo operavam na esfera política conforme três perfis distintos (rebelde-insurrecional, tecnoburocrático e conspirador institucional) que, no entanto, convergiam em torno de um mesmo repertório de ação e de representação do mundo político.

Abstract

This research analyses the political actuation of the group of 24 generals aligned with the “intervencionist-controller” wing of the Brazilian Army who were directly involved on plots that overthrew president Goulart government. This work understand that the shaping experiences of the *1964 generals* happened either in military schools and in political spaces occupied by this actors. The connections between professional formation, political formation and political action are fixed trough the study of the military and political trajectories of the agents. The research identify that de *1964 generals* had a strongly politicised professional formation and a sort of experiences which make them different of the other Army officers of their generation. This experiences were a extensive occupation of governmental functions, a high level of internationalisation and the understanding of the UDN’s political defeats as a result of populist manipulations and communist action. Their extra-military political action were associated with anti-oligarchic, anticommunist and with authoritarian modernising positions. The long political carriers of the *1964 generals* were grouped in three different action profiles (insurrectional rebel, tecnobureaucratic and institutional plotter) which had, although, the same repertory of action and representation of the political world.

Lista de siglas e abreviaturas

ADESG: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AHE: Arquivo Histórico do Exército

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CEMFA: Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

CFa: arquivo Cordeiro de Farias

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CMMBEU: Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos

CNP: Conselho Nacional do Petróleo

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da
Fundação Getúlio Vargas

CSG: Curso Superior de Guerra

CSN: Conselho de Segurança Nacional

Dep.: Departamento

DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública

DHBB: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ECEME: Escola de Comando do Estado Maior do Exército

EEM: Escola de Estado-Maior

EMEx: Estado-Maior do Exército

EMFA: Estado-maior das Forças Armadas

EsAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG: Escola Superior de Guerra

FAB: Força Aérea Brasileira

FEB: Força Expedicionária Brasileira

Gab.: Gabinete

IME: Instituto Militar de Engenharia

Inc.: Incompleto

JIAD: Junta Inter-Americana de Defesa

JPB: arquivo João Punaro Bley

JT: arquivo Juarez Távora

MECOR: Ministério Especial para a Coordenação dos Organismos Regionais

PL: Partido Libertador

PRP: Partido de Representação Popular

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

QEME: Quadro de Estado-Maior do Exército

SNI: Sistema Nacional de Informações

STF: Supremo Tribunal Federal

STM: Superior Tribunal Militar

TCU: Tribunal de Contas da União

TIAR: Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca

UDN: União Democrática Nacional

Lista de quadros

Quadro 1.1. Repertório de ação política dos generais de 1964.....	64
Quadro 2.1 Generais de 1964 - Comparativo de formação	74
Quadro 2.2 Grupo de Controle - Comparativo de formação	75
Quadro 3.1 Generais de 1964 - Ocupação de cargos diplomáticos	163
Quadro 3.2 Grupo de controle - Ocupação de cargos diplomáticos	163
Quadro 3.3 Ocupação de cargos no ensino militar	217
Quadro 3.4 Permanência na ESG.....	219
Quadro 3.5 Ocupação de cargos em estados-maiores no Rio de Janeiro	220
Quadro 4.1 Origem regional	227
Quadro 4.2 Profissão paterna	227
Quadro 4.3 Ocupação de cargos na iniciativa privada	231
Quadro 4.4 Perfis de Carreira militar	233
Quadro 4.5 Engajamento político	238
Quadro 4.6 Ocupação de cargos na esfera política	246
Quadro 4.7 Grupo de Controle - Ocupação de cargos na esfera política	248
Quadro 4.8 Tempo para alcançar o posto	250
Quadro 4.9 Perfis de carreira política	251

Sumário

Resumo	III
Abstract	IV
Lista de siglas e abreviaturas	V
Lista de quadros	VII
Introdução	10
PRIMEIRO CAPÍTULO: Orientação teórica	17
1.1 Revisitando a bibliografia: os militares e a política no Brasil	17
1.2 Definição do grupo e formulação da hipótese	27
1.3 Profissionalismo militar e engajamento político: parâmetros para a construção do objeto	37
1.3.1 O enfoque normativo.....	38
1.3.2 O enfoque institucional	41
1.3.3 O enfoque empregado	50
1.3.4 Parâmetros conceituais	59
SEGUNDO CAPÍTULO: Espaços de formação profissional e aprendizado político.....	71
2.1 Inserção no sistema militar de ensino	72
2.2 A formação profissional básica dos generais de 1964	76
2.2.1 As reformas no ensino militar	77
2.2.2 O ensino na Escola Militar do Realengo	81
2.2.3 Engajamento político e repulsa civil	87
2.2.4 A longa duração do positivismo	90
2.2.5 A gênese de um repertório	96
2.3 A formação profissional superior dos generais de 1964	105
2.3.1 O ensino na Escola de Estado-Maior do Exército de 1930 a 45	105
2.3.2 A Escola Superior de Guerra: marco institucional	114
2.3.3 A metodologia da ESG	118
TERCEIRO CAPÍTULO: Experiências compartilhadas	127
3.1 Do tenentismo à Segunda Guerra Mundial: ou de políticos a profissionais	129
3.1.1 A experiência tenentista	129
3.1.2 Radicalismo político e pensamento autoritário	137
3.1.3 A doutrina Góes Monteiro e as reformas no Exército	149
3.2. Internacionalização e americanização dos generais de 1964	159
3.2.1 Da década de 1930 à FEB	167
3.2.2 Da FEB ao pós-guerra	170
3.2.3 Do pós-guerra à década de 1960: Guerra Fria	175

3.3 De profissionais a políticos: os espaços de formulação doutrinária, de socialização e de articulação política	187
3.3.1 A formulação doutrinária na ESG	189
3.3.2 Lutas políticas nas Forças Armadas	195
3.3.3 Espaços institucionais de articulação política	216
 QUARTO CAPÍTULO: Trajetórias dos generais de 1964	 224
4.1 Descrição sócio-profissional dos generais de 1964	225
4.1.1 Origem regional e social	225
4.1.2 Perfis de carreira militar	232
4.2 Tipologia da ação extra-militar dos generais de 1964	235
4.2.1 Perfil de atuação política rebelde-insurrecional	251
4.2.2 Perfil de atuação política tecnoburocrático.....	257
4.2.3 Perfil de atuação política conspirador-institucional.....	262
 Conclusão.....	 269
 Bibliografia e fontes consultadas	 278
 Anexo 1: Resenhas biográficas dos generais de 1964	 293
 Anexo 2: Resenhas biográficas do grupo de controle	 330

Introdução

Delimitação do tema e problemática geral

Este trabalho é o resultado não só da pesquisa que o embasa mas também da busca de seu autor por incorporar metodologias, leituras e abordagens da Ciência Política, uma disciplina próxima porém distinta da História, sua disciplina de origem. No decorrer do processo de apropriação das regras e saberes da nova área, bem como no desenrolar da pesquisa e das orientações, a idéia original que motivou essa tese foi sendo gradativamente posta de lado. A pretensão inicial era, na esteira do que sugeria Alfredo Bosi¹, investigar a longa duração da influência positivista no autoritarismo brasileiro.

Um primeiro cerceamento fez com que se restringisse o enfoque aos oficiais do Exército, nos quais essa influência, acreditava-se, seria mais fácil de ser demonstrada. Naquele momento, optou-se por trabalhar com duas gerações de militares que haviam tomado contato com a política rio-grandense na Primeira República (intensamente marcada pelo positivismo do PRR) e que tiveram uma atuação política forte, a primeira em 1930 e a segunda em 1964. O esforço de validar empiricamente a hipótese de acordo com o formato de tese acabou despertando o interesse pelo processo de formação do oficialato do Exército e pela produção e consumo de idéias e atitudes políticas a partir desses espaços. A escassez de evidências que permitissem uma demonstração não ensaística da hipótese original e as orientações sugeridas pelos professores do curso forçaram uma nova redefinição do trabalho, agora mais profunda.

¹ BOSI, Alfredo. Arqueologia do Estado-providência. in: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

O positivismo, ou as diferentes apropriações dele feitas pelos militares em questão, deixava de ser central para a pesquisa e tornava-se apenas um dos elementos que envolvem o estudo do processo de formação profissional, de formação política e de engajamento político da fração do oficialato brasileiro recortada. As vicissitudes de prazo e de financiamento, além das demais “urgências do mundo”, forçaram uma delimitação mais estreita do grupo estudado, restrito agora aos indivíduos politicamente mais atuantes do polo intervencionista-autoritário do Exército Brasileiro. Optou-se então por investigar o processo de formação profissional, as experiências de maior repercussão para o aprendizado político e os perfis de atuação política de um pequeno porém importante grupo de militares. Trata-se dos mais ativos conspiradores e “líderes” da alta oficialidade do Exército que, em 1964, detinham a patente de general e que foram protagonistas do golpe que derrubou o presidente João Goulart, dando início a um ciclo de 21 anos de ditadura militar no Brasil. Desde a proclamação da República que não se viu uma geração de militares com uma atuação política tão intensa como a que protagonizou o golpe de 1964. Vários de seus elementos participaram dos movimentos de 1922, 24, 30, 32, e dos golpes, ou tentativas, de 1937, 45, 54, 55, 61 e 64. Engajaram-se em campanhas políticas, disputaram eleições e foram nomeados para funções políticas, diplomáticas e burocráticas em várias circunstâncias. A geração de oficiais superiores do Exército que em 1964 estavam na faixa dos 60 anos de idade e que portavam divisas de general não era, de modo algum, homogênea em termos de atitudes políticas. Por isso o foco deste trabalho está centrado num segmento dessa geração cujas intervenções políticas marcaram posições anti-oligárquicas, anti-comunistas e defensoras da modernização nacional por vias autoritárias. São os aqui chamados generais de 1964.

A partir de então, a construção do objeto se fez em face aos estudos que, de diferentes maneiras, procuram dar conta da ação política dos militares. A importância das forças armadas nos processos de independência e de formação dos novos Estados africanos e asiáticos no pós-1945 e a onda de ditaduras militares que varreu a América Latina nos anos 1960 fizeram do tema os militares e a política um campo de estudos vasto e que despertou o interesse primeiro da Ciência Política e depois da História.²

Parte destes trabalhos serão comentados na revisão bibliográfica, no entanto, é possível adiantar que, de modo geral, ao procurar explicar a intervenção militar na política eles tendem a investigar a instituição militar (seja como organização, como partido ou como agente de determinados interesses sociais). Suas hipóteses, modelos e explicações se dão sempre neste marco institucional que opera, em alguns deles, num elevado nível de generalização. Diante deste panorama predominante, o que esta tese propõe não é estudar a instituição como tal, mas como uma determinada fração de seus quadros operou como agentes políticos ao longo de suas trajetórias.

Por certo que o estudo desses militares, mesmo como atores políticos, não pode desconsiderar o peso da corporação que os formou e que foi o espaço social no qual viveram grande parte de suas vidas. Por isso optou-se aqui por investigar essa atuação política em sintonia com o longo processo de formação profissional desses indivíduos e com as experiências compartilhadas que foram constituindo a diferença desse grupo de oficiais em relação às demais frações do Exército, bem como com os sentidos por eles conferidos a sua ação extra-militar. Assim, a questão geral que este trabalho coloca é formulada nos seguintes termos: *De que maneira os oficiais do exército brasileiro aqui*

² Depois de 42 anos do golpe de 1964 é copiosa a bibliografia sobre os militares na política brasileira; para um mapeamento e balanço dessa produção, ver FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

denominados de generais de 1964 operaram como agentes políticos ao longo de suas trajetórias?

Fontes consultadas

A pesquisa desenvolvida para responder a essa questão empregou fontes de diferente natureza e disponíveis em diversos arquivos e bibliotecas. A coleta de dados biográficos se deu a partir do que disponibilizam o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro e demais biografias individuais e memórias publicadas pelos próprio agentes. Para dar conta desse material, organizou-se pequenas resenhas biográficas para cada um dos oficiais estudados e se montou quadros individuais de formação escolar, de promoções na hierarquia militar, de ocupação de cargos políticos, diplomáticos e administrativos e de atuação política, destacando o posicionamento em face aos principais eventos políticos que mobilizaram, de diferentes formas, as Forças Armadas brasileiras em geral e o Exército em particular. Com esses quadros individuais procurou-se obter uma visão panorâmica das carreiras militares e políticas de cada um dos componentes do grupo recortado. A partir disso foram organizados quadros comparativos que colocavam em perspectiva suas trajetórias no intuito de se poder fazer uma descrição mais precisa do grupo e de suas características. Isso permitiu que se especificasse e quantificasse as carreiras militares e políticas dos generais de 1964 e que se comparasse esses dados com aqueles coletados junto a um grupo de controle.

A organização desses dados e o estabelecimento dos perfis de carreira militar e de ação política se constituiu também numa espécie de guia, junto com a bibliografia, para a leitura dos depoimentos, memórias e demais formas de produção discursiva, mediadas ou não, dos agentes. O processo de formação profissional, as experiências que diferenciavam os generais de 1964 das demais frações do oficialato do Exército e os

sentidos conferidos a sua ação extra-militar foram, em grande parte, apreendidos da leitura crítica dos depoimentos que, desde o final dos anos 1970, alguns dos agentes vinham concedendo aos pesquisadores do CPDOC da FGV e que esta instituição vem publicando ou disponibilizando para consulta. Alguns dos agentes tiveram o que se poderia chamar de uma produção intelectual por vezes bastante volumosa o que, sobretudo para o estudo do período de formulação doutrinária dos anos 1950, se revelou uma fonte bastante rica. Incurções sobre arquivos pessoais e institucionais também permitiram o acesso a dados que permitiram o desenvolvimento da argumentação.

O acesso para pesquisa nas diferentes instituições militares não chegou a ser um problema, embora a sua organização e dispersão tenham criado algumas dificuldades. As bibliotecas do Exército, da ESG e a “Biblioteca 31 de Março”, da Escola de Comando do Estado Maior do Exército disponibilizam seus acervos sem maiores restrições. A consulta no Arquivo Histórico do Exército, onde se complementou informações do DHBB e se teve acesso aos regulamentos das instituições de ensino militar e a alguma produção dos alunos dessas instituições, enfrentou a filtragem dos funcionários do arquivo. Ainda assim, a pesquisa pôde acontecer, diferente do que se passou na ECEME, que franqueou o acesso às monografias lá produzidas depois de 1965 e ao arquivo pessoal de Castelo Branco sem, contudo, disponibilizar a documentação da Escola, seja por não estar aparentemente organizada (parte dela estaria recolhida para os preparativos para a comemoração do centenário da Escola), seja por uma eventual reserva de alguns oficiais quanto a disponibilização do material a este pesquisador.

Descrição do trabalho

Para dar conta da problemática geral formulada, o texto final do trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo se retoma com mais vagar diferentes trabalhos que abordaram o tema dos militares e a política no Brasil para, com base nesta produção existente sobre o tema, formular as problemáticas específicas e, a partir delas, a hipótese que informa a argumentação deste trabalho. Ainda no primeiro capítulo são expostos os parâmetros da abordagem aqui empregada. O segundo capítulo se detém sobre os espaços de formação profissional dos generais de 1964, e investiga em que medida estes espaços eram também espaços de aprendizado político. As diferentes instituições do sistema escolar militar percorridas pelos agentes estudados foram aqui agrupadas sob os rótulos de formação básica, que compreende os colégios militares e a Escola Militar do Realengo, e de formação superior, que compreende a Escola de Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra. Apesar de todos os oficiais generais terem de passar pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a EsAO, optou-se por não incluí-la neste estudo por ser, até onde se pode apurar, de uma relevância política menor, uma vez que, no período estudado, o seu curso de um ano se dedicava basicamente a aspectos técnicos da profissão militar.

O terceiro capítulo, o mais longo do trabalho, dá conta das experiências compartilhadas pelos generais de 1964 cujas racionalizações e sentidos, por eles produzidos, permitem identificá-las como decisivas para sua formação política. Neste capítulo, se identificam também aquelas experiências que marcaram a distinção das trajetórias dos agentes aqui estudados em relação aos demais grupos de oficiais de sua geração. O quarto e último capítulo compreende as trajetórias específicas dos membros do grupo, tanto no plano militar quanto político, e, ao tipificá-las, identifica três perfis diferentes de atuação política para os membros do grupo, o que permite afirmar que,

apesar de partilharem uma mesma formação e um leque de experiências comuns, os generais de 1964 entraram em momentos diferentes no campo político e nele se moveram de forma também diferente ao longo de suas carreiras.

Por fim, mas nem por isso com menos importância, este autor deve expressar a sua gratidão a quem colaborou para que esta tese se realizasse. As críticas e sugestões dos professores do PPG em Ciência Política da UFRGS foram importantes na fase de apropriação das principais temáticas e questões da ciência política, bem como da construção do objeto deste trabalho. A exigente orientação do professor Hégio Trindade foi igualmente importante para o meu amadurecimento intelectual. Um agradecimento especial cabe aos colegas, que além de dividirem as preocupações e angústias de elaborar uma tese também contribuíram com sugestões e críticas, particularmente Luciano Miranda da Silva. Devo agradecer também à Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo, onde trabalho, que me concedeu uma licença remunerada de três semestres que foi decisiva para realização da pesquisa, para o tratamento do material pesquisado e para redação de uma parte do texto final. Um agradecimento especial também aos meus pais, sempre na torcida e outro, que é também um pedido de desculpas, à Giovana e ao Davi, que suportaram as minhas ausências e o meu recolhimento nas diferentes e críticas etapas deste trabalho. Ao Davi e à Giovana, que o trouxe, dedico esta tese.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Orientação Teórica

1.1 Revisitando a bibliografia: os militares e a política no Brasil

Existe uma considerável produção de trabalhos acadêmicos sobre os militares e a política no Brasil, muitos deles versando sobre 1964 e seus desdobramentos. Trilhando diferentes caminhos teóricos e metodológicos, a maior parte deles procura decifrar o intervencionismo dos militares na política e o modelo político e ideológico que animava essa prática. Diante da vasta produção sobre o tema *militares e política* pretende-se aqui fazer um recorte em torno algumas obras representativas que abordam 1) a articulação entre formação e ação política e 2) as lógicas da ação política dos militares brasileiros e discuti-las rapidamente a fim de melhor colocar, do ponto de vista teórico, o objeto deste trabalho.

Os estudos sobre a articulação entre a formação profissional dos militares brasileiros e a sua atuação política são um tanto raros em se considerando o volume de publicações sobre militares no Brasil. A produção acadêmica começou a investigar a temática somente nos anos 1970. Em geral, se conferia à formação militar um status de argumento lateral nos trabalhos cujos objetivos eram decifrar o golpe de 1964 e ou o

regime que lhe sucedeu. É o que se observa, por exemplo, em *The military in politics* de Alfred Stepan.³

No esforço por compreender os “padrões” de ação política dos militares brasileiros e suas respectivas mudanças ao longo do tempo, Stepan enquadra os militares como um subsistema que faz parte do sistema político mais amplo. Tal subsistema amadureceria conforme o avanço da profissionalização da corporação de modo que, ao analisar a formação e as origens sociais do oficialato brasileiro, Stepan aponta como este cria laços de solidariedade e uma autoimagem que o afastam dos demais grupos e classes sociais. Stepan percebe como a consolidação do sistema escolar militar permitiu o desenvolvimento de doutrinas e quadros técnicos próprios que produziram uma autoimagem de que os oficiais eram um grupo sem compromissos com as demais classes sociais, o que teria fornecido a “legitimidade psicológica” que permitisse a conversão dos militares em atores políticos centrais depois de 1964.⁴

Entretanto, por estar mais atento aos processos de institucionalização, o autor deixa a descoberto o conteúdo propriamente dito da formação profissional dos oficiais. A partir de que referenciais ou idéias essa autoimagem foi socialmente constituída e como, ou em que setores, ela se tornou dominante são desdobramentos que dificilmente seriam dados a uma questão secundária. Desse modo, o perfil sociológico que o autor traçou dos oficiais do Exército não foi capaz de lhe permitir apreender – para além das declarações de seus entrevistados – a forma com que estes oficiais viam a política e como tais percepções teriam composto as categorias com as quais eles representavam a si e sua ação política. Nesse sentido, ao associar as atitudes políticas diferenciadas dos oficiais que compuseram os governos Castelo Branco e Costa e Silva às suas

³ STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

“experiências de carreira” (mérito escolar, FEB e cursos nos EUA) Stepan não faz muito mais do que reproduzir as categorias empregadas pelos agentes na época; a saber: *castelistas e linha dura*.⁵

Alexandre Barros procurou no processo de socialização profissional dos militares, particularmente na formação deles, as “raízes” para aquilo que qualificou como “dissonâncias, ressentimentos e dificuldades de comunicação” entre os militares no poder desde 1964 e as elites civis com as quais interagem. Barros descreve os espaços e os valores que, na década de 1970, regiam a socialização dos oficiais brasileiros dando atenção tanto para as instituições formais de ensino quanto para as de sociabilização (clubes e círculos militares), o que revela a percepção de que a formação militar não se resumia às instâncias escolares. Apesar do esforço de generalizar um quadro que se aplique a toda a oficialidade, a pesquisa do autor sobre as instituições de ensino é bastante limitada. Utilizando-se de dados já levantados por Stepan para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ou de algumas entrevistas de militares e praticamente nada falando sobre a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, boa parte de suas afirmações acabam soando como derivações das formulações dos autores que informam teoricamente a sua tese, especialmente Janowitz e Huntington.⁶ Outro aspecto importante a ser ressaltado nos trabalhos de Stepan e de Barros é que pesquisas sobre a formação dos cadetes da AMAN são importantes, mas têm pouco a dizer sobre a formação dos oficiais de alta patente que protagonizavam o regime de 1964, formados bem antes na Escola Militar do Realengo.⁷

⁴ Idem, p. 43 e 56.

⁵ STEPAN, A. Op. cit. capítulo 11. Para críticas ao “padrão moderador” sugerido por Stepan, ver MARTINS FILHO, J. Op. cit. p. 28ss. e FICO, C. Op. cit. p. 31.

⁶ BARROS, Alexandre de S. C. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de doutorado. University of Chicago, 1978.

⁷ Até mesmo João Batista Figueiredo, o último dos generais que presidiram a República durante o regime militar, era egresso do Realengo. A AMAN começou a funcionar somente em 1944. Ainda que desde as

Contando com um material empírico rico, Vanda Maria Costa estabelece uma consistente conexão entre profissionalização e politização das Forças Armadas brasileiras, de modo que esta opera como um “requisito estrutural” para aquela. A autora sustenta que a politização “antecedeu e, freqüentemente, conduziu a profissionalização” militar no Brasil e nesse processo a Escola Superior de Guerra teria operado como “peça fundamental para a implantação sistemática do projeto profissional militar.” Este projeto se definia por uma organização de cunho autoritário para o país que possibilitasse a identificação dos interesses das Forças Armadas com o Estado Nacional.⁸ Sua interpretação, contudo, tende a conferir um caráter exacerbado à capacidade da ESG de pautar toda a estrutura do ensino militar brasileiro e tende a minimizar o fato de que as formulações, inclusive referentes ao ensino, eram pouco mais do que a codificação de elementos já presentes no repertório discursivo da geração de oficiais que criou a ESG e sua doutrina. O que, por sua vez, desloca a questão para a formação desses indivíduos, bem como para as suas experiências no campo político propriamente dito.

Trabalhos mais recentes, como o de Francisco Ferraz, entendem o “pensamento” esguiano como um elemento legitimador do exercício do governo pelos militares e de um determinado modelo de desenvolvimento que fora implementado depois de 1964. Assim, a ESG seria também um espaço de articulação política civil/militar e que daria vazão a um modelo anti-populista, integrado ao capital internacional e conduzido por uma elite dirigente que afirmava equacionar cientificamente os problemas do desenvolvimento brasileiro.⁹ Essa tese não difere muito daquela sustentada por Eliézer

rimeiras décadas do século XX as linhas gerais da formação de oficiais do exército já estivessem definidas naquela instituição, deve-se ter bastante cautela ao tranpor características da AMAN para o Realengo.

⁸ COSTA, Vanda Maria. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978. p. 2 e 161s.

⁹ FERRAZ, Francisco C. A. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da*

Rizzo de Oliveira, que tem o mérito de explicitar os vínculos entre a Doutrina de Segurança Nacional e o “pensamento autoritário” de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Embora Oliveira ressalte como na doutrina da ESG são articulados temas como tutela estatal, negação do conflito social, harmonização das tensões entre capital e trabalho, incorporação do trabalhador e elitismo de um corpo de dirigentes científicos,¹⁰ o autor discute fundamentalmente ideologia, passando ao largo dos processos de produção, consumo e reprodução desse discurso, ou seja da formação dos agentes. Na verdade, Oliveira estuda mais a Doutrina de Segurança Nacional que a ESG propriamente dita.

Igualmente focada na doutrina da ESG, Maria Selma Rocha entende o pensamento autoritário ali produzido como composto por diferentes matrizes. Às vezes contraditórias, as influências que constituem a doutrina – que para a autora é original – compõem um mosaico que vai desde o pensamento autoritário dos anos 1920 até a doutrina norte-americana da contra-insurgência, passando pelo positivismo e pela geopolítica.¹¹ Essa diversidade de influências era orquestrada a partir da convergência em torno da intenção da doutrina da Escola de “eliminar duas idéias-chave: o conflito e a contradição, entendidos como desagregadores da sociedade.”¹² Apesar de atenta às reformulações que a doutrina sofreu ao longo dos anos 1970 e às fontes empregadas na formulação doutrinária, a autora se detém, como muitos outros, na instituição e não nos agentes e nas articulações entre a sua formação e a ação extra-militar na política.

A maior parte dos estudos sobre a ação política dos militares brasileiros concentra-se menos na formação dos atores e mais nas diferentes lógicas políticas que se estabelecem na disputa ou no exercício do poder no corpo do Estado. No intuito de

Escola Superior de Guerra. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1994. p. 28 e 45.

¹⁰ OLIVEIRA, E. Op. cit. p. 36ss.

¹¹ ROCHA, Maria S. de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

¹² ROCHA, M. Op. cit. p.78.

explicar o golpe de 1964, René Dreifuss se escora numa ampla pesquisa documental e num referencial gramsciano que fornece uma visão articulada da ação política militar mas pouco atenta às peculiaridades do pensar e do agir militar. Os militares, em suas diferentes clivagens, não aparecem como um sujeito político; para o autor, eles se fracionam diante dos verdadeiros atores: os “blocos históricos” populista e modernizante-autoritário. A “elite orgânica”, composta por técnico-empresários civis e militares, agiria então conforme um projeto de poder de classe rumo à conquista do Estado. As idéias são vistas sob o prisma instrumental de formulações da elite orgânica para produzir e difundir o consenso em torno do projeto de poder, sendo assim reduzidas a um mero fator de legitimação da dominação de classe, deixando de lado não só a formação e o conteúdo dessas formulações sobre o real mas o fato de elas serem mobilizadoras da ação política.¹³

Para Edmundo Campos Coelho, a ação militar no Brasil deve ser pensada de forma organizacional. Essa perspectiva inverte a posição dos militares como instrumentos de diferentes classes sociais para a condição de um ator com interesses e necessidades próprias, cujo processo de afirmação da instituição no corpo do Estado gera graus cada vez maiores de autonomia e de “fechamento” aos influxos sociais. Nesse sentido, as intervenções militares na política são compreendidas como reações da organização castrense face à desconfiança da sociedade em relação às forças armadas ou das ameaças que as políticas civis de “instrumentalização” e “cooptação” representariam à “unidade” militar. Assim, as intervenções militares, tanto em 1930 quanto em 1964, fundiriam a empresa de institucionalização do papel do Exército e a

¹³ DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987. E. Rizzo de Oliveira partilha dessa visão instrumental em que a luta de classes por si é capaz de dar conta das idéias e das atitudes políticas dos agentes, ver: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

construção do Estado.¹⁴ A inflexão sugerida por Coelho é importante porque confere aos militares a condição de protagonistas de sua própria ação, movida por interesses próprios. No entanto, parece limitador pensar a ação política militar como uma mera reação da organização às políticas civis de erradicação ou cooptação dos militares. Até por que nem sempre o engajamento político de militares se deu, ainda que indiretamente, em nome da instituição. A interventoria de João Punaro Bley no Espírito Santo em 1930 e a eleição de Cordeiro de Farias para o governo pernambucano em 1955 são apenas dois exemplos entre muitos de um perfil de atuação política de militares que não se coaduna à tese proposta por Campos Coelho. Por outro lado, essa obra sugere um estudo, num grau de generalização menor, que dê conta das formas e espaços de produção e reprodução do chamado “ethos burocrático” que, segundo o autor, os militares procuravam transpor à sociedade durante o regime de 1964.¹⁵

Nem só como classe nem só como instituição, uma outra estratégia para dar conta da ação política dos militares como organização é a noção de “partido militar”, proposta no empreendimento coletivo coordenado por Alain Rouquié.¹⁶ Trata-se de perceber as forças armadas como forças políticas semelhantes a partidos políticos que desempenham, por outros meios, as mesmas funções de deliberação, tomada de decisão e de união e articulação sociais. Tal perspectiva permite a compreensão de como é construída a *unidade* em torno de questões referentes ao papel do Exército na sociedade e como as diferentes forças que alimentam posições políticas divergentes se batem na disputa do poder. Domingos Neto procura explicar o posicionamento dos “políticos fardados” a partir da luta do oficialato pela constituição de um exército moderno e

¹⁴ COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 38, 84 e 176.

¹⁵ Idem, p. 180ss.

¹⁶ ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p.28ss. ver também, ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-omega, 1984. p. 356ss.

equipado, de modo que, em função disso, o exército passa a operar como um partido. Segundo o autor, conforme frutificavam as idéias e reformas introduzidas pela missão militar francesa, amadurecia uma visão entre seus oficiais de que enquanto

O Exército estava modernizado, o País continuava arcaico. A realização dos objetivos corporativistas passaria, portanto, pela interferência no processo de desenvolvimento sócio-econômico nacional. O advento da ditadura do Estado Novo não foi obra de um civil. (...) A ditadura não foi simplesmente “getulista”, mas o regime no qual o projeto militar viu-se plenamente contemplado.¹⁷

Assim, diferente do que propõe Coelho, a lógica da ação política militar seria decorrência não de uma reação à ameaça civil, mas da percepção de uma defasagem entre o país e o exército e que a transformação do exército era impossível sem a transformação da sociedade. Por isso o autor identifica, em torno da revista *A Defesa Nacional*, duas gerações de oficiais reformadores que articulam um tipo de intervencionismo escorado tanto no velho positivismo de Benjamim Constant, quanto nos intelectuais autoritários da Primeira República.¹⁸ Nesse sentido, o intervencionismo político seria condição para a profissionalização.

Há uma percepção geral entre os autores de que o avanço do profissionalismo nas forças armadas esteve longe de deixa-las imunes aos debates e embates ideológicos que mobilizaram a política brasileira no século XX. Da mesma forma que as idéias formuladas no âmbito das forças armadas, as vezes chamadas de *pensamento militar*, não eram descoladas do debate político de sua época, elas também não eram apenas assimiladas ou recebidas passivamente pelos segmentos mais intelectualizados do oficialato. Questões do tipo “comunismo” e “desenvolvimento” ensejaram formulações, grupos e ações que em diferentes momentos catalisaram a união e a cizânia entre as

¹⁷ NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, A. 1980. Op. cit. p.61.

¹⁸ NETO, M. Op. cit. p. 64s. Entre os oficiais referidos por Neto, destacam-se Bertoldo Klinger,

forças armadas. Assim, a formação de duas correntes ideológicas entre os militares no pós-guerra é, para Antônio C. Peixoto, um elemento chave para a compreensão das intervenções militares na política. Nesse período, o conflito ideológico se estabeleceu no corpo das Forças Armadas a partir da formação de um grupo “nacionalista” que pretendia dar vazão ao desenvolvimento pela via do modelo varguista, e de um outro grupo “antinacionalista”, que pretendia o desenvolvimento associado aos EUA. O espaço em que essa disputa se manifestava era o das eleições do Clube Militar. Enquanto os nacionalistas espelhavam as formulações do ISEB¹⁹, o outro grupo institucionalizou um espaço de formulação, sistematização e difusão de suas idéias: a Escola Superior de Guerra. O tipo de formação e os espaços de articulação que os militares do polo “antinacionalista” tiveram e a sua relação com o tipo de engajamento político assumido é uma lacuna que este trabalho pretende preencher e que é uma das condições para se compreender como estes militares agiam como políticos neste período.

Recentemente, no campo da história, tem havido uma importante renovação nos estudos sobre a instituição militar no Brasil. A chamada *nova história militar brasileira* abandona a perspectiva tradicional das narrativas de batalhas ou da organização das unidades militares e aborda uma série de temáticas que vão do recrutamento às rebeliões, da formação de oficiais ao cotidiano dos praças.²⁰ Embora aborde um período anterior ao aqui tratado, o trabalho de Celso Castro intitulado *Os militares e a República* é importante para esta tese porque de certa maneira inaugura essa corrente historiográfica e porque estabelece uma importante articulação entre formação e ação

Mascarenhas de Moraes, Góes Monteiro, entre os mais velhos, e Castello Branco, Mourão Filho, Orlando Geisel e Emílio Médici entre os mais novos.

¹⁹ PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, A. Op. cit. p.86

²⁰ CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

política de militares brasileiros. Ao analisar os eventos de 1889, Castro enfatiza a especificidade do grupo de militares – em sua maioria jovens oficiais e cadetes – que concebeu um projeto republicano relacionado a uma cultura de grupo determinada e que engendrou estratégias de ação política específicas. Estabelecendo uma interface com a antropologia geertziana, Castro propôs-se a uma “etnografia da cultura dos militares” na qual o espaço de formação e socialização dos oficiais passa a ser decisivo para a compreensão do objeto: como a idéia de República desenvolveu-se naquele grupo de militares e por eles foi levada a diante.²¹

Ainda nesta mesma corrente, ao estudar a violência extralegal das Forças Armadas, em especial a prática da tortura, Shawn Smallmann aponta os limites do debate em torno da profissionalização militar. O autor argumenta que a profissionalização militar no Brasil, que implica em maior escolaridade e treinamento, mais recursos e organização e numa doutrina militar moderna, esteve sempre associada à repressão violenta praticada inicialmente contra “oficiais dissidentes” e depois contra as “classes perigosas”. Assim, o desenvolvimento de forças armadas modernas e profissionais andou *pari passu* com a implantação de um “sistema institucionalizado de controle social” que não teria surgido fortuitamente em 1964, ele foi “criado lenta e cuidadosamente por oficiais profissionais e com alto nível de instrução”.²² Ao investigar o processo de formação histórica desse sistema, Smallman abre a perspectiva de uma abordagem que integre a questão profissional às lutas que convulsionaram o Exército nos períodos críticos da história política brasileira. Para além de um enfoque estritamente institucional, cabe investigar como foram gestadas nesses oficiais

²¹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.10ss.

²² SMALLMANN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. Op. cit. p. 391 e 393.

profissionais as disposições para pensar e agir politicamente lançando mão de recursos autoritários e freqüentemente violentos.

A originalidade do trabalho aqui apresentado está em estudar não exatamente a instituição militar e sua interface com a política, ou a ideologia que mobiliza as forças golpistas de 1964, o modelo do regime de 1964 e suas origens históricas, ou ainda as dinâmicas entre civis e militares no Brasil, todos esses temas já bem investigados. A novidade aqui proposta consiste em estabelecer as relações entre formação profissional, formação política e a ação política extra-militar dos generais de 1964 a partir do estudo de suas trajetórias nas esferas militar e política e compreender que a experiência formadora desses agentes se deu tanto nos espaços institucionais de formação do oficialato do exército quanto nos variados espaços de atuação política ocupados pelos agentes estudados. Para a maioria destes agentes, 1964 não representava a ruptura de um padrão de relações entre civis e militares, mas a culminância de um longo processo de atuação política de militares profissionais.

1.2 Definição do grupo e formulação da hipótese

Uma vez mapeadas as abordagens sobre o tema referente aos militares e a política no Brasil e indicada a lacuna que este trabalho tem a intenção de preencher, cabe então definir com mais precisão quem de fato eram os aqui chamados generais de 1964 e, a partir daí, formular as questões específicas que nortearam a pesquisa e a hipótese com a qual pretende-se responde-las.

Os generais de 1964 constituem um grupo de militares nascidos entre os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX e que compartilha uma experiência histórica que envolve a crise do liberalismo oligárquico e as rebeliões militares dos anos 1920; o engajamento no regime de modernização autoritária de Vargas, que ampliou a estrutura organizacional e o poder político das Forças Armadas; a repressão aos levantes comunista e fascista; a oposição ao nacional-populismo; um elevado grau de internacionalização e de ocupação de cargos públicos e uma arraigada crença no seu preparo e isenção como sendo elementos que legitimassem seu engajamento político. Uma vez atuando na esfera política, suas práticas se davam predominantemente no sentido de se opor à mobilização política da sociedade e de implementar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias, que, no entanto, se auto-proclamava democrática e denunciava o nacional-populismo como comunista.

Não se tratava simplesmente de todos os oficiais generais que em 1964 aderiram às conspirações que levaram a derrubada do governo João Goulart. Mas de um grupo que em vários momentos das trajetórias individuais de seus membros assumiu posições convergentes, que, apesar dos seus diferentes perfis de ação política, cultivou afinidades e lealdades políticas e cuja maioria possuía um longo histórico de exercício de funções governamentais e de participação em insurreições ou manifestos políticos. Especificamente, os componentes do grupo são: Odílio Denis, Canrobert Pereira da Costa, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Peri Bevilacqua, Ademar de Queiroz, Amauri Kruehl, Alcides Etchegoyen, João Punaro Bley, Olympio Mourão Filho, Castelo Branco, Costa e Silva, Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici, Idálio Sardenberg, Juraci Magalhães, Jurandir Mamede, Siseno Sarmiento, Lira Tavares, Emílio Médici, Ernesto Geisel, Afonso Albuquerque Lima e Golberi do Couto e Silva.

Agregar indivíduos num grupo cujos contornos não são por eles previa e claramente estabelecidos (como membros de um governo específico ou quadros dirigentes de um partido) pode ser bastante problemático, uma vez que se corre o risco de criar uma identidade inexistente e com ela se encobrir as particularidades das trajetórias. Porém, o estabelecimento de parâmetros claros podem fazer da tarefa de objetivar um grupo que nunca reivindicou para si a denominação de “generais de 1964” algo pertinente e que permita a produção de conhecimento novo.

O critério para composição do grupo aqui definido como os *generais de 1964* possui certas arbitrariedades que foram necessárias para a construção de um objeto dentro das possibilidades de tempo e recursos para a pesquisa. Em função disso, não se fez aqui um estudo que abrangesse os mais de cem generais da ativa em 1964, o que revelaria um universo muito grande de variáveis e dados que demandariam uma capacidade de processamento do material não disponível para a execução desta pesquisa. Optou-se, então, por um estudo mais modesto e focado numa fração específica da alta oficialidade do Exército. Este grupo é constituído pelas lideranças politicamente mais engajadas e expressivas do polo direitista, autoritário e intervencionista do generalato do Exército Brasileiro em 1964. A escolha dos indivíduos que foram agregados ao grupo dependeu, em parte, da sua participação ou adesão ao golpe de 1964 e, em parte, de suas trajetórias apresentarem uma atuação política consistente e predominantemente convergente. Ou seja, por terem carreiras políticas paralelas às carreiras militares ou por terem ocupado, ainda que tardiamente, cargos políticos como ministérios ou a presidência da República.

Como se verá no decorrer do trabalho, a definição do grupo e de seu perfil geral de ação política são construídas em perspectiva com os espaços de formação profissional, com as diferentes conjunturas institucionais e políticas através das quais se

moviam os agentes e das experiências e sentidos compartilhados entre estes agentes. Se esta estratégia marca as características comuns deste grupo, a investigação sobre os seus perfis de engajamento assinalam as diferenças internas ali existentes, que por sua vez estão conectadas aos momentos em que se iniciam as carreiras políticas destes militares e aos distintos percursos por eles trilhados dentro da sua corporação.

Há também um componente geracional no estabelecimento do recorte. Todos eles frequentaram a Escola Militar do Realengo no período compreendido pelas reformas profissionalizantes da segunda década do século XX e encerrado pelas reformas do general José Pessoa iniciadas em 1930. Esse componente também pesa na constituição de suas trajetórias e no acumulado de experiências nos âmbitos estritamente militar de suas carreiras (Escolas, reformas, FEB, ESG) e político (tenentismo, Revolução de 1930, Clube Militar, manifestos e golpes da década de 1950 e 60). Considerando não só a idade, mas o ano de ingresso no oficialato e o posto em 1964 (general de brigada, de divisão ou de exército), os agentes aqui abordados podem ser divididos em três frações etárias distintas, mas dadas as experiências compartilhadas, repertório empregado, posições assumidas e laços estabelecidos, pode-se dizer que pertenciam a um mesmo grupo.

Alguns indivíduos incluídos no grupo não se encaixam completamente nos critérios apontados. Canrobert Pereira da Costa faleceu em 1955 mas devido a sua atuação no Ministério da Guerra junto a Dutra, por ter ensaiado uma pré-candidatura à presidência da República e por ter atuado na crise do segundo governo Vargas optou-se por mantê-lo no grupo. Etchegoyen faleceu em 1956 mas foi incluído no grupo por motivos semelhantes ao de Canrobert, especialmente em função de sua atuação na Cruzada Democrática. Eduardo Gomes concluiu sua carreira militar na Força Aérea, mas sua formação se deu nos quadros do Exército. Como os demais aviadores da

primeira geração, Gomes integrou inicialmente a “arma” de Aviação do Exército, criada em 1927, e somente em 1941, com a criação da FAB, para essa nova corporação se transferiu já com a patente de Brigadeiro do Ar. Juarez Távora não participou das articulações do golpe mas aderiu de imediato ao novo regime ocupando o ministério da Viação e Obras Públicas no governo Castelo Branco.

Para por em perspectiva os dados, e a própria hipótese levantada, foi estabelecido um grupo de controle composto por oito generais alinhados no polo oposto ao dos 24 *generais de 1964*. Estes indivíduos são Henrique Teixeira Lott, Zenóbio da Costa, Newton Estilac Leal, Osvino Ferreira Alves, Segadas Viana, Jair Dantas Ribeiro, Ladário Teles e Henrique Oest. A escolha destes nomes dependeu da disponibilidade de informações biográficas acessíveis que permitissem identificar um grupo de militares politicamente atuantes e numericamente representativo cujas posições tenham sido divergentes ou opostas aos golpistas de 1964 não só naquela conjuntura específica mas em pelo menos mais duas ocasiões, de maneira que se trata de oficiais generais que foram claramente identificados ou com o varguismo, ou com a ala nacionalista do Exército, ou ainda com o “dispositivo militar” de João Goulart. Este critério permitiu diferencia-los não só dos generais de 1964 mas também dos chamados “legalistas”, cujas inclinações para o engajamento político eram substancialmente menores que a dos dois grupos aqui mapeados. Os generais de 1964 compõem um grupo que se distingue ainda daquela fração de oficiais que aderiu ao golpe e que veio a ocupar funções importantes no regime mas que era substancialmente mais jovem. Em 1964 estavam entre as patentes de major e coronel, na época gravitavam com maior ou menor proximidade dos generais de 1964, mas pertenciam a uma outra geração, para a qual

eventos como o tenentismo, a Revolução de 1930 ou mesmo o Estado Novo eram distantes ou foram observados desde pontos de vista bastante periféricos.²³

Por fim, vale frisar que o fato de os generais de 1964 terem protagonizado várias das ações extra-militares que marcaram a política brasileira não os habilita como representantes “típicos” do Exército como um todo, tampouco do corpo de oficiais. Apesar de terem se tornado hegemônicos em determinados momentos e de terem instaurado o regime que durou mais de duas décadas, eles não são o Exército e sim uma fração específica que pode ser delimitada em termos geracionais, de alinhamento político-ideológico e de experiências compartilhadas. Outros indivíduos do mesmo polo intervencionista e autoritário foram substituindo-os na cúpula da corporação e em cargos importantes do regime de 1964, outros de sua geração assumiram posições antagônicas ou simplesmente “neutras” nos embates políticos em que se engajaram os generais de 1964.²⁴ Assim, o estudo focado num grupo específico é capaz de perceber melhor as diferentes nuances e correlações de forças que se estabeleceram, em diferentes contextos, no âmbito do Exército e como os agentes que compõem este grupo se engajaram, desde a esfera militar, na arena política.

Problemáticas e hipótese

Diante das abordagens mapeadas na revisão bibliográfica, que tratam o tema das relações entre os militares e a política no Brasil desde uma perspectiva que toma a

²³ Para uma caracterização desta fração de oficiais ver a introdução aos seus depoimentos coletados pelo CPDOC em D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláuco e CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

²⁴ Para a definição de outras clivagens entre os oficiais de patente mais baixa, ver SCHNEIDER, Ronald. *The political system of Brazil: emergence of a “modernizing” authoritarian regime, 1964-1970*. New

instituição militar como o foco da investigação, este trabalho desloca a abordagem para um campo ainda relativamente pouco explorado, que é o dos agentes que protagonizaram intervenções militares na política. Assim, a problemática geral aqui levantada, que diz respeito a de que maneira os generais de 1964 operaram como agentes políticos, enseja a formulação de três questões específicas que dêem conta do peso da corporação que os formou, e assim do processo de formação profissional desses indivíduos, das experiências compartilhadas que distinguiram este grupo de oficiais das demais frações do Exército e dos diferentes perfis de ação política praticados pelos generais de 1964. As respostas a estas questões específicas compõem os termos da hipótese aqui levantada.

A primeira dessas questões se coloca nos seguintes termos: *Em que medida os espaços institucionais de formação profissional dos generais de 1964 eram também espaços de formação política?*

Para responde-la argumenta-se, então, que os espaços de formação profissional do oficial do Exército, no período estudado, eram fortemente politizados e esta característica marcou profundamente o grupo aqui estudado. Isto se deu fundamentalmente porque:

- 1) apesar da influência da missão militar francesa, e do modelo de exército profissional, moderno e alheio às lutas políticas nacionais com ela importado, havia uma intensa atmosfera de contestação política anti-oligárquica entre os cadetes na Escola Militar do Realengo;
- 2) os saberes “técnicos” assimilados no Realengo, bem como aqueles voltados para os chamados “grandes problemas nacionais” assimilados na EEM eram

empregados pelos generais de 64 não apenas como condição e recurso para a progressão na carreira militar, mas também como um esquema de entendimento da sociedade brasileira e do meio político e como elemento justificador de sua ação extra-militar;

3) na década de 1950, como membros do corpo permanente da ESG, uma importante fração dos generais de 1964 verteu este esquema em forma de doutrina, o que permitiu a reprodução e difusão, nas instituições militares de ensino, da crença por eles compartilhada de que a formação profissional do oficial do Exército conferia uma “visão técnica”, que permitia o conhecimento dos “problemas brasileiros” e o emprego de uma “metodologia objetiva” capaz de resolve-los.

Como nem todos militares dessa geração que passaram pelas instituições formadoras do Exército junto com os generais de 1964 eram politicamente engajados e como haviam outros grupos e facções politicamente ativos no período, há que se ver o que distinguia os agentes aqui estudados dos demais. Por isso cabe perguntar: *Que experiências compartilhadas pelos generais de 1964 marcam a especificidade do grupo e o seu engajamento político?*

Num plano mais geral, as experiências de maior relevância para formação política desse grupo e de sua geração envolviam: o tenentismo, a leitura e incorporação das teses do chamado “pensamento autoritário” brasileiro, a repressão à insurreição de 1935 e o fortalecimento institucional e político do Exército durante o Estado Novo, ao qual se agrega ainda a organização e envio da FEB.

Neste contexto, três tipos de experiências foram específicas aos generais de 1964 e fundamentais para o estabelecimento do seu perfil geral de ação política:

1) forte presença de ocupação de cargos públicos na esfera política desde os anos 1930, o que permitiu o acúmulo de experiência em gestão, negociação e articulação políticas;

2) forte presença de ocupação de cargos diplomáticos, especialmente junto aos Estados Unidos e durante a primeira década da Guerra Fria, quando se agrega ao antigo anticomunismo a crença na conflagração inevitável entre os blocos liderados pelos EUA e pela URSS e se formula a doutrina de segurança nacional;

3) derrotas eleitorais da UDN em 1946, 50 e 55, percebidas como consequência da imaturidade do eleitorado brasileiro, das manipulações dos “políticos profissionais” ou da “infiltração comunista”.

Situados o tipo de formação e as experiências compartilhadas pelo grupo que o distingue das demais frações do Exército, cabe colocar a questão específica a cerca do engajamento político dos agentes estudados: *Quais os perfis de ação política dos generais de 1964?*

Num plano mais geral, a atuação política dos generais de 1964 é marcado por posições anti-oligárquicas, anticomunistas e defensoras da modernização nacional por vias autoritárias, portanto contrárias à mobilização política da sociedade.

Ainda que determinados agentes tivessem longas carreiras políticas, o seu engajamento foi sempre intermitente; afinal eram antes de tudo oficiais do Exército. Essa intermitência, contudo, obedecia às conjunturas das lutas políticas nacionais e tendia a uma frequência maior quando se estabeleciam governos cuja instauração dependesse de suas armas ou cuja eleição contasse com seu apoio.

Cada conjuntura política é singular e cada um dos atores percorreu uma trajetória igualmente singular de modo que em cada momento específico e para cada um dos generais de 1964 essas posições tiveram importância diferente na definição da sua ação política. Apesar da singularidade de cada uma das trajetórias estudadas, a convergência de seus posicionamentos políticos permite, num plano mais específico, identificar três perfis básicos de ação política.

O primeiro, aqui designado como *rebelde-insurrecional* se caracteriza pela precoce adesão dos atores nele enquadrados aos movimentos de contestação militar da ordem política oligárquica, pela intensa ocupação de cargos políticos nos primeiros anos do regime inaugurado em 1930 e por um progressivo declínio na ocupação desses postos depois de 1945 até que apenas o seu núcleo mais atuante encerre o seu engajamento político ocupando ministérios no primeiro governo do regime de 1964. Apesar do declínio em termos de ocupação de cargos, a fração dos generais de 1964 com esse perfil protagonizou a maior parte das conspirações, manifestações e insurreições militares entre 1945 e 1964.

O segundo, aqui designado como *tecnoburocrata*, não é menos disposto a ações extra-militares, mas enquadra indivíduos um pouco mais jovens que o primeiro perfil, tanto que nele as trajetórias políticas iniciam somente em 1930. Os atores também ocupam cargos políticos no início dos anos 1930, no entanto, o seu perfil de ocupação de cargos é ascendente, de modo que depois de 1945 parte deles passa a exercer funções diretivas em empresas estatais ligadas a setores considerados estratégicos pelos militares (aço, petróleo e transportes) e, depois de 1964, seguem ocupando cargos políticos superiores por toda a década de 1970.

O terceiro perfil é o *conspirador-institucional*, no qual até que os indivíduos nele enquadrados cheguem ao generalato a ocupação de cargos políticos é praticamente inexistente e a adesão explícita a movimentos políticos e conspirações é muito baixa. No entanto, estes militares que mantiveram um grau de engajamento político relativamente baixo no decorrer da maior parte de suas carreiras se tornaram atores políticos de prestígio depois de 1964.

1.3 Profissionalismo militar e engajamento político: parâmetros para a construção do objeto

No intuito de estabelecer os parâmetros teóricos e conceituais que informam este trabalho o presente sub-capítulo aborda, inicialmente, algumas dimensões do debate a respeito das questões concernentes ao profissionalismo militar e à intervenção militar na política em sociedades do Primeiro e do Terceiro Mundo. Com isso, pretende-se apresentar com mais vagar o enfoque aqui pretendido e os parâmetros conceituais que informam os capítulos seguintes.

Em virtude do quanto já foi produzido e desde quando se vem produzindo, é sempre um risco “mapear” o campo de estudos concernente às intervenções militares na política dos países de Terceiro Mundo. Em se tratando apenas da América Latina, Fernando Bustamante propôs nada menos do que oito paradigmas diferentes (mas não necessariamente excludentes) para o estudo da questão.²⁵ Só o número de paradigmas já

²⁵ BUSTAMANTE, Fernando. Los paradigmas en el estudio del militarismo en América Latina. in: GOODMAN, L., MENDELSON, J., RIAL, J. (Comp.) *Los militares y la deocracia: el futuro de las relaciones civico militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990. Para uma outra sistematização crítica, ver: MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na*

é suficiente para sugerir a dificuldade da empreitada. Longe pretender cobrir todas essas possibilidades de abordagens o que os sub-capítulos que se seguem fazem é descrever dois enfoques (não se trata de paradigmas mas de formas de abordagem) que foram importantes para a consolidação desse campo de estudos e assinalar que ambos tendem a tratar a instituição militar como um todo, ainda que sejam capazes de nela identificar clivagens de diferentes formas.

Nesse sentido, se a presença militar na política é antiga e bem estudada, ela o é predominantemente do ponto de vista institucional, costuma-se falar mais **dos** militares em geral do que **de** militares específicos. O que se pretende com isso é assinalar a importância de se abordar com maior precisão as especificidades desses indivíduos politicamente atuantes e dos grupos que eles vieram a compor, de modo que se possa perceber, através da sua formação, de suas experiências e de seus perfis de ação extra-militar, os componentes ainda pouco investigados referentes a presença de militares na política.

1.3.1 O enfoque normativo

Embora o foco neste trabalho não esteja na instituição militar em si, mas num grupo específico de oficiais do Exército, é necessário que se perceba as dimensões do espaço institucional para que se possa compreender o engajamento político desses indivíduos. A problematização das relações entre as forças armadas e o poder político instituído no Estado moderno constitui um objeto importante para a ciência política e a

sociologia norte-americanas do pós-II Guerra Mundial. Entre os trabalhos de maior repercussão nessa área de estudos estão os de Samuel Huntington que, no entanto, mais do que descrever o que se passa, procura normatizar as relações entre a instituição militar e a política. Para o autor, a profissionalização da ocupação militar implica, necessariamente, na despolitização de seus quadros. Esta seria decorrência de uma divisão do trabalho que separa as competências do especialista militar, que desde o século XIX passou a ter uma formação específica, e as do estadista. Antes da profissionalização, uma mesma pessoa poderia estar qualificada para agir simultaneamente em ambos os campos, como Napoleão no caso francês. Desde então, como condição para o estabelecimento do controle civil “objetivo” sobre os militares, isso não se verificaria mais. Conforme esse princípio de divisão do trabalho no âmbito do Estado, o autor afirma que

A política transcende o alcance da competência militar e a participação política de oficiais enfraquece o profissionalismo, restringe sua competência profissional, divide a profissão e substitui os valores profissionais por valores que lhes são estranhos. O oficial profissional deve permanecer politicamente neutro.²⁶

Assim, para Huntington, a virtude suprema do militar profissional é a obediência civil e sua relação com os governantes deve ser restrita às funções de representação das demandas de segurança, de assessoria aos políticos – informando as implicações “do ponto de vista militar” das ações governamentais – e de execução “prática” da política de segurança formulada.²⁷

Seguindo uma orientação semelhante a de Huntington, Permutter & Bennet sustentam que os militares modernos são orientados à maximizar sua influência no

²⁶ HUNTINGTON, Samuel P. *The soldiers and the State: the theory and politics of civil-military relations*. Harvard University Press, 1957. Apud BAÑÓN, Rafael y OLMEDA, José. (comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 198s

²⁷ Idem, p. 200s.

sistema político apenas no que concerne a implementação de políticas relacionadas a sua área de interesse. Em países com “sistema político institucionalizado”, para os autores Europa Ocidental e Estados Unidos, essa influência se dá, basicamente, na formulação da política de segurança nacional, de modo que

The professional military, controlled by civilians, rarely intervenes in politics; when interventions do occur, they are usually of short duration. The professional military is managerial, organizational, technical, and subordinated to higher political authority. Modern professionalism is also corporate; that is, it inspires a group consciousness and a tendency to form corporate professional associations.²⁸

Para os autores, contudo, nos países do Terceiro Mundo, com baixo nível de institucionalização do sistema político, este deixa de ser a arena na qual os oficiais maximizam a sua influência sobre a política de segurança nacional de maneira que o próprio governo torna-se o prêmio almejado pelos militares.²⁹ A figura do soldado profissional e o controle civil dos militares, conforme esse enfoque, levou séculos para emergir no Ocidente, de modo que seria uma questão de tempo e de estruturação do sistema político para que o mesmo acontecesse nos demais países em que se verificam intervenções militares na política mais frequentes e duradouras.

Esse enfoque normativo das relações entre os militares e a política é importante porque estabelece parâmetros conceituais e, com eles, fixa as “competências” das esferas política e militar no âmbito do Estado, especificamente nos Estados Unidos e na Europa ocidental. No entanto, ele tende a negligenciar ou mesmo negar o fato de que ao longo do século XX a influência militar sobre diversos segmentos do Estado foi crescente e de que, em vários países, os processos de formação e recrutamento da elite militar levavam em conta as habilidades “políticas” dos altos oficiais. Por isso o

²⁸ PERLMUTTER, Amos & BENNETT, Valerie. *The political influence of the military*. New Haven: Yale University Press, 1980. p. 4.

²⁹ Idem, p. 3.

enfoque institucionalista de Morris Janowitz dá um conteúdo mais objetivo e mais refinado às complexas relações entre os militares e a política.

1.3.2 O enfoque institucional

Nos Estados Unidos, onde a subordinação militar à autoridade civil nunca foi seriamente contestada, Morris Janowitz observa que, no decorrer da primeira metade do século XX, se processou um relativo crescimento da influência militar em determinadas esferas do governo e da arena política mais ampla. Com a implantação do New Deal, na década de 1930, vários oficiais do Exército seriam chamados a desempenhar papéis importantes em funções de organização e de administração das novas tarefas do Estado. Somando-se a isso, as necessidades de mobilização econômica para a II Guerra Mundial e a contínua mobilização em torno da Guerra Fria teriam “aprofundado a consciência política da instituição militar” de modo que, a partir de então, “poucos oficiais dos escalões superiores puderam permanecer indiferentes às questões políticas envolvidas no papel do governo na direção dos assuntos econômicos nacionais”.³⁰ Para o autor, as convicções políticas dos oficiais norte-americanos, eminentemente conservadoras, tornavam-se compatíveis com a crença na necessidade de “contínua e decisiva” intervenção governamental na economia.

Ao estudar a elite militar norte-americana do início da década de 1950, um grupo não muito mais velho que os generais de 1964 aqui estudados, Janowitz identifica uma

mudança no padrão de carreira em relação aos oficiais mais antigos. Esses “líderes militares” teriam precocemente apresentado inclinações para o exercício de funções de estado-maior, tendo boa parte deles servido mais como ajudantes-de-ordem do que junto às tropas no início de suas carreiras, e teriam ocupado funções até então pouco valorizadas como as do setor de informações, de adido militar, de ligação com o Congresso e de relações públicas. Essas designações, ainda segundo o autor, seriam preparatórias e educariam o oficial para o exercício das tarefas políticas mais amplas que então surgiam para as Forças Armadas.³¹ Nesse processo, as convicções políticas dessa oficialidade foram se alterando, conforme ascendiam na hierarquia, de maneira que

Numa mistura de realismo e ingenuidade, os militares inclinam-se a esvaziar a importância da “política” em questões de segurança nacional. Desejam melhorar a qualidade do pessoal participante, e principalmente a adequação da assessoria oferecida aos políticos. Em seu entender, a política é aprimorada pela introdução de técnicas militares de estado-maior e até mesmo de pessoal com experiência militar, cujo treinamento julgam superior ao do civil.³²

Assim, na abordagem de Janowitz, ao menos para a cúpula militar, a dimensão política está presente de forma significativa de modo que as carreiras militares que desenvolveram as habilidades “políticas” de negociação e persuasão tornaram-se mais representativas entre os dirigentes militares daquele país. Suas representações sobre a política estão, contudo, bem distantes do ideal liberal-democrático que informa o discurso dominante dos EUA. No entanto, a crescente interface política que o autor identifica nas carreiras de oficiais norte-americanos não implicam nem na intervenção da instituição militar como um todo no jogo político, como num golpe militar, e nem no estabelecimento de carreiras militares que sejam ao mesmo tempo carreiras políticas. A

³⁰ JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967. p. 242.

³¹ JANOWITZ, M. 1967, p. 167s.

subordinação e obediência ao governo civil prevalece. Esses fenômenos são freqüentemente identificados nas relações entre os militares e a política no Terceiro Mundo.

Na década de 1970, com a consolidação da segunda onda de emancipações políticas na África e na Ásia e com as novas ditaduras militares na América Latina, as forças armadas no Terceiro Mundo tornaram-se objeto de estudo de vários pesquisadores. Nesse outro contexto, Morris Janowitz deu particular atenção para as diferentes articulações entre formação profissional dos oficiais das “nações novas” e a intervenção da “instituição armada” na política interna desses países.

O que se destaca nesta análise de Janowitz é que ele não percebe como sendo uma contradição ou uma disfunção o fenômeno da intervenção das forças armadas na política interna de países do Terceiro Mundo. Ao invés de considerá-lo uma “síndrome”, procura descrever as variáveis institucionais que melhor explicariam esse perfil de relações entre civis e militares distinto daquele registrado nos Estados Unidos e na Europa. O autor identifica a influência que o modelo europeu de forças armadas exerce sobre esses países, afinal, boa parte daqueles que tiveram suas emancipações políticas mais precocemente, assim como o Brasil, enviaram oficiais para aperfeiçoamento na Europa e ou contrataram missões para formar seus quadros localmente. Todavia, para o autor, é justamente na importação de tecnologias e procedimentos que permitem a profissionalização do corpo de oficiais que se fixa a sólida base que possibilitará a intervenção política.³³

³² JANOWITZ, M. 1967, p. 248.

³³ JANOWITZ, Morris. La organización interna de la institución militar in: BAÑÓN, R. y OLMEDA, J. Op. cit. p. 105.

A intervenção militar na política se daria, portanto, em decorrência do fato de a instituição, que não recruta oficiais nas elites tradicionais, desenvolver em seus quadros uma “mentalidade” ou “ideologia” favorável à modernização social e contrária tanto às elites tradicionais quanto ao jogo político institucional, a isso soma-se uma pitada de preocupação social que, em alguns casos, como no Oriente Médio, pendeu para o socialismo. Assim, mais do que o recrutamento, é no processo de formação profissional do oficial e nas experiências reforçadoras da coesão institucional que Janowitz identifica a internalização de disposições intervencionistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, o surgimento precoce de academias militares, capazes de monopolizar a formação do oficialato, teria contribuído para o desenvolvimento de uma orientação política nas forças armadas na qual elas estariam “acima dos partidos e encarna[riam] os ideais nacionais,” rompendo assim os vínculos étnicos, regionais ou de classe do corpo de oficiais.³⁴ Independente da eficácia ou não das academias em romper tais laços, o autor assinala tratar-se de uma visão “antipolítica”, marcada, inclusive, por uma hostilidade aos políticos e aos partidos, de modo que entre os oficiais não haveria glorificação nem sequer respeito e compreensão do papel criador do político ou do processo político. Essa atitude “antipolítica” seria a expressão do ressentimento militar quanto às velhas elites que acumularam privilégios face a debilidade e ineficiência da sociedade. Como soldados, inclinariam-se a repelir o compromisso e a contemporização típicos da atividade política. Desse modo, o “pensamento tecnocrático militar”, institucionalizado pela formação profissional, conferiria uma visão bastante simplista sobre o universo político, na qual estaria embutida a sua capacidade, por assim dizer operacional, para agir nesse espaço:

³⁴ Idem, p. 105.

Como soldados, tendem a crer que qualquer problema seja suscetível de uma solução simples e direta. Os líderes são homens que podem identificar o módulo central de uma situação – seja técnica, militar ou social – e que estão preparados para superar os obstáculos e alcançar o resultado desejado.³⁵

A abordagem de Janowitz, eminentemente institucional, em certa medida conduz a generalizações um tanto amplas e vagas e que tendem a homogeneizar as clivagens e as lógicas internas que marcam as disputas entre os diferentes polos das forças armadas na definição do seu papel institucional e na intervenção nas lutas políticas que emergem nas diferentes sociedades. Tampouco leva em consideração os efeitos que a Guerra Fria exerceu sobre as forças armadas do Terceiro Mundo, tanto em termos de importação e reelaboração de doutrinas voltadas para a “segurança interna” quanto para o fato de terem sua função policial acentuada em relação à função militar clássica. Ainda assim, tem o mérito de assinalar a importância da formação profissional e do acumulado de experiências como elementos favoráveis ao desenvolvimento de uma “disposição burocrática e de gestão que seja congruente com a modernização gradual e a mudança social.”³⁶

Se Janowitz tende a passar ao largo da Guerra Fria em seu modelo, Alfred Stepan propõe o modelo do *novo profissionalismo*, no qual a perspectiva de uma revolução social é decisiva para a intervenção militar na política. Para o autor, os exércitos do Brasil e do Peru nessa época eram os mais profissionalizados da América Latina, no entanto, os padrões de profissionalismo (procedimentos universalistas para recrutamento e promoção de oficiais, sistemas escolares estruturados, doutrinas elaboradas, estados-maiores) coexistiam com a crescente mobilização nos anos precedentes aos golpes que os conduziram ao poder. Nesse sentido, 1964 no Brasil seria parte do fenômeno mais amplo do *novo profissionalismo militar*, marcado por uma

³⁵ JANOWITZ, M. 1977, p.132.

maior ênfase na segurança interna, no desenvolvimento nacional e na ampliação do papel dos militar na política.³⁷

Stepan argumenta que entre os anos finais da década de 1950 e os iniciais da década de 1960 as vitórias de exércitos revolucionários sobre os convencionais na China, na Indonésia, na Argélia e em Cuba fizeram com que forças armadas tanto do Primeiro quanto do Terceiro Mundo dessem mais atenção às estratégias militares e políticas de combate e prevenção da “guerra revolucionária doméstica”. A dissolução do exército cubano após a revolução de 1959 teria acelerado a redefinição do papel dos militares na América Latina em favor da primazia da “segurança interna”, o que também foi incentivado pelos Estados Unidos. Como consequência deste cenário, o autor sustenta que no “Brasil e no Peru, onde os militares estavam altamente institucionalizados, a percepção da ameaça à segurança interna da nação e das próprias forças armadas os conduziu a focar suas energias na ‘profissionalização’ da sua abordagem da segurança interna”.³⁸ Assim, as instituições militares de ensino teriam se debruçado de tal modo sobre as questões relacionadas à segurança interna que esses exércitos, altamente profissionalizados, tornaram-se muito mais envolvidos com os problemas políticos, pois a sua noção de segurança abrangia todos os aspectos da vida social, econômica e política. Nesse sentido o autor conclui a sua argumentação afirmando que

Instead of the gap between the military and the political spheres widening, the new professionalism led to a belief that there was a fundamental interrelationship between the two spheres, with the military playing a key role in interpreting and dealing with domestic political problems owing to its greater technical and professional skills in handling internal security issues. The scope of military concern for, and

³⁶ Idem, p. 125.

³⁷ STEPAN, Alfred. The new professionalism of internal warfare and military role expansion. In: _____. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1976. p. 48.

³⁸ Idem, p. 50.

study of, politics became unrestricted, so that the “new professional” military man was highly politicised.

The new professionalism of internal security and national development almost inevitably led to some degree of military role expansion.³⁹

O modelo proposto por Alfred Stepan tem o mérito de conferir ao profissionalismo militar e ao engajamento político um caráter não contraditório ou excludente. Também possibilita uma explicação para essa suposta nova articulação entre profissionalismo e engajamento a partir das novas funções, vinculadas à preservação da ordem interna e ao desenvolvimento, que os militares estariam exercendo na América Latina nos tempos da Guerra Fria. No entanto, é justamente aí que reside o limite do modelo de Stepan, pois reduz a presença militar na política a esse cenário específico. A confrontação bipolar, e a mobilização ideológica a ela inerente, de fato potencializaram a intervenção militar na política, afinal os regimes militares latino-americanos, fossem eles mais ou menos nacionalistas ou mais ou menos desenvolvimentistas, usavam como principal, mas não o único, recurso para se legitimar o combate à subversão e à “guerra revolucionária”.

Contudo, o interesse e a sistemática presença militar na política brasileira é bem anterior ao cenário descrito por Stepan. O estudo do grupo dos generais de 1964 permite observar que uma fração importante dos principais conspiradores e articuladores do golpe, que para Stepan representariam esse novo profissionalismo atento à segurança interna e ao desenvolvimento nacional, desde a década de 1920 atuou na esfera política sem, contudo, abrir mão de suas carreiras militares. A questão da revolução comunista estava igualmente posta para eles desde a insurreição de 1935 e o desenvolvimento atrelado à segurança desde o Estado Novo. Justamente aqueles que, para Stepan, seriam os formuladores do novo profissionalismo (o grupo fundador da Escola Superior de

³⁹ Idem, p. 51.

Guerra) eram já políticos experimentados na ocupação de cargos políticos de diferentes naturezas e na prática de conspirações políticas. Cordeiro de Farias e Juarez Távora, os dois primeiros comandantes da ESG já haviam participado dos levantes tenentistas, da coluna prestes, da Revolução de 1930 e da deposição de Vargas em 1945, o primeiro já havia sido interventor no Rio Grande do Sul por cinco anos e o segundo ministro da Agricultura por três anos.

O caráter modernizador, que com frequência é associado às intervenções militares na política de países do Terceiro Mundo, também é ressaltado por Bertrand Badie e Guy Hermet. Essa disposição modernizadora, decorrência da percepção que essas elites militares formulam a respeito do atraso de suas sociedades, lança mão da importação de modelos institucionais “ocidentais” como estratégia para deslocar as elites tradicionais e para conter os profissionais da política. Trata-se, portanto, de um tipo de modernização conservadora e que estabelece linhas de ação fora dos quadros institucionalizados do sistema político, ou para os autores, sem o crivo da “opinião pública”. Por isso trata-se de uma via que é, com frequência, golpista.⁴⁰ Essa noção de estratégia empregada por Badie constitui uma ferramenta de análise importante porque confere ao profissionalismo militar o seu caráter eminentemente político na medida em que estabelece a distinção desses grupos importadores que se afirmavam “modernos”, “técnicos” e “profissionais” em face às elites “tradicionais”, percebidas como despreparadas e pautadas pelo senso comum.⁴¹

⁴⁰ BADIE, Bertand y HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.p. 282s. e BADIE, Bertrand. *L'état importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992. p. 138.

⁴¹ Charles Tilly também confere relevância à importação do “modelo ocidental” pelos exércitos do Terceiro Mundo para o estudo das intervenções militares na política. No entanto, Tilly confere maior relevância à herança colonial (quando corpos armados modernos eram criados prioritariamente para o controle interno), à capacidade de governantes de extrair rendas da exportação de produtos primários e à ajuda militar de uma grande potência para se entender como se configuraram estados tão vulneráveis à tomadas abruptas de poder. Para essa questão, ver: TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 291s.

A questão do intervencionismo militar na América Latina também é percebida por Alain Rouquié como articulada com a modernização e a profissionalização dos exércitos. O autor da sugestiva tese dos partidos militares frisa que os exércitos refletem o grau de acabamento do Estado nacional e, como ramos armados deste, só podem conformar-se com as modalidades do seu desenvolvimento, havendo por isso, uma profunda diferença entre os exércitos da América Central e os da América do Sul.⁴² Rouquié estabelece ainda uma periodização para o fenômeno nos seguintes termos: 1) de 1869 à década de 1920 os exércitos se formam; 2) entre 1920 e 30 eles se profissionalizam e entram na vida política; 3) já nos 1960, o papel dos exércitos se internacionaliza sob a hegemonia EUA e da Guerra Fria.⁴³

Neste marco mais amplo, as dinâmicas das intervenções militares brasileiras na política acompanham a periodização de Rouquié, afinal, as sincronicidades foram marcadas não apenas pelos golpes dos anos 1960, embalados por discursos semelhantes de combate ao comunismo e à corrupção, mas pela vinda de missões militares européias (Alemanha e França) nas primeiras décadas do século XX, pelas rebeliões anti-oligárquicas do Chile, Equador e Bolívia mais ou menos contemporâneas ao tenentismo e pela crescente influência norte-americana a partir dos anos 1930.⁴⁴

⁴² ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991. p. 179. O argumento em torno do estudo da instituição armada operando como um partido na arena política é desenvolvido em ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques au sein des partis militaires: définitions et dynamiques. In: _____ (org.). *La politique de Mars*. Les processus politiques dans les partis militaires contemporains. Paris : Le Sycomore, 1981.

⁴³ ROUQUIÉ, A. 1991, p. 180.

⁴⁴ Para alguns estudos temáticos sobre a presença de militares na política em diferentes países do continente ver: EGUILEOR, Jorge Ochoa y BELTRAN, Virgilio Rafael. *Las Fuerzas Armadas Hablan*. Estudio de las actitudes formalizadas de las Fuerzas Armadas Argentinas respecto de problemas politicosociales en períodos críticos (1943-1963). Buenos Aires: Paidós, 1968. QUIROGA, Patricio y MALDONADO, Carlos. *El prusianismo en las Fuerzas Armadas chilenas*. Un estudio histórico 1885-1945. s.l.: Ediciones Documentas, 1988. McCLINTOCK, Cynthia y LOWENTAL, Abraham (comp.) *El gobierno militar: una experiencia peruana 1968-1980*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1985. Para um esforço de sistematização e de formulação de modelos ver, além daquelas obras indicados na nota 3 deste capítulo, SHILS, Edward et alii. *Los militares y los países en desarrollo*. Buenos Aires: Pleamar, 1968. CARRANZA, Mario Esteban. *Fuerzas Armadas y Estado de Excepción en América Latina*. Mexico: Siglo XXI, 1978.

Apesar do tema da intervenção militar na política ser uma área já intensamente trabalhada, contando inclusive com importantes obras capazes de sistematizar e de periodizar a produção existente, a predominância dada à instituição militar como um todo por estes trabalhos deixa em aberto, por seu turno, um campo de estudos que dê conta de como os diferentes grupos dentro das Forças Armadas operaram como atores políticos.

1.3.3 O Enfoque empregado

Cabe, então, investigar numa escala mais precisa como aquilo que Morris Janowitz chamou de “disposição burocrática” para a intervenção política pôde ser internalizada por um grupo específico de oficiais do Exército Brasileiro. E, a partir daí, investigar que tipos de ação política extra-militar estes indivíduos desempenharam ao longo de suas trajetórias, e qual a relação disso com a sua formação profissional e com as experiências compartilhadas pelo grupo. A abordagem aqui proposta de compreensão da relação entre formação e atuação política dos generais de 1964 procura articular ao contexto institucional e à dinâmica histórica do sistema político brasileiro as dimensões das trajetórias e das experiências desses agentes. Nessa perspectiva, as preocupações epistemológicas e a forma de estruturar o objeto da chamada sócio-história do político fornecem um apoio importante para este trabalho. Não só porque constituem uma área de estudos situada nas interfaces institucionais de diferentes disciplinas. Mas também porque a) investigam as dimensões do fenômeno político em espaços sociais que a ciência política e a história política não costumam fazer; b) pretendem não exatamente explicar mas apreender as lógicas sociais da ação política e c) restituem a ação, e com ela a produção de sentido, aos atores estudados.

Em um ensaio que é quase um manifesto da sócio-história do político, Yves Déloye sugere que a construção do objeto nessa área de estudos empregue o que ele chama de “problemáticas compartilhadas” da história, da ciência política e da sociologia e a situe nas “fronteiras flutuantes” e sempre contestadas dos fenômenos políticos. É nesse sentido que as lógicas sociais da ação política são apreendidas em sua historicidade sem serem reduzidas a um imperativo macro-explicativo em que os atores seriam pouco mais que o suporte de estruturas. Essa abordagem, na medida em que enfatiza a importância da história, confere à experiência européia de formação do Estado moderno um caráter singular que não pode ser transposto ou aplicado como norma para as demais experiências.⁴⁵ O que implica, no caso da formação profissional e do engajamento político dos generais de 1964, conferir um sentido que seja próprio à dinâmica das relações civis-militares no Brasil e da especificidade desse grupo de indivíduos. A preocupação em retomar os indivíduos na análise de uma forma não reificada se expressa também no freqüente emprego do estudo de trajetórias como alternativa para evitar o esquematismo do chamado paradigma da escolha racional. Em termos metodológicos Déloye assinala que

utilizando-se de noções de trajetória e de estratégia, a sociologia interpretativa pretende restituir a ação própria dos atores. Seu propósito é o de dar conta do sentido que eles investiram na história, assim como dos contextos que a eles se impõem.⁴⁶

Por isso empregou-se aqui o estudo das biografias como um recurso para demarcar as trajetórias percorridas pelos generais de 1964 em suas carreiras militares e em suas carreiras políticas. Com isso pode-se perceber que a “intervenção militar na política” não se dava apenas no plano institucional, em que as Forças Armadas ou,

⁴⁵ DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 42. Essa perspectiva é tributária dos estudos comparados de Moore e Tilly, particularmente das obras MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, e TILLY, C. 1996.

⁴⁶ DÉLOYE, Y. Op. cit. p. 37.

setores nela majoritários, deixavam os quartéis e, fazendo uso da força que detinham, derrubavam ou sustentavam governantes civis. O estudo da atuação política desse grupo específico de oficiais do Exército permite identificar que muitos deles, desde muito cedo, alimentavam ambições políticas e que a carreira militar não era incompatível com a carreira política. Muito depois de 1889 e mesmo antes de 1964 essa fração da oficialidade desenvolvera carreiras políticas por vezes notáveis, cujos diferentes perfis, produziram, governadores, senadores e deputados eleitos, ministros, burocratas de alto escalão, chefes de polícia, interventores federais nos estados, revolucionários, golpistas e candidatos a presidência da República.

Investigar as trajetórias percorridas por esses oficiais a partir de suas carreiras militares e políticas permite compreender a formação profissional e o engajamento político desses indivíduos numa dimensão temporal.⁴⁷ Desse modo, em cada período, as decisões individuais referentes às opções de carreira, ao engajamento (ou não) nas lutas políticas, à importação e consumo de idéias e modelos políticos e institucionais, à formulação doutrinária e à formação de grupos de conspiradores são compreendidas em sintonia com os diferentes contextos institucionais em que se desenhavam as relações entre civis e militares no Brasil. Essas decisões são mediadas também pela posição e pela disponibilidade de recursos de ação que, em cada contexto, os generais de 1964 ocupavam e podiam lançar mão. O que permite estabelecer os perfis de ação política extra-militar não é a definição de uma causa única, mas a identificação de um determinado repertório que em cada conjuntura específica oferece um leque de possibilidades de ação. Este pode ser apreendido a partir do tipo de formação, das

⁴⁷ Para uma discussão a respeito das possibilidades do emprego das categorias de trajetória e carreira, ver PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue Française de Sociologie*. v. 31, 1990, 3-22. E FILLUEILE, Olivier. Proposition pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. In: _____. *Sociologie de la protestation: les formes d'action collective dans la France contemporaine*. Paris, l'Harmatan, 1993. p. 199ss.

experiências que distinguem os agentes e dos sentidos que eles atribuíam a essas experiências.

A especificidade das relações entre a profissão militar e a política começa a se configurar no Brasil com a reforma de 1850 na lei de promoções, que marcou o início das transformações no corpo de oficiais que levariam ao surgimento de um Exército relativamente profissionalizado e estruturado em termos burocráticos. Segundo John Schulz, a introdução de mecanismos mínimos de tempo de serviço e de educação militar específica fez com que, ao longo da segunda metade do século XIX, a elite imperial declinasse a sua participação na composição do generalato. Abria-se dessa forma um espaço que possibilitava a ascensão pelo “talento” de oficiais de origem social menos favorecida. Ao contrário de seus antecessores, os oficiais desde então passavam a percorrer longas carreiras na corporação sem vínculos sociais mais fortes com a aristocracia ou com as demais classes sociais, o que os tornava, ainda conforme Schulz, “totalmente identificados com o exército”.⁴⁸ Para o autor, essa “padronização” na experiência de carreiras é um dos elementos chave para a participação política dos militares enquanto instituição. Esses novos oficiais que passaram a compor as fileiras do Exército acreditavam na necessidade de reformas sociais que favorecessem a industrialização, o desenvolvimento das ferrovias e a imigração européia e identificavam como principal obstáculo ao progresso do Brasil a elite fazendeira escravista. O exemplo paradigmático dessa geração de oficiais é certamente Benjamin Constant, que sem recursos herdados e órfão de pai, ingressou na Escola Militar em 1852 trilhando uma carreira cuja ascensão dependeu prioritariamente do mérito pessoal

⁴⁸ SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 30. Para o processo, bastante lento e crivado de recuos, de implantação da reforma assinada pelo ministro da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Melo, ver MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1976. p. 125ss.

e cujo engajamento político esteve no centro da crise que levou à proclamação da República.⁴⁹

Essa geração de militares que se engajou na política brasileira no final do século XIX produzia representações de si que a colocavam como que “predestinada a ocupar uma posição central na sociedade em função de sua educação científica”.⁵⁰ O que certamente serviu como um motivador e um legitimador para a ação política. Consolidava-se então uma visão na qual os militares, particularmente essa oficialidade “jovem” do Exército, se representava como uma espécie de reserva moral que tinha o compromisso de reformar a sociedade, ou pelo menos a política brasileira, com base no saber científico que julgava portar.⁵¹ Assim, com a reforma no ensino militar implementada na gestão de Benjamim Constant no Ministério da Guerra, o próprio papel do Exército transcenderia o seu enquadramento clássico de defesa do Estado-Nação e apresentava-se como imbuído de

...uma missão altamente civilizadora, eminentemente humanitária e moral. (...) O soldado, elemento de força, deve ser hoje o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso, como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado às instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral. [Para isso] o militar precisa de uma bem dirigida educação científica que (...) o habilite, pela formação do coração (...) e pela expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais.⁵²

Apesar do alcance limitado da implementação da reforma, ela institucionalizava a figura do “soldado-cidadão”, cuja imagem seria reatualizada na década de 1920 pelo *tenentismo*. Três gerações separam os republicanos positivistas que compunham a

⁴⁹ Para um breve perfil de Benjamin Constant, CASTRO, C. 1995. p. 105 ss.

⁵⁰ CASTRO, C. 1995. p. 141.

⁵¹ COELHO, E. Op. cit. p. 83ss.

⁵² Preambulo do regulamento da Escola Militar de 1890. Apud: MOTTA, J. Op. cit. p. 207s.

chamada “mocidade militar”, que gravitava em torno de Benjamin Constant, dos agentes aqui estudados. Nesse período, teve-se uma forte presença de militares no cenário político dos primeiros anos da República (dois presidentes e um grande número de parlamentares) e, a partir do governo Prudente de Moraes, um progressivo afastamento do exército como instituição e dos militares, individualmente, da cena política brasileira. Esses dois grupos são também separados por modelos de formação profissional do oficialato bastante distintos. Nas décadas finais do século XIX estruturou-se um modelo de formação do oficialato marcado por uma grande ênfase em conteúdos científicos, forte influência da recepção do positivismo e menor atenção aos saberes militares específicos; formava-se, como se dizia na época, “bacharéis de farda”.

O profissionalismo militar dos oficiais do Exército que estavam no topo da carreira em 1964, formados sob a influência de oficiais que estagiaram na Alemanha e da Missão Militar Francesa, era em grande medida outro. Apesar da manutenção de disciplinas “científicas” nos currículos, grande ênfase e valor eram então conferidos aos saberes militares específicos (tática, estratégia, manejo de armas e equipamentos, manobras, etc.). Durante o período em que os agentes cumpriam a primeira etapa de sua formação, na Escola Militar do Realengo, várias reformas no ensino foram implementadas, todas tendo como horizonte uma formação mais profissional, que deveria formar um corpo de oficiais portadores dos saberes específicos do militarismo, obedientes a autoridade civil e distantes das lutas políticas nacionais, regionais ou locais.

No entanto, a disposição para a ação política extra-militar dos generais de 1964 era tão forte quanto a dos oficiais do início da República e quando aqueles cursavam a Escola Militar, com frequência reivindicavam a “tradição” destes de “guardiões da nação” e, como eles, defendiam idéias políticas antiliberais e autoritárias. Para os

generais de 1964 uma visão crítica em face aos “políticos profissionais” e ao modelo político vigente foi fortemente internalizada desde os tempos da Escola Militar do Realengo e, para esses agentes aqui estudados, foi com frequência empregado como um elemento de justificação da “necessidade” do engajamento político, pois haviam que purificar (ou moralizar) a política em favor da segurança da nação e do bem comum. A ativação desse discurso moralizador era um recurso empregado tanto em engajamentos individuais (como foi feito na campanha eleitoral de Juarez Távora em 1955 ou por João Punaro Bley quando assumiu a interventoria no Espírito Santo, em 1930) quanto coletivos (como no caso do levante de 1922 ou das manifestações durante crise de 1954).

A geração de oficiais a qual pertencia o grupo aqui estudado acompanhou uma mudança significativa no peso do Exército nas correlações de força do Estado brasileiro. Depois de quase uma década de insurreições, marchas e conspirações que marcaram o tenentismo nos anos 1920, a Revolução de 1930 projetou o Exército para o centro do poder nacional de modo que a burocracia militar conquistou uma parcela de poder que não conseguira mais desde 1889.⁵³ Especialmente durante o Estado Novo, uma série de reformas foram levadas a cabo no sentido de aparelhar o Exército – que até então enfrentava a concorrência das polícias estaduais –, de restringir o espectro ideológico de seus quadros, e de fortalecer a sua capacidade de ingerência sobre a política nacional e sobre as agendas de política externa, de infra-estrutura e, obviamente, de defesa. Foi em meio a esse progressivo empoderamento do Exército que, influenciados por autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, os generais de 1964 cursaram a Escola de

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. in A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 109. Ver também CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t.3, v. 2.

Estado-Maior. Vários deles já haviam ocupado cargos políticos ou administrativos de maior ou menor relevância por ocasião da Revolução de 1930 e na EEM tiveram a oportunidade de reforçar suas crenças quanto a superioridade moral e o preparo técnico dos militares de modo que as crescentes preocupações institucionais com os “problemas brasileiros” sedimentavam entre os agentes aqui estudados a crença no caráter natural e necessário do seu engajamento político.

Com a II Guerra Mundial e a aproximação com os Estados Unidos essas tendências se acentuaram. O envio de oficiais para cursos nos EUA e a atuação da FEB reforçaram a importância conferida a temas como mobilização e industrialização como condição para a garantia da defesa nacional. Nos anos 1940 e 50, a criação de organismos internacionais de cooperação militar com os Estados Unidos, para os quais muitos dos generais de 1964 foram enviados, constituiu espaços importantes para o reforço da crença desses indivíduos na constante ameaça representada pelo comunismo. Em grande medida, essas tendências se catalisaram nesse período de Guerra Fria com a consolidação da Escola Superior de Guerra, que tornou-se um importante espaço de formulação doutrinária e um dos mais importantes espaços de articulação para as lutas políticas nas quais se engajavam os generais de 1964 na década que precedeu o golpe.

Se, conforme a periodização de Rouquié, a pauta da Guerra Fria preponderou nas relações dos exércitos latino-americanos com os seus meios políticos nacionais depois de 1945, no Brasil o fortalecimento político institucional das Forças Armadas durante o Estado Novo tornou essa questão ainda mais complexa. Desde então, as Forças Armadas passam a ser o fiel da balança política nacional. A partir de 1945 as diferentes forças políticas brasileiras vão, de diversas maneiras, buscar alianças com o “partido militar” como forma de alcançar ou garantir o exercício do poder. Essa “aposta”, contudo, era bastante incerta pois entre 1945 e 64 as Forças Armadas estavam

fortemente divididas, operando mais como um campo de lutas, que por sua vez refletia as clivagens políticas nacionais, do que como uma força moderadora.

Depois de 1964 e da eliminação do polo esquerdista, o Exército, em particular, será o palco de novas clivagens e de uma nova tensão, agora entre “o palácio e a caserna”, cuja gestão coincide com o declínio político e etário dos membros mais velhos dos generais de 1964, com a manutenção dos mais novos e com a projeção de uma nova geração de militares para os postos políticos e para os novos organismos de repressão.

Deve-se ponderar ainda que a ação extra-militar das Forças Armadas brasileiras, mesmo durante o seu período de maior protagonismo político, se distingue também das experiências africanas basicamente em dois aspectos: a) nenhuma das lideranças militares que, no período aqui analisado, se projetaram no campo político (Góes Monteiro, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Lott e os presidentes depois de 64) estiveram perto de estruturar regimes “personalistas” como o de Nasser ou Kadafi; b) apesar da expansão da produção econômica estatal durante o regime de 1964 (o chamado “capitalismo de Estado”), os militares brasileiros não se apropriaram do sistema exportador ou da “ajuda internacional” como fonte de financiamento dos “gastos militares” e, assim, de sua permanência poder como ocorreu, por exemplo, em Uganda.

A descrição de um cenário institucional de relações entre civis e militares ou a afirmação, ainda que repetida, do poder das academias militares, e de suas escolas superiores, de instaurar formas de pensar em seus egressos não são suficientes para estabelecer um nexos mais consistente entre a formação profissional, as experiências compartilhadas e a tipificação da ação política extra-militar dos agentes aqui estudados. Em função disso, para dar conta da hipótese levantada neste trabalho, duas categorias fundamentais devem ser desdobradas: formação e repertório. Isso se faz necessário

porque elas são reveladoras das experiências e dos sentidos a elas conferidos que marcaram a especificidade do grupo de oficiais do Exército aqui designados como generais de 1964.

1.3.4 Parâmetros conceituais

De forma bastante sucinta e pragmática, formação profissional é aqui entendida como o processo de internalização nos indivíduos dos saberes, práticas e disposições que, em primeira instância, a cúpula da instituição militar julgava ser indispensável para a configuração do corpo de profissionais que assegurasse a continuidade da corporação e de suas funções exclusivas. O espaço de formação profissional dos oficiais que vieram a compor o grupo aqui designado como generais de 1964 é o já razoavelmente bem estruturado sistema escolar criado pelo Exército. Esse sistema envolvia os colégios militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Barbacena, a Escola Militar (a partir de 1918 obrigatória para o ingresso na carreira de oficial), a Escola de Armas e a Escola de Estado Maior, além de uma série de outros estabelecimentos de ensino técnico ou voltados para os suboficiais e dos centros de preparação de oficiais da reserva.⁵⁴ Mais tarde foi agregado a esse sistema a Escola Superior de Guerra. Por ser um sistema escolar de formação profissional, para os objetivos deste trabalho, pode-se atribuir-lhe algumas das características genéricas que Pierre Bourdieu confere esse tipo de instituição. Nesse sentido a escola

⁵⁴ PONDE, Francisco de Paula. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 271.

constitui o fator fundamental do consenso cultural nos termos de uma participação de um senso comum entendido como condição da comunicação. O que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns.⁵⁵

Em função disso não se pode dissociar o processo de formação profissional dos generais de 1964 do processo de socialização desses indivíduos no âmbito da sua corporação. Ao longo dos anos que cursaram a Escola Militar do Realengo, esses agentes foram internalizando não só os saberes então considerados indispensáveis para a formação de um oficial do Exército, mas toda uma série de valores, hábitos, crenças e atitudes que não apenas assinalavam mas instituíam a distinção entre militares e civis.⁵⁶ Com frequência se atribui à família e à escola as funções socializadoras decisivas na vida dos indivíduos e, quase por decorrência natural, se atribui também a essas instituições um papel equivalente na explicação das orientações políticas individuais.⁵⁷ Diferente das abordagens que correm o risco de cair numa espécie de essencialismo ou que entendem os indivíduos como blocos coesos e coerentes que pensam e agem da mesma forma por toda a sua vida, neste trabalho a formação profissional e a internalização das formas com que os generais de 1964 pensavam e agiam no âmbito político – expressas num repertório convergente – são entendidas sob um prisma processual, senão histórico. Apesar de descrever agentes e um espaço social totalmente distinto do aqui abordado, Daniel Gaxie sustenta que as disposições políticas são adquiridas pelos agentes ao longo de um processo de socialização complexo. Mais precisamente o autor afirma que:

⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 206.

⁵⁶ Para essa questão, ver JANOWITZ, M. 1967, p. 130. E GERKE, Teitler. La genesis de los cuerpos de oficiales profesionales. Aspectos teoricos. In: BAÑÓN, Rafael y OLMEDA, José. (comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

⁵⁷ Para uma crítica dos diferentes paradigmas que sustentam essa posição e para um mapeamento das concorrências entre eles, ver IHL, Olivier. Socialisation et événements politiques. *Revue française de science politique*. v. 52, n. 2-3 avril-juin 2002, pp. 125-143.

Os instrumentos de apreensão das realidades políticas (e também das outras realidades sociais) são então suscetíveis de serem adquiridos ao longo da vida e a relação com a política (e mais genericamente com o mundo social) pode assim variar ao longo de cada história biográfica. A socialização deve ser então analisada como um processo global e coextensivo a cada história de vida.⁵⁸

Nesse sentido, nem tudo está dado na origem social ou familiar dos indivíduos e nem todas as disposições com relação à política foram inscritas na primeira etapa da socialização secundária dos generais de 1964, na Escola Militar do Realengo. Se é possível fazer uma generalização das considerações de Gaxie, deve-se investigar as demais etapas e esferas de socialização dos generais de 1964 para que se possa apreender as diferentes dimensões de seu engajamento político. O processo de formação profissional desses militares era, como se verá adiante, bastante longo. Muitos começavam a sua vida sob a disciplina castrense como internos nos colégios militares. Para aqueles que não estudaram nesses colégios (aproximadamente 25% do grupo), a formação começava com quatro ou cinco anos na Escola Militar. Após galgarem os primeiros postos da hierarquia cursavam mais um ano na Escola de Armas, mais tarde rebatizada de Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, como oficiais superiores, cursavam mais três anos na Escola de Estado-Maior. Boa parte dos agentes aqui estudados frequentou também o curso de um ano na Escola Superior de Guerra, de modo que numa vida militar de aproximadamente 40 anos não era incomum permanecer nove ou dez anos em instituições formadoras da oficialidade do Exército na condição de aluno.

Daí a importância dessas instituições, do controle sobre elas, do perfil de formação que elas instituíram e do tipo de socialização que elas conferiram ao oficialato de modo geral e aos generais de 1964 em particular. Ao obrigar os oficiais a voltar aos

⁵⁸ GAXIE, Daniel. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. *Revue française de science politique*. v. 52, n. 2-3 avril-juin 2002, p. 170.

bancos escolares para avançar na carreira, o sistema de ensino militar possibilita o contínuo reforço das características e atitudes consideradas essenciais a um oficial. Paralelamente, ele possibilita também o reforço de solidariedades entre os agentes que compõem as turmas. Ao levarem consigo o “espírito de camaradagem” das escolas, esses oficiais passam a dispor de recursos estratégicos não só para a gestão de suas carreiras (contatos para obter ou facilitar o acesso a bons postos e promoções) mas também para a mobilização política nas diversas modalidades do repertório de ação política de que dispunham. Não só as escolas se mostraram importantes centros de conspiração e de “pronunciamentos” militares mas a estratégia de mobilizar seus “camaradas” (ex-colegas do Realengo ou da Escola de Comando) para as conspirações indicam a importância do espaço e do tipo de socialização que, para a geração dos generais de 1964, se deu no sistema de ensino.

Uma ressalva, contudo, se faz necessária. O objeto aqui não é o sistema militar de ensino, mas o grupo de generais já delimitado, por isso não há qualquer pretensão de generalizar o sentido da formação profissional ministrado por essas instituições, afinal elas também formaram os oficiais que compunham o polo nacionalista do Exército Brasileiro e formaram ainda aqueles que se filiaram tanto ao fascismo quanto ao comunismo. A questão está em compreender como se deu a relação entre formação profissional, formação política e a ação extra-militar nesse grupo específico de oficiais do Exército. É nessa articulação que se pode apreender como de fato esses agentes operaram na esfera política, quais as peculiaridades das trajetórias dos generais de 1964 e quais os sentidos por eles construídos para aquelas experiências.

Por isso pode-se afirmar que nem toda a formação se deu nos espaços escolares. Ao longo de sua trajetória os agentes desse grupo acumularam uma série de

experiências igualmente constituidoras e que marcaram o perfil do seu engajamento. O sentido atribuído a essas experiências, contudo, foi em grande medida produzido a partir dos esquemas de compreensão e de classificação internalizados nos espaços de formação profissional. Cabe então explicitar quais são esses esquemas de compreensão, e como eles estão ligados à mobilização de determinadas práticas políticas.

Com esse objetivo é empregada aqui a noção de repertório, que pode ser traduzida como um conjunto de recursos intelectuais que envolvem conceitos, doutrinas e esquemas explicativos que podem ser utilizados seletivamente, como ferramentas, conforme as necessidades ou interesses dos agentes em questão. Não se trata apenas de formas de pensar, mas também de formas de agir. Na maneira que o conceito foi formulado por Charles Tilly ele diz respeito prioritariamente às práticas, ou a “ação coletiva” de caráter reivindicativo de um determinado segmento da sociedade em face ao poder instituído. Para Tilly, repertórios são “criações culturais aprendidas” – daí sua relação com tradições intelectuais – que emergem da luta política, de modo que:

Repertórios de ação coletiva designam não performances individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes conjuntos de atores. [...] um conjunto limitado de esquemas aprendidos, compartilhados e postos em práticas através de um processo relativamente deliberado de escolha.⁵⁹

Tilly demonstra como os repertórios de ação coletiva na França passam de um perfil comunal e dependente da patronagem, marcados por motins, sabotagens e justiçamentos, nos anos 1650-1850, para um perfil nacional e autônomo, marcados por greves, manifestações, movimentos sociais e campanhas eleitorais, nos anos 1850-1980.⁶⁰ Ao propor uma sociologia dos grupos de interesse, Michel Offerlé incorpora o

⁵⁹ TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain 1758-1834. *Social Science History*. 17:2, p. 246. Apud ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15 n., 44, outubro de 2000. p. 46.

⁶⁰ TILLY, Charles. *The contentious French: four centuries of popular struggle*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

conceito e algumas de suas implicações – sobretudo a de que ao longo dessas transformações nos repertórios de ação coletiva pode-se observar o lento processo de pacificação da vida coletiva européia – mas faz algumas ressalvas. Sobretudo no caráter excessivamente centrado na ação pública ou “de rua” por Tilly conferido o que, para Offerlé, implicaria em cair num triplo reducionismo: “somente os grupos dominados lançariam mão do recurso da ação coletiva, que seria exclusivamente pública, fundada na união física de uma fração do grupo e lhe representaria por completo.”⁶¹ A crítica de Offerlé abre caminho para um emprego mais amplo da categoria criada por Tilly, fornecendo uma ferramenta para se tratar a ação política de grupos que operam, por assim dizer, desde as margens do sistema político institucional, sejam eles grupos de interesse legitimamente constituídos, ou oficiais do Exército com perfis híbridos de carreiras (que se alternam tanto na esfera militar quanto na política) e que freqüentemente se engajam politicamente à luz de um esquema autoritário de ação e de compreensão sobre o mundo social e político.

É possível, então, enumerar uma série de práticas que compõem o repertório de ação empregado pelos generais de 1964 no decorrer de suas longas carreiras militares e políticas. Para melhor visualização elas foram organizadas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1.1
Repertório de ação política dos generais de 1964

Esfera militar	Legal	Formulações doutrinárias Ingerência sobre a formação de oficiais e acesso ao QEME Ingerência sobre promoções e transferências
	Extralegal	Insurreição armada Terror/tortura Manifestos

⁶¹ OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des groupes d'intérêt*. 2 ed. Paris: Montchrestien, 1998. p. 105.

Esfera Política	Legal	Campanhas políticas Disputas eleitorais Ocupação de cargos político-administrativos
	Extralegal	Conspiração Golpe de Estado Terror/tortura

O recurso às conspirações e à insurreição armada é bastante precoce em vários dos agentes que compõem o grupo e permanece como uma alternativa concreta de ação política por toda a sua trajetória, da qual os golpes ou tentativas de golpes de Estado são suas conseqüências imediatas. Conforme ascendiam na estrutura hierárquica do Exército, seus recursos de ação no âmbito da corporação também aumentavam. Como oficiais inferiores a sua possibilidade de ação no plano legal era restrita à publicação de artigos ou à tentativas de influenciar os “chefes” militares, quando próximos deles serviam. Como oficiais superiores, e sendo alguns deles projetados à condição de “lideranças” militares, o escopo de sua ação nas disputas políticas que permeavam o Exército Brasileiro (“nacionalistas” x “internacionalistas” nos anos 1950, por exemplo) era significativamente maior; podendo controlar promoções e transferências de oficiais ou, o que a longo prazo mostrou-se ainda mais importante, exercendo grande influência sobre o processo de formação dos novos oficiais e de seu ingresso nas funções estratégicas de Estado-Maior. Foi nesta condição que práticas de coerção violentas como a intimidação através da tortura e do terror de adversários ou opositores foram mobilizadas, ou facilitadas, pelos membros do grupo aqui estudado.

A condição de oficiais superiores facultava a uma fração dos agentes estudados a possibilidade de formular as doutrinas que informavam as atividades da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. Não se tratava apenas de formular uma doutrina que, como se verá adiante neste trabalho,

sistematizava e codificava todo um repertório discursivo compartilhado pelos agentes, havia que se assegurar a sua difusão e reprodução entre toda a oficialidade.

Ainda que a demarcação de uma esfera política e outra militar seja um tanto arbitrária, dada as influências transversas que uma exerce sobre a outra e dado o fato que as Forças Armadas são parte do Estado, portanto da arena política institucional, é possível afirmar que os agentes possuíam relativa clareza de quando agiam num meio em que predominavam as regras da caserna e de quando operavam no mundo “paisano” dos “políticos profissionais”. Assim, quando agiam nesse último espaço, mobilizavam recursos de ação típicos da arena política como campanhas de caráter público (Cruzada Democrática, Recuperação moral do país, Marcha da Família com Deus Pela Liberdade), disputavam eleições para diversos cargos executivos e legislativos e ocupavam funções políticas e administrativas na burocracia federal e estadual depois de 1930.

Além desse repertório de práticas, foi se instituindo um repertório de representações junto a esses agentes ao longo de suas trajetórias. Tomados separadamente os seus componentes não são muito reveladores, pois são posturas e formas de entender e de fazer a política bastante disseminados no Brasil. A sua articulação, contudo, é o que traz a tona a especificidade do autoritarismo dos agentes em questão. Partilhar desse repertório de representações constitui um importante fator de convergência na atribuição de sentido às experiências acumuladas em conjunto pelos componentes do grupo, o que, por sua vez, opera como um elemento de reforço das identidades e solidariedades do próprio grupo.

O conjunto de elementos que compõe esse repertório de representações parte de uma espécie de diagnóstico da situação de “atraso” e “desordem” da realidade brasileira.

O atraso é associado à debilidade econômica e militar do país, bem como a uma percepção de que o Brasil estaria aquém das suas possibilidades de ocupar uma posição de maior projeção no cenário internacional. Essa debilidade, na visão militar, põe em risco o Estado e impede as forças armadas de cumprirem a sua missão de garantir a segurança da nação. A desordem é associada à intensificação dos conflitos sociais na arena política, que freqüentemente é traduzida em termos de ameaça comunista, excessos do liberalismo ou simplesmente corrupção dos políticos civis. Neste diagnóstico, já está implícita a idéia da necessidade de um processo de modernização conduzido por uma elite ilustrada capaz de contornar o atraso; o que implica em neutralizar os setores arcaicos da sociedade, e de evitar ameaças “desagregadoras” – internas e externas - que representassem uma ruptura na unidade nacional e na “vocação ocidental e crist a da sociedade brasileira”.

Um dos elementos que cedo passa a compor o repertório discursivo dos agentes estudados consiste na crença de que seus protagonistas estão imbuídos de uma missão em prol da “regenera o moral” dos costumes políticos. Desde os tempos de Benjamin Constant difunde-se entre a oficialidade do Exército Brasileiro uma auto-representa o de que os militares constituem uma espécie de reserva moral politicamente desinteressada e comprometida apenas com a “Na o”. A isso soma-se a idéia de que o exército é a única institui o de abrangência verdadeiramente nacional, ao contrário dos “políticos” e das elites regionais, cujos interesses “particularistas” e “contraditórios” constituem um entrave ao progresso e uma ameaça   segurança. Paulatinamente foi se inscrevendo no discurso dos “chefes” militares o argumento que, por recrutar os seus quadros nas diferentes camadas sociais e regiões do Brasil, o Exército seria a própria “encarna o da Na o”, comprometido apenas com o bem comum e os “interesses da pátria” e nunca com os interesses de uma classe ou de uma região específica.

Outro elemento do repertório é o fundamento técnico-científico do exercício do poder. Diante de um panorama em que os generais de 1964 pintam as “elites” como despreparadas e o “povo-massa” como presa fácil da manipulação dos “políticos profissionais”, do populismo ou do comunismo, esses agentes se auto-representam como sendo aqueles que verdadeiramente conhecem o Brasil, seu povo e seus problemas. Portadores de saberes técnicos e da crença de que estes lhes franquiavam a solução “objetiva” dos problemas brasileiros, pretendiam credenciar uma elite dirigente cuja legitimidade repousava mais na sua propalada competência que na investitura pelo voto.

Diretamente atrelado a esse elemento, vinha a ênfase no planejamento que, nos termos em que era apregoadado, consistia na redução da política à questões “técnicas” e na eliminação do dissenso em favor do “equacionamento” dos problemas relativos à necessidade de segurança e dos imperativos do progresso (entendido como desenvolvimento do sistema de transportes, de energia e da capacidade industrial). O saber técnico deveria garantir um governo acima dos interesses particulares, que “dividiam a nação”, e legitimaria a autonomia do Estado em relação a sociedade, pois estaria sempre agindo em favor do “bem comum” e da harmonia social. Negava-se com isso a legitimidade do conflito como instituidor da democracia e, em nome do despreparo das elites tradicionais e da população e em nome do compromisso dessa elite “preparada” com o bem comum, legitimava-se uma posição tutelar e autoritária.

Nesse sentido, se davam os usos da palavra democracia. De um lado, fazia-se toda uma crítica à imperfeição e inadequação das instituições que amparavam a democracia existente no Brasil (Constituição, legislação eleitoral, partidos, políticos e eleitores) e, deslocando a “verdadeira” democracia para o futuro, defendia-se, com maior ou menor grau de transparência, uma ditadura saneadora, ou moralizadora. Esta

prometia a modernização da economia e da sociedade que, planejada e executada por uma elite técnica e moralmente superior, seria capaz de garantir a transição para um sistema político com relativo grau de pluralismo e sem riscos de mobilização dos setores populares. Enfim, uma democracia sem conflitos, pois gerida por um Estado capaz de harmonizar a sociedade. De outro lado, durante a Guerra Fria, democracia era com frequência empregada nos embates políticos dos generais de 1964 como o oposto do comunismo. Essa definição negativa de democracia era uma das armas retóricas mais empregadas pelo grupo contra o polo nacionalista das Forças Armadas nos anos 1950 e 60.

Os repertórios de ação e de representação que os agentes mobilizavam eram, portanto, fundamentalmente autoritários. Isto porque combinavam posições favoráveis à concentração de poder no Executivo, ao esvaziamento do Legislativo, ao controle sobre o Judiciário ao fortalecimento da burocracia civil e militar no sentido de ampliar a interferência militar na política em nome da segurança, interna ou externa. A isso se agregavam as críticas ao liberalismo político, à percepção da política como expressão de conflitos sociais ou ideológicos, à mobilização política da sociedade, à crença na representatividade dos partidos e, com frequência, à legitimidade dos pleitos.⁶²

Por fim cabe explicitar o que se entende por engajamento político neste trabalho. Trata-se de ações realizadas no campo da política pelos indivíduos do grupo aqui estudado que extrapolam os limites institucionais da corporação militar. A linha, contudo, é por vezes tênue. Existem funções políticas que, no Brasil do período estudado, eram consideradas de caráter militar, como o cargo de ministro do Guerra e a sua chefia de gabinete, ou ainda a secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

⁶² Para dois balanços a respeito do autoritarismo, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O Estado autoritário e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. e COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Diante disso, pode-se identificar dois tipos básicos de ação política extra-militar para os generais de 1964. O primeiro, de caráter legal, obedece às regras do jogo político institucionalizado e compreende a ocupação de cargos de natureza política nos poderes Executivo e Legislativo tanto na esfera federal quanto dos estados, envolve também a atuação partidária bem como a participação em campanhas e a disputa de eleições. Trata-se de ações que já estão bem além das funções de comando de tropas, de administração nos estados-maiores ou de ensino nas escolas militares que preenchem as carreiras da maior parte dos oficiais do Exército. O segundo tipo, extra-legal, compreende a articulação ou adesão a conspirações, revoltas e golpes contra a ordem política instituída, independente destas ações terem sido bem sucedidas ou não. Envolve ainda a participação em atos políticos ou na divulgação de manifestos.

São estes, então, os parâmetros que informaram a construção do objeto deste trabalho. Cabe nos capítulos seguintes desenvolver o conteúdo da pesquisa propriamente dita e a argumentação que sustenta a hipótese.

SEGUNDO CAPÍTULO

Espaços de formação profissional e formação política

Este capítulo pretende descrever as condições de formação profissional da geração de militares que iniciou sua carreira na década de 1920 priorizando, especificamente, a fração de oficiais que veio a compor o grupo aqui designado como os generais de 1964. Para tanto, num primeiro momento, situará longitudinalmente este grupo e o grupo de controle nas diferentes etapas do sistema militar de ensino. Posteriormente, centrado na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, fará algumas incursões por relatos de alunos dos colégios militares de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que posteriormente compuseram o grupo de agentes em questão. Num terceiro momento o foco se desloca para a formação superior dos generais de 1964, compreendendo aí a Escola de Estado Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra. O objetivo aqui é investigar os aspectos que, a partir das fontes mapeadas, marcaram mais profundamente a formação desses indivíduos em oficiais do Exército e neles procurar responder, em consonância com a hipótese levantada, em que medida os espaços de formação profissional dos generais de 1964 eram também espaços de formação política.

2.1 Inserção no sistema militar de ensino

O caminho para o generalato passava pelas sucessivas escolas de formação de oficiais do Exército, escolas cujo comando e orientação curricular ficavam a cargo dos próprios militares. Esses elementos são indicativos de que o sistema de formação militar pelo qual passaram os generais de 1964, primeiro como alunos e depois como instrutores, possuía uma considerável margem de autonomia. Essa autonomia, evidentemente que dentro de certos limites, afinal a ascensão ao generalato dependia das canetas do Presidente e do Ministro da Guerra, permitia que os militares estabelecessem os parâmetros quanto aos saberes necessários para a sua formação profissional e também quanto à deontologia de sua corporação. Esse fechamento do sistema de formação militar à influências externas, seja quanto ao seu conteúdo ou seja quanto aos contatos dos oficiais ou futuros oficiais com espaços de formação civis, favorecia também a produção e a reprodução de padrões de comportamento, de gostos e de expectativas próprios, que também poderiam se desdobrar em formulações doutrinárias específicas. Esse modelo, que guarda semelhanças com o modelo francês, no que se refere à importância das escolas e do mérito escolar para a progressão na carreira e à circulação periódica dos oficiais pelas guarnições espalhadas pelo país⁶³, contribuiu para que o reforço do espírito de corpo se dê em oposição às elites civis, frequentemente percebidas com estranheza e desconfiança pelos oficiais militares.⁶⁴

⁶³ Para uma comparação entre diferentes modelos de formação de oficiais, ver CAILLETEAU, François et BONNARDOT, Gérard. Le recrutement des généraux en France, en Grande-Bretagne et en Allemagne. In: SULEIMAN, Ezra et MENDRAS, Henri. (dir). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Decouvert, 1995.

⁶⁴ Essa questão, no que concerne aos generais de 1964, será desenvolvida no próximo capítulo, todavia parece ter-se estruturado no processo de formação militar de tal modo que ainda era identificado na AMAN do anos 1980 cf. CASTRO, Celso, *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: JZE, 2004.

A única interface que o sistema de formação militar abre ao “mundo civil” é a Escola Superior de Guerra, instituição que recebia, e recebe, estagiários e conferencistas não militares. Todavia, o ingresso se dá exclusivamente por indicação e os civis interagem apenas com oficiais que já percorreram as demais escolas. Portanto, não há maiores riscos de abertura, pois os estagiários militares da ESG são invariavelmente oficiais superiores, já formados e formatados. Poucos generais de 1964 tiveram alguma passagem por universidades e deles apenas Lira Tavares chegou a concluir, no caso, dois cursos superiores. Nos levantamentos feitos, encontrou-se a indicação de que somente Albuquerque Lima tenha freqüentado um curso fora do sistema militar de formação, o que só vem a reforçar a tese do fechamento e da autonomia desse sistema.

Esse sistema fechado, cujos traços principais foram consolidados pelas reformas implementadas no Estado Novo nas gestões de Góes Monteiro e Dutra⁶⁵, não era imune às influências militares estrangeiras. Uma das características que marcam a geração a que pertenciam os generais de 1964 é a influência da Missão Francesa e a posterior recepção do modelo militar norte-americano. Contratada em 1920, a Missão Militar Francesa demorou algum tempo até se fazer presente na Escola Militar do Realengo de modo que até a turma de aspirantes de 1923, da qual fazia parte Orlando Geisel, ainda prevalecia a influência dos *jovens turcos* que pretendiam modernizar o Exército brasileiro conforme os moldes alemães⁶⁶. Este segmento mais velho do grupo de generais de 1964 foi ter um contato mais consistente com os oficiais e doutrinas franceses na EsAO e na Escola de Estado-Maior, ao passo que os mais novos, de Juraci Magalhães em diante, desde o início da sua formação como oficiais já estavam sob o influxo do modelo francês.

⁶⁵ CARVALHO, J. 1983.

⁶⁶ A expressão *jovens turcos* é uma referência aos militares daquele país que desde os anos 1920 vinham implementando um processo de modernização na Turquia após o colapso do Império Otomano.

Quadro 2.1 Comparativo de formação

Formação	Odílio Denis	Canrobert P da Costa	Eduardo Gomes	Juarez Távora	Cordeiro de Farias	Peri Bevilacqua	Ademar de Queirós	João Punaro Bley
Ensino médio	Civil	Colégio Militar Rio	Civil	Civil	Colégio Militar RS	?	Colégio Militar?	Colégio Militar MG
Escola Militar do Realengo	1912-15 Inf. e Cav.	1914-18 Artilharia	1916-19 Artilharia	1917-19 Engenharia	1917 - 1919 Artilharia	1917 -1919 Artilharia	1917-21 Artilharia	1918-1921 Artilharia
Ensino universitário				Engenharia inc. 1915				
EsAO	1932-33	1922		1935 a 1936		1925	1929	192
EEM	1935-36	1923		1936-1938	1935-36	1926-1929	1935-37	1932/1943
Estágio internacional		Comitiva Góes nos EUA, 39 EUA, 44	Observa tropas EUA, 42 África, 43 EUA 46	Não Informa	EUA 1943.	Não Informa	Com. Estudos p/ indústria. Europa, 34; África, 43	
FEB				No Brasil	Comandante da Artilharia	Não Informa	EM artilharia	-
ESG	-			1951	1º Comandante	1956	Sim	
Outros Cursos	1º ano de direito, 1911		Observador Aéreo e piloto em 21 e 30		Obs. aéreo, 17; engenharia IGM, 30.	Não Informa		

Formação	A. Kruehl	Alcides Etchegoyen	Mourão Filho	Castelo Branco	Costa e Silva	Orlando Geisel	Antônio Carlos Murici	Juraci Magalhães
Ensino médio	Colégio Militar RS	Colégio Militar RS	Civil	Colégio Militar RS	Colégio Militar RS	Colégio Militar RS	Colégio militar MG	Civil
Escol Militar do Realengo	1918-21 Cavalaria	1918-21 Artilharia	1918-1921 Infantaria	1918-1921 Infantaria	1918-1921 Infantaria	1921-1923 Artilharia	1923-25 Artilharia	1923-27 Cavalaria
Ensino universitário			Engenharia inc.					
EsAO	1926	s.d.	1926	1924	1930	1936	1934	1938
EEM /ECEME	1933	s.d.	1928-1930	1929-1931	1936-1938	1941-43	1937-39	1940-42
Estágio internacional	EUA, 43			ESG Fr 1936 EUA, 43		EUA, 45	EUA, 44	EUA 44
FEB	Chefe da Seção de Informações		5º Escalão	Chefe da seção de operações	Organizou a unidade blindada			Não
ESG		1951		1956		1964	1951-52	1955
Outros Cursos	Equitação em 24 e informações na EME, 45			Escola de Aviação, 1929		Escola de Aviação		

Formação	Jurandir Mamede	Lira Tavares	Idálio Sardenberg	Emílio Médici	Siseno Sarmento	Ernesto Geisel	Albuquerque Lima	Golberi
Ensino médio		Colégio Militar RJ	Colégio Militar RJ	Colégio Militar RS	Civil	Colégio Militar RS		Civil
Escol Militar do Realengo	1923-27 Infantaria	1923-1925 Engenharia	1924-27 Artilharia	1924-1927 Cavalaria	1924-28 Infantaria	1925-1928 Artilharia	1927-1930 Engenharia	1927-1930
Ensino universitário		Direito, 1929 Engenharia, 30						
EsAO	1938	1932	1932	1939	?	1938	1937	Não cursou
EEM /ECEME	1940-42	1936-39	1935-37	1942-44	1942-44	1941-1943	1947-1949	1941- 1943
Estágio internacional		Obs. Tropas EUA na África, 43. EUA, 43.	EUA, 44		EUA	EUA, 1945	EUA, 44.	EUA, 44
FEB	Sim	no Brasil			1953		Sim	sim
ESG	1949		1949	-	Sim	1952	1963	1952
Outros Cursos							Cepal, 1960	

Quadro 2.2
Grupo de Controle - Comparativo de formação

Formação	Henrique Teixeira Lott	Zenóbio da Costa	Estilac Leal	Osvino Ferreira Alves	Segadas Viana	Jair Dantas Ribeiro	Ladário Teles	Henrique Oest
Ensino fundamental	Colégio Militar Rio	Colégio Militar Rio	Colégio Militar Rio	Civil	Civil	?	Colégio Militar Porto Alegre	?
Escola Militar	1911-14 Inf. e Cav.	1912-15 Inf. Cav. e Art.	1912-15 Artilharia?	1915-18 Artilharia	1918-20 Infantaria	1918-21 Infantaria	1919-22 Cavalaria	1922 Infantaria
Ensino universitário					Engenharia 1916-18			
EsAO	1924	19	1919	1920	1926	1927	?	1940
EEM	1925-27	19	1940-42	Até 1943?	1927-29	1932-34	?	1942-44
Estágio internacional	ESG Fr, 37-8 EUA44	EUA, 43	-		EUA, 43		França, 1923	
FEB	-	Sim	-	-	Sim	-	-	Sim
ESG	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Cursos								

Os estágios realizados no exterior são um bom indicativo dessas influências, nenhum dos agentes que tiveram essa oportunidade foi enviado para a Alemanha, como na geração anterior de Tasso Fragoso, Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger. Alguns foram enviados para a França mas a esmagadora maioria teve a sua experiência de convívio com instituições de ensino militar de outro país nos Estados Unidos, quando já se encaminhavam os preparativos para a criação da FEB. Soma-se a isso algumas missões de observação no Norte da África como nos casos de Ademar de Queirós e Lira Tavares. A participação na FEB como oficiais superiores e, com frequência, interagindo com oficiais norte-americanos foi também uma experiência de grande importância para esses agentes assimilarem uma nova doutrina militar, afinal viram de perto e atuaram em conjunto com um exército “que funciona” e que venceu a guerra.

Um outro aspecto que o quadro 2.1 revela é que, entre os agentes em questão, há um número bastante elevado de militares oriundos das armas de Artilharia e Engenharia (precisamente 14 de um total de 24 ou 58,33%), que no contexto geral da oficialidade são numericamente bem inferiores à infantaria e à cavalaria. As armas ditas técnicas têm,

conforme o jargão militar, um “espírito” mas “intelectualizado” que pode ter sido associado a uma vocação para a direção política entendida como o equacionamento de problemas; ou a uma disposição para pensar e justificar a política como sendo uma questão técnica.

2.2A Formação profissional básica dos generais de 1964

Apesar da importância do tema, publicou-se relativamente pouco sobre a formação dos oficiais do exército no Brasil. Existe uma produção que pode ser classificada entre memórias, depoimentos e apologias comemorativas produzidas por quadros do exército, geralmente oficiais já reformados, cujo valor heurístico supera o analítico. O trabalho de Jeová Motta, *Formação do oficial do exército*, se distingue por estar embasado numa pesquisa mais densa sobre os currículos e regimes da Academia Militar entre 1810 e 1944 e foi a principal fonte aqui empregada para dar conta das reformas curriculares.

No âmbito acadêmico, a maior parte dos trabalhos que abordam a formação do oficialato brasileiro o fazem de forma apenas tangencial. É o caso de Stepan, que procura perceber como o sistema de formação e de promoções por mérito acadêmico dos oficiais brasileiros contribuiu para que eles forjassem uma idéia de si como sendo um grupo originado em grande parte na classe média mas acima das classes. Domingos Neto, por seu turno, aborda a formação militar na medida em que este é o espaço de recepção, e de disputa, das doutrinas estrangeiras associadas ao processo de

modernização e de fortalecimento político do Exército Brasileiro. Uma posição diferente é ocupada por Celso Castro que em diferentes trabalhos elegeu a formação militar como o foco de suas pesquisas, tanto na Academia Militar das Agulhas Negras da década de 1980 quanto na Escola Militar do Realengo nos anos 1930.⁶⁷ A importância da formação também é contabilizada por Adriana B. de Souza em seu estudo sobre a composição do generalato brasileiro na primeira metade do século XIX.⁶⁸ Recentemente algumas dissertações de mestrado têm trazido a questão para a seara da ciência política, como o trabalho de Ernesto Seidl que faz uso do processo de formação militar para analisar os padrões de recrutamento para a cúpula do Exército e as mudanças nas regras de funcionamento da instituição castrense, ou o de Míriam Santos que identifica nas escolas militares a formação de uma ideologia que legitimava a intervenção dos militares na política.⁶⁹

2.2.1 As reformas no ensino militar

Ao se cotejar o quadro 2.1 com as reformas efetuadas no ensino militar no período em questão, pode-se observar que os indivíduos que vieram a compor a geração de 1964 frequentaram estabelecimentos de ensino continuamente reformulados. Ao todo foram cinco reformas nos regulamentos entre 1905 e 1929. Apesar de estabelecerem disposições bem diferenciadas quanto ao número e ao local dos

⁶⁷ CASTRO, C., 2004, e CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*, 14 (1994) pp.231-240.

⁶⁸ SOUZA, Adriana Barreto do. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850) in: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

⁶⁹ SEIDL, Ernesto. *A espada como "vocação": padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. SANTOS, Míriam de Oliveira. *Berços de heróis: escolas militares na formação de "salvadores da pátria"*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. LEMOS, Valéria da Costa. *Os soldados de Tasso Fragoso e os tenentes de Juarez: O processo de formação da*

estabelecimentos de formação do quadro de oficiais e quanto ao predomínio de disciplinas “teóricas” ou práticas nos currículos, as reformas apontavam na mesma direção. Tratava-se de ampliar os efetivos, modernizar a organização e o armamento e melhor instruir o futuro oficial do Exército. A percepção de que as novas armas e meios de transporte afetariam a condução dos conflitos bélicos e o temor de novos levantes militares como o de 1904, no qual a Escola Militar da Praia Vermelha aderira à Revolta da Vacina, fez com que o regulamento de 1905 deixasse de formar “bacharéis em ciências” em favor da ampliação do “ensino prático”. Jeová Motta assinala que o objetivo da reforma era formar o *trupier*, com forte espírito militar e adestrado em tiro, tática e regras de serviço em campanha.⁷⁰ Para alcançá-lo, estabeleceu-se um regime disciplinar mais severo, um currículo no qual predominavam as disciplinas “profissionais” e uma complementação dos estudos em escolas de aplicação. A dispersão das escolas num subúrbio afastado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (em Porto Alegre e em Rio Pardo) deveriam atender a demanda pela despolitização dos futuros oficiais, o que na prática, como se sabe, esteve longe de acontecer.

Em 1913 um novo regulamento reduz o número de escolas e concentra a formação de oficiais no Realengo. Paralelamente, o grupo de oficiais que retorna de um estágio junto ao exército alemão dá início a uma intensa militância pela modernização do exército brasileiro expressa na edição da revista *A Defesa Nacional*, ainda hoje publicada.⁷¹ Eram os então chamados *jovens turcos*, que logo estariam atuando como instrutores juntos às tropas e no Realengo. Essa renovação não se deu sem tensões ou conflitos no Exército. A designação de *jovens turcos* tinha um caráter pejorativo e o

identidade militar na Primeira República. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

⁷⁰ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1976. p. 271

⁷¹ Segundo Manuel Domingos Neto, a revista logo tornou-se mais importante e difundida que o *Boletim do Estado-Maior do Exército*, órgão oficial do Exército. DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no exército (1888-1930) in: ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 58.

grupo, composto essencialmente de oficiais subalternos, enfrentou severa oposição dos oficiais superiores. Para Campos Coelho, isso se dava porque

O grupo ameaçava de forma ostensiva posições, interesses e privilégios estabelecidos raramente com suporte em merecimento profissional. Enfrentou, conseqüentemente, a hostilidade dos quadros superiores do Exército. (...) O que se temia, na verdade, é que viesse à tona a incompetência profissional dos oficiais superiores.⁷²

Ainda assim, o desejo do Governo Federal de despolitizar o Exército se combinou com a demanda da cúpula militar por profissionalização e as reformas foram sendo levadas adiante, tendo como referência simbólica a imagem francesa do exército como sendo o *grande mudo*, profissional e apolítico.

O regulamento de 1918, e o subsequente de 1919, procuraram apreender as transformações ocorridas durante a I Guerra Mundial. Seguindo a mesma orientação geral dos demais, ampliou-se o peso das disciplinas militares no currículo e reforçou-se o enquadramento militar dos alunos em companhias. Subordinada diretamente ao Estado-Maior do Exército, a Escola Militar começou a qualificar o seu quadro de instrutores submetendo-os a uma seleção na qual deveriam passar por provas práticas.⁷³ Reforçava-se o caráter profissional e meritocrático, aplicado tanto aos alunos quanto aos instrutores, o que abriu espaço para que os *jovens turcos* pudessem influir na formação dos novos profissionais. Era a chamada *missão indígena*, designação dada, posteriormente, em alusão à vinda em 1920 de uma missão militar francesa para assessorar e instruir os oficiais do Exército e que, no entanto, só começou a ter repercussão na Escola Militar a partir de 1924. O regulamento de 1919 reorganiza também o ensino dos oficiais já formados, de modo que a progressão na carreira passou

⁷² COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.93. Essa tensão foi também relatada por Cordeiro de Farias, que comenta que os jovens oficiais de sua geração eram mal recebidos pelos oficiais mais antigos nas unidades em que serviam. CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 67.

a depender também da frequência às instituições de ensino militar ao longo da carreira como a Escola de Aperfeiçoamento de Armas, depois Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), e a Escola de Estado-Maior (EEM). O cerne dessa estrutura, e o padrão meritocrático que ela pretende, ainda hoje vigoram.

Em 1924 uma nova reforma no ensino militar procurava alcançar um certo equilíbrio entre o “bacharelismo” da Praia Vermelha e a limitação da formação do oficial a aspectos estritamente militares, de modo que o oficial estivesse “a par do progresso da vida do país”, conforme desejava o Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho. Disciplinas “científicas” como Geometria Analítica e Física Experimental voltam ao currículo e outras novas foram integradas, como Missão do Exército e Missão Social do Oficial.⁷⁴ Em 1928, já no limiar do recorte aqui adotado, mais uma reforma se operou no ensino militar, no entanto, manteve as mesmas orientações da anterior e criou o cargo de Diretor de Ensino Militar, posição estratégica na definição dos saberes a serem ministrados a oficiais e cadetes e que foi ocupada, na década de 1960, por Castelo Branco, Lira Tavares e Idílio Sardenberg.

Essas reformas não eram restritas apenas ao ensino praticado na Escola Militar do Realengo, na verdade compunham um processo mais amplo de sucessivas reestruturações do Exército como um todo. No período em que os generais de 1964 ingressaram na carreira militar a sua corporação adotou uma estrutura orgânica similar aos exércitos modernos, com grandes unidades e comandos territoriais, instituiu a lei do serviço militar obrigatório e, com ela, o princípio da formação de reservas e implementou também a instrução e adestramento de tropas como uma prática regular. Foi neste contexto que, apesar de modesto em termos de recursos e do Exército ainda

⁷³ MOTTA, J. Op. cit. p. 304s.

⁷⁴ Idem, p. 318.

padecer da concorrência das polícias estaduais, a profissionalização do oficialato deu um novo salto. Nesse sentido, Jeová Motta assinala que

Foi para esse Exército ampliado e reestruturado que a Escola do Realengo trabalhou, visando não só formar-lhe instrutores aptos, como a iniciar a oficialidade nos estudos que, desenvolvidos mais tarde, conduziram aos cursos superiores do Estado-Maior, da Engenharia Militar e do Alto Comando.⁷⁵

Uma vez situado esse panorama institucional a respeito do sistema de formação militar do período, pode-se fechar mais o foco na geração que então era formada e nas experiências internalizadas que, ainda que filtradas pela memória dos depoentes e memorialistas aqui empregados como fontes, podem ser consideradas as mais marcantes, nesta etapa, na constituição do repertório de ação política e de representação que os generais de 1964 partilhavam entre si.

2.2.2 O ensino na Escola Militar do Realengo

Para Janowitz, a academia militar “é a primeira e a mais crucial experiência de um soldado profissional”⁷⁶. À época em que os generais de 1964 cursaram a Escola Militar do Realengo esta já havia se estruturado de maneira que a organização do espaço, do tempo e dos próprios cadetes se fazia de forma bastante semelhante ao que se passava nas academias francesa ou norte-americana. A escola ocupava um espaço físico separado da tropa, distante do centro do Rio de Janeiro e progressivamente adotou o regime de internato. Contava ainda com um campo de manobras no qual os futuros oficiais deveriam exercitar-se e por em prática seus conhecimentos sobre operações

⁷⁵ Idem, p. 287.

⁷⁶ JANOWITZ, M. 1967, p. 129.

bélicas. Os alunos eram já militarmente enquadrados, dispostos em companhias e, particularmente depois de 1919, submetidos a um severo regime disciplinar que exercia um controle quase total sobre o seu tempo e suas atividades.

Essa experiência, vivida coletivamente e marcada simbolicamente por ritos de passagem como o trote dos calouros, os exames, a escolha da Arma, as manobras e, por fim, a formatura, inscrevia nos alunos um forte senso de pertencimento à instituição armada e à turma. Tratava-se de transformar adolescentes e jovens civis, ainda que muitos fossem oriundos de colégios militares, em oficiais profissionais do Exército. Além dos saberes específicos, cabia à Escola Militar inculcar-lhes o “espírito militar”, o que seria facilitado pela adoção de um sistema de ensino com as características acima referidas.

A profissionalização e o reforço no emprego de critérios meritocráticos para progressão na carreira não começou com a geração dos generais de 1964 e tampouco eliminou os tradicionais mecanismos clientelistas que impregnavam a instituição castrense.⁷⁷ No entanto, as reformas no ensino militar, a militância dos *jovens turcos* e a contratação da missão francesa, que atingiu os elementos mais “antigos” do grupo nas escolas superiores, reforçaram a distinção dessa geração em face da anterior. Cordeiro de Farias relata em seu depoimento que em 1919 a sua turma foi a primeira que “saiu da Escola com formação verdadeiramente militar”, até então vigoravam os estudos de cálculo e física sem que houvesse instrução militar sistemática.⁷⁸ O reforço da formação militar dava-se com a ampliação dos conteúdos específicos (tiro, fortificação, táticas das diferentes Armas, etc.) e com a adoção da instrução de campo e manobras

⁷⁷ Para a questão da meritocracia, ver SEIDL, E. Op. cit. p.44ss. e para a do clientelismo, perceptível em vários depoimentos de militares ver, por exemplo, GEISEL, p. 103 e SODRÉ, Nelson Werneck. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 251 e 267s.

⁷⁸ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit. p. 65.

simulando operações de guerra. Estas últimas constituíam uma mudança significativa, mesmo alunos oriundos de escolas militares sentiam dificuldades em adaptar-se ao rigor e às exigências em termos de aptidão física. João Punaro Bley, matriculado no Realengo em 1918 e que estudara no Colégio Militar de Barbacena, descrevia os exercícios de campo como “freqüentemente desumanos” e em 1920 Castelo Branco terminara na

enfermaria as suas tentativas de superar a pista de obstáculos que os cadetes tinham que percorrer com todo o equipamento de campanha.⁷⁹

A rotina na Escola Militar, descrita em vários depoimentos, era intensa, senão total. Juarez Távora comenta em suas memórias que o toque de “alvorada” era dado às quatro e meia da manhã, às seis horas, depois da higiene, café da manhã e formatura, iniciava a instrução de campo, que se alongava até às nove horas. Às dez começavam as aulas teóricas e somente das 16 às 18 horas os alunos tinham tempo livre fora da escola. Mais duas revistas e um horário estipulado para estudos preenchiam o dia dos alunos que se encerrava às 22 horas com o “toque de silêncio”.⁸⁰ O tempo e as atividades diárias dos alunos, inclusive a permissão para sair da Escola nos finais de semana, estavam submetidas à autoridade do comandante da Escola. Todo esse disciplinamento, em certa medida, preparava o futuro oficial para a obediência aos estritos princípios hierárquicos que regem a vida militar e para a submissão aos deslocamentos e designações de função que também caracterizam essa profissão.

Apesar disso, talvez a mais marcante etapa na transição da vida civil para a vida militar, pelo menos é a mais lembrada nos depoimentos e memórias, seja o trote aplicado pelos veteranos aos calouros da Escola Militar. Essa prática que contava com a benevolência ou mesmo reconhecimento dos comandantes vinha ocorrendo há décadas de modo a ser percebida já como uma “tradição”. Castro assinala que, desde os tempos da Praia Vermelha, para se tornarem alunos plenos da Escola Militar os “bichos” eram submetidos a “trotos” onde eram indistintamente colocados na liminaridade e submetidos a situações humilhantes, das quais deviam resignar-se.⁸¹ A intensa disciplina

⁷⁹ Manuscrito com as memórias de João Punaro Bley. CPDOC/FGV JPB d 00.00.0000/2 p. 12. E NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 39.

⁸⁰ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. p. 86.

⁸¹ CASTRO, C.1995. p. 34.

e o trote faziam parte daquilo que Janowitz designou como “violenta e súbita” transição para a vida acadêmica militar na qual as “rotinas intermináveis e o sistema de intimidação dos calouros justificavam-se como um meio para ensinar autocontrole, bem como resistência ao pânico”.⁸² Além do famigerado trote, abnegação e capacidade para suportar situações extenuantes parece que se tornariam desde então quesitos para iniciar uma carreira militar. Henrique Teixeira Lott, que fora cadete sob os regulamentos de 1905 e 1913 e depois fora instrutor, assinala que no Realengo

...tínhamos maior possibilidade de nos formar profissionalmente na instrução de combate. Eu, quando era da Escola Militar, tinha as mãos grossas de cavar trincheira. Em compensação, mais tarde fiz muita gente cavar trincheira, inclusive dois presidentes da República – Castelo Branco e Costa e Silva -, que tiveram que engrossar a mão, quando fui instrutor em organização do terreno.⁸³

Infrações à severa rotina de horários, obrigações e posturas da Escola Militar do Realengo eram punidas, depois da adoção do regulamento de 1919, com bastante severidade. O parâmetro, novamente, é Punaro Bley, que bastante crítico da “anarquia e indisciplina” que vigorava no seu primeiro ano, registrou que, com a chegada da *missão indígena*

Começaram, então, a aparecer na escola caras novas: chefes de curso, instrutores, pessoal de administração, etc., uma equipe compacta e homogênea, disposta a ordenar o caos então existente. Do pessoal antigo não sobrou ninguém. (...) A escola risonha e franca havia desaparecido por completo. A chamada Missão Indígena (...) havia tomado conta da praça. (...) O verbo *torrar*, ou seja, punir, começou a ser conjugados em todos os tempos, gêneros, modos e pessoas.⁸⁴

A crença na primazia do mérito individual sobre o clientelismo ou qualquer forma de privilégio ou *favor* parece ter se difundido entre os cadetes do Realengo, cujos resultados escolares eram classificatórios para a escolha das “armas” e mais tarde para

⁸² JANOWITZ, M. 1967. p. 131s.

⁸³ Entrevista de Lott ao CPDOC, gravada em 20/10/78, p. 10.

⁸⁴ JPB d 00.00.0000/2 p.45ss.

as designações para os postos em que serviriam como “aspirantes a oficial”.⁸⁵ Ser o primeiro, ou estar entre os primeiros da turma, era um trunfo que a partir de então passou a ser invocado até por oficiais superiores.⁸⁶ Em seu depoimento, Ernesto Geisel remarca que durante a sua formação militar, tanto no Colégio Militar de Porto Alegre quanto no Realengo, alunos procuravam afirmar-se como “homens” e declinavam de cartas de recomendação ou de mecanismos tradicionalmente utilizados para se obter facilidades e privilégios. Conforme Geisel,

Na nossa formação a grande preocupação era buscarmos a independência: independência de atitude, independência de ação, não precisarmos de favores... Quando se via um aluno falando com um oficial, sem ser a chamado deste, nós dizíamos: é um “corredor”. Estava fazendo a “corrida” junto a um oficial, estava querendo qualquer coisa, e por isso era malvisto.⁸⁷

A progressiva assimilação de um “espírito militar forte” se dava não apenas pela individuação dos hábitos disciplinares e dos novos saberes específicos ao meio militar. Ela se dava, em grande medida também, com a internalização de valores e posturas com os quais os cadetes julgavam-se distintos e até moralmente superiores. Essa distinção, investida pela farda e pelo que ela representava para os cadetes, era construída em oposição aos *paisanos* (designação pejorativa que os militares dão para os civis), particularmente à política e aos políticos civis.

⁸⁵ Uma ressalva importante deve ser feita. A crença na ascensão na carreira pelo mérito, mesmo para os seus defensores, não esteve totalmente descolada do emprego de recursos clientelistas no âmbito da corporação e tampouco no âmbito político. Nos depoimentos percebe-se que laços de “camaradagem” e trocas de favores perpassam todas as carreiras. A filiação, em alguns casos, era também um trunfo a ser empregado, exemplo disso era Cordeiro de Farias que contava com amigos de seu pai no alto escalão do Exército. Entre 1930 e 1934 promoções aceleradas e reformas compulsórias renovaram por completo a cúpula militar, novos expurgos ocorreram em 1937, 1938 e 1964. Ao final do segundo ano, os cadetes deveriam escolher em qual ramo do Exército iriam completar a sua formação e percorrer a sua carreira. Nessa época, as “armas” eram Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia, sendo as duas últimas as mais prestigiosas e disputadas. A possibilidade de escolha, contudo, dependia da classificação do aluno no compto geral das notas da sua turma.

⁸⁶ Em 1936, Castelo Branco, que ficara em primeiro lugar no Curso de Estado Maior, concluído em 1931, fora contemplado com uma licença de dois anos para cursar a Escola Superior de Guerra francesa, em Paris. Somando ao argumento o da antiguidade, Lott também obteve licença para realizar o mesmo curso. NETO, L. Op. cit. p. 98ss.

⁸⁷ D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 38s.

2.2.3 Engajamento político e repulsa civil

Apesar da consolidação do poder civil na República Velha durante os governos Prudente de Moraes e Campos Sales e dos esforços para se neutralizar a intervenção dos militares na política, parte considerável dos quadros da geração de 1964 teve sua formação profundamente marcada por questões políticas, sejam elas regionais, nacionais ou que envolvessem o papel do Exército frente ao Estado e a à sociedade brasileira.

Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, um grande contingente de alunos não punidos ou anistiados após os inquéritos subseqüentes à Revolta da Vacina foram transferidos para Porto Alegre. Criada em 1906, a Escola de Guerra, sucessora da Escola Preparatória e Tática de Porto Alegre, possuía um contingente de mais de 600 alunos. Essa “invasão de cadetes” movimentou a cidade e a política local, de modo que no ano seguinte um grupo de alunos já estava firmemente engajado nas disputas eleitorais do Partido Republicano Rio-grandense, compondo, juntamente com alunos da faculdade de direito, o “Bloco Acadêmico Castilhistas”.⁸⁸ Pertenciam a este grupo, entre outros, os cadetes Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, além de Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura.⁸⁹ Em 1906 os cadetes fizeram circular a revista *Occidente* na qual, segundo Laudelino Medeiros, predominavam, nos artigos de cunho social, o positivismo

⁸⁸ MEDEIROS, Laudelino. *Escola Militar de Porto Alegre. (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 39. LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva 1975. p. 90 Ver também BERTOL, Silvana. *Quem faz caso de estudantes: um estudo da participação política do bloco acadêmico castilhistas*. Porto Alegre: PUCRS, 1993.

⁸⁹ Para um estudo sobre o segmento civil desse grupo, ver GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

comteano. Em 1908 entrava em circulação a revista *Cruzada*, cujo engajamento político não se resumia à reproduções de artigos d' *A Federação* – órgão oficial do PRR – e à homenagens a Benjamin Constant. Em seu primeiro número a revista pregava uma “cruzada regeneradora” e, num tom típico do jacobinismo florianista, declarava: “Nós temos a intenção louvável de trabalhar modestamente pelo futuro de nossa querida pátria, obstando o descalabro moral que por aí vai conduzindo a República no regime absoluto da desmoralização.”⁹⁰

Essa digressão é importante porque se verá no decorrer deste capítulo que muito do espírito de radicalismo e repulsa aos políticos civis e ao modelo liberal do início da República permanecia circulando nos espaços de formação do oficialato brasileiro no período em questão. É em função disso que, em seu depoimento, Cordeiro de Farias afirma que sua “geração tornou-se política porque a anterior já era política.”⁹¹ A circulação de valores e atitudes de contestação à ordem então vigente foi também registrada por Ernesto Geisel em seu depoimento. Quando ainda cursava o Colégio Militar, também em Porto Alegre, Geisel e seus colegas teriam sido contaminados pelos “ideais de 1922” quando ex-colegas mais velhos, que tinham participado do levante, voltaram para o Rio Grande do Sul relatando o “idealismo da revolução”. Isso se deu de tal maneira que, para o depoente “a geração que se formou naquele tempo no Colégio Militar de Porto Alegre, e em outros colégios, era francamente revolucionária.”⁹²

Muito já se discorreu sobre a ideologia do movimento *tenentista*. Esse debate provavelmente iniciou em 1927 quando Juarez Távora publicou *À guisa de um depoimento...* e, décadas mais tarde, foi encampado pela academia que discutia se se

⁹⁰ Apud MEDEIROS, L. Op. cit. p. 62.

⁹¹ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit. p. 70.

⁹² D' ARAUJO, M. e CASTRO, C. Op. cit. p. 28s.

tratava de um movimento de classe média ou de um movimento estritamente militar.⁹³ O que os depoimentos dos agentes deixam transparecer é que havia um forte sentimento de repulsa ao modelo político vigente, de descrédito generalizado com os políticos da época e uma auto-percepção desses cadetes e jovens oficiais de que eles representavam uma espécie de reserva moral da nação, cuja ação não se daria pelas vias institucionalizadas. “Pensávamos que o governo era dos corruptos, dos incapazes, que o que havia era politicagem”, “(...) quando formos oficiais, vamos influir para melhorar este país”, dizia Geisel.⁹⁴ A disputa eleitoral de 1922 mobilizou as expectativas desses cadetes e jovens oficiais, no entanto a derrota do seu candidato para Artur Bernardes, ainda antes do episódio das cartas, foi muito mal recebida e só fez aumentar o seu descrédito para com as instituições vigentes. Cordeiro de Farias colocou nos seguintes termos a questão:

Pessoalmente, eu senti frustrados os meus propósitos de participar da política pelas vias normais, através do processo eleitoral e do voto. Os militares se sentiam muito mal. A oficialidade jovem, como eu, ficou inconformada com a derrota, mais uma vez fruto dos velhos arranjos da política oligárquica. Concluimos que a situação precisa mudar.⁹⁵

O sentido dessa mudança era, no mínimo, vago e impreciso em termos de programa ou orientação política. Novamente conforme Cordeiro de Farias: “Nós saímos livre-atiradores.”⁹⁶ No entanto uma coisa era certa, a influência da missão francesa, para essa fração da jovem oficialidade, garantiu a internalização de um senso de profissionalismo e um padrão de organização moderno sem que houvesse, contudo, a adoção da imagem do Exército como sendo o *grande mudo*, alheio às questões políticas.

⁹³ TÁVORA, Juarez. *À guisa de um depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. São Paulo: Editora O Combate, 1927. Para essa questão ver, por exemplo, FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 31s. COELHO, E. 2000. p. 100. Para um detalhamento maior desse debate historiográfico, ver FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. Precisamente a primeira parte do capítulo IV.

⁹⁴ D'ARAUJO, M. e CASTRO, C. p. 29

⁹⁵ CAMARGO, A. e GÓES, W. p. 71

Geisel foi bastante explícito nesse sentido: “A Missão Francesa teve sobre nós uma influência estritamente profissional. (...) Com relação à nossa mentalidade, à nossa orientação política, não teve a menor importância”.⁹⁷ Essa dissociação, indesejada pela cúpula militar, pode ser compreendida a partir do quadro político da época e dos referências simbólicos que povoavam a formação da nova oficialidade.

2.2.4 A longa duração do positivismo

Embora o ensino militar estivesse à época em constante mudança, existia uma lacuna entre o que constava nos novos regulamentos e o que de fato ocorria nas salas de aula. Para Jeová Mota, “o corpo docente, formado na prática e na exaltação do ensino verbal, preso a hábitos e atitudes arraigadas, permaneceu indiferente, quando não hostil, a procedimentos didáticos que lhe exigiam mudanças de concepção e reestruturação de experiências.”⁹⁸ As aulas “teóricas” seguiram num formato e reproduzindo conteúdos que não se distinguiam muito do modelo praticado nos tempos da Praia Vermelha. Em suas memórias, José Campos Aragão, que cursou a Escola Militar do Realengo entre 1930 e 1934, comenta que o positivismo ainda se fazia sentir tanto entre determinados professores quanto entre os alunos. Segundo o memorialista, as aulas de geometria do primeiro ano magnetizavam os alunos com suas citações de Augusto Comte e suas formulações extraídas da Síntese Subjetiva. Professores incutiam nos alunos a “teoria da alma” de Comte fazendo-os repetir que “a alma é o conjunto das funções intelectuais, morais e práticas”, enquanto estes rapidamente incorporavam ao seu vocabulário

⁹⁶ Idem, p. 70.

⁹⁷ D'ARAÚJO, M. e CASTRO, C. p. 42.

referências à Clotilde de Vaux e chavões da filosofia positivista como “Os vivos são cada vez mais governados pelos mortos”.⁹⁹ Para alguns alunos, esse universo não era de todo estranho, seja por terem tido contato com a política rio-grandense da Primeira República, seja por serem descendentes de militares positivistas ou em alguma medida ligados a Benjamin Constant, como eram os casos de Cordeiro de Farias, Peri Bevilacqua e de Antônio Carlos Murici. Além disso, os colégios militares de Porto Alegre e de Barbacena, pelo menos, ainda tinham nos seus quadros professores declaradamente positivistas.¹⁰⁰

No que concerne especificamente à continuidade do positivismo na formação do oficialato no período em foco, vale a pena deter-se um pouco nos “usos” que os agentes em questão faziam das invocações a Comte ou daqueles considerados seus herdeiros. Dessa forma, parece haver uma tensão entre dois sentidos construídos para a apropriação, sempre seletiva, da doutrina de Comte pelos cadetes dessa época. De um lado, o positivismo e a figura de Benjamin Constant são associados ao pacifismo ou a uma formação bacharelesca e despreparada para o “ofício das armas”. Com frequência se criticava a reforma de 1890, que consagrara a divisão entre “doutores” e “tarimbeiros” no corpo de oficiais e o despreparo daqueles para o comando de tropas, pois estariam mais interessados em exercer funções nas áreas do ensino, da engenharia ou mesmo da política.

Outro foco de tensão que a permanência da difusão de elementos da doutrina positivista na Escola Militar - particularmente entre os cadetes - se dava no plano religioso. Conforme Campos Aragão, práticas religiosas eram malvistas entre a maioria

⁹⁸ MOTA, J. Op. cit. p. 312.

⁹⁹ ARAGÃO, José Campos de. *Cadete do realengo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959. p. 79, 82,84 e 257.

¹⁰⁰ Para o caso do Colégio Militar de Barbacena, em Minas Gerais, ver o depoimento de Antônio Carlos

dos colegas; caso alguém fosse “surpreendido” rezando nos alojamentos da Escola, este seria “levado ao ridículo” pelos demais. Ao se referir à Conferência de São Maurício, uma sociedade religiosa composta por cadetes que se reuniam fora das dependências da Escola, o memorialista comenta que “Achava a Escola tão corrompida pelas idéias de Augusto Comte que me causava certa admiração a existência de uma irmandade de fundos litúrgicos existir entre os companheiros.”¹⁰¹ Segundo o relato de Juarez Távora em suas memórias, essa irmandade teria surgido em 1917 por iniciativa de alguns cadetes e sugestão do pároco local. Embora enfrentasse a ridicularização de um grupo de “agnósticos impertinentes”, a confraria teria, na opinião de Távora, concorrido para modificar o “ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar.”¹⁰²

Em 1918 três cadetes cerimoniosamente abençoaram suas espadas numa pequena igreja nas imediações da Escola. No ano seguinte, conforme o discurso do então Aspirante a Oficial Juarez Távora, já eram vinte cadetes a participar da cerimônia, os quais eram por ele conclamados a uma “cruzada” pois

Nós, em cujos corações de moços, graças a Deus, ainda não perpassou esse vento frio e esterilizado do ceticismo (...) não podemos [fazer-nos] indiferentes, diante da descrença doutrinária que vai, aos poucos combalindo, corrompendo e degradando o organismo moral da nossa nacionalidade¹⁰³.

O “ambiente de ateísmo” e as referências ao predomínio das idéias de Comte entre os alunos, ainda que estas pareçam mais uma certa “atitude” que uma adesão doutrinária sistemática, são indicadores da manutenção da influência da recepção do positivismo na Escola Militar num contexto já bem distinto e distante daquele que antecedeu a

Murici ao CPDOC, p. 18.

¹⁰¹ ARAGÃO, J. Op. cit. p. 173s.

¹⁰² TÁVORA, J. Op. cit. p. 87.

¹⁰³ JT pi-op 0000.00.00/5 e 12.

proclamação da República. Essas referências, e a tensão que elas explicitam, parecem ser um indício de um processo de reforço do catolicismo no Exército. Conseqüentemente, esse processo tende a produzir um discurso crítico ao positivismo e àqueles que com ele se identificam ou que a ele se associam reivindicando uma determinada memória sobre indivíduos como Benjamin Constant ou Floriano Peixoto.

Por outro lado, as referências ao positivismo, ao florianismo e a Benjamin Constant operam como o vetor do desejo de intervenção política dessa geração. Associando a criação da República ao Exército e “o descalabro que por aí vai” aos “políticos profissionais”, essa geração reativava a memória do ativismo político de seus predecessores da Praia Vermelha e construía uma autoimagem em que posavam como moralmente superiores às oligarquias que governavam o país e que, como tais, eram a “sentinela do regime republicano.” Compreender este “uso” feito pelos cadetes de um vocabulário e de um rol de imagens sobre o positivismo dos tempos da Praia Vermelha implica em admitir, primeiro, que este repertório ainda estava presente e disponível no Realengo do final dos anos 1910 e dos anos 1920 e, segundo, que, mesmo que fosse objeto de tensões com o *profissionalismo* e com o *catolicismo*, ele fazia muito sentido quando cadetes e jovens oficiais começavam a produzir representações a respeito do papel político que eles deveriam ocupar enquanto militares.

Domingos Neto assinala que os então chamados *doutores militares* “se julgavam cientificamente preparados pelos paladinos do positivismo no Brasil para oferecer solução a todos os grandes problemas do país” e que com as transformações que se processavam na formação militar, cada vez mais técnica e menos erudita, eles “entraram em acelerada queda de prestígio”.¹⁰⁴ Se esse tipo de formação passou a ser desprestigiada não se pode esquecer, todavia, que os professores responsáveis por ela

em grande parte permaneceram na Escola Militar. Robert Nachman pontua que em 1913 10% do quadro docente ainda era composto por positivistas e que muitos simpatizantes do pensamento de Comte seguiram ensinando até o início dos anos 1920.¹⁰⁵ Para Nachman, pelo menos até a difusão da doutrina do profissionalismo militar, não houve uma oposição organizada ao positivismo no exército brasileiro, de forma que a sua influência se manteve mesmo depois da Revolta da Vacina e, ainda que declinante, mobilizava as insatisfações dos jovens oficiais para com o regime das oligarquias.

A Escola Militar preparava os quadros dirigentes do Exército Brasileiro e tanto a instituição quanto os alunos sabiam disso. No Realengo, a formação curricular e o tipo de vivência em regime de internato e com forte grau de solidariedade entre os cadetes, ia lhes instituindo os saberes, gostos, afinidades, valores e expectativas de um futuro oficial ao mesmo tempo que isso se fundia com uma espécie de compromisso com a pátria que ia muito além da “defesa” mas com uma “tradição” republicana de “arrancadas revolucionárias” em defesa da nação. Em suas memórias, Campos Aragão deixa transparecer essa mística republicana na qual Benjamin Constant era invocado para ilustrar, e legitimar, a crença no protagonismo político dos militares como sendo um dever.

Eu sentia que um orgulho crescente ia se desenvolvendo em todos os que vestiam a farda aqui. E o cadete sabia superestimar-se. Para ele próprio ser aluno significava pertencer a uma casta muito elevada. Ademais, a história nacional começava a citar o nome da Escola. Sim, o capítulo da República era por todos conhecido tendo o grande Benjamin Constant se constituído num verdadeiro orgulho para as gerações da Praia Vermelha. E, daí em diante, todas as ocasiões que a estrutura dos princípios democráticos ficara abalada a alma entusiástica do cadete não trepidaria em se comprometer nas arrancadas revolucionárias.¹⁰⁶

¹⁰⁴ DOMINGOS NETO, M. Op. cit. p. 54s.

¹⁰⁵ NACHMAN, Robert. *Brazilian positivism as a source of middle sector ideology*. Ph. D. University of California, 1972. p. 136.

¹⁰⁶ ARAGÃO, J. Op. cit. p. 184.

Campos Aragão cursara o Realengo quando a Missão Francesa já estava mais do que consolidada junto ao Exército Brasileiro e vivenciou outra importante reforma no ensino militar, que foi a comandada pelo general José Pessoa. Não obstante, para o memorialista a continuidade do ativismo político dos cadetes e do sentimento que os mobilizava era clara e imediata:

Os reflexos de 1889 iluminaram o clima de rebeldia de 1922. A Escola do Realengo herdara, em toda a plenitude, a consciência da Praia Vermelha.¹⁰⁷

Quando reconta a repercussão da Revolução de 1930 entre os cadetes de seu tempo, novamente transparece a reativação de uma “tradição” de engajamento político que pretendia agir em defesa do regime republicano. Assim, embora a adesão dos oficiais à Revolução de 1930 não fosse total, os cadetes fizeram de tudo para que fossem também protagonistas. Aragão comenta que mesmo que o comando revolucionário não estivesse necessitando de mais tropas,

...a massa [de cadetes] estava fanatizada pela idéia de que lhe competia a responsabilidade de garantir a vitória da revolução no Rio de Janeiro. As arrancadas históricas da Praia Vermelha e, mesmo, as já verificadas no Realengo, eram o ponto alto da exploração de alguns talentosos e inflamados companheiros, que levantaram a voz para gritar:

A Escola deve descer!

A Escola deve descer!

Lembre-mos de 1922!

Há uma tradição da Praia Vermelha a zelar!

A Escola desce!

A Escola desce!¹⁰⁸

E, de fato, a “Escola desceu” para o centro Rio de Janeiro, fez guarda a pontos considerados estratégicos, cuidou do trânsito e, quando o chefe da revolução chegou ao Rio para assumir o governo, os cadetes fizeram a sua “guarda de honra”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ ARAGÃO, J. Op. cit. p. 206. Para outros relatos sobre a adesão da Escola Militar à Revolução de 1930, ver o depoimento de Lott ao CPDOC, que na época lá servia como instrutor e opôs-se ao

2.2.5 A gênese de um repertório

Os anos de intensa convivência que os alunos acumulavam nas instituições formadoras da oficialidade militar brasileira, como seria de se esperar, deixaram marcas profundas no modo de ser e de estar desses indivíduos. As experiências, nostalgicamente rememoradas em autobiografias e discursos, e a seleção dos quadros ali efetuada, concorriam para que se formasse um oficial dentro de um parâmetro determinado. Esse parâmetro, conforme foi visto acima, era cada vez mais “profissional” e “técnico” e supunha um desengajamento político que na verdade esteve longe de acontecer. Neste processo, era também reforçada uma tendência já secular de crescente identificação do oficialato com a sua instituição e o conseqüente afastamento de seus laços identitários com outros segmentos da sociedade. Essa tendência, para Teitler Gerke, é característica do militar profissional que, além da posse de determinados conhecimentos técnicos ligados ao exercício da sua função, esta última percebida como sendo de caráter público, partilha com seus pares um sentimento de pertencimento a um grupo social distinto. Nesse sentido, para Gerke o

esprit de corps tiene sus raíces en el periodo de aprendizaje común en los campamentos. Esta época nutre de un sentimiento de igualdad y de ser capaces de conseguir logros que no pueden ser imitados por los no profesionales. El *esprit de corps* a su vez, levanta la barrera que rodea al grupo de profesionales. Se hace cada vez más patente la idea de que si las relaciones y el funcionamiento altamente calificado son de gran importancia, la supervisión de la actuación profesional no debe ser dejada en manos de intrusos.

Para o autor, é justamente em oposição ao “intruso” ou seja, aos civis que se constitui a identidade do militar profissional:

movimento, e FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: JZE, 2006. p. 48.

¹⁰⁹ Idem, p. 209.

Relegar, conscientemente a los intrusos amplía las posibilidades de crear un estilo de vida difenenciado, incluso aparte de la excepcional posición, técnicamente determinada, que el profesional ocupa. De esta forma, el cultivo consciente de y el énfasis en las tradiciones, actitudes grupales, normas y valores constituye una parte de las características de la profesión militar.¹¹⁰

A formação de seus quadros, já monopolizada pelo Exército, constitui então um processo decisivo para a consolidação e reprodução da instituição. A formação militar é também uma forma de socialização, na qual se desenvolvem nos indivíduos o sentimento de coesão de grupo e a adoção de valores compartilhados que, em última instância, garantem uma relativa homogeneidade em termos de expectativas, interesses e atitudes e, conseqüentemente, a distinção em relação aos civis. Os anos em que frequenta a Escola Militar são decisivos na formação da identidade do militar ou, conforme Celso Castro, do “espírito militar”, que no caso do Exército não se resume apenas ao ser militar mas se desdobra também na “Arma” que o cadete escolhe.¹¹¹

Samuel Huntington chamaria *esprit de corps* de “mentalidade militar”. Esta consistiria em valores e atitudes inerentes à realização da função pública e burocratizada da administração da violência e da segurança do Estado e estaria ancorada numa “ética profissional” na qual pode-se ressaltar: a primazia do Estado-Nação, a crença na inevitabilidade da guerra e das ameaças constantes ao Estado, a necessidade de contínuo fortalecimento das forças armadas e a obediência delas ao controle civil como sendo a virtude mais alta dos militares.¹¹² O “realismo conservador” que Huntington prescreve como sendo o tipo-ideal que define o militar profissional possui alguns pontos de convergência com os saberes que eram difundidos e as práticas que eram estimuladas

¹¹⁰ GERKE, Teitler. La genesis de los cuerpos de oficiales profesionales. Aspectos teoricos. In: BAÑÓN, Rafael y OLMEDA, José. (comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 166.

¹¹¹ Para essa questão ver: CASTRO, C. 2004. p. 55ss.

¹¹² HUNTINGTON, Samuel P. *The soldiers and the State: the teory and politics of civil-military relations*. Harvard University Press, 1957. p. 62ss.

enquanto os generais de 1964 freqüentaram a Escola Militar. Porém, a crença de que o militar seja apenas um assessor subordinado ao controle político civil em tempo de paz e que suas demandas representem apenas questões orçamentárias ou da pauta específica das Forças Armadas e não de conotação política mais ampla estava ainda muito longe de se cristalizar no Brasil.

A formação que os agentes em foco neste trabalho experienciaram combinou de uma forma complexa profissionalismo e intervencionismo político no sentido de desenvolver entre eles uma percepção de que somente a atuação militar na esfera política garantiria um exército de fato profissional e a salvo dos influxos e cooptações da luta política. Assim, as intervenções de 1922, as posições defendidas pela chamada doutrina de Góes Monteiro, e as de 1954 e de 1964 teriam se dado em nome da defesa da honra militar, da política *do* exército, do salário dos oficiais e da unidade e hierarquia das Forças Armadas face à ameaça comunista. O protagonismo militar estaria ligado a um complexo de erradicação ou à busca por fortalecimento da instituição. Em grande medida essa é a tese de Campos Coelho e de Domingos Neto, no entanto, há que se ver alguns aspectos dessa questão com maior precisão.

Essas abordagens, sustentadas numa perspectiva institucionalista ou “organizacional” do Exército, tendem a passar ao largo das dinâmicas que se davam entre os agentes em questão e do fato de neles e por eles estar se forjando não apenas um projeto institucional mas toda uma idéia bem mais pretensiosa de como deveria ser o país. Essa atitude, por assim dizer, de defesa da corporação das ameaças ou limitações do Estado e do mundo civil se alicerçava também num culto à tradição intervencionista do Exército do início da República e numa arraigada crença em que, enquanto se apropriavam dos saberes específicos do “ofício das armas” e de sua deontologia, enquanto reforçavam seus laços de solidariedade – “camaradagem” – e

homogeneizavam suas afinidades, os futuros generais de 1964 acreditavam ser o Exército a própria encarnação da nação brasileira e a jovem oficialidade os únicos e verdadeiros defensores da nação. Em sua formação, desenvolveu-se uma disposição a pensar e agir como se fossem um grupo excepcionalmente qualificado e moralmente superior cujo compromisso com a “Nação”, enquanto militares, ia muito além da estrita obediência ao Estado, e lhes conclamava a uma missão regeneradora do país.

Aurélio Lira Tavares, que afirma ter-se tornado “cada vez mais brasileiro” nos anos em que estudara no Colégio Militar do Rio de Janeiro, dá a formulação mais precisa sobre como a geração de 1964 resolvia a aparente contradição entre profissionalismo e ativismo político. Para ele, a sua “geração, tão empolgada pelos deveres profissionais” não estaria fugindo ao seu papel, pois “tínhamos a convicção de que os revolucionários de 22, 24 e 30 representavam a elite jovem, no que tinha (...) de mais expressivo e de mais puro” combatendo com violência para abrir os caminhos para os “anseios generalizados da Nação”.¹¹³ Nesta fala está embutida a crença na superioridade moral dos militares que, como uma elite ilustrada e de intenções puras, modernizaria o país, livrando-o das suas mazelas sociais causadas pelo profissionalismo político e pelo egoísmo daqueles que administravam o Brasil.¹¹⁴

Nos anos que compartilhavam a extenuante rotina dos colégios militares e depois da Escola Militar, os alunos e depois cadetes desenvolviam entre si fortes laços de camaradagem e associativismo. Já se fez anteriormente referências às publicações no Colégio Militar de Porto Alegre, prática que ao menos naquela instituição permaneceu

¹¹³ LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. p. 38.

¹¹⁴ Uma ressalva importante deve ser feita. As memórias de Lira Tavares são muito mais reflexões sobre o passado muito bem postas a partir de sua conjuntura política específica que os depoimentos mediados concedidos ao CPDOC ou que memórias como as de Juarez Távora. A retórica da ESG e um esforço por legitimar o regime de 1964, que já contabilizava o seu 11º ano quando da publicação do livro, perpassam quase todo o seu relato, que, por sua vez, é mais argumentativo do que narrativo. Ainda assim, cotejando com outras fontes e com a bibliografia pertinente é possível atribuir o sentido nos termos do texto acima.

ainda por um bom tempo¹¹⁵, e à época em que alguns dos agentes da geração de 1964 lá estudaram essas publicações eram mantidas pela Sociedade Cívica Literária. Esta agremiação de alunos, da qual fizeram parte da diretoria Castelo Branco e os irmãos Amaury e Riograndino Kruel, promovia saraus literários e proclamavam que, “inspirados nos sentimentos alevantados de civismo e patriotismo”, se engajavam na política local contra os que “corrompiam e desvirtuavam a sociedade”.¹¹⁶ Ao contrário dos seus antecessores da geração de 1907, os membros desse grupo faziam oposição ao governo de Borges de Medeiros, então associado ao continuismo e ao mandonismo local. A inflexão no alinhamento quanto à política local não muda, contudo, o fato de que desde muito cedo havia um componente fortemente moralizador associado à percepção desses futuros militares quanto à política.

No Realengo, o associativismo dos cadetes também era intenso. Além de uma Sociedade Atlética, havia a Sociedade Acadêmica que também costumava publicar periódicos.¹¹⁷ À época em que o regime de internato era mais flexível, seja pela precariedade das instalações ou pelo excesso de alunos, muitos cadetes viviam em “repúblicas” estudantis nas imediações da escola. Outros cadetes, como Siqueira Campos, Eduardo Gomes e, eventualmente, Luís Carlos Prestes, mantinham um espaço fora da escola em que, além de festas e bebedeiras, discutiam política e questões relativas à I Guerra Mundial que então mobilizavam a atenção de todos.

Os laços ali estabelecidos são de extrema importância para que os agentes em questão comecem a acumular solidariedades, experiências compartilhadas e um esquema específico de compreensão do mundo. Sua internalização compõe o modo de

¹¹⁵ PINEDA, Silvana. *Hloeya: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre: 1922-1938*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PPG Educação, UFRGS, 2003.

¹¹⁶ Citado em DULLES, John Foster. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília: EdUnB, 1983. p.12s.

¹¹⁷ No curso desta pesquisa só foram localizados exemplares da década de 1930 no Arquivo Histórico do

ser e de estar que distinguem a profissão militar das demais. A força desses laços foi, em diferentes momentos, reivindicada quando do engajamento político dos generais de 1964. Cordeiro de Farias, referindo-se já ao período da Coluna Prestes, atribui o seu êxito nos enfrentamentos com as forças legalistas aos laços estabelecidos no Realengo: “Éramos incrivelmente unidos, como verdadeiros irmãos, e entre nós não havia ciúmes nem segredos. Existia uma união inseparável que nos ligava como membros de uma família.” É possível que estes mesmos laços tivessem mantido a amizade de Cordeiro de Farias com Prestes mesmo depois da adesão deste ao comunismo. Cordeiro manifestou-se “estupefato” com a conversão de Prestes, mas ainda assim, encaminhou para publicação o seu manifesto em 1930 e por mais de uma vez o visitou na prisão durante o Estado Novo.¹¹⁸

Ao se referir à Escola Militar da Praia Vermelha, Celso Castro assinala que boa parte da difusão do positivismo, ou daquilo que se entendia como positivismo naquela instituição, ficava a cargo dos alunos.¹¹⁹ Dado esse intenso associativismo dos alunos, é possível afirmar que aquilo que circula entre eles, em seus espaços específicos de socialização, pode ser tão importante quanto as disciplinas e programas ministrados pelos professores na configuração de um determinado tipo de formação assimilado na Escola Militar. O associativismo dos alunos e cadetes opera em alguns aspectos de forma semelhante às agremiações duelistas e confrarias nacionalistas da Alemanha do *Keiserreich* estudadas por Norbert Elias. Para além da disciplina e dos saberes inculcados pela Escola, essas associações de alunos exerciam também uma “função fortemente padronizadora” dando um cunho relativamente uniforme à pessoas oriundas de diferentes regiões do país e cultivando uma rede de relações com a qual dificilmente os

Exército.

¹¹⁸ CAMARGO, A. e GÓES, W. p. 65s e 126s.

¹¹⁹ CASTRO, C. 1995. p. 67.

agentes rompiam.¹²⁰ Para a geração a que pertenciam os generais de 1964, que freqüentou o Realengo entre 1914 e 1930, os laços ali cultivados e padrões de comportamento e expectativas estabelecidos seguiram operando como um forte elemento identitário desses militares até que a experiência da FEB e a adoção da doutrina norte-americana viessem a configurar um novo arranjo nesse pequeno universo.

A relação entre a formação militar profissional e os perfis de engajamento político dos generais de 1964 envolveu, na etapa ora em questão, o tipo de formação, a reativação de uma “tradição” oriunda da Praia Vermelha e a socialização específica que os agentes desenvolviam entre si. Nesta, um outro fator deve ser ponderado, as leituras e debates que entre eles circulavam e que contribuía para que se disseminasse não exatamente uma visão de mundo específica, mas um leque de possibilidades de representações e de produção de sentido para os fenômenos que mobilizavam os agentes. Isto é de fundamental importância, pois foi também a partir dessas leituras que esses cadetes e jovens oficiais começaram a compor o repertório com o qual eles pensavam e, freqüentemente, faziam política.

Antes de se debruçar sobre suas leituras, é importante colocar em questão o alcance das mesmas. A formação militar, especialmente a que progressivamente vinha sendo implantada durante a formação da geração a que pertenciam os generais de 1964, não exigia a erudição e o conhecimento, ainda que meramente ornamental – como era comum nas faculdades de direito – dos chamados clássicos e das correntes filosóficas da moda. A própria estrutura hierárquica da caserna é um desestímulo ao debate. Além disso, é pouco provável que a maior parte dos alunos, depois da sua longa jornada de exercícios e estudos para as sabinas e exames ainda dedicassem muito tempo à leituras

¹²⁰ ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 57.

mais densas que romances de cavalaria ou biografias de “grandes generais”. A maior parte deles provavelmente lia muito pouco, ainda assim, não seria absurdo supor que os que de fato liam, atuavam nas sociedades acadêmicas e editavam periódicos, fossem capazes de disseminar ou reproduzir autores, problemáticas, argumentos e debates que acabassem influenciando os demais alunos. Embora seja difícil quantificar, alguns indivíduos contavam com um ambiente familiar mais letrado e se disseram “leitores vorazes” em depoimentos ou biografias. É o caso de Ernesto Geisel e, provavelmente seu irmão Orlando também, cujo pai comprava anualmente coleções de livros de literatura.

Pelo que se pôde depreender dos depoimentos, as leituras eram apropriadas, em grande parte, sob um prisma instrumental no sentido de serem “voltadas para a ação” e, de uma maneira geral, eram críticas às instituições vigentes. Cordeiro de Farias comenta que tomou contato com *Os Sertões* de Euclides da Cunha por influência do pai, um militar florianista, e que, por não haver um programa regular de leituras na Escola Militar, faziam leituras “livres, espontâneas”. É possível aproximar-se dessas leituras a partir do relato de Lira Tavares, para quem as principais leituras nos anos 1920 eram: José Bonifácio, Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Couto de Magalhães, Roquete Pinto e Oliveira Viana. Destaque especial, contudo, era dado a Alberto Torres, que segundo Lira Tavares, fazia escola. O seu engajamento contra o alistamento obrigatório defendido por Olavo Bilac, não diminuía o “encantamento de espírito com que o liamos e o respeitávamos, como um dos mestres de *Problemas Brasileiros*, denominação nova da terminologia educacional.” Sua leitura pautou boa parte do conteúdo e das categorias da crítica ao regime político vigente, bem como a prática de formulá-las a partir de uma espécie de diagnóstico dos “problemas brasileiros”. A correlação entre leitura e ação política fica manifesta nas palavras de Lira Tavares:

Os livros de Alberto Torres nos entusiasmavam pelas suas idéias, mas entre elas e o que cumpria fazer para pô-las em prática havia, além da inexperiência, que nos encorajava a aceita-las como definitivamente válidas, a barreira da mentalidade predominante e das forças que se opunham a grandes mudanças: o profissionalismo político, o coronelismo eleitoral, o monopólio do poder econômico e, muito mais que tudo isso, o desconhecimento das realidades brasileiras, dos grandes problemas nacionais, além da falta de fórmulas e programas para resolvê-los efetivamente.¹²¹

Antônio Carlos Murici, que foi colega e amigo de Lira Tavares, partilhava das mesmas influências e leituras que, segundo ele, conferiam

... a vontade de lutar pelo Brasil. A mim e à minha geração. Todo o pessoal da minha geração que tinha consciência, começou a estudar os problemas brasileiros nessa época. A década de 20 foi uma época de transformação do Brasil, da mentalidade do jovem brasileiro, em luta pelo Brasil. Foi aí que sentimos que estávamos atrasados, que precisávamos produzir de qualquer maneira. E não era só atrasado politicamente, era econômica e socialmente.¹²²

Durante os anos 1920, período de crescente efervescência política e cultural no Brasil, no qual se precipitava a crise de um modelo político-institucional e também de sociedade, todas as instituições foram, em alguma medida, postas em questão: partidos, Estado, igreja, exército, “cultura brasileira”, etc. Neste período, os quadros mais novos dos futuros generais de 1964 ingressaram na carreira militar enquanto os mais velhos começaram a assumir o seus primeiros postos na hierarquia do Exército. Sua formação se deu sob a égide de se constituir um novo exército, profissional, atualizado técnica e taticamente e apolítico.

A crença na necessidade imperativa de um exército “moderno” e “eficiente” foi incorporada como parte essencial da deontologia desses novos oficiais. Junto a ela, contudo, foram sedimentados pelos indivíduos dessa geração esquemas de percepção e de classificação do mundo no qual o oficial “moderno” acreditava-se pertencente a uma

¹²¹ TAVARES, L. 1976. p. 48.

¹²² Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPDOC, p. 44.

elite moralmente superior àquela que administrava o país e descrente das instituições liberais. O recurso à “tradição da Praia Vermelha” aparece como uma invocação retórica para justificar a ação política dos cadetes e jovens oficiais enquanto militares. Ao mesmo tempo, é também um indicador de que os espaços de formação do oficialato militar (não só através de currículos ou professores, mas também através dos valores e práticas compartilhadas e reproduzidas entre os cadetes) inscreviam nos indivíduos estudados formas de perceber e de agir marcadas pela crença de que esses militares eram uma espécie de “guardiões da república”, de que era necessária uma moralização dos costumes políticos no Brasil e de que tal não se daria por meio das instituições então vigentes. Para alguns, isso parece ter sido suficiente para mobilizá-los politicamente e engajá-los em conspirações e levantes armados. Para outros, na verdade a maioria do oficialato que optou por uma carreira “legalista”, partilhar dessa visão que então se formava não implicou em engajamento político, pelo menos ainda não.

2.3 A formação profissional superior dos generais de 1964

2.3.1 O ensino na Escola de Estado-Maior do Exército de 1930 a 45

A ascensão ao generalato pressupõe uma série de requisitos acumulados ao longo da carreira de um oficial do Exército, entre eles figura, também, a passagem pela Escola de Estado Maior do Exército. Os agentes que são o foco deste trabalho cursaram esse estabelecimento de ensino militar ao longo da década de 1930, sendo que alguns o fizeram nos primeiros anos da década seguinte, ainda durante o período de implantação das reformas de Góes Monteiro e Dutra. Antes de se abordar o ensino na EEM é preciso pontuar o que representava para um oficial fazer parte de estados-maiores.

Os estados-maiores são organismos burocráticos das forças armadas responsáveis não pelo comando direto de tropas mas pelas funções administrativas de unidades de maior porte (exércitos e divisões), pelas formulações estratégicas e pelas eventuais aplicações táticas das mesmas. Ser oficial do “Quadro de Estado-Maior do Exército” (QEME) é pertencer ao grupo de oficiais que define, internamente, o que é o Exército, elaborando e dirigindo as reformas ou reproduzindo a estrutura burocrática da corporação. Segundo o regulamento do QEME de 1948, são funções exclusivas do Estado-Maior as do gabinete do ministro, as do Estado-Maior Geral (futuro EMFA), as do Conselho de Segurança Nacional, as dos Estados-Maiores das regiões militares, as dos Departamentos e Diretorias (como a de Ensino, por exemplo), as de adido e de adjunto de adido militar e a chefia da Seção de Circunscrição e Recrutamento.¹²³

O recrutamento de oficiais para esse quadro e suas bem demarcadas funções era um processo longo e, ao que se pode depreender dos regulamentos, bastante controlado pela cúpula do Exército. Um oficial, mesmo tendo concluído o curso da EEM e realizado o estágio subsequente deve ser julgado “apto para o Serviço de Estado-Maior” pelo Chefe do EME. Para disputar uma vaga na Escola o oficial teria que, antes de mais

¹²³ BRASIL. Ministério da Guerra. *Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1948. p. 5s.

nada, demonstrar as “condições físicas, intelectuais, morais e profissionais” para ingressar no QEME. As condições físicas seriam verificadas nas inspeções de saúde rotineiras, a capacidade intelectual e a cultura profissional o seriam pelo concurso de ingresso na Escola, pelo seu desempenho ao longo do curso e no estágio final. Já as chamadas “condições de idoneidade moral” eram avaliadas conforme os seguintes parâmetros:

- pelo procedimento civil e militar, e conseqüente conceito no seio da classe e da sociedade;
- pelas manifestações de personalidade, nos atos da vida corrente nas provas a que é submetido;
- pelo espírito de disciplina, sob todas as modalidades;
- pelas qualidades de franqueza e lealdade;
- pela discrição e tato na vida corrente.¹²⁴

Para operacionalizar esse complexo mecanismo de filtro e de reforço de comportamentos e atitudes do oficialato, o Exército possuía a Comissão Permanente de Sindicância e o Conselho Permanente de Revisão, “cujo funcionamento é de caráter secreto [e] regem-se por instruções do Chefe do Estado-Maior do Exército a quem compete decidir, em definitivo, sobre o ingresso ou permanência no QEME.”¹²⁵ Conforme o regulamento citado, tornar-se oficial de Estado-Maior era estar sob a permanente vigilância de uma comissão nada transparente que, por sua vez, constituía um importante mecanismo de controle sobre as atitudes e posições assumidas pelo oficial tanto no âmbito militar quanto nos espaços público e privado.

Fundada em 1905, a EEM passou por várias fases e influências doutrinárias mas sempre teve como objetivo formar oficiais para o exercício dos altos cargos administrativos e de funções de planejamento tático e estratégico, que caracterizam a atuação dos estados-maiores em instituições militares.¹²⁶ Apesar de ser mais antiga que

¹²⁴ Idem, p. 6.

¹²⁵ Idem, p. 10.

¹²⁶ CASTRO, Paulo César de. ECEME: 96 anos de altos-estudos militares. *Revista do Exército Brasileiro*.

a Missão Militar Francesa, foi só a partir de então que a Escola passou a ter uma importância maior como elemento de filtro e de difusão de saberes específicos e necessários para a progressão na carreira de oficial. As primeiras turmas padeceram de uma considerável desconfiança por parte dos oficiais mais antigos, um tanto avessos à “bacharelismos” e a voltar a estudar, de modo que os mecanismos de filtragem eram significativamente mais brandos. À época dos generais de 1964, contudo, a EEM já era uma instituição consolidada e que conferia elevado prestígio e distinção àqueles oficiais que concluíam o seu curso com êxito.¹²⁷

O seu ingresso dependia da indicação por parte de um oficial superior que tenha comandado o candidato, do deferimento da Comissão Permanente de Sindicância acima referida e da aprovação num concurso longo e bastante abrangente. Havia também a exigência de o oficial ter cursado com sucesso a Escola de Armas (posteriormente denominada Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO) e de estar entre os 26 e os 40 anos de idade. O concurso era dividido em duas etapas, a primeira, eliminatória, e a segunda de caráter classificatório. A distribuição das provas variava um pouco conforme os diferentes regulamentos, porém na primeira etapa cobrava-se conhecimentos táticos da “arma” do candidato, legislação militar, geografia e, eventualmente, história do Brasil e da América. Os aprovados para a segunda etapa enfrentavam as provas práticas de equitação, datilografia e topografia,¹²⁸ cinco provas orais de conhecimentos militares abrangendo cada uma das armas, inclusive aviação, duas provas de língua estrangeira (francês e espanhol) e uma bateria de provas escritas. Estas, compreendiam: mais uma prova de conhecimentos táticos, uma prova de geografia concernente ao “ponto de vista brasileiro das grandes Potências Mundiais”,

v. 139, 1º quadrimestre, 2002. p. 11.

¹²⁷ SODRÉ, N. 1986. p. 75.

¹²⁸ No regulamento de 1934 essas provas eram realizadas na etapa eliminatória, no de 1938, na

uma prova de história da “Civilização” e outra de história militar, uma prova de direito constitucional e de direito internacional, uma prova de sociologia e de economia política e mais uma prova de línguas estrangeiras.

O conteúdo cobrado nas provas de “conhecimentos científicos”, que, novamente de acordo com o regulamento, visavam por em relevo a capacidade de julgamento, “o espírito de síntese, método e clareza” do candidato, versava sobre temas afinados com a expansão do interesse e da interferência dos militares sobre as questões ligadas à infraestrutura brasileira. Conforme o depoimento de Antônio Carlos Murici, que enfrentou o concurso em 1936, as questões giravam em torno do “problema” da mobilização militar, envolvendo, assim, transportes e industrialização:

Então, a questão que caiu foi: “Como encara o problema siderúrgico do Brasil”? “Qual é a posição que deve permanecer a usina?” Era um problema que se discutia muito, o de localização. Se seria no minério, se seria no porto, se seria junto aos meios consumidores. Outra coisa que eles perguntavam, por exemplo, era o problema de energia. Naquele tempo se pensava no problema de energia elétrica. (...) O problema dos transportes: como é que eu via, do ponto de vista militar, a necessidade do desenvolvimento do transporte em relação ao Sul do Brasil, que era considerada a zona estrategicamente perigosa do Brasil, dado a proximidade com a Argentina.¹²⁹

De acordo com os regulamentos, para ingressar na EEM o oficial deveria, portanto, possuir um determinado perfil que combinasse mérito – e perseverança – escolar, um comportamento que inspirasse respeito entre os pares e oficiais superiores e uma disposição para tratar dos grandes “problemas” nacionais que cada vez ocupavam mais os militares: industrialização, produção energética, transportes. Desde o recrutamento, a Escola de Estado-Maior orientava para o exercício de funções dirigentes os seus quadros e, apesar da importância dos saberes estritamente militares cobrados no concurso, a vasta gama de “conhecimentos científicos”, de “cultura geral” e

de “problemas brasileiros” indica, no mínimo, uma preocupação institucional para reforçar o interesse e possibilitar a presença de militares nos organismos da crescente burocracia estatal voltados para o que mais tarde se chamou de desenvolvimento. A ampliação da noção de defesa nacional e da ingerência militar sobre a agenda política defendida pela doutrina Góes Monteiro e pelas reformas levadas a cabo no Estado Novo, cujo conteúdo será abordado no item 3.1.3, repercutiam de forma sensível no organismo responsável pela seleção e formação da alta oficialidade do Exército.

O curso, dependendo da época, oscilou entre dois e três anos, era então supervisionado por oficiais da missão francesa mas já predominantemente ministrado por instrutores brasileiros. Longe da tropa, os alunos tinham aulas pela manhã e o resto do dia para resolver extensos e repetitivos problemas de tática militar em mapas distribuídos pelos instrutores conforme o “método cartesiano” que pautava os estudos. Esse método, que deveria guiar tanto as aulas quanto os exercícios, pretendia-se “essencialmente objetivo” e tinha como fim “por os oficiais-alunos na obrigação de agir racionalmente para atingir um fim determinado”.¹³⁰ Na prática, consistia em decompor os “fatores de decisão” (missão, inimigo, terreno e meios) para resolver os problemas propostos e apresentar as “linhas de ação”.¹³¹ Sua padronização e internalização por parte dos oficiais-alunos deveriam garantir a reprodução da doutrina militar que informaria as operações bélicas do Exército. Aos exercícios somavam-se as disciplinas que enfatizavam a necessidade do planejamento e da “mobilização” para a guerra em grande escala que deveriam ser complementadas com visitas a institutos científicos, serviços públicos e estabelecimentos industriais. De modo geral, a formação na Escola

¹²⁹ Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPODOC, p. 161.

¹³⁰ Regulamento de 1938 p. 10.

¹³¹ PELEGRINO FILHO, Ary. A influência da Missão Militar Francesa na ECEME. *A Defesa Nacional*, n. 795, 2003. p. 137

de Estado-Maior tendia a conferir um caráter eminentemente técnico à tomada de decisão e à ação dos oficiais.

Sabatinas e exames anuais os mantinham atentos às aulas e exercícios de campo e estágios coroavam o curso cuja boa classificação era de grande importância para as promoções futuras. Depoimentos de oficiais que cursaram a EEM ressaltam que era comum formarem-se grupos em que os alunos, reunidos por afinidade, dividiam entre si as tarefas domiciliares, o que, por seu turno, reforçava os laços entre seus membros que mais tarde poderiam servir juntos em funções de Estado-Maior.¹³² O desenvolvimento da “camaradagem” é um traço ressaltado nos vários depoimentos como uma virtude: Geisel assinalou que “relacionamentos se formaram e perduraram anos, numa comunhão de pensamentos e ações”; foi na EEM, por exemplo, que Geisel e Golbery se conheceram e que Juarez Távora tornou a conviver com Costa e Silva.¹³³ Este último, por sua vez, escolheu para o Ministério do Exército de seu governo em 1967 um velho contemporâneo da Escola de Estado Maior, Aurélio Lira Tavares.

Em princípio, a Escola era, particularmente neste período, mais uma instância de difusão do profissionalismo militar nos moldes francês, ainda assim, as questões ligadas ao preparo para a guerra – as chamadas “mobilização militar” e “mobilização nacional” – forneciam o mote para que “soldados profissionais” se sentissem crescentemente responsáveis pela agenda econômica e, por que não, política do país. Paralelamente, a escola estabelecia novos laços de solidariedade entre aqueles que viriam a ser a cúpula da oficialidade e garantia o reforço das características que seriam apreciáveis nos oficiais superiores: partilhar de uma “mesma linguagem” e de uma “maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar”, além de “pensar o

¹³² DULLES, J. p. 36. e SODRÉ, N. 1986. p. 265.

¹³³ D'ARAÚJO, M. e CASTRO, C. Op. cit. p. 89. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 2º volume:

Exército” e “forjar líderes e chefes militares”.¹³⁴ Nesse sentido, o “grau de apreciação geral” que o comandante da Escola obrigatoriamente conferia aos alunos ao final de cada ano era mais um mecanismo de filtragem de comportamentos desviantes e de estímulo de atitudes legítimas. Segundo Estevão Leitão de Carvalho, que comandou a Escola entre 1934 e 36, o julgamento dos oficiais tinha por fim

vedar o acesso ao serviço de estado-maior aos oficiais que revelassem, durante os três anos do curso, deficiência nas qualidades de caráter indispensáveis a quem, funcionalmente, teria de colaborar com altos chefes militares, em assuntos de grande importância para a segurança nacional, para os quais se requerem discrição e honorabilidade.¹³⁵

Para Nelson Werneck Sodré, que fora aluno de 1944 a 1946 e mais tarde instrutor de história militar, “A Escola de Estado-Maior (...) não se destina a ensinar a raciocinar, destina-se a criar reflexos e a ensinar a redigir ordens resultantes desses reflexos.”¹³⁶ Werneck faz analogia com o esgrimista que, depois de repetidos exercícios, reage com movimentos instantâneos às ofensivas do adversário. A reflexão e a discussão não tinham maior ressonância e os temas estudados eram hipotéticas batalhas regulares, ou batalhas clássicas do século XIX e da I guerra Mundial, de modo que não se encontrou qualquer referência a estudos que dessem conta, nessa época, dos conflitos irregulares ou civis que marcaram a atuação do Exército brasileiro desde o fim da Guerra do Paraguai. Somente depois da difusão da doutrina militar norte-americana e da elaboração das experiências da FEB é que os quadros Escola começaram a formular uma “doutrina militar brasileira” e a tratar dos conflitos irregulares sob o a designação de “guerra revolucionária”.¹³⁷ Em vários aspectos a EEM reproduzia o modelo francês

a caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976. p. 134.

¹³⁴ CASTRO, P. Op. cit. p.13 e PELEGRINO FILHO, A. Op. cit. p. 137.

¹³⁵ LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Memórias de um soldado legalista*. v. 3 Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1964. p. 249.

¹³⁶ SODRÉ, N. 1986. p. 254. No polo oposto do espectro ideológico Sylvio Frota narra opinião semelhante em FROTA, S. Op. cit. p. 53.

¹³⁷ SODRÉ, N. 1986. p. 259, e DA HORA, Alexandre de Souza. A influência da ECEME no pensamento militar brasileiro. Monografia de Conclusão de Curso. ECEME, Rio de Janeiro, 2002. p. 75s

de formação do oficial, inclusive no seu relativo fechamento aos influxos externos, de modo que mesmo aqueles indivíduos que gozavam de elevada influência política tiveram que cursa-la para progredir na carreira militar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a EEM representou, para a geração de oficiais que ocupava o generalato em 1964, uma experiência de reforço das atitudes profissionais e de apropriação de saberes militares consagrados que lhes franquiava a possibilidade das altas patentes. Para aqueles cujos investimentos de carreira se concentravam na profissionalização militar, ou eram ainda restritos a esta esfera, consistia num momento chave de sua carreira: o bom desempenho de Castelo Branco lhe rendeu um longa estada de três anos na França cursando a Escola Superior de Guerra desse país. Assim como ele, vários membros do grupo de generais de 1964 desempenharam funções de ensino na Escola o que, conforme o regulamento de 1934, constituía “prova de alta distinção conferida ao oficial”.¹³⁸

Para os agentes cujas carreiras políticas já eram bastante significativas, cursar a EEM no período acima comentado permitiu acumular recursos (saberes, legitimidade e contatos) que, em virtude das transformações que vinham se dando no Estado brasileiro, poderiam ser empregados tanto na carreira militar quanto na política na medida em que as funções de estado-maior são, em essência, de planejamento e de administração da burocracia militar. Ao tempo em que os agentes aqui em foco se credenciavam como os futuros dirigentes do Exército, as reformas de Dutra e Góes Monteiro só fizeram crescer a capacidade de influência do Exército sobre a formulação e a implementação de políticas em áreas consideradas estratégicas do Estado brasileiro.

¹³⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. *Regulamento da Escola de Estado Maior*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1934. p. 29.

Embora não fosse um foco explícito de difusão de atitudes políticas ou de intervencionismo como fora a Escola Militar até 1930 e posteriormente a ESG, a EEM era um espaço de filtragem e de reforço de determinadas disposições – técnicas e elitistas – do oficialato. Possibilitava, também, o encontro e o estabelecimento de redes e lealdades, a “camaradagem”, que mais tarde poderiam ser mobilizadas nas disputas internas do Exército ou nas interfaces com a arena política. A EEM reforçava e difundia a crença na possibilidade de soluções “técnicas” e “objetivas” para os problemas que os militares se colocavam, tanto no âmbito das gestão burocrática da sua instituição, quanto no das operações bélicas propriamente ditas. A ampliação da noção de defesa e a crescente intervenção militar na política brasileira nas décadas de 1930 e 40 não tornariam difícil a transposição, por parte dos agentes aqui estudados, dessa forma de pensar e de agir para a arena política nas décadas de 1950 e 60.

2.3.2 Escola Superior de Guerra: marco institucional

Diante da produção existente, em parte comentada na revisão bibliográfica deste trabalho, não se pretende aqui fazer uma análise da ESG em si, mas da repercussão que a experiência de nela estagiar, fazer parte do “corpo permanente” e de participar da sua formulação doutrinária teve no reforço de determinadas inclinações intervencionistas e autoritárias junto a uma fração importante dos agentes focados neste trabalho. É importante ressaltar que vários deles estagiaram naquela instituição e parte considerável deles teve lá uma forte atuação a ponto de serem identificados, desde 1964, como “grupo da Sorbonne” ou “esguianos”. Todavia não se deve restringir os generais de 1964 aos esguianos; afinal figuras decisivas como Costa e Silva e o também futuro

presidente Médici sequer freqüentaram a ESG. Considerando que a Escola era uma espécie de limbo para militares malvistas pelos governos da aliança PSD-PTB, especialmente depois de 1955, não é de se estranhar que oficiais bem articulados procurassem ser arregimentados ou designados para funções de Estado-Maior ao invés de irem para a nem sempre prestigiosa Escola Superior de Guerra.

O enfoque aqui empregado está em sintonia com as ressalvas feitas por Alexandre Barros e Shiguenoli Miyamoto a respeito da “mitologia” criada em torno da ESG que, ao incorporar o seu discurso, tende a percebê-la como uma instituição excessivamente poderosa, capaz de definir, secretamente, todos os rumos da política brasileira.¹³⁹ Na verdade, o alcance da sua influência política institucional deve ser ponderado, como assinalou Barros, em face do estreito leque de recrutamento de seus estagiários¹⁴⁰, das derrotas políticas colhidas pelo grupo em 1955 e 1961 e também pelo caráter um tanto circunstancial dos militares que para lá eram designados, sobretudo durante a gestão de Lott no Ministério da Guerra. Da mesma maneira, a repercussão das idéias ali cultivadas e reproduzidas deve ser matizada com o fato de que a ESG não era o único “laboratório de idéias” nas décadas de 1950 e 60 e com o fato de que nem todos militares brasileiros, mesmo os do polo intervencionista-autoritário, freqüentaram a instituição. O foco neste sub-capítulo está, então, nos agentes que participaram da sua criação e do processo de formulação de sua doutrina, experiências que, especificamente para os militares aqui estudados, foi de grande importância para a consolidação de uma

¹³⁹ BARROS, A. Op. cit. p. 169. e MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v.2, n.1, 1988. p. 7ss.

¹⁴⁰ Vanda Maria Costa indica em seus levantamentos um número bastante modesto (15,7% do total de civis) de estagiários cuja origem pode ser associada ao capital privado, de modo que os civis que lá estagiaram entre 1950 e 1975 eram, em maioria, diplomatas, quadros de outros ministérios ou funcionários de empresas estatais. A articulação militar com o grande capital nacional e internacional que, segundo Ferraz, teria redundado no golpe de 64, ao que indicam os dados, não teria se dado no âmbito da ESG. COSTA, V. Op. cit. p. 113 e anexos.

percepção razoavelmente unificada do mundo social e político e de uma determinada disposição para intervir de forma autoritária na arena política.

A Escola Superior de Guerra é um organismo militar de ensino um tanto diferenciado, por isso demanda uma breve descrição para que se possa compreender não apenas as suas pretensões de “formar elites” e a sua função de centro de formulação ideológica ou de abrigo para conspiradores, mas como mais um espaço de socialização e de articulação que, na prática, possibilitou a atualização e reprodução de determinadas posições autoritárias dos militares aqui estudados em face à política. Na ESG os elementos autoritários e intervencionistas do repertório de ação e de representações políticas que permeou a formação e as experiências até então acumuladas pelos agentes em suas trajetórias foram, por uma fração deles, elaborados e vertidos numa doutrina. A sistemática de funcionamento da Escola, que conferia à doutrina um caráter de “contínuo aperfeiçoamento”, permitia que suas formulações básicas, delineadas em meados dos anos 1950, fossem ao mesmo tempo reproduzidas e consumidas por novas turmas de militares e civis. Permitia também que fossem repetidas vezes adequada à conjuntura política nacional, integrando os novos temas que compunham o debate e as lutas políticas nacionais às suas formulações anteriores.¹⁴¹

A ESG teve vários regulamentos que, em certa medida, são indicadores das suas diferentes etapas de estruturação e fases de atuação institucional e política. Até 1963 a Escola funcionou com a seguinte estrutura: Direção, Junta Consultiva, Departamento de Estudos e Departamento de Administração. A Direção, composta pelo Comandante e pelo Diretor de Estudos, é reservada a oficiais gerais da ativa de uma das Forças Armadas. A Junta Consultiva é formada por militares e civis de “reconhecida cultura ou

¹⁴¹ Para as sucessivas mudanças conceituais na doutrina da ESG, ver ARRUDA, A. Op. cit. p xxxv e ROCHA, M. Op. cit. capítulos 2 e 3.

notável projeção na vida pública do país.” Inicialmente, o Departamento de Estudos era formado pelas divisões de Assuntos Nacionais, Assuntos Internacionais e Assuntos Militares. O segundo regulamento da Escola, de 1954, reestruturou as “divisões” em Assuntos Políticos, Econômicos, Psicossociais e Militares, tornando a estrutura institucional mais afinada com a doutrina que então vinha se formulando. Em 1961 o novo regulamento criou a Divisão de Assuntos Doutrinários e de Coordenação e a de Assuntos Científicos e Tecnológicos.¹⁴² Pode-se observar que, da sua criação até a ruptura de 1964, o escopo dos interesses dos “estudos” da ESG cresceu de forma significativa. Um dado relevante que Vanda Costa assinala a respeito dessas modificações regimentais, considerando o perfil do engajamento dos agentes em questão, é que todas elas se deram aproximadamente seis meses antes de cruciais eventos políticos: o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a deposição de João Goulart em 1964.¹⁴³ Trata-se de um dado sugestivo, que alude a um estreita ligação com as conjunturas das lutas políticas nacionais mas que deve ser ponderado com cautela para que não se caia novamente na chamada mitologia da ESG.

O corpo de participantes está até hoje dividido em Corpo Permanente, Estagiários e Membros da Associação dos Diplomados da ESG, a ADESG. Ao corpo permanente, formado por civis e oficiais de alta patente das três armas, compete a direção e organização dos cursos ministrados. Os Estagiários são recrutados entre oficiais superiores e civis com cargos e funções considerados relevantes pelo comando da Escola ou pelo Estado-Maior das Forças Armadas. A ADESG, foi organizada por ex-estagiários a partir de 1951 com o objetivo de promover cursos e atividades para discutir problemas de cada Estado e região e difundir a Doutrina de Segurança Nacional.

¹⁴² ROCHA, M. Op. cit. p. 39. e ARRUDA, A. Op. cit. p. xxvii s.

¹⁴³ COSTA, V. Op. cit. p. 114.

Diferentes cursos foram ministrados na ESG. O *Curso Superior de Guerra* (CSG), criado em 1949, tinha como objetivos o estabelecimento de uma Doutrina de Segurança Nacional, formulação de uma Política de Segurança Nacional e elaboração de Técnicas de Planejamento para a Segurança Nacional. O regulamento de 1963 não alterou esses objetivos, apenas em 1973, o curso propôs-se a habilitar civis e militares para exercício de funções de direção e assessoria além de cooperar no aprimoramento de uma metodologia para a formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. O *Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas* (CEMFA), foi criado em 1951 e funciona até hoje. Tem com objetivo habilitar os oficiais das Forças Armadas para o exercício de funções de comando, de chefia e de Estado-Maior de organizações e de forças combinadas e aliadas; e cooperar na experimentação e desenvolvimento da Doutrina Brasileira de Comando e Estado-Maior. Entre 1957 e 60, funcionou o *Curso de Mobilização Nacional*, seu currículo baseava-se no do *Industrial College of Armed Forces* de Washington. Entre 1964 e 1972, funcionou também o *Curso de Informações*; mais tarde foram implantados cursos de atualização e de extensão na ESG.¹⁴⁴

2.3.3 A metodologia da ESG

A maneira como os trabalhos eram conduzidos nos primeiros tempos da ESG e como, a partir do que se pode apreender dos regulamentos e depoimentos, foram alinhavadas as principais formulações de sua doutrina são de particular interesse para este trabalho porque permitem compreender como determinadas orientações para pensar

¹⁴⁴ ROCHA, M. Op. cit. p. 40ss.

a sociedade e a política e para a ação política extra-militar foram reforçadas naquela instituição.

Pelo menos nas suas primeiras décadas de funcionamento, o CSG funcionava em tempo integral obedecendo a um cronograma de 44 semanas. A dinâmica dos trabalhos lá realizados tinha por objetivo o ensino do chamado método para o equacionamento dos problemas nacionais, por isso a ênfase recaía sobre os trabalhos em grupo e sobre os esforços, até fins de 1953, de conferir um papel mais ativo aos estagiários, que deveriam trazer as contribuições de suas experiências profissionais ou políticas específicas para a elaboração da doutrina de segurança nacional.¹⁴⁵ A partir de 1954, passou a vigorar um controle mais estrito por parte do corpo permanente e da direção da Escola sobre conteúdos abordados e um cuidadoso detalhamento das atividades a serem realizadas.¹⁴⁶

Na fase de implantação da ESG iniciavam-se os estagiários nos temas e nas abordagens pretendidos pela Escola, envolvendo sobretudo mobilização e planejamento, segurança nacional e defesa hemisférica no contexto da Guerra Fria. Posteriormente, o curso passou a ser dividido em três etapas: o chamado Período Doutrinário tinha por objetivo familiarizar os estagiários com os conceitos básicos da DSN; o Período Conjuntural dedicava-se a estudos da “realidade brasileira”, especialmente dos “entraves ao desenvolvimento”; já o Período de Aplicação, como diz o nome, dedicava-se a realização de trabalhos, sempre em grupo, que deveriam aplicar o método à resolução de problemas concretos.

As atividades diárias normalmente começavam com uma conferência ou palestra na parte da manhã, que poderia ser feita por um convidado ou por um membro do corpo permanente. Seguia-se então um debate que, depois de codificada a doutrina, tornou-se

¹⁴⁵ ARRUDA, A. p. xxxii. e CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 416.

estritamente disciplinado, sendo vedado ao estagiário criticar, contestar ou apontar contradições na fala do expositor. Estagiários e corpo permanente costumavam almoçar juntos na própria Escola, na parte da tarde eram realizados os seminários ou as sessões de discussão dirigida, nos quais, sempre em grupos, os estagiários discutiam pontos do programa ou da doutrina previamente selecionados pelo corpo permanente com alguma liberdade. Viagens a regiões vistas como estratégicas e visitas a instalações ligadas sobretudo à infra-estrutura eram consideradas fundamentais para que os estagiários vivenciassem aquilo que Cordeiro de Farias definira como “um banho de Brasil”,¹⁴⁷ operando como um elemento complementar às atividades realizadas na Escola. Os trabalhos de grupo, ou de turma, mais tarde substituídos pelas monografias, seriam o momento de sistematização e de fixação dos saberes difundidos pela ESG junto aos estagiários e mais uma oportunidade para que eles reforçassem a convivência entre si.

Da importação de idéias e modelos norte-americanos pela ESG é possível que o produto que tenha sido mais inovador nos espaços de ensino militar no Brasil tenha sido justamente a “metodologia” dos trabalhos realizados na Escola. Gerava-se, com isso, a crença de que era possível converter uma prática de trabalho em grupo numa técnica “racional e objetiva” de administração pública capaz de eliminar os chamados entraves ao desenvolvimento brasileiro e os conflitos sociais a ele inerentes. Desde o início essa era uma questão da maior relevância para os fundadores da ESG, de modo que, na conferência realizada na Escola de Estado Maior em 1949, Cordeiro de Farias defendia que uma das finalidades da ESG seria a implantação de um método que deveria

desenvolver o hábito de trabalho em conjunto e de colaboração interministerial e interdepartamental, a fim de criar um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação das

¹⁴⁶ COSTA, V. Op. cit. p. 118.

¹⁴⁷ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 416, ver também TÁVORA, J. 1976. 2v. p. 224ss.

ações de todos os órgãos – civis e militares – responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país.¹⁴⁸

Uma proposta nada modesta para a Escola e para o alcance de sua metodologia. O conferencista argumentava ainda que os trabalhos a serem ali realizados, conforme o modelo proposto, permitiriam provocar “discussões proveitosas” e apresentar as “soluções possíveis e racionais” para as questões abordadas. Em um documento interno de 1949, que décadas mais tarde foi publicado pela *Revista da ESG*, o então tenente-coronel Idálio Sardenberg conferia um alcance ainda maior à Escola e aos seus fins. Sardenberg enumerava uma série de “princípios fundamentais” que norteariam as linhas de ação da Escola que podem ser resumidos nos seguintes argumentos:

A segurança nacional dependia do “desenvolvimento geral da Nação”, de modo que os órgãos responsáveis pela segurança, em particular as Forças Armadas, tinham o direito de intervir no processo de desenvolvimento. Este corolário estava em sintonia com o empoderamento das Forças Armadas, com as reformas implementadas durante o Estado Novo e com o discurso da “mobilização” difundido na EEM. O autor afirmava também que o Brasil possuía os requisitos básicos para tornar-se uma “grande potência”, porém, seu desenvolvimento era retardado por óbices suscetíveis de remoção; o “esforço nacional de construção” exigia uma elite que o administrasse; porém, continuava o autor, faltava à elite brasileira “o hábito do trabalho de conjunto e o domínio de uma técnica racional de solução de problemas”, de modo que as “soluções personalistas” empregadas entravam em conflito umas com as outras e paralisavam a administração pública. Diante de tal diagnóstico, Sardenberg concluía que seria urgente o emprego de um “método que permita se chegar a soluções

¹⁴⁸ CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo. *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1949. p. 14. PL-49

harmônicas e equilibradas”, e que o desenvolvimento e a difusão da nova metodologia seria, então, a finalidade da Escola Superior de Guerra.¹⁴⁹

Esse discurso era partilhado por outros agentes que integraram o corpo permanente da ESG e se fixou em suas falas de forma duradoura, senão permanente. Conforme Antônio Carlos Murici, que por mais de cinco anos pertenceu aos quadros da ESG, esta teria sido criada para

preparar elementos que ficassem em condições de atuar, em qualquer dos setores do governo, nos altos escalões. Então era preciso, principalmente, **criar métodos de trabalho**. Esta foi uma das coisas que mais me encantou: a escola fazia o seu esforço no trabalho em equipe.¹⁵⁰

O “método” desenvolvido na ESG consistia em aplicar ao planejamento da segurança nacional – que se confundia com o planejamento do desenvolvimento econômico e com a tutela do Estado sobre a sociedade – a mesma sistemática “cartesiana” que os generais de 1964 empregavam na Escola de Estado-Maior para resolver os problemas táticos e estratégicos em suas batalhas fictícias. A utilização de técnicas de planejamento nas diferentes áreas de governo foi uma realidade crescente no século XX, nos mais diferentes tipos de regime e Estados. A doutrina que informava o planejamento pretendido pela ESG procurava reduzir a política, e o dissenso dela constituinte, à gestão técnica e ao “equacionamento dos antagonismos” que entravavam a realização do “Potencial Nacional”. Garantindo, assim, a harmonia social. Nesse sentido, o planejamento esguiano não se pretendia meramente um instrumento de coordenação da ação governamental, mas a solução racional e científica para **todos** os problemas nacionais que seus formuladores eram capazes de perceber. A complexidade do objeto sobre o qual a ESG aplica o seu método fez com que, antes mesmo do amadurecimento da DSN (e de seu vocabulário específico), seus formuladores

¹⁴⁹ SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da ESG*. v. 9,

retomassem a prática da formulação dos diagnósticos dos problemas brasileiros e a importância conferida ao planejamento que autores decisivos para a sua formação intelectual, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, advogavam em suas obras.

Assim, antes mesmo de assumir o comando da ESG, Juarez Távora já identificava o planejamento como o meio capaz de “harmonizar a concepção administrativa do chefe do governo com as realidades administrativas do país”.¹⁵¹ A Escola, contudo, tinha como um dos seus objetivos declarados, o estabelecimento de um “método próprio” de análise e de interpretação dos problemas concernentes à segurança e, com isso, divulgar a sua aplicação, criando, ali mesmo, uma elite capaz de equacionar cientificamente os problemas identificados.¹⁵² Conforme amadurecia a formulação doutrinária na ESG, os contornos desse método começavam a tornar-se mais visíveis. Na conferência de abertura do Curso Superior de Guerra de 1954, Juarez Távora expunha as suas sucessivas etapas nos seguintes tópicos:

- a) uma análise objetiva de nossa conjuntura, em face da nossa conjuntura internacional;
- b) a fixação, mediante a avaliação estratégica dessa conjuntura, dos objetivos nacionais (internos e externos) que devemos alcançar ou salvaguardar;
- c) o estabelecimento de linhas políticas gerais que devemos impor-nos para melhor alcançar esse *desideratum*;
- d) o planejamento de execução dessa política, partindo de diretrizes governamentais dela decorrentes.¹⁵³

Noutra conferência, agora em 1959, quando já não mais integrava oficialmente os quadros da ESG, Távora conceituou o planejamento para segurança nacional como “um planejamento global das atividades governamentais, baseado no Conceito Estratégico Nacional”. A sua abrangência é crescente, senão total, de modo que o autor

n. 26, 1993. p. 9ss.

¹⁵⁰ Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPDOC, p. 237, grifo meu.

¹⁵¹ TÁVORA, Juarez. *Problema de racionalização administrativa no Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, 1952. p. 12. A-042-52

¹⁵² SARDENBERG, I. Op. cit. p. 12.

¹⁵³ TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954. p. 25. C-01-04.

detalha que o planejamento deve obedecer à “hierarquia das atividades governamentais”, envolvendo, nessa ordem, o que a terminologia da ESG designava como os campos “político-administrativo”, “econômico-financeiro” e “psicossocial”.¹⁵⁴ O emprego de tal “metodologia” na execução da política de segurança nacional garantiria, conforme o raciocínio de Távora e de seus pares, a “tríplice conciliação política, econômica e social” que, por sua vez garantiria ao Brasil “prosperidade econômica, com liberdade política e paz social”.¹⁵⁵

A internalização dessa forma de pensar e do papel que se pretendia conferir à ESG transparece também nas memórias de Lira Tavares que, embora não tivesse lá estagiado, exerceu o comando do “casarão da Urca” em 1966. Para Tavares,

Nosso grande anseio, nesse período, era o de que as questões da política nacional (...) não chegassem a perturbar a obra da construção, imperativa e urgente, de um novo Brasil por que todos ansiávamos. Era preciso realizá-la racionalmente, em suas novas técnicas. Ela tinha que ser segura e realista, em termos duradouros. O planejamento impunha a formação dos quadros habilitados para elaborá-lo, com a visão de conjunto que antes nos faltava.¹⁵⁶

Conforme o memorialista, a ESG teria fornecido uma “metodologia” para formular os conceitos necessários para a abordagem das questões referentes à segurança nacional e, com isso, teria introduzido a “metodização do planejamento nacional”, garantindo uma “visão global e objetiva da problemática brasileira.” Diante disso, o autor se empolga:

Trata-se, fora de qualquer dúvida, de um dos acontecimentos mais fecundos para a criação de uma consciência realística dos problemas brasileiros e a ordenação do pensamento das elites nacionais para bem equacioná-los e resolvê-los, colocando-os acima e a coberto de tendências ideológicas e políticas.¹⁵⁷

¹⁵⁴ TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1959. p.15s. C-01-59.

¹⁵⁵ Idem, p. 21.

¹⁵⁶ TAVARES, A. 1976. p. 282.

¹⁵⁷ Idem, p. 289.

Lira Tavares conclui seu argumento praticamente com uma profissão de fé:

Minha geração despertou para os problemas brasileiros com a leitura de pensadores como Euclides da Cunha, Tavares Bastos, Alberto Torres e Oliveira Vianna, cada qual pregando idéias e apontando soluções (...) [Faltava-lhes, contudo,] a unidade e a globalização do pensamento, a síntese abrangente (...). Foi o que começou a fazer a Escola Superior de Guerra, armazenando informações de ano para ano, com a contribuição dos estagiários que dentro dela se renovavam (...). Com esse cabedal de conhecimentos acumulados torna-se possível equacionar os problemas do Brasil (...) no quadro do mundo novo em que passamos a viver depois da guerra. Essa tem sido, e continuará sendo, a obra benemérita da Escola Superior de Guerra.¹⁵⁸

Está implícita na fala de Lira Tavares a disposição para assumir como natural a fundamentação tecno-científica do exercício do poder; na qual a resolução dos “problemas nacionais” não passaria pela política ou pelo confronto de forças sociais e idéias contraditórias, mas pela gestão de uma elite, que a ESG pretendia formar, e cuja ciência seria capaz de “equacionar” os ditos problemas. Com isso, reduzia-se a política à mera técnica de gestão e se legitimava o engajamento político daqueles que se julgavam portadores não só da força mas das qualidades morais e dos saberes necessários ao exercício do poder.

Em função do que foi argumentado neste capítulo pode-se sustentar a afirmação de que os espaços de formação profissional do Exército, à época dos generais de 1964, eram fortemente politizados. Os saberes que formavam o profissional das armas eram empregados pelos agentes estudados tanto como condição e recurso para o exercício de suas funções de oficiais do Exército quanto como esquemas de compreensão do mundo social e político que lhes habilitariam a melhor exercer funções eminentemente políticas. Saberes técnicos, o conhecimento dos “problemas brasileiros” e a disponibilidade de uma “metodologia” para dar conta dos mesmos foram produzidos, assimilados e reproduzidos pelos generais de 1964 no sistema militar de ensino e se

constituíram em elementos de grande importância para se compreender a sua ação política.

¹⁵⁸ Idem, p. 297s.

TERCEIRO CAPÍTULO

Experiências compartilhadas

No capítulo anterior se precisou em que medida os espaços institucionais de formação profissional operaram como espaços de formação política para a geração dos generais de 1964. Sabe-se, contudo, que nem todos militares dessa geração tornaram-se atores políticos e muitos daqueles que o fizeram assumiram posições e constituíram facções bem diferentes do grupo aqui estudado. Pode-se enumerar os nacionalistas de esquerda, cujas dimensões eram bem maiores que as do grupo de controle nesta pesquisa definido, os nacionalistas de extrema direita, comunistas e um sem número de outras clivagens mais ou menos circunstanciais como o “movimento militar constitucionalista” em 1955. Como os indivíduos que compunham essas frações do oficialato também passaram pelas instituições de ensino do Exército, ainda que a ESG não fosse destino para uma parte considerável deles, cabe perguntar, para além dos usos diferenciados que foram dados aos saberes difundidos nas instituições militares de ensino, o que precisamente distinguia os generais de 1964 dos demais militares da sua geração.

Por isso, neste capítulo são abordadas as experiências compartilhadas pelos generais de 1964 que marcaram a especificidade deste grupo e do seu engajamento

político. Para tanto, este capítulo aborda, inicialmente, alguns dos sentidos produzidos pelos agentes a respeito da experiência, complexa e diferenciada, do ciclo de insurreições, combates, marchas e conspirações que se convencionou chamar de *tenentismo*. Num segundo momento, são abordadas algumas dimensões políticas do cenário intelectual que marcou o Brasil nas décadas de 1920 e 30 que, segundo pôde-se apurar, tiveram maior repercussão na formação política dos agentes em questão.

Posteriormente, o foco se fecha mais sobre o meio militar propriamente dito, abordando a doutrina e as já aludidas reformas que redesenharam aspectos importantes da estrutura castrense no corpo do Estado e na sua relação com o meio político e com a sociedade. Essas reformas, que contaram com a participação coadjuvante de alguns elementos da geração de 1964 que gravitavam em torno dos generais Dutra e Góes Monteiro, reforçaram, a um só tempo, um maior grau de autonomia do Exército em relação ao sistema político e a capacidade de intervenção dos militares na formulação e execução de políticas em determinados setores por eles considerados estratégicos. Diante da intensa participação política de militares revolucionários de 1930, que será abordada no capítulo 4, essas reformas buscavam garantir uma espécie de retorno à ordem e à hierarquia no corpo do Exército sob o influxo do *profissionalismo*. Esse esforço se deu mediante a sucessivos expurgos e ao empoderamento do Exército, que passou a influir diretamente em setores estratégicos da administração pública.

Identificadas estas experiências cujas racionalizações, depoimentos e memórias publicadas pelos agentes permitem que sejam consideradas como de maior relevância para a formação política dos generais de 1964, pode-se voltar a análise para as experiências que permitem definir com maior precisão a especificidade do grupo e o perfil geral de sua ação política. Para tanto aborda-se a sua experiência de internacionalização, concentrada nos EUA entre os anos finais da II Guerra Mundial e o

início da Guerra Fria, e, posteriormente, os espaços de socialização e de articulação das lutas políticas que marcaram o Exército até 1964 e os sentidos a elas conferidos pelos agentes estudados.

3.1 Do tenentismo à Segunda Guerra Mundial: ou de políticos a profissionais

3.1.1 A experiência tenentista

O *tenentismo* ensejou um longo debate a respeito da natureza do movimento político, da sua ideologia e de seus desdobramentos no pós-1930. Como o objeto deste trabalho está circunscrito ao processo de formação e à ação política dos generais de 1964, não se pretende aqui caracterizar o *tenentismo* propriamente dito, mas demarcar essa atuação e o sentido a ela conferido por parte da fração dos indivíduos aqui estudados que experienciaram o movimento e deixaram relatos sobre essa experiência.

Por ter se estendido por um longo período, o *tenentismo* mobilizou engajamentos, e defecções, de militares em momentos diferentes. O que, por sua vez, resultou em experiências de natureza e duração bastante diferenciadas. Há uma primeira “geração” que vivenciou com maior intensidade o movimento, a repressão do regime, a

clandestinidade, as marchas e contramarchas das colunas e o exílio. Dos generais de 1964, dela fizeram parte Odílio Denis, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Costa e Silva, todos insurgentes em 1922. Dois anos depois, no *segundo 5 de julho*, somaram-se a esse grupo de jovens oficiais rebeldes Ademar de Queirós, Mourão Filho e Alcides Etchegoyen. Nem todos deixaram as fileiras do Exército ou se exilaram, mas todos eles em breve estariam novamente engajando-se num levante militar de grandes proporções.

Em 1930 tem-se uma segunda “geração” de oficiais do Exército que aderem às conspirações levadas a cabo pela Aliança Liberal e pelos *tenentes*, cujas lideranças, desde a desmobilização da Coluna Prestes em 1926, em sua grande maioria viviam como exilados no Prata. Entre os militares aqui estudados, incluem-se neste grupo Peri Beviláqua, João Punaro Bley, Amauri Krueel, Orlando Geisel, Siseno Sarmento, Idálio Sardenberg, Jurandir Mamede, Juraci Magalhães, Emílio Médici, Ernesto Geisel e Afonso Albuquerque Lima. O movimento tenentista foi o marco inicial das carreiras políticas de vários militares. Das fileiras dos diferentes levantes e colunas tem-se uma considerável variedade de trajetórias que vão desde a figura emblemática de Luís Carlos Prestes até o polo oposto representado por Filinto Müller. Não apenas frações significativas dos generais de 1964 estavam lá representadas mas também de alguns dos seus futuros antagonistas como Estilac Leal, Jair Dantas Ribeiro e Henrique Oest. Por outro lado, nem todos oficiais aqui estudados foram *tenentes*. Canrobert Pereira da Costa, Castelo Branco, Lira Tavares, Antônio Murici e Golberi do Couto e Silva permaneceram distantes desse ciclo de agitações militares, seja por se colocarem como “legalistas” convictos, como Castelo, seja por lealdades pessoais, como Murici, ou simplesmente por ter ingressado mais tarde no meio militar, como Golberi que somente em 1930 é declarado aspirante a oficial.

Para aqueles que desde 1922 ou de 24 estavam engajados no movimento, o *tenentismo* consistiu numa experiência de radicalização e amadurecimento político. O que era apenas uma insurreição militar com mínimos contatos com a esfera política civil e com a limitada intenção de, conforme o então instrutor de artilharia da Escola Militar, Juarez Távora, “desafrentar aos brios do Exército”¹⁵⁹, passou a ser percebido por seus protagonistas como o início de um processo revolucionário. Para Cordeiro de Farias o levante de 1922 teria sentido no fato de que para ele, e para os demais *tenentes*,

Tínhamos a esperança de iniciar um processo de mudança. (...) Considero o episódio do forte de Copacabana uma epopéia, um fato extraordinário. Ele teve grande repercussão e fortaleceu os compromissos que foram resultar na Coluna Prestes. (...) A espontaneidade e a virulência das lutas produziram um grande impacto e desencadearam um processo de mudança irreversível.¹⁶⁰

Em parte o que levou à radicalização do movimento foi a própria repressão desencadeada pelo governo Artur Bernardes. Quando, em dezembro de 1923, a Justiça enquadrou os revoltosos de 1922 no artigo 107 do Código Penal Militar, cuja condenação implicaria na perda de patente, vários oficiais e cadetes, entre eles Juarez e seu irmão mais velho, Joaquim Távora, decidiram desertar do Exército e, como clandestinos, passaram a conspirar um novo levante.¹⁶¹ Já era um caminho sem volta, para muitos deles a única alternativa para retomar a carreira militar seria a derrubada do regime. A radicalização desde então era inevitável e, em suas falas, passaram a proclamar-se revolucionários.¹⁶² E de fato, 1924 foi muito mais que uma “quartelada”, foram sucessivos levantes, combates e deslocamentos de diversas tropas de diferentes naturezas em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, tendo, mais tarde, desdobrado-se na Coluna Prestes e proporcionado o batismo de fogo para vários *tenentes* e legalistas.

¹⁵⁹ TÁVORA, J. 1973. p.116. Para o “amadurecimento político e ideológico” dos *tenentes* a partir de 1924 ver FORJAS, M. 1977. p. 51ss.

¹⁶⁰ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit. p. 81.

¹⁶¹ TÁVORA, J. 1973. p. 129.

Quando não estavam de armas na mão, os *tenentes* viviam um cotidiano marcado por conspirações, viagens, exílios e prisões sucessivas de modo que a militância, ou engajamento político, era neste período quase ininterrupto. Enquanto aguardavam julgamento ou mesmo quando clandestinos, freqüentemente viviam juntos em “repúblicas” de modo que seus laços e disposições para manter o engajamento podiam ser continuamente reforçados. É o caso, por exemplo, de Juarez Távora e Costa e Silva, que passaram a dividir um quarto de pensão no Rio de Janeiro enquanto, sob liberdade condicional, aguardavam o pronunciamento da Justiça a respeito do levante de 1922.¹⁶³

A longa marcha da Coluna Prestes e o posterior exílio foram racionalizados como um amalgama para a disposição de intervir na política tanto por seus protagonistas quanto, como se verá em seguida, daquela oficialidade que mais tarde aderiu ao movimento de 1930. Para Cordeiro de Farias,

A Coluna propiciou uma fusão de pontos de vista, uma troca de experiências e um aprendizado que consolidou nossos propósitos políticos.

Farias prossegue a sua racionalização sobre a Coluna como sendo esta

um desafio extraordinário, que nos roubou os prazeres naturais da juventude, fazendo-nos prematuramente adultos. Mas se ela nos fez velhos antes do tempo, deu-nos também uma visão geral do país. (...) [Para] nós, não se tratava apenas de fazer um protesto político; éramos também movidos pelo impulso de conhecer o país.¹⁶⁴

Uma década antes da grande marcha de Mao a Coluna percorreu algo em torno de 24 mil quilômetros pelo interior do Brasil, tomando contato com chefes políticos locais e com a população dos sertões em grande medida desconhecidos nas maiores cidades do país, próximas ao litoral. Tomaram contato com aquele Brasil para o qual

¹⁶² Para os manifestos e demais proclamações dos *tenentes*, ver CARONE, Edgard. *O tenentismo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Especialmente a Terceira Parte.

¹⁶³ TÁVORA, J. 1973. p. 125.

Alberto Torres e, mais tarde, Oliveira Vianna chamavam a atenção em suas obras e que, como se verá a diante, tanto influenciaram não só os generais de 1964 mas toda a essa geração de militares. Após a desmobilização da Coluna, com seu estado-maior já no exílio, seus dirigentes passaram a entender que o sentido do seu engajamento político deveria ser mais amplo e articulado. Conforme o relato de Cordeiro de Farias,

Como outros companheiros, eu já estava convencido de que não poderíamos permanecer à margem da política, evitando-a como se maculasse nosso civismo. Ficou claro, então, que precisávamos nos articular politicamente. E lutar pelo triunfo de nossas idéias...¹⁶⁵

Esta era a senha para a continuidade do engajamento e, também, para a ruptura que se processou entre aqueles que passaram a articular a aproximação com as chamadas oligarquias dissidentes, expressas na Aliança Liberal, e a ala que gravitava em torno de Luís Carlos Prestes, que não aceitava uma aliança com os antigos adversários do tenentismo e que apontava para uma inflexão radical à esquerda, expressa no manifesto de maio de 1930.

Apesar da ruptura de Prestes, da morte de outra importante liderança tenentista, Siqueira Campos, e das hesitações de políticos como Getúlio Vargas e Antônio Carlos, a capacidade de mobilizar e de articular uma conspiração de grandes proporções – dentro e fora da caserna – da coalizão formada pela Aliança Liberal e pelos tenentes se mostrou forte o suficiente para por em cheque o governo Washington Luís. No meio militar, o impacto do tenentismo sobre os oficiais mais jovens constituiu também uma experiência marcante e que, embora de diferentes formas, mobilizou toda a oficialidade da época. A sua repercussão foi de grande importância para que contingentes militares de consideráveis proporções se insurgissem contra o governo federal em diferentes estados em outubro de 1930.

¹⁶⁴ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 80 e 93.

¹⁶⁵ Idem, p. 153.

Mesmo presos, os tenentes procuravam estabelecer contatos e obter senão a adesão pelo menos a simpatia dos demais oficiais. Foi durante uma das suas prisões que Juarez Távora teve seus primeiros entendimentos com os jovens tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata Ribeiro, peças importantes nas articulações militares para o levante de 1930 no Nordeste. Antônio Carlos Murici, que não se engajou nem nas conspirações da década de 1920 e nem na Revolução de 1930, relata que havia uma grande aproximação entre os “revolucionários” de 1922 e de 24 e os demais oficiais jovens que permaneciam nas fileiras do Exército. Conforme o seu relato, na unidade em que servia

havia vários presos, dos quais eu me fiz amigo íntimo. Principalmente do Olindo Denis [irmão de Odílio Denis] e do Roberto Carneiro de Mendonça. Tínhamos uma porção de amigos. Então, dessa maneira, fomos adquirindo uma tendência, sentíamos a necessidade de mudar o Brasil. Nós sentíamos que o Brasil não poderia continuar com aquela política.¹⁶⁶

Ainda segundo Murici, os *tenentes*

transmitiam aquela insatisfação do ambiente, que também sentíamos. A grande massa do Exército pensava da mesma maneira que os revolucionários. E nós torcíamos! Quando Prestes estava fazendo a Coluna, nós torcíamos para o Prestes!¹⁶⁷

A repercussão do *tenentismo* nas demais frações da oficialidade do Exército, pelo menos nos seus estratos mais baixos, era grande a ponto de os revoltosos, quando presos, obterem facilidades para fugir ou simplesmente para, desde a prisão, darem continuidade às suas articulações. Cordeiro de Farias relata que, ainda em 1928, o “Exército já estava minado” de simpatizantes¹⁶⁸ de modo que pode-se inferir que, antes mesmo de amadurecerem as articulações que conduziram à Revolução de 1930, havia se produzido um relativo consenso quanto ao sentido das “lutas dos revolucionários” e da

¹⁶⁶ Depoimento ao CPDOC, p. 46.

¹⁶⁷ Idem, p. 48.

¹⁶⁸ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 158.

necessidade e legitimidade da intervenção militar na política, pelo menos entre aqueles que de fato engajaram-se em 1930.

O sentido do caráter revolucionário que os agentes conferiam a sua ação, contudo, é bem diferente daquele que, por exemplo, Luís Carlos Prestes passaria a representar. A “revolução” dos tenentes, como assinala Maria Cecília Forjas, possuía um “caráter subordinado (...) aos horizontes ideológicos das oligarquias dominantes”. Seu programa político compreendia medidas que pouco avançavam em relação à Constituição de 1891, envolvendo reformas jurídico-políticas tais como: voto secreto; combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral; verdade de representação política; liberdade de imprensa; limitação dos poderes do Executivo e moralização do Legislativo; autonomia do judiciário e expansão do ensino obrigatório.¹⁶⁹ O cunho liberal-democrático que à primeira vista este programa sugere, esbarra, contudo, no fato de que os “revolucionários” conferiam a si e não à sociedade a exclusividade no protagonismo do processo de mudança política. Neste aspecto Juarez Távora é mais do que explícito quando, em *À guisa de um depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, define os papéis e a legitimidade da ação dos atores envolvidos no processo político em curso:

Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja de combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído.

É uma leviandade afirmar que, em tal hipótese, cabe ao povo e não à força armada derrubar o governo que a tiraniza. A massa imbele da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas. (...) E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido, no meio das desordens generalizadas que caracterizam essas

¹⁶⁹ FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978. p. 26ss.

crises sociais, um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.¹⁷⁰

Em seu livro-manifesto, Juarez Távora, freqüentemente o encarregado de redigir as proclamações e manifestos da Coluna, reserva aos militares o papel de guardiões da nação e fiadores da não mobilização popular. Essa prática intervencionista, ou abertamente golpista, que não admite a mobilização política da sociedade, mesmo contra um regime considerado despótico, incorporou-se de tal maneira ao repertório de ação e de representação dessa fração da oficialidade que pode ser considerada como um dos elementos característicos da sua formação. Para essa fração dos tenentes, que optou pelo estabelecimento de uma coalizão com a Aliança Liberal e que, de volta ao Exército após a vitória de 1930, não abandonou a carreira política, o sentido da experiência tenentista é construído não por uma inflexão à esquerda e por uma “descoberta” do povo e de sua condição, como foi o caso de Prestes, mas pelo reforço de um voluntarismo reformista “pelo alto” ancorado na crença no saber e na crítica anti-oligárquica que vinha desde os tempos do Realengo. Suas articulações com políticos da Aliança Liberal como Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, Antônio Carlos e outras figuras dissidentes do antigo regime lhes abriu o caminho da política institucional, a vitória em 1930 permitiu que esse caminho fosse trilhado tanto por aqueles que desde 1922 haviam se insurgido quanto para a segunda “geração” que chegou ao poder sem ter amargado a prisão e o exílio.

A série de levantes armados protagonizados por essa combativa fração da jovem oficialidade do Exército, iniciada em 1922, retomada em 1924 e que se desdobrou na Coluna Prestes, no exílio e nas conspirações, alianças e defecções que conduziram à Revolução de 1930, constitui uma experiência marcante para toda essa geração de militares. Tanto os “revolucionários” quanto os “legalistas” foram mobilizados e

¹⁷⁰ TÁVORA, J. Op. cit. 1926. p. 90.

tiveram que, em alguma medida, posicionar-se diante de um quadro no qual sua corporação cada vez mais se via no centro da cena política. Em meio a esse conturbado processo, os agentes aqui estudados, desde suas posições bastante heterogêneas (tenentes de 1922 e de 24, tenentes de 1930, legalistas...), viram-se partilhando das mesmas influências intelectuais e, depois de 1930, acabaram convergindo em torno do projeto de Forças Armadas sintetizado pela chamada *Doutrina Góes Monteiro*.

3.1.2 Radicalismo político e pensamento autoritário

Em meio aos vários autores e correntes que marcaram o cenário intelectual brasileiro no período ora em foco, dois tiveram uma repercussão mais consistente e duradoura no meio militar em geral e nos quadros que vieram a compor os generais golpistas de 1964. Trata-se de Alberto Torres e de Oliveira Vianna. Antes de se deter em quais aspectos de suas obras passaram a figurar com mais frequência nas representações militares a respeito do mundo político, é preciso qualificar um pouco estes autores e o contexto em que produziram suas obras. Torres e Vianna eram de gerações diferentes, o primeiro viveu entre 1865 e 1917; oriundo da elite cafeeira fluminense, cedo engajou-se na propaganda republicana e teve uma precoce carreira política que lhe permitiu ocupar cargos nos três poderes da jovem República.¹⁷¹ Conforme Afrânio Garcia Jr., a carreira política promissora de Alberto Torres foi posta em xeque quando, na presidência do Estado do Rio de Janeiro, mostrou-se inábil na condução das clientelas locais e enfrentou uma tentativa de destituição por parte da

¹⁷¹ Alberto Torres foi sucessivamente Deputado estadual e federal, Ministro da Justiça, Presidente do Estado do Rio de Janeiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal - cargo que ocupou com 35 anos de idade, a mínima admitida por lei.

Assembléia. De político desiludido, Torres converte-se em jurista sem prática e só então passa a dedicar-se à atividade intelectual. Suas obras de maior repercussão foram redigidas e publicadas no fim de sua vida; *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* foram editados em 1914, graças à sua posição social e, para desencanto de seu autor, tiveram uma recepção pouco relevante na época.¹⁷²

Oliveira Vianna viveu entre 1883 e 1951 e conheceu, muito bem, seus leitores influentes. Sua carreira política foi bem mais limitada e um tanto tardia, fora consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Ministro do Tribunal de Contas. Por outro lado, teve acesso à instâncias importantes de consagração intelectual como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁷³ Sua vasta produção se estende de 1920 ao ano de sua morte sem, contudo, grandes inflexões nas formas de pensar. Conforme Jarbas Medeiros, a obra revela “um só bloco de idéias, cimentado no decurso da década de 10 [do século XX] do qual Oliveira Vianna foi prisioneiro até o fim.”¹⁷⁴ Vianna foi, talvez, o mais importante difusor das teses de Alberto Torres, a quem considerava seu mestre e de quem herdara a crença de que suas formulações políticas obedeciam a “métodos objetivos, de observação e indução, só levando em conta a realidade presente”.¹⁷⁵

Ambos autores podem ser compreendidos a partir do modelo formulado por Bolívar Lamounier que os enquadra na *ideologia de Estado*. Este modelo tem o mérito de agrupar um razoável número de autores, e suas obras, conforme um leque de características que, em oposição à noção liberal de mercado, envolvem: 1) predomínio do “princípio estatal” sobre o “princípio de mercado”; 2) visão orgânico-corporativa da

¹⁷² Para uma análise da trajetória de Alberto Torres, ver: GARCIA JR. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 98, juin 1993, 20-33.

¹⁷³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980. p. 339.

¹⁷⁴ MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978. p. 155.

sociedade; 3) objetivismo tecnocrático; 4) visão autoritária do conflito social; 5) não organização da sociedade civil; 6) não mobilização política; 7) elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e 8) o “Leviatã benevolente”.¹⁷⁶ No entanto, corre-se o risco de uma excessiva generalização em torno de elementos afins de obras cujos autores, não raro, ocupavam posições rivais ou antagônicas nas disputas intelectuais da época. Afirmar que Torres e Vianna pertenciam ao um escol de intelectuais que pretendiam persuadir a elite política e cujas idéias formavam “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”¹⁷⁷, ajuda a enquadrá-los mas não pode dizer muita coisa a respeito de que elites foram persuadidas e por quais teses defendidas em suas obras. O que se pretende aqui, então, é apreender quais dimensões das obras desses autores tiveram maior repercussão na formação da geração de 1964.

De forma bastante sintética, pode-se afirmar que a obra de Alberto Torres constitui um programa de reforma política do Brasil que parte de uma aguda crítica às elites brasileiras, cuja “educação jurídica” e “diletante” não permitiria que se observasse a “anarquia” e a “decadência” que fragilizam a nação. Torres acreditava ter diagnosticado o verdadeiro mal que solapava o Brasil: a desorganização. Obra do improvisado e do desconhecimento da terra brasileira, a falta de organização não seria conseqüência da inferioridade étnica ou da degeneração dos brasileiros, como supunham algumas teorias deterministas em voga na época. A desorganização possuía “causas

¹⁷⁵ VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. p. 180.

¹⁷⁶ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. t.3, v.2. São Paulo: Difel, 1978. p. 358.

¹⁷⁷ LAMOUNIER, B. Op. cit. p 356.

físicas, sociais e históricas”¹⁷⁸ em grande medida ligadas à aplicação de um modelo político e constitucional inadequado à realidade brasileira:

Vivemos, até aqui, de ensaios e reformas; cada idéia nova pousa sobre ruínas, cada transformação planta as aspirações de um sistema sobre a agreste verdade de formas sociais ainda grosseiras. Daí o desânimo e a descrença de um povo, para quem a vida pública não é senão uma crônica de anedotas e de audácias (...); onde o mérito não tem estímulo, o trabalho não tem valor, a produção não tem preço, as fortunas não tem garantias, o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não tem idéias e as vontades não sabem mover-se.¹⁷⁹

Para o autor, a desorganização, e a anarquia social e política a ela inerentes, traziam sérias ameaças ao país, como a “crescente desnacionalização” de sua economia e o risco de ser presa do imperialismo das potências estrangeiras. Essa percepção do “problema brasileiro” estava escorada numa eclética combinação dos autores que povoavam a crítica antiliberal da época de modo que Alberto Torres,

...formado na escola do positivismo de Comte e no evolucionismo de Spencer, debateu-se na busca de um método adequado à apreensão da realidade, incorporando as recentes investigações no domínio da antropologia, da sociologia organicista, bem como as soluções políticas e jurídicas ao conflito capital-trabalho, a defesa da concorrência, a intervenção do Estado, a política de previsão, etc.¹⁸⁰

Amparado num pragmático realismo, Torres formulava então um diagnóstico da realidade brasileira no qual enumerava os problemas ligados ao passado colonial português, ao desconhecimento do imenso território, à excessiva descentralização política que o federalismo da Primeira República sancionava, à importação de modas e modelos pela elite, em suma, à falta de um caráter e de uma “consciência nacional”. A esse estado de coisas diagnosticado, Torres propunha um programa de “restauração conservadora e reorganizadora”. Nele, destacam-se o nacionalismo e o papel orgânico e organizador que o autor reserva ao Estado Nacional, o qual implementaria “uma política

¹⁷⁸ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 17.

¹⁷⁹ Idem, p. 44.

de conjunto, de harmonia, de equilíbrio”¹⁸¹. Para Alberto Torres existem três tipos de política: política empírica, resultado da experiência comum e não do conhecimento de suas leis; política de força, em que a autoridade e o poder surgem e são mantidos pela violência física ou moral e política racional, que coordena os fatos e procura soluções evolutivas, uma política orgânica. Esta última encerrava o sonho da eliminação do conflito social e político pela ação “técnica” do governo. Conforme assinala Loiva Félix,

Torres concebe a política como diretriz prática que deve comandar a organização do país, através do ‘Estado Forte’, consciente de seu papel mantenedor da unidade nacional, e oferece um programa voltado para a salvaguarda desta unidade, afetada pela Constituição de 1891.¹⁸²

Assim, para o autor, só o aparelho político-administrativo estatal seria capaz de promover a ação nacional no sentido de organizar a sociedade e a economia brasileiras em termos racionais, garantindo então, pelo alto, o progresso do país.¹⁸³ Descrente da capacidade, e da legitimidade, da mobilização política da sociedade brasileira, Alberto Torres apregoava o fortalecimento do Estado nacional e do poder Executivo em particular, defendia a representação corporativa e a limitação do voto popular. Afinal, “O corpo alimenta; não inspira nem dirige o cérebro” e a “direção da vida pública” deveria ser obra dos “mais capazes”.¹⁸⁴

O caráter autoritário, antiliberal e elitista de seu modelo político fica mais evidente com a proposição do Poder Coordenador. Conforme assinalou seu discípulo, Oliveira Vianna, o Poder Coordenador é o supremo regulador político, jurídico, social, administrativo, financeiro, partidário e eleitoral; englobando funções do antigo Poder

¹⁸⁰ MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista de Alberto Torres*. Apud: FÉLIX, Loiva Otero. O discurso ideológico de Alberto Torres. *Revista do IFCH*. Porto Alegre, 13: 163-179, 1985. p. 168.

¹⁸¹ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 158.

¹⁸² FÉLIX, L. Op. cit. p. 173s.

¹⁸³ TORRES, A. 1982 [b]. p. 131.

¹⁸⁴ Idem, p. 116, e TORRES, A. 1982 [a]. p. 258.

Moderador, do Conselho de Estado e dos poderes Legislativo e Judiciário.¹⁸⁵ Composto por um Conselho Federal vitalício de 20 notáveis, deveria ter representantes nas províncias, distritos e até nos quarteirões, afim de “coordenar” as forças sociais de forma harmônica. Trata-se de um poder político que tanto Torres quanto Vianna consideravam liberto da influência dos partidos e imune à corrupção simplesmente porque seria vitalício.

Com esse conteúdo, autoritário e nacionalista, não é de se estranhar a fria recepção de Alberto Torres nos meios intelectuais “cosmopolitas” de sua época, da mesma forma que não causa espanto a acolhida de suas teses pela fração da jovem oficialidade do Exército que, nos anos 1920, se engajava nos sucessivos levantes contra o regime liberal-oligárquico. Já se comentou no capítulo anterior como e quanto Torres era lido pela jovem oficialidade dessa época. Depois de 1930, a repercussão de Torres pôde ser ampliada com a reedição de suas obras pela prestigiosa Coleção Brasileira e pela fundação, em 1932, da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, a SAAT, que congregava escritores, políticos e militares.¹⁸⁶

Em certa medida, a obra de Oliveira Vianna é um desdobramento e um refinamento das teses de Alberto Torres. A crítica às elites liberais brasileiras e à sua formação se dão em termos muito semelhantes; assim como a conclusão a que chega, de que as instituições políticas então vigentes eram inadequadas à realidade brasileira. Vianna, contudo, dá mais ênfase à falta daquilo que chama de cultura política do povo brasileiro, de modo que os pressupostos do liberalismo não poderiam funcionar porque a “psicologia política” brasileira estaria ainda na fase do “patriotismo tribal” ou da “solidariedade do clã” rústico, parental, senhorial ou eleitoral. Assim, a implantação de modelos “estrangeiros” como o parlamentarismo inglês ou o presidencialismo norte-

¹⁸⁵ VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. p. 56.

¹⁸⁶ GARCIA JR., A. Op. cit. p. 24.

americano redundaria apenas em corrupção e degradação.¹⁸⁷ Em oposição ao liberalismo e ao federalismo, Vianna é também defensor da centralização e do fortalecimento do poder Executivo num formato institucional no qual a liberdade política estaria em segundo plano – ou postergada para o futuro – em relação à liberdade civil. Uma boa tirania ou uma ditadura civilizadora, para Vianna, seria o mais adequado para o “estágio” em que se encontrava o Brasil:

Porque é preciso recordar, com Seeley, que a liberdade e a democracia não são os únicos bens do mundo; que há muitas outras causas dignas de serem defendidas em política, além da liberdade – como sejam a civilização e a nacionalidade; que muitas vezes acontece que um governo não liberal, nem democrático, pode ser, não obstante, muito mais favorável ao progresso de um povo na direção daqueles dois objetivos.¹⁸⁸

Para Vianna, o exercício do governo e a confecção das leis tornavam-se cada vez mais atividades “técnicas”. Assim, às vésperas da Revolução de 1930, ele diagnosticava que um dos “problemas” do Brasil era que as leis eram feitas exclusivamente pela classe política, sem ouvir as classes envolvidas pela legislação, o que as tornava tecnicamente ineficientes e dificultava a “adesão moral” do povo às leis.¹⁸⁹

A solução vislumbrada por Oliveira Vianna que garantisse um sistema de governo “verdadeiramente popular, intérprete real dos interesses do povo” passava pela representação corporativa e pela adoção sistemática de Conselhos Técnicos, cujas funções de assessoramento “seja pela ociosidade do Legislativo ou pela irresponsabilidade do Executivo” seriam, segundo o autor, semelhantes às do Conselho de Estado do Império.

O princípio característico do governo democrático consiste em dar à totalidade dos cidadãos uma parte igual na direção dos negócios públicos. Ora (...) o melhor caminho para realizarmos a democracia não é lutarmos, até com as armas na mão, para eleger deputados ao

¹⁸⁷ VIANA, O. Op. cit. p. 40ss.

¹⁸⁸ VIANA, O. Op. cit. p. 82.

¹⁸⁹ Idem, p. 128.

Parlamento; mas desenvolver os Conselhos Técnicos e as organizações de classe, aumentar a sua importância, intensificar as suas funções consultivas e pré-legislativas, generalizar e sistematizar a praxe da sua consulta da parte dos poderes públicos. *É este o verdadeiro caminho da democracia no Brasil.*¹⁹⁰

Vianna remete a implantação de um regime democrático “verdadeiro” para um futuro que só se realizaria se uma série de reformas fossem antes implementadas, à semelhança de uma “boa tirania”. Nisso está implícito que as novas instituições jurídico-políticas – adaptadas à cultura política brasileira – iriam garantir a reformulação, ou regeneração, dos costumes políticos, etapa necessária à realização da democracia como o regime da tecnificação da política e sem conflitos, centralizado e conduzido por uma elite moralmente capaz e tecnicamente eficiente. Com esse programa, já expresso em suas primeiras obras, não é de se admirar que tenha sido convidado por Juarez Távora para, junto a outros tenentes, elaborar um projeto de reforma constitucional em 1932.¹⁹¹

Um indicador importante do grau de assimilação que as teses de Torres e, em menor grau, de Vianna tiveram junto aos agentes aqui estudados é o seu emprego em discursos de modo a fundamentar as posições políticas por eles assumidas. Nos anos 1920 e no início dos 30 ambos os autores eram ainda um tanto marginais e as suas reputações de “clássicos” ainda estavam sendo construída, no caso de Torres, ou por ser construída no caso de Vianna. Em função disso, não se pode reduzir o emprego desses autores a um mero ornamento discursivo ou recurso de legitimidade para o discurso político. Neste caso, quando um autor é invocado por um agente político pode-se afirmar que, pelo menos naquele período, isso indica que o agente pensava as questões em pauta a partir dos esquemas de compreensão ali referidos.

¹⁹⁰ Idem, p. 147. Grifo do autor.

¹⁹¹ Idem, p. 179.

Nesse sentido, os manifestos publicados pelo Clube 3 de Outubro, organização que pretendeu expressar o pensamento tenentista e constituir-se num grupo de pressão junto a Vargas, incorporam claramente as teses de Alberto Torres quanto a racionalização da administração, fortalecimento da União, sufrágio indireto e criação de um conselho federal. Da mesma forma, traços da obra de Oliveira Vianna aparecem nas proposições de criação de conselhos técnicos e de representação corporativa na convenção nacional do Clube em 1932.¹⁹²

A polêmica instaurada entre Juarez Távora e Luís Carlos Prestes nos meses de maio e junho de 1930 é igualmente reveladora da importância que a leitura dos chamados teóricos do autoritarismo teve para a formação dos generais de 1964 e de sua geração. Cada vez mais próximo do comunismo, Prestes - que filia-se oficialmente ao PCB em 1934 - publica um manifesto destinado ao “proletariado sofrido das nossas cidades”, às massas camponesas e aos “revolucionários sinceros” explicitando o seu descontentamento com a aliança que se desenhava entre os *tenentes* e segmentos dissidentes da oligarquia. Crítico dos proprietários da terra e dos meios de produção, “que se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles e dos seus sociólogos de encomenda”, Prestes acenava com um movimento revolucionário que instituisse um novo governo “realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões” que implementasse um programa de confisco e nacionalização dos latifúndios e das empresas estrangeiras, de ruptura com o imperialismo e de anulação da dívida externa.¹⁹³

Diante do programa radical de Prestes, uma das principais lideranças da contestação ao regime oligárquico, Juarez Távora redige uma minuciosa réplica. Nela,

¹⁹² CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 259ss.

¹⁹³ Reproduzido em TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 1º volume: da planície à borda do

Távora expõe sua discordância quanto aos meios e à solução social e política de Prestes para o “problema brasileiro”, cuja origem era assim definida:

Nós, os da velha guarda revolucionária, acreditamos que o mal não reside apenas na deficiência dos homens – mas, sobretudo, na perniciosa mentalidade ambiente que a **prática defeituosa de uma Constituição, divorciada das realidades da vida nacional**, permitiu surgir, medrosa, na aurora do regime, e agravar-se, intoleravelmente, sob o consulado dos últimos governos.¹⁹⁴

Seguindo a mesma linha argumentativa de Torres e Vianna, Távora colocava que o “grave problema nacional” do saneamento político e da eliminação da “atmosfera de corrupção” só seria possível com a reforma criteriosa da Constituição, tantas vezes quanto necessário, para adapta-la à “mentalidade do povo”. Tais reformas deveriam seguir uma orientação objetiva, realista e imune à importação de modelos:

E, ao elaborar tais reformas – nada de fetichismos doutrinários, de dogmas de política clássica, de transplantações exóticas brilhantes de liberais de fachada – tudo, porém, pela lição prática do nosso século e pouco de existência independente, no afã inflexível de consultar, antes de tudo, as nossas realidades de raça em formação, de meio essencialíssimo e de cultura quase embrionária.¹⁹⁵

Em seu manifesto, Juarez Távora coloca-se claramente contrário à mobilização política da sociedade, ou de “massas populares ignorantes” com seguintes argumentos:

Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado (...). A essa massa, faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada (...): coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica.¹⁹⁶

Do mesmo modo, procura esvaziar qualquer sentido de classe para o movimento revolucionário, um “patrimônio comum” contra a tirania, e rebater o “exotismo” de conselhos de operários, marinheiros e soldados. Távora acreditava ter sido desencadeado um processo de evolução que conduziria o Brasil a um modelo político

altiplano. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. pp. 344-348.

¹⁹⁴ TÁVORA, Op. cit. p. 349.

¹⁹⁵ Idem, p. 350.

¹⁹⁶ Idem, p. 351.

devotado ao bem comum e à harmonia social. Nesse sentido, ele invoca clara e abertamente o programa de Alberto Torres como o “caminho” que a revolução deveria seguir para conduzir o Brasil a um estado de equilíbrio que viesse a abolir a iniquidade e a injustiça da ordem então vigente e que satisfizesse as “aspirações e interesses médios” da coletividade nacional. Em tom de manifesto, o então capitão Juarez Távora procurava rebater Prestes e garantir unidade ao movimento que se precipitava em 1930 conclamando os demais revolucionários a uma plataforma cujos termos eram:

O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa da justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva dos arbítrios do poder, pela criação de um novo organismo de controle político; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classe; e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos, que se superponham, permanentemente, à temporalidade dos governos – eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos e vencedores, os revolucionários brasileiros.¹⁹⁷

Nessa época, Antônio Carlos Murici era primeiro tenente e, embora não tivesse se engajado diretamente no ciclo *tenentista* ou na Revolução de 1930, partilhava do mesmo universo de representações e de leituras que Juarez Távora. Em seu depoimento ao CPDOC, ao ser perguntado sobre suas leituras de Alberto Torres, Murici é bastante enfático:

A coleção Brasileira foi a coisa mais extraordinária que já houve no Brasil, para dar conhecimento aos brasileiros do que era o Brasil. Eu era um devorador... cada volume que saía eu comprava. Um dos primeiros a sair foi o Alberto Torres. Um outro que saiu logo foi Evolução do povo brasileiro, do Oliveira Vianna. Esses dois livros foram meus livros de cabeceira, durante muito tempo. Aliás, foram dois de Alberto Torres. O primeiro pugnando pela transformação no Brasil. Aquilo calou na minha alma de tenente. Daí comecei a pensar nos problemas brasileiros.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Idem, p. 353.

¹⁹⁸ Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPDOC, p. 44.

Alberto Torres reelabora elementos do positivismo – articulados com Spencer e Bergson – num corpo teórico de “problemas” e “soluções” para a política brasileira que fica disponível no debate político para além da República Velha. Isso porque Juarez Távora rapidamente converte as teses de seu “mestre” em programa e arma política e porque Oliveira Vianna reatualiza as questões discutidas em *O problema nacional brasileiro* a ponto de elas consolidarem-se como parte do repertório de representação do mundo social e político de uma importante fração da oficialidade do Exército.

Formados e formatados por uma escola que ainda respirava velhos ares de positivismo, integrantes da burocracia do estado e profundamente descrentes do modelo político vigente, essa fração da oficialidade, que veio a constituir-se nos generais de 1964, encontrou na leitura de Alberto Torres e de Oliveira Vianna a expressão e a instrumentação discursiva de formas de pensar e de agir referentes ao mundo social e ao mundo político que eram, no mínimo, convergentes com o que lhes parecia correto e natural. A leitura dessas obras provavelmente não mudou a sua percepção das coisas mas certamente ajudou a nomina-las, reforçando, assim, inclinações autoritárias e intervencionistas de modo a configurar um repertório de representações do mundo político e social que seria empregado por eles ainda por muito tempo.

Dessa maneira, a formulação de diagnósticos “objetivos” sobre a “realidade” brasileira a partir da formulação de “problemas” e a afirmação da necessidade de centralização política e fortalecimento “racional” do Estado foram importantes contribuições de Alberto Torres para a composição do repertório dos agentes aqui em foco. Oliveira Vianna, por seu turno, sistematizou a crença na incapacidade política da sociedade brasileira e na necessidade de um governo técnico, capaz de contemplar, sem conflitos, os verdadeiros interesses nacionais e, assim, hábil em legitimar uma ditadura presente em defesa de uma democracia futura.

A influência desses autores sobre os generais de 1964 não ficou circunscrita aos anos 1920 e 30. Em suas memórias, Geisel declara ter lido muito Oliveira Vianna, cujo “realismo” ainda transparecia em seu discurso.¹⁹⁹ Vianna chegou a fazer conferências na ESG e, na década de 1950, Juarez Távora ali produzia apostilas inspiradas diretamente em Alberto Torres.

3.1.3 A doutrina Góes Monteiro e as reformas no Exército

O primeiro governo Vargas foi marcado por profundas mudanças políticas e na estrutura do Estado brasileiro, o que envolveu também uma redefinição do papel das forças armadas. Especialmente no Estado Novo, o poder político das Forças Armadas foi reforçado a ponto de o Exército, em particular, ter sido o fiador de Vargas a frente do regime, o responsável por sua derrubada em 1945 e por ter encaminhado a sucessão em 1946, com a vitória eleitoral do ex-ministro da Guerra Marechal Eurico Gaspar Dutra sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes. Nos anos 1930, oficiais do exército exerciam cargos de natureza política e diplomática em diferentes níveis e circunstâncias e, num contexto de crise do sistema econômico liberal e de profundo descrédito do modelo político democrático, foram também vetores de idéias autoritárias de modernização estatocêntrica que desde os anos 1920 circulavam nos meios intelectuais brasileiros.

Em meio a esse ambiente autoritário, os militares que já alimentavam um debate próprio, expresso em revistas como *A Defesa Nacional*, trataram de pensar não só as mudanças que vinham se dando no seu *métier* – decorrentes das transformações tecnológicas nos armamentos – mas também o papel que deveriam representar no

¹⁹⁹ D'ARAÚJO, M. e CASTRO, C. Op. cit. p. 396.

Estado e na sociedade brasileira. Esse debate é, em parte, sintoma das cisões e da luta política que se travava no interior do próprio Exército que, desde 1930, acumulava tensões referentes à promoções de oficiais fiéis ao novo regime, levantes de sargentos e conflitos de hierarquia entre os *tenentes* e os oficiais mais antigos, além, é claro dos levantes armados de 1935 e 1938.²⁰⁰ O polo vencedor desses embates, freqüentemente convulsionados por uma intensa luta política, foi o capitaneado pelos generais Góes Monteiro e Dutra, responsáveis pela formulação de um “projeto” de Exército e pela sua implantação e execução a partir da segunda metade dos anos 1930.

Esse projeto, que José Murilo de Carvalho definiu como *intervencionista-controlador*, pode ser apreendido a partir das reformas levadas a cabo enquanto Dutra e Góes ocuparam alternadamente o Ministério da Guerra e a chefia do Estado-Maior do Exército e das formulações que convencionou-se chamar de doutrina Góes Monteiro.²⁰¹ Essa doutrina pode ser apreendida a partir de dois livros e de uma série de documentos reservados produzidos na época em que seu autor exerceu maior influência política. O primeiro dos livros é um ensaio e uma entrevista em que Góes discorre sobre os principais problemas nacionais e do Exército e sobre o papel que, segundo seu julgamento, as forças armadas deveriam ter. O segundo livro é um longo depoimento no qual, um pouco antes de morrer, o general relata sua vida militar e política. Os demais documentos são votos, relatórios e pareceres nos quais Góes Monteiro detalha alguns aspectos de sua doutrina.²⁰²

²⁰⁰ Para um balanço da situação do Exército nessa época, “dividido e caótico”, ver CARVALHO, J. M. 1983. p. 110ss.

²⁰¹ Para algumas análises da doutrina, ver COELHO, E. Op. cit. p. 112ss e PINTO, Sérgio Murilo. A Doutrina Góes. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

²⁰² MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do exército* (esboço histórico). Rio de Janeiro: Andersen, 1934. COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

A doutrina partia de um diagnóstico bastante pessimista dos “males” políticos e militares brasileiros, de modo que, para Góes Monteiro, a Revolução de 1930 recebera do regime anterior uma massa falida, consequência da “ignorância da massa popular” e da “incapacidade da maioria dos governantes”, a quem faltava o senso de realidade e a capacidade de organização.²⁰³ A tônica de seu discurso, como se pode ver, não era nada distante daquilo que Alberto Torres e Oliveira Vianna pregavam. No plano militar, o diagnóstico era ainda mais sombrio, de modo que as Forças Armadas brasileiras estariam desmanteladas, indisciplinadas e chefiadas por oficiais sem aptidão alguma para a carreira das armas. Além disso, conforme sua avaliação ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, o Brasil não poderia defender-se militarmente pois lhe faltavam indústria de guerra, combustível e os demais meios para defesa.²⁰⁴ O enfraquecimento “progressivo e sistemático” das Forças Armadas que o autor pintava era decorrência da dificuldade do exército impor-se às polícias estaduais – questão que a Revolução de 1932 tornou explícita – e da forte politização do oficialato que, na esteira do tenentismo e da Revolução de 1930, convertia e reconvertia carreiras militares em carreiras políticas, criando problemas de hierarquia e disciplina numa corporação que ainda não se afirmara totalmente em termos de profissionalização e de autonomização institucional.

Para sanear o problema, a doutrina preconizava uma importante inversão na qual a política e os civis seriam subordinados às formulações e demandas das Forças Armadas. Por isso Góes Monteiro defendia a tese de que

O exército é um órgão essencialmente político; a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra.

²⁰³ MONTEIRO, P. p. 97s.

²⁰⁴ COUTINHO, L. Op. cit. p. 341.

O autor ia mais longe e afirmava que

A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político-social – tudo, enfim, afeta a política militar de um país.²⁰⁵

Essa inversão que subordina praticamente tudo ao que mais tarde veio a se chamar de agenda de segurança nacional é a chave para se compreender, em termos de estruturas de pensamento, o fortalecimento político do Exército brasileiro no Estado Novo e a retomada do protagonismo militar na política brasileira a partir de então. A doutrina Góes Monteiro pretendia criar as condições para que se fizesse “a política **do** Exército e não a política **no** Exército”.²⁰⁶ E para tanto vaticinava que

A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação intensa envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.²⁰⁷

Dessa forma, tudo passa a ser objeto de reflexão e da alçada política das forças que deveriam exercer o monopólio da defesa nacional e da coerção física legítima, pois Góes Monteiro apresenta as Forças Armadas como mantenedoras da ordem interna e da unidade da Pátria. Como a guerra moderna exige não só a mobilização de efetivos mas de uma grande capacidade produtiva industrial, em nome da defesa externa, a doutrina Góes Monteiro reserva um papel ainda maior às Forças Armadas. Isto porque, não havendo a opinião pública do país se “organizado em forças nacionais”, seriam aquelas as únicas instituições verdadeiramente nacionais e, somente à sua sombra se poderiam organizar as demais forças da nacionalidade. Assim a doutrina pinta as Forças Armadas,

²⁰⁵ MONTEIRO, P. p. 133.

²⁰⁶ MONTEIRO, P. p. 163. Grifos do autor.

²⁰⁷ MONTEIRO, P. p. 163.

em especial o Exército, como “forças construtoras [que], apoiando governos fortes, [são] capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional.”²⁰⁸ Para Góes Monteiro as Forças Armadas eram a “espinha dorsal da sociedade” devendo, portanto, aliviá-la dos males orgânicos que a intoxicavam e assim garantir um governo que levasse o Brasil “gradualmente ao objetivo final, que é o equilíbrio social.”²⁰⁹

Nesse sentido, a doutrina não escondia uma pretensão de moralizar e disciplinar a sociedade brasileira nos termos da formação militar, de modo que Góes Monteiro preconizava:

O meio mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade política, é justamente adotar os princípios de organização militar (...).²¹⁰

Essa perspectiva ajuda a compreender as reformas levadas a cabo por Góes e Dutra a partir das quais o Exército passou a reivindicar o papel de formador da cidadania e da nacionalidade brasileira num sentido bem mais amplo daquele do início da República. Mais do que formar reservas, o serviço militar se apresentava como essencial para a nacionalização da política, para o controle social e para a racionalização da produção. O modelo liberal do exército figurando como o “grande mudo” e o drama do exército convulsionado pelas agitações políticas deveriam dar lugar a um projeto intervencionista controlador no qual a velha matriz dos tempos de Benjamin Constant se combinava com as teorias do profissionalismo militar e da “organização” do Brasil, costurando uma nova roupagem para que os militares viessem a público como os verdadeiros e únicos guardiões da República – moralizada, moderna e industrial.

²⁰⁸ MONTEIRO, P. p. 156s.

²⁰⁹ Voto de Góes Monteiro na reunião depois da insurreição de 35, in: COUTINHO, L. Op. cit. p. 310.

²¹⁰ MONTEIRO, P., p. 201.

As formulações doutrinárias de Góes Monteiro foram, em grande medida, implementadas por uma série de reformas conduzidas especialmente durante o Estado Novo, quando o Ministério da Guerra esteve a cargo do general Eurico Gaspar Dutra. Essas reformas se deram em três planos simultâneos e relacionados: 1) infra-estrutura física; 2) organizacional e 3) relações com a sociedade e com o Estado. O primeiro deles colocava-se à época como a problemática questão do “reaparelhamento do Exército”, reivindicação permanente das lideranças militares junto ao poder Executivo. Diante das “ameaças” então projetadas no cenário internacional pré-II Guerra Mundial, no poder das polícias estaduais e no temor de uma nova insurreição comunista, o Exército se viu agraciado com recursos crescentes para ampliar seus efetivos, criar novas unidades e dar início a um programa de construção de quartéis, arsenais, moradias e escolas. O fato de os efetivos mobilizados pelo Exército terem saltado da faixa dos 80 mil homens em 1936 para 171 mil em 1944 já é um indicativo do montante desses recursos.²¹¹ A aquisição de armas e equipamentos também tornou-se prioritária, o que desencadeou uma intensa disputa diplomática e comercial entre as potências militares pelo seu fornecimento, pelo menos até o início da guerra.²¹² Ao fim do Estado Novo a corporação militar ampliara significativamente suas dimensões e consolidara a sua hegemonia em termos de força armada que, por sua vez, foi reforçada com a experiência de um conflito real nos termos da guerra moderna na Itália. À essa época os agentes que vieram a compor o grupo de generais de 1964 cursaram a Escola de Estado Maior e vários elementos ocuparam postos ligados à gestão dessas reformas ou aos gabinetes de Dutra e Góes Monteiro.

²¹¹ CARVALHO, J. M. 1983. p. 136ss. e LEITE, Mauro R. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 332.

²¹² Para essa questão, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, e também HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. in _____. *O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 67ss.

No plano organizacional, as reformas foram igualmente importantes e, de modo geral, procuraram isolar o Exército das influências políticas e ideológicas externas sob o manto do *profissionalismo*. Novas regulamentações do ensino militar estabeleceram outros mecanismos de filtro para o ingresso e a progressão na carreira do oficialato. Conforme assinala José Murilo de Carvalho, as matrículas nas escolas militares passaram a ser condicionadas não só ao mérito físico e intelectual mas à origem social, religiosa e às orientações políticas do candidato e de sua família.²¹³ A transferência da Escola Militar para Rezende em 1944, totalmente afastada da agitação política da capital federal, representou outro passo importante para que o Exército reforçasse o seu monopólio na formação profissional – e política – da nova oficialidade. A participação política de jovens oficiais e, sobretudo, de praças foi cada vez mais desencorajada. Enquanto o corpo de oficiais se fechava e se profissionalizava, as fileiras do Exército abriam-se de modo a recrutar soldados para o serviço militar obrigatório em todas as classes sociais. O modelo pretendido pelos militares ao incorporar e devolver periodicamente extensos contingentes de todas as classes possuía uma importante conotação política:

Através do serviço militar ampliado, da formação mais extensa de oficiais da reserva, conseguia-se devolver à sociedade milhares de cidadãos doutrinados não só na rejeição ao comunismo, mas também na valorização da nação, na importância da defesa nacional, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas e, até mesmo, na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país.²¹⁴

Era a “guerra pelas mentes” na qual o Exército se engajara no intuito de enraizar na sociedade, através da educação, o espírito militar e os “conceitos” de disciplina,

²¹³ CARVALHO, J. M. 1983. p. 126.

²¹⁴ CARVALHO, J. M. 1983. p. 126.

hierarquia, civismo, aperfeiçoamento físico, etc. que suas lideranças consideravam essenciais à segurança nacional.²¹⁵

Paralelamente, o Exército passava a influir também sobre a política industrial, novamente em nome dos imperativos da defesa nacional. Havia, na cúpula militar, um discurso sistemático quanto à necessidade de autonomia nacional na produção de armas, munições e equipamentos bélicos, o que só se concretizaria a longo prazo com a industrialização do país. Nesse sentido, as reformas desse período procuraram ampliar a capacidade produtiva das fábricas de munição do exército e firmar contratos com empresas civis para ampliar a produção nacional desses artigos.²¹⁶ Enquanto isso, a cúpula apoiava as iniciativas em prol da industrialização mais ampla do país, em especial a criação de uma siderúrgica de grande porte, e alocava oficiais do Exército nos novos espaços que iam surgindo no corpo do Estado, como a Comissão Nacional do Aço e o Conselho Nacional do Petróleo.

A ampliação do poder do Exército Brasileiro e da ingerência da sua cúpula junto a questões como formação do cidadão, educação e política industrial se deu *pari passu* a consolidação do regime autoritário de 1937 e reafirmou a combinação discursiva dos militares que conjugavam profissionalismo com a posição do Exército de “guardião da nação”. Nas palavras do Ministro da Guerra, intervencionismo, profissionalismo e autoritarismo se combinam de forma coerente e necessária:

Circunscrito aos seus deveres profissionais, (...) infenso a paixões exteriores, (...) o Exército, na consciência de si mesmo, cada vez mais se integra na sua verdadeira missão impulsionado na direção que mais atende aos supremos interesses da nacionalidade. Consciente do seu

²¹⁵ Quanto à influência do Exército na educação civil neste período, ver SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1984. p. 68ss. e HORTA, José Sívelrio Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

²¹⁶ LEITE, M. p. 379ss. e HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. in _____. *O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 86.

papel (...) na manutenção da ordem indispensável à economia do Estado, tanto quanto na defesa da própria soberania, o Exército é e há de ser a segurança do regime que convém à Nação, na sua evolução histórica como a garantia dos vínculos indestrutíveis da Unidade Nacional.²¹⁷

As reformas desse período foram bem sucedidas no sentido de estruturar o poder político, econômico e militar do Exército, de restringir o espectro ideológico do oficialato – facilitado com os expurgos posteriores à insurreição de 1935 – e de neutralizar o engajamento político de praças e sargentos. Ao reforçar os laços de “solidariedade orgânica”, como assinala Campos Coelho, a cúpula do Exército deu um importante passo para a restrição dos “pronunciamentos” de jovens oficiais que, a partir de então, para agir politicamente deveriam obedecer a princípios hierárquicos. Desde essa época capitães ou tenentes não mais falaram em nome do Exército, as patentes mais baixas que o fizeram foram coronéis e tenentes-coronéis em 1954. Como assinalou Celso Castro, era o fim da *juventude militar*.²¹⁸

Foi em meio a essas reformas que os generais de 1964 cumpriram os requisitos meritocráticos e políticos para a ascensão às patentes superiores do Exército. Insurgentes da década de 1920 que vinham ocupando postos chave no novo regime, como Juarez Távora (ministro da agricultura de 1932 a 1934) e Cordeiro de Farias (chefe de polícia de São Paulo de 1931 a 1933), voltaram aos bancos escolares numa atitude clara de que não estavam dispostos a abdicar de suas carreiras militares e indicando, também, que esses indivíduos seguiriam articulando suas duplas carreiras. Os esforços de desmobilização política dos quadros do Exército atingiram mais os praças e a geração posterior a que este estudo aborda; de modo que a fração mais

²¹⁷ Discurso de Dutra em 10/12/1938 por ocasião das comemorações dos dois anos a frente do Ministério da Guerra. in: LEITE, M. p.330.

²¹⁸ CASTRO, Celso. O fim da juventude militar. in: VIANNA, Hermano. *Galeras cariocas: territórios de conflitos de encontros sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Quanto aos pronunciamentos militares, ver o quadro elaborado em MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil republicano*. O tempo da experiência

politicamente ativa experimentou seus primeiros cargos políticos e administrativos justamente enquanto se processavam essas reformas. Sua progressão na carreira nesse período, freqüentemente por merecimento, não deixa de ser um indicativo de que partilhavam de boa parte das formas de pensar e de agir que pautavam a instituição nesse período e de que foi possível uma acomodação – não sem conflitos – entre os esforços da cúpula em eliminar a política no Exército e a ação dessa fração da oficialidade fortemente politizada e atuante.

Essa acomodação em parte foi possível porque, de diversas maneiras, a doutrina Góes Monteiro e as reformas da gestão Dutra no Ministério reforçaram a crença na função disciplinadora e tutelar do Exército sobre a sociedade o que, de modo algum, se chocava com o repertório de representações e práticas políticas dos generais de 1964.

Cristalizara-se nas percepções dos militares a respeito da sociedade e da política uma visão autoritária que operava a construção de um discurso que partia de um diagnóstico crítico das instituições “inadequadas” e das elites políticas “incapazes”. As conseqüências de tal “realidade” repercutiam na sempre denunciada “fraqueza das forças armadas” o que, por sua vez, representaria um sério risco à segurança e à integridade nacionais. Em contraposição, pregava-se uma doutrina favorável a um “governo forte”, ou seja, uma ditadura legalmente amparada que fosse capaz de regenerar moralmente a política e a sociedade brasileiras. Nesse discurso, as lideranças militares conseguiram fazer com que os objetivos por eles formulados como sendo as prioridades do Exército se tornassem equivalentes ao interesse nacional, garantindo não só o empoderamento de sua corporação mas assumindo a posição de guardiões da nação e de agentes políticos institucionalmente credenciados para influir na política

educacional, industrial, de infra-estrutura e internacional, além, é claro, da política de defesa.

Vivenciar os engajamentos no *tenentismo*, a recepção e o consumo das teses de Torres e Vianna e a participação, ainda que como coadjuvantes, nas reformas levadas a cabo no Exército num contexto em que vários *tenentes* ocupavam ou haviam ocupado cargos importantes no regime varguista constituiu uma série de experiências de grande importância para os generais de 1964. Compartilhar tais experiências, e os sentidos a elas atribuídos, já começa a distinguir este grupo das demais frações do Exército. Essa diferenciação se acentua quando se observa o grau e o tipo de internacionalização que predomina entre os generais de 1964.

3.2 Internacionalização e americanização dos generais de 1964

A comparação das trajetórias dos membros grupo de generais de 1964 revela um considerável número de postos ocupados na esfera diplomática, precisamente 17 dos 24 membros exerceram pelo menos um cargo nesse âmbito. É preciso, contudo, fazer uma distinção entre os cargos ocupados. Boa parte deles eram de caráter ordinário e normalmente reservados a oficiais de Estado-Maior como o de adido militar junto às Embaixadas brasileiras, na qual predominavam as do Prata e, não por acaso, a dos Estados Unidos, à exceção de Krueel, que serviu como *attaché* em Londres. Em geral,

servir como adido militar era uma premiação que conferia um certo prestígio à carreira e proporcionava ao oficial uma vivência mais cosmopolita longe da caserna ou dos corredores da burocracia militar.

Dois militares, Juraci Magalhães e Lira Tavares foram nomeados embaixadores, respectivamente nos EUA em 1964 e na França em 1970, um cargo normalmente reservado aos quadros do Itamaraty mas que não raro é comissionado a políticos. Juraci Magalhães tivera uma experiência anterior na esfera diplomática quando em 1948 integrou a delegação brasileira na II Assembléia Geral da ONU, em Paris. Durante o governo Castelo Branco, Juraci Magalhães foi também Ministro das Relações Exteriores entre 1966 e 67. Tavares, por seu turno, também tivera uma considerável experiência internacional como representante brasileiro no Conselho de Controle Aliado em Berlim de 1945 a 49.

A partir da década de 1930, uma série de instrumentos diplomáticos de cooperação e ou de consulta mútua foram implementados no continente americano como um mecanismo para estreitar os laços políticos, econômicos e militares da América Latina com os Estados Unidos, principal articulador dessa iniciativa. Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial e com a polarização da Guerra Fria, a cooperação militar tornou-se um setor de extrema importância na formulação da política externa norte-americana para a região e foi justamente neste âmbito que vários agentes que formaram o grupo dos generais de 1964 exerceram suas funções diplomáticas. Nesse sentido, da cooperação na “defesa hemisférica”, primeiro contra o Eixo e depois contra o comunismo, que se deram as participações de Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Ademar de Queirós, Lira Tavares, Idálio Sardenberg e Emílio Médici na Junta Inter-Americana de Ajuda e Defesa e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos.

Com freqüência se atribui grande importância ao engajamento na FEB para a adoção de posições políticas fortemente alinhadas com os EUA e abertamente opostas ao nacional-populismo. No entanto, ao se observar as trajetórias dos generais de 1964 e do grupo de controle, pôde-se constatar que em ambos os grupos o percentual de indivíduos que fizeram a guerra na Itália é rigorosamente o mesmo, 37,5%. O dado sugere que a FEB acabou recrutando oficiais de diferentes matizes político-ideológicos e que essa experiência por si só não seria capaz de moldar as atitudes políticas tomadas nas décadas seguintes.

Por outro lado, pode-se afirmar que a experiência de internacionalização não se resume a FEB e consiste sim num dos elementos distintivos dos generais de 1964. Ao se comparar os dados referentes a formação profissional (quadros 2.1 e 2.2) dos membros de ambos os grupos, pode-se identificar que 50% dos membros do grupo de controle tiveram a experiência de pelo menos um estágio profissional em outro país, ao passo que entre os generais de 1964 esse número sobe para 58%. Essa diferença, que apesar de relativamente modesta já aponta para um perfil de carreira distinto, amplia-se consideravelmente quando se observa o índice de ocupação de cargos na esfera diplomática. Precisamente 70,8% dos generais de 1964 exerceram pelo menos um cargo dessa natureza ao longo de suas trajetórias, ao passo que entre os generais do grupo de controle esse número não chegava a 38%. Pode-se depreender, então, que os generais de 1964 partilham entre si um elevado grau de internacionalização, o qual transcendia os tradicionais espaços diplomáticos de adido militar, reservados a oficiais de patentes intermediárias, e se projetava para funções mais complexas, reservadas a oficiais superiores, e operacionalizadas em grande medida junto a organismos de cooperação militar ligados aos Estados Unidos ou diretamente nesse país.

Esse tipo de internacionalização é um dos elementos chave para o estabelecimento da distinção desse grupo em relação às demais facções do Exército Brasileiro e constituiu uma experiência de grande importância para a compreensão do perfil de sua ação política no pós-1945. Nesse sentido, o componente temporal é também importante para a compreensão desse tipo de internacionalização e para o conjunto de experiências que ela proporcionou aos generais de 1964. Dos 31 cargos diplomáticos ocupados por eles nada menos que 24 se deram durante a Guerra Fria, particularmente na sua primeira década, na qual as perspectivas de *détente* ou de “coexistência pacífica” entre os blocos que emergiram da II Guerra Mundial não se colocavam ainda como uma possibilidade no cenário internacional.

Generais de 1964

Quadro 3.1 Ocupação de cargos diplomáticos

Odílio Denis	-
Canrobert da Costa	1937/38-Inspetoria de fábricas de armamentos na Europa 1939-Assessor de Góes em viagem aos EUA 1939/42-CMMBEU (organizar defesa NE)
Eduardo Gomes	-
Juarez Távora	1941-Adido militar no Chile 1950-Delegado na Junta Inter-Americana de Ajuda e Defesa
Cordeiro de Farias	1946-Adido militar na Argentina 1958-Presidente da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA
Peri Bevilacqua	1935-Membro da Comissão Militar Neutra da Guerra do Chaco
Ademar de Queirós	1934-Comissão de Estudos para a Indústria Militar no Brasil ??-Adido militar nos EUA ??-JIAD
João Punaro Bley	-
Alcides Etchegoyen	-
Amauri Kruel	1949-Adido Militar na Inglaterra 1960-Assessor militar do Brasil na ONU 1961-Nomeado Embaixador na Inglaterra ²¹⁹
Mourão Filho	1950-Chefe do Escritório Comercial Brasileiro em Montevidéu
Castelo Branco	-
Costa e Silva	1949/52-Adido Militar na Argentina
Orlando Geisel	1952-Adjunto do Adido Militar nos EUA
Siseno Sarmento	1959/61-CMMBEU 1965-Comanda forças da ONU em Gaza
Murici	1956/58-Assessor do adido militar nos EUA
Lira Tavares	1943-Observador militar junto às tropas EUA no Norte da África 1945-Sub-Chefe da Missão Brasileira no Conselho de Controle Aliado em Berlim 1946/9-Chefe da Missão Brasileira no Conselho de Controle Aliado em Berlim 1970/74-Embaixador na França
Jurandir Mamede	-
Juraci Magalhães	1952-Adido militar EUA 1964-Embaixador nos EUA
Idálio Sardenberg	1952-Assessor de Góes no Acordo militar Brasil-EUA 1967/?-Presidente CMMBEU
Emílio Médici	Adido militar nos EUA Delegado na Junta Inter-Americana de Ajuda e Defesa 1964-Membro da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA
Ernesto Geisel	1947/50-Adido militar no Uruguai
Albuquerque Lima	-
Golberi	1947/50- Comissão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai

Grupo de controle

Quadro 3.2 Ocupação de cargos diplomáticos

Henrique Teixeira Lott	1947-Adido militar nos EUA e membro da JIAD
Zenóbio da Costa	1958/61-Embaixador no Paraguai
Estilac Leal	-
Osvino Ferreira Alves	-
Segadas Viana	-
Jair Dantas Ribeiro	-
Ladário Teles	Adido militar no Paraguai
Henrique Oest	-

²¹⁹ Não chega a assumir em virtude da renúncia de Jânio Quadros.

Como se pode constatar, o elevado grau de internacionalização dos generais de 1964 é um elemento diferenciador desse grupo em relação ao grupo de controle e, por inferência, ao resto da oficialidade. Constituiu também uma experiência politicamente marcante por ter se desenrolado predominantemente entre os anos finais da II Guerra Mundial e a primeira década da Guerra Fria. O processo de internacionalização dessa fração do oficialato se deu de forma diferenciada, dependendo dos agentes específicos, em quatro espaços distintos porém relacionados: a) frequência a cursos militares nos Estados Unidos; b) engajamento na FEB; c) atuação em organismos bi ou multilaterais de cooperação militar e d) atuação como adidos militares. Este processo está inserido numa dinâmica mais ampla de aproximação das relações do Brasil com os Estados Unidos cuja dimensão militar pode ser chamada de *americanização* do Exército brasileiro.

Do ponto de vista dos agentes, circular nesses espaços de internacionalização lhes abriu uma série de possibilidades para suas carreiras militares e também políticas. Nesse sentido, não se deve negligenciar a importância do estabelecimento e reforço de laços de “camaradagem” entre os membros dessa “elite” da oficialidade, que teve a oportunidade de estagiar nos EUA e de experimentar uma situação real de guerra moderna na Itália e, com isso, ampliar a sua distinção em relação aos demais oficiais. Tal distinção era importante para a “liderança”, uma virtude bastante valorizada entre os oficiais e que foi estratégica para a mobilização de outros oficiais – subordinados ou não – para os embates políticos que marcaram o Exército entre 1945 e 1964. Outro aspecto importante que essa internacionalização permitiu foi o estabelecimento de canais de acesso privilegiado – e independentes do Itamaraty – à “comunidade de segurança” norte-americana através da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos ou da Junta Inter-Americana de Defesa, cuja integração das Forças Armadas brasileiras ao sistema

inter-americano de defesa nos marcos do pan-americanismo, até 1945, ou do TIAR, depois de 1947, permitiam.

A recepção de modelos organizacionais e doutrinários e a importação de armas e equipamentos – operações freqüentemente combinadas – eram realidades bastante antigas no Exército Brasileiro, que remontam aos *jovens turcos* e à missão francesa.²²⁰ O que se deu entre meados da década de 1930 e a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em 1942, é que o Exército brasileiro enviou um grande número de oficiais para “atualização” nos Estados Unidos, dando início a uma prática que perdurou por décadas, na qual os oficiais poderiam observar de perto um exército que “realmente funciona” e poderiam ser “expostos ao American System” e à opulência dessa sociedade.²²¹ Paralelamente, o Exército foi reequipado e retreinado com artefatos bélicos, táticas e procedimentos de origem norte-americana.

Nesse contato prolongado, no qual alguns dos futuros generais de 1964 estiveram entre os primeiros a serem enviados, algumas predisposições nas formas de pensar foram reforçadas e, já no pós-guerra, começaram a aparecer no repertório que compunha suas formulações doutrinárias em face à arena política. Destaca-se então os seguintes tópicos:

- Necessidade de industrialização para garantir a segurança (essa entendida como a noção ampliada de defesa).

²²⁰ Para influências estrangeiras no Exército, ver NETO, M. Op. cit. Essas dinâmicas em geral acompanham processos mais amplos de importação, com freqüência expressos em polêmicas intelectuais a respeito da adoção, ou não, de modelos e instituições de outros países. Para polêmicas dessa natureza a respeito da influência norte-americana ver SKIDMORE, Thomas. A ilusão americana do Brasil: de D. Pedro II ao golpe de 1964. In: _____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. E para as polêmicas em torno de uma maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos na Primeira República, ver SILVEIRA, Helder G. da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

²²¹ HAINES, Gerald. *The Americanization of Brazil: a study of US cold war diplomacy in the Third World (1945-1955)*. Wilmington: Scholarly Resources, 1989. p. 39ss.

- Necessidade de planejamento, “organização”, para “equacionar” tais problemas.
- Visão técnica dos “problemas nacionais”.
- Anticomunismo e adoção do discurso do “mundo livre” e da “defesa da democracia”.

Nenhum desses elementos era de fato novo, conforme foi demonstrado nos capítulos anteriores. A novidade, contudo, residia no fato deles estarem agora combinados com uma determinada idéia de democracia e enquadrados na polarização crescente da Guerra Fria.

O objetivo declarado dos Estados Unidos no pós-guerra era construir na América Latina uma barreira contra o comunismo e por aqui difundir os seus valores (livre comércio, livre iniciativa, democracia, etc.) no entanto, o uso que os militares aqui em foco fizeram dos saberes e alianças que o processo de internacionalização junto aos EUA lhes forneceu esteve longe de se dar no sentido de um engajamento político em favor de uma poliarquia moderna. Embora sua política econômica e externa tenha sido em determinados períodos “alinhada” com os EUA depois de 1964, o regime político, como se sabe, pouco ou nada tinha de liberal ou aberto. A crença na necessidade de maior maturidade do povo e da elite civil como pré-condição para a vigência não tutelada das instituições democráticas no Brasil foi muito mais forte que os princípios de obediência à autoridade civil que os militares brasileiros puderam observar nos Estados Unidos. A importação de idéias e modelos é, sempre, seletiva. E no caso, esse processo começou bem antes da Guerra Fria.

É possível então dividir em três etapas a *americanização* do Exército. A primeira se estende dos anos 1930 até a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, em agosto de

1942, a segunda envolve a negociação, preparo e envio de forças militares brasileiras para atuação efetiva na II Guerra Mundial, a FEB, e somente a terceira se dá do pós-guerra, estendendo-se até meados da década de 1960 quando vigoram mecanismos como o TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca), o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 1952, e os programas norte-americanos de ajuda militar em paralelo à Aliança para o Progresso. Com base nessa periodização, procurou-se identificar as experiências vivenciadas pelos agentes do grupo aqui designado como generais de 1964 nesse período e como isso pode ter repercutido na adoção ou no reforço de determinadas formas de pensar e de agir em face ao mundo político.

3.2.1 Da década de 1930 à FEB

O processo de aproximação das Forças Armadas brasileiras às norte-americanas está inserido no quadro do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos e da construção daquilo que Gerson Moura denominou como sistema de poder deste país na América Latina.²²² Neste marco mais amplo, que se delineava no início dos anos 1930, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tiveram um protagonismo crescente no Brasil, influenciando, como se assinalou no capítulo anterior, em diferentes esferas da política nacional. Isso lhes permitiu fazer das suas necessidades de reequipamento um item importante da agenda de política externa brasileira e que compôs os termos da barganha brasileira pelo seu alinhamento na II Guerra Mundial. Até a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em março de 1942, os militares brasileiros buscaram o atendimento de suas demandas por material bélico tanto

nos EUA quanto na Alemanha ou na Itália, de modo que o mercado brasileiro foi objeto de uma intensa competição entre diferentes potências.²²³

Em meados da década de 1930, quando ainda estava em vigência a Missão Militar Francesa no Brasil, os Estados Unidos enviaram oficiais para auxiliar na instalação de uma fábrica de aviões militares e para reforçar a precária artilharia de costa. Em 1937 a Marinha brasileira negociou, embora sem sucesso, o arrendamento de vasos de guerra norte-americanos.²²⁴ Paralelamente, o Brasil fazia pesadas encomendas de armas à Alemanha. As entregas começaram e ser feitas já em 1938, facilitadas por mecanismos como o comércio compensado que permitiam a troca de matérias primas por armamentos sem o comprometimento das escassas divisas nacionais.²²⁵

Não se tratava apenas de compra de armas, o que também estava em pauta eram os alinhamentos para um conflito de grandes proporções cuja eclosão todos agentes sabiam ser apenas uma questão de tempo. Em função disso, os Estados Unidos foram progressivamente abrindo suas escolas militares para que oficiais brasileiros ali fizessem estágios ou cursos e para que, uma vez de volta ao Brasil, contribuíssem para que as compras de armas fossem deslocadas da Europa para os EUA. Seu objetivo era consolidar a América Latina como uma região à salvo de influência européia e com isso garantir a projeção da sua influência política e econômica sobre o continente, fortalecendo sua posição face às potências rivais.²²⁶

²²² MOURA, G. 1980, p.42.

²²³ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

²²⁴ McCANN, Frank. *A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945*. in: A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 229s. HILTON, S. Op. cit. p. 221 e BRANCATO, Sandra. As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. 1988, n.2, pp. 195-214.

²²⁵ HILTON, S. Op. cit. p. 261ss.

²²⁶ MOURA, G. 1980, p. 113.

A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às novas demandas em favor da fundação das bases para a industrialização, da projeção política regional do Brasil e do rearmamento das Forças Armadas, que também consideravam a industrialização essencial para garantir a defesa nacional a longo prazo. Até a eclosão da guerra, o Brasil tinha como trunfos a sua capacidade de fornecer matérias-primas estratégicas e o desejo de comprar armas e, em função disso manteve uma “equidistância pragmática” face às potências.²²⁷

Com a eclosão do conflito, o Brasil logo tornou-se peça importante na estratégia regional norte-americana, o que permitiu negociações bilaterais paralelas às conferências multilaterais em que os Estados Unidos procuravam construir a chamada “defesa hemisférica”. Nessas negociações bilaterais Washington pretendia sobretudo a cedência de bases militares no nordeste brasileiro e a adesão do Brasil à causa do pan-americanismo e dos Aliados. Com a ampliação da margem de manobra, o Brasil conseguiu impor aos EUA parte dos seus objetivos como condição para aderir ao sistema e ceder as bases. No auge da barganha, que se estendeu até março de 1942, o Brasil obteve os créditos para a construção de uma siderúrgica de grande porte e a possibilidade de obtenção de armamentos em condições privilegiadas. O equipamento, preparo e envio da FEB foi também decorrência dessas negociações.

No plano estritamente militar, as coisas já vinham se dando desde 1939 quando o chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, George Marshall, visitou o Brasil expondo abertamente às autoridades militares brasileiras a intenção de um acordo de cooperação militar. Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por

²²⁷ MOURA, G. 1980, p. 63. Para a percepção dos dirigentes brasileiros, ver SVARTMAN, Eduardo. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*. n. 5, julho de 1996.

mais de dois meses e levando consigo o então coronel Canrobert Pereira da Costa. Fortemente impressionado pelo “progresso material da poderosa nação”, em seu retorno Góes afirmou que o governo do Estado Novo lançara as bases para o “aparelhamento nacional” e que a guerra iminente colocava o “Exército como elemento central na organização dos recursos nacionais mobilizados para a defesa dos objetivos nacionais.”²²⁸ Embora o acordo só fosse assinado em 1942, uma comissão de oficiais dos dois países já funcionava no Brasil para coordenar a implantação das bases aéreas e navais no Brasil, Dutra enviara aos EUA como oficial de ligação seu ajudante-de-ordens, Caio Estênio de Albuquerque Lima e, em 1940, um pequeno contingente de oficiais brasileiros já freqüentava as escolas norte-americanas.²²⁹ A contrapartida norte-americana em armas ainda demorava, reforçando as posições dos elementos do governo favoráveis ao Eixo, mas os créditos para a siderúrgica foram liberados nesse mesmo ano.

3.2.2 Da FEB ao pós-guerra

Em março de 1942 realizou-se no Rio de Janeiro a III Reunião de Chanceleres Americanos, na qual o Brasil e a maioria dos países do continente romperam relações diplomáticas com o Eixo. Em agosto desse ano o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. A partir de então o acordo militar brasileiro se consolida, sendo criada a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, chefiada no lado brasileiro pelo general Leitão de Carvalho e colocando em vigor o sistema de *lend-lesaing* que deveria acelerar

pp. 137-172.

²²⁸ COUTINHO, L. Op. cit. p. 362. e AN: AP 51, cx. 2 doc. 1 v 34.

as tão esperadas remessas de armas e equipamentos para o militares brasileiros.²³⁰ Embora longe de ser um consenso no alto-comando militar brasileiro, logo começaram também as pressões e negociações para o envio de tropas brasileiras a pelo menos um dos teatros de guerra. Começava a se delinear o que seria a FEB.²³¹

A guerra foi um forte catalisador no processo de americanização do Exército brasileiro, acelerando uma tendência que já se esboçava no início dos anos 1930, eliminando as ambigüidades da fase de “equidistância pragmática” e refreando as posições de seus quadros dirigentes germanófilos. Os contatos entre oficiais dos dois países cresceu bastante nesse período. No início de 1943 vários oficiais foram enviados ao norte da África em missões de observação junto às tropas norte-americanas naquela região, entre eles destaca-se Eduardo Gomes (que também estivera nos EUA em 1942), Ademar de Queirós e Lira Tavares. Para além das impressões quanto a amplitude do planejamento e logística que as operações militares passavam a ter, Tavares deixa transparecer um certo encantamento face ao exército e aos oficiais norte-americanos. Em suas memórias, o autor narra seu primeiro encontro com o general Clark, que mais tarde comandaria as tropas às quais a FEB se integraria, como “uma cena muito cheia de emoções indescritíveis”.²³² Antônio Carlos Murici, por sua vez, mostrou-se mais impressionado com a capacidade e de mobilização de recursos dos EUA. Referindo-se às visitas que sua turma fez às instalações militares daquele país por ocasião do curso de

²²⁹ McCANN, F. Op. cit., p. 235.

²³⁰ O sistema de empréstimo e arrendamento não era estendido apenas ao Brasil, no entanto, 75% dos recursos destinado para a América Latina iam, na prática, para o Brasil, que por sua vez contava ainda com um desconto de 65% sobre o preço de tabela do material bélico norte-americano. Para essa questão, ver HILTON, S. Op. cit., p. 221. Para o texto do acordo, ver a transcrição em LEITE, M. Op. cit., p. 528ss.

²³¹ Para um relato dos fortes entraves impostos pelo Ministério da Guerra e pelo Estado Maior do Exército à organização da FEB, ver LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952. Para a influência das inclinações pró-Eixo na política externa brasileira desse período, ver SVARTMAN, Eduardo. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). *História: debates e tendências*. v.3, n.1, p.55-61, julho de 2002.

²³² TAVARES, A. 1976, p. 163.

estado-maior o então major Murici assinalou que “nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez”.²³³

A partir de meados de 1943 inicia-se o fluxo de mais de duas centenas de oficiais brasileiros para realizar cursos de estado-maior em Fort Lavenworth e estágios em diferentes unidades do Exército norte-americano. O objetivo era, em três meses, converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiariza-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. A idéia de enviar oficiais brasileiros aos Estados Unidos surgiu na Comissão Militar Mista e, nas palavras de Leitão de Carvalho, “facultaria, através de um grupo de elite, o contato entre os quadros permanentes das duas corporações, permitindo assim que seus membros se conhecessem, se apreciassem, e se preparasse a atmosfera psicológica necessária a uma confiante colaboração na guerra.”²³⁴ O programa previa uma semana de adaptação dos oficiais no centro ou escola, seis a oito semanas de instrução, duas a três semanas de estágios em outros centros ou em manobras e, por fim, uma semana para visitar grandes cidades como Nova York ou Washington.

Na primeira turma enviada estavam Castelo Branco, Amauri Kruehl, Lira Tavares e Lott. Conforme o relato de Ernesto Geisel, que só foi enviado para os EUA quando a FEB já estava na Itália, tratava-se de “cursos interessantes, em que aprendemos muito sobre a guerra moderna e a organização militar dos Estados Unidos”.²³⁵ Conforme os relatos de oficiais brasileiros, os americanos simplificavam a estrutura organizativa e operacional francesa, compartilhada por ambos exércitos, e a adaptaram à nova realidade militar, de modo que a assimilação por parte dos oficiais brasileiros foi

²³³ Depoimento concedido ao CPDOC em fevereiro de 1981, p. 193.

²³⁴ LEITÃO DE CARVALHO, E. Op. cit. p. 359.

relativamente fácil. Segundo o depoimento de Murici, que na época era instrutor na EEM, “eles vieram nos trazer ensinamentos e, ao mesmo tempo, os métodos de trabalho de estado-maior, e não de concepção. (...) Depois eu trouxe tudo isso para a Escola.”

Comissões mistas, missões de observação, estágios, cursos e a experiência de combate – vitoriosa – junto às tropas norte-americanas permitiram uma rápida assimilação da doutrina militar daquele país por essa geração de oficiais brasileiros. Consolidava-se uma forte simpatia pelos Estados Unidos entre o oficialato brasileiro em geral e, em particular, entre os agentes aqui em foco.

Conforme foi pontuado anteriormente, a experiência de participar da FEB não foi um elemento distintivo nas trajetórias do grupo de generais de 1964. Os oficiais que mais tarde vieram a compor a chamada ala nacionalista do Exército, conforme apurado no grupo de controle para esta pesquisa definido, tiveram o mesmo índice de participação na FEB que os generais de 1964. No entanto, a participação efetiva num conflito da magnitude da II Guerra Mundial conferia prestígio, especialmente no meio militar, aos oficiais que da FEB retornavam, quaisquer que tenham sido suas posições políticas no pós-guerra. O sentido conferido a essa experiência e o uso feito desse prestígio, que em certa medida marcou as posições assumidas pelas diferentes clivagens do oficialato do Exército nas duas décadas seguintes, dependia das afinidades e disposições constitutivas desses grupos. Algumas delas, de fato, foram cultivadas e reforçadas na FEB de modo que alguns dos principais conspiradores de 1964 conheceram-se ou aproximaram-se na FEB. Assim, Cordeiro de Farias, por intermédio de Ademar de Queirós, tornou-se “intimo” de Castelo Branco. Este último passou a gozar de especial prestígio entre frações da oficialidade em decorrência da sua atuação

²³⁵ McCANN, F. Op. cit., p. 236. D'ARAUJO, M e CASTRO, C. Op. cit., p. 93.

no planejamento das operações bélicas.²³⁶ Castelo Branco consolidava sua carreira, ainda exclusivamente militar, com experiência e condecorações de guerra, trunfos que, somados a sua longa atuação nas esferas de formação de oficiais, vão lhe render importante credibilidade na sua projeção política na década seguinte.

Em certa medida, Castelo era expressão de um núcleo profissional e agora experiente do Exército, simpático aos EUA e crente que só a “mobilização nacional”, o planejamento racional e o desenvolvimento de uma infraestrutura industrial, de transportes e comunicações poderiam garantir vitórias em campos de batalha ou, numa linguagem menos belicista, garantir a segurança dos Estados e das Nações. Em suas memórias, Lira Tavares colocou essa questão nos seguintes termos: “A guerra nos trouxera (...) uma consciência mais realista das nossas vulnerabilidades internas e da falta de infraestrutura para corrigi-las.”²³⁷ A alternativa que esse grupo passou a vislumbrar a partir de então se daria nos termos daquilo que mais tarde Juarez Távora definiu como “problemas de racionalização administrativa”. O espaço político não deveria ser o da emergência e afirmação legítima das clivagens e dos conflitos da sociedade, mas o da implantação “objetiva” das soluções para os “problemas brasileiros”. Foi nesse sentido que se deu o consumo de determinados procedimentos e valores organizacionais observados no Exército norte-americano. Conforme assinalou, com uma pitada de ironia, J. B. Magalhães: “Duas expressões desde então entradas na nossa linguagem oficial, além do mais, denunciam a influência ianque: *planejamento* e *organograma*.”²³⁸

²³⁶ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 239.

²³⁷ TAVARES, A. 1976, p.266.

²³⁸ MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Anotações para a história. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958. p. 387.

A simpatia aos Estados Unidos sedimentou-se de diversas formas, entre elas o estabelecimento de laços pessoais. Um dos oficiais de ligação dos EUA com a FEB, Vernon Walters, tornou-se bastante próximo de vários oficiais brasileiros e estabeleceu duradouros laços de amizade, em particular com Castelo Branco, que foram mantidos depois da guerra e reforçados duas décadas mais tarde quando este participava das reuniões em que Cordeiro de Farias, Castelo, Geisel, Golberi e as lideranças civis conspiravam contra o governo João Goulart.²³⁹

Dos oficiais de longa carreira política, oriundos do tenentismo ou da Revolução de 1930 apenas Cordeiro de Farias e Nelson de Melo foram para a Itália, nem por isso se pode dizer que a FEB esteve à distância das atividades políticas. Pelo contrário, o processo de escolha de seus comandantes e o reduzido apoio do Estado-Maior do Exército são apenas alguns indicadores das forças políticas que então permeavam o Exército. A sua imediata desmobilização após o retorno em 1945 e o rápido envio de seu comandante para solenidades no exterior traduzem o temor, especialmente do alto-comando, de que dali surgisse uma força que interviesse na sucessão presidencial que então se preparava.²⁴⁰

3.2.3 Do pós-guerra à década de 1960: Guerra Fria

²³⁹ Walters serviu como adido militar assistente no Brasil de 1945 a 48 e como adido militar de 1962 a 67. Foi colaborador de vários governos republicanos nos EUA e em 1972 foi nomeado vice-diretor da CIA. BANDEIRA, M. 1973. p 460ss. Para a amizade com Castelo Branco, ver DULLES, J. 1979. p. 175. e LIRA NETO. Op. cit. p. 230.

²⁴⁰ FERRAZ, Francisco A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. in : CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. Op. cit. p. 373.

O fim da II Guerra Mundial não interrompeu o processo de americanização do Exército brasileiro. Pelo contrário, conforme o cenário da Guerra Fria foi se configurando, a influência que antes era ainda prioritariamente técnica assumiu conotações políticas e ideológicas mais explícitas. De modo que, em meio às lutas políticas internas, os agentes aqui estudados rapidamente adotaram o discurso norte-americano da “expansão soviética” e do alinhamento do Brasil ao “Ocidente livre e cristão” na defesa conjunta contra a “agressão comunista”, interna ou externa. Como se verá adiante, foi esta uma das armas discursivas mais empregadas contra o polo nacionalista das Forças Armadas em particular e do espectro político como um todo.

Na primeira década da Guerra Fria a América Latina em geral e o Brasil em especial ressentiram-se de uma relativa perda de importância estratégica para a política externa dos Estados Unidos, fato que demorou a ser percebido pelo governo Dutra, que se pautava ainda pela crença numa aliança especial e na “amizade” e “colaboração” com Washington.²⁴¹

Ainda assim, a cooperação militar continuou sendo uma pauta importante nas relações entre estes dois países. Apesar de suas atenções estarem mais voltadas para os cenários europeu e asiático, os quadros dos Departamento de Defesa dos EUA viam a aproximação com os militares brasileiros como uma oportunidade para convencer as demais nações do continente a adotar as doutrinas, técnicas, armas e equipamentos norte-americanos, garantindo assim a standarização das forças armadas na região.²⁴² Essa colaboração operacionalizava-se, em especial na *Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos*, na *Junta Interamericana de Defesa* e na manutenção do fluxo de

²⁴¹ MOURA, Gerson. A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o TIAR e a guerra fria. In: ALBUQUERQUE, José G de. *60 anos de política externa brasileira*. v. 1 Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Anablume, 2000. p. 164s

²⁴² HAINES, G. Op. cit. p. 42.

oficiais brasileiros que faziam cursos nos EUA e de oficiais norte-americanos atuando como consultores no Brasil. Esses mecanismos haviam sido institucionalizados no âmbito do TIAR, e do Acordo militar Brasil-EUA. Em diferentes momentos e circunstâncias, os agentes que compõem o grupo aqui designado como generais de 1964 protagonizaram ou assessoram essa dinâmica de modo que a americanização é uma experiência que para eles não se circunscreveu à FEB.

Desde cedo, o principal ponto de convergência na cooperação militar foi o anticomunismo. De certa forma, no imediato pós-guerra a Guerra Fria chegou mais cedo no Brasil que nos Estados Unidos em função do apoio de Luís Carlos Prestes a Getúlio Vargas e da intensa mobilização popular em função do *queremismo*, o que assustou importantes frações do oficialato brasileiro a ponto de sua cúpula derrubar Vargas em 29 de outubro de 1945. Em setembro de 1947, seis meses após o anúncio da doutrina Truman e quatro meses após a cassação do Partido Comunista Brasileiro, foi assinado em Petrópolis o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O TIAR atualizou o conceito de “defesa hemisférica” empregado durante a II Guerra Mundial para os tempos da Guerra Fria na medida em que consagrava que “um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os estados americanos”.²⁴³ Essa fórmula, que não era nova, consolidava a América Latina como parte integrante da “zona defensiva” norte-americana e, embora não fizesse referência direta à URSS, representou uma etapa importante na constituição de um bloco anticomunista na região. O acordo firmava um importante compromisso político e militar entre seus signatários que permitia a operacionalização de uma estreita cooperação militar em tempos de paz levada a cabo por acordos bilaterais entre os Estados Unidos e as repúblicas latino-americanas. Nesse

sentido, conforme Gerald Haines, os planejadores da política externa norte-americana viam o Brasil como país chave na região e quando o Congresso daquele país aprovou o Mutual Security Act em 1951, dos US\$ 40 milhões destinados a ajuda militar naquele ano, mais de um terço desse valor foram destinados ao Brasil.²⁴⁴

Depois de frustradas as negociações entre Estados Unidos e Brasil após a IV Reunião de Consulta de Chanceleres para que este enviasse tropas ao conflito que se desenrolava na Coréia, os dois países começaram a negociar um acordo militar que, em meio a grande polêmica no Brasil, passou a vigorar a partir de março 1952. O acordo foi negociado diretamente pelo Chanceler João Neves da Fontoura e pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro, então assessorado por Idílio Sardenberg. A negociação, redação e assinatura do acordo passou ao largo do ministro da Guerra, Estilac Leal, figura emblemática do polo nacionalista do Exército, o que redundou na sua renúncia ao cargo. O acordo estabelecia, a grosso modo, mecanismos de venda e emprego de armamentos e consultores norte-americanos para o Brasil e parâmetros para a venda privilegiada de matérias-primas estratégicas (areias monazíticas, manganês e urânio) aos EUA.²⁴⁵

Segundo Nelson Werneck Sodré, que até o início de 1950 dividia suas atividades entre a instrução de história militar na EEM e a edição da Revista do Clube Militar, o acordo militar representava

...o esforço pela desnacionalização das nossas Forças Armadas [que] prosseguia, intensamente, por todos os meios, caminhos e fórmulas. Aumentava o número de oficiais brasileiros chamados a cursar escolas americanas, e o número de oficiais americanos instalados em escolas brasileiras de oficiais, instruindo, dando rumos, enquanto o

²⁴³ MOURA, G. 2000. Op. cit. p. 167.

²⁴⁴ HAINES, G. Op. cit. p. 53.

²⁴⁵ CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 253. e BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 334ss. A íntegra do acordo está publicada em CARONE, Edgard. *A quarta República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980. p. 35ss.

reequipamento das Forças Armadas, antes procurado na Europa, era atendido pelos Estados Unidos, agora, mas mediante a condições políticas que pesavam até sobre o uso do armamento vendido.²⁴⁶

O acordo possibilitou, então, mais um passo no sentido de estreitar os laços entre oficiais brasileiros e norte-americanos. Em setembro de 1952 representantes do Brasil e dos EUA reuniram-se no Rio de Janeiro para reativar a Comissão Militar Conjunta e incrementar a cooperação militar, criando a Junta Permanente de Defesa Brasil-Estados Unidos. Paralelamente, ampliaram-se os programas de treinamento de oficiais brasileiros nos EUA; as autoridades daquele país viam na chamada assistência militar a oportunidade de “cultivar” boas relações e de difundir as técnicas e doutrinas organizacionais entre os militares brasileiros de modo a ter “amigos dos EUA” entre os oficiais brasileiros em momentos de crise.²⁴⁷

As comissões ou “juntas” encarregadas de operacionalizar os acordos e a ampliação da interface entre os militares dos dois países eram, com freqüência, espaços de socialização para os oficiais brasileiros que lhes permitiam ter contato tanto com o meio diplomático quanto com o civil dos dois países, sem contar com a possibilidade de ampliar contatos e laços com adidos militares.²⁴⁸ O cotidiano desses organismos consistia, conforme Cordeiro de Farias, que presidiu a Comissão Militar Mista de 1959 a 1961, na organização da “permuta de estágios entre os Estados Unidos e o Brasil, facilidades no comércio de armamentos e troca de conhecimentos em matéria de organização e funcionamento militar” ou, segundo Juarez Távora, que integrou a JIAD entre 1950 e 1951, na formulação de planos e estratégias para a “defesa comum do continente americano.”²⁴⁹

²⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 319.

²⁴⁷ HAINES, G. Op. cit. p. 53.

²⁴⁸ Para essa questão, ver, por exemplo, o depoimento de Murici ao CPDOC p. 341ss.

²⁴⁹ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p. 501. e TÁVORA, J. 1976, v. 2, p. 219.

Távora trabalhou na Junta Interamericana de Defesa justamente no momento em que o conflito na Coreia se intensificava, de modo que os estudos ali produzidos qualificavam a situação internacional como “extremamente grave” e perfeitamente capaz de afetar a segurança de todo o “Hemisfério Ocidental”. Os estudos ali produzidos, totalmente voltados para o combate ao que se chamava de “agressão da URSS” visavam “resistir a todas formas possíveis de atividades hostis pelo agressor, inclusive a Quinta Coluna” e chegavam a propor minuciosos inventários sobre o armamento e a capacidade operacional de todas as forças armadas do continente americano.²⁵⁰ No ano em que Juarez Távora viveu e trabalhou nos Estados Unidos, a União Soviética já havia anunciado possuir armas nucleares e a Revolução Chinesa comemorava seu segundo aniversário; o antigo presidente da JIAD, general Ridgway fora designado para comandar o 8º Exército dos EUA na Coreia e o anticomunismo beirava a histeria com os comitês de investigação instigados pelo senador Joseph McCarthy. Depois de uma passagem rápida, porém intensa, por esse ambiente, Távora foi designado para o comando da Escola Superior de Guerra, outro foco de difusão do anticomunismo.

Funcionando nos Estados Unidos ou no Brasil e tratando de suas funções específicas, esses organismos militares multi ou bilaterais, além de administrarem o “estreitamento” entre as forças armadas dos dois países, eram em si um importante espaço de ressocialização e de experiência para os oficiais brasileiros. De certa maneira, para os generais de 1964, eles marcavam uma dupla distinção, somando à experiência de viver no exterior o estabelecimento de contatos e até redes de relações com militares norte-americanos.²⁵¹

²⁵⁰ JT dpf 1949.11.21

²⁵¹ Assim como Castelo Branco tornou-se amigo de Vernon Walters, Juarez Távora manteve uma correspondência pessoal com diferentes oficiais e ex-oficiais norte-americanos por muitos anos. Ver por

Segundo Stephen Rabe, o governo Kennedy gastou em média US\$ 70 milhões por ano em assistência militar para a América Latina, em 1962 os EUA treinaram aproximadamente 9 mil oficiais e receberam em torno de 3500 alunos na Escola das Américas, na zona do canal no Panamá, onde os cursos eram em espanhol e versavam sobre operações clandestinas, comunismo, democracia, “interrogatório” de prisioneiros e doutrinas de contra-insurgência.²⁵² Até onde se pôde apurar, os generais de 1964 não freqüentaram a Escola das Américas, diferente de seus colegas de ofício dos países vizinhos ou das gerações mais novas do Exército brasileiro, boa parte deles teve a oportunidade de ver de perto o poderio e a organização de Exército norte-americano e a riqueza de sua sociedade o que, num contexto em que a Europa estava ainda em reconstrução, com financiamento dos EUA, pesou muito para a formulação de uma percepção na qual fora da órbita de Moscou, só haveria Washington.

Foi em meio a esse progressivo estreitamento de laços entre frações importantes das Forças Armadas brasileiras, especialmente do Exército, e os Estados Unidos e de forte difusão do anticomunismo que a Escola Superior de Guerra foi criada e consolidou a sua doutrina. A ESG se distingue das demais instituições militares de ensino superior brasileiras por ter sido criada sob inspiração direta dos EUA, por não ser uma etapa necessária para a progressão na carreira militar e por ser aberta a civis previamente indicados. Ainda que os trabalhos não sejam muito numerosos, das instituições de ensino militar, a ESG é de longe a mais conhecida e estudada na Academia, decorrência do intenso protagonismo político de agentes a ela ligados entre a década de 1950 e o golpe de 1964 e de uma relativa facilidade de acesso à pesquisas que a instituição

exemplo JT 1954.01.02 I-36 ou JT 1954.01.02 III-2.

²⁵² RABE, Stephen G. *The most dangerous area in the world: John F Kennedy confronts Communist revolution in Latin America*. University of North Carolina Press, 1999. p. 130.

oferece.²⁵³ Pretende-se aqui assinalar alguns aspectos da influência norte-americana junto a este organismo e a importância disso para a consolidação e reprodução de mais uma esfera de socialização e de difusão de atitudes pró-Estados Unidos nas Forças Armadas brasileiras e que foi, também, um espaço de reconhecimento dos generais de 1964 e de reforço de suas disposições para o engajamento político e de sistematização de seu repertório discursivo e de ação política.

A ESG foi então criada em meio ao processo de americanização do Exército brasileiro. Conforme um de seus biógrafos oficiais, Antônio de Arruda, a Escola teria sido pensada originalmente pelo Estado-Maior como um “curso de Alto Comando” destinado a familiarizar os oficiais brasileiros com grandes operações que envolvessem forças terrestres, aéreas e navais de forma combinada.²⁵⁴ Em 1948 uma missão militar norte-americana foi enviada ao Brasil para assessorar a criação de uma escola em moldes semelhantes ao do *National War College*, resultando num relatório que foi a base do decreto de criação da ESG em 22 de outubro de 1948. Em janeiro do ano seguinte, Cordeiro de Farias foi designado para presidir a comissão que deveria elaborar o regulamento da Escola. Essa comissão, integrada por mais cinco oficiais brasileiros, entre eles Idálio Sardenberg, e três oficiais norte-americanos conferiu objetivos bem mais amplos à instituição que deveria, a partir de então, “desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional.”²⁵⁵ A lei que institucionalizou a ESG, de agosto de 1949, prevê uma escola destinada a militares e a civis de “notável competência”, que seriam previamente selecionados pelo Estado-Maior das Forças Armadas, a quem a Escola estava ligada.

²⁵³ Miyamoto e Barros assinalam que a grande importância que vários estudos atribuem à ESG decorrem de uma certa sobrevalorização que Alfred Stepan lhe conferiu e das referidas facilidades de pesquisa que a instituição proporciona.

²⁵⁴ ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. 2 ed. São Paulo: GRD, 1983. p. xxi.

A influência norte-americana na ESG era forte e foi longa, permanecendo ali pelo menos um oficial de ligação até o início da década de 1970. Numa conferência de 1949 Cordeiro de Farias, que foi também o primeiro comandante da ESG, já deixava claro que a percepção do “problema” da segurança nacional brasileira estava diretamente ligado ao comunismo, “cabeça de ponte dos interesses do governo de Moscou”, e que o Brasil já havia assumido uma posição clara em relação aos “nossos amigos do Norte” em torno do qual, para o conferencista, girava o mundo ocidental.²⁵⁶ Não se tratava apenas de alinhamento, mas da adoção de leituras, modos de organização e “métodos de trabalho” influenciados pelos EUA.

Parte considerável do material didático produzido nos primeiros anos da ESG eram resumos de conferências de generais norte-americanos, com destaque para George Marshall, ou de textos sobre segurança nacional e geopolítica produzidos por ou para organismos militares daquele país.²⁵⁷ Essa forte influência é condizente com a estratégia de longo prazo dos EUA de buscar a aproximação ideológica e a ampliação do papel de força de contra-insurgência dos militares latino-americanos durante a Guerra Fria.²⁵⁸

Na Escola da Estado Maior, a influência norte-americana vinha se processando, ainda que de forma menos articulada, desde 1945 quando veteranos da FEB e dos cursos de estado-maior em Fort Lavenworth começaram a assumir funções de ensino. Neste processo Castelo Branco desempenhou um papel importante, pois permaneceu de 1945 a 1949 como Diretor de Ensino da Escola, de modo que reformulou o regulamento e conduziu a substituição da doutrina tática francesa por uma adaptação nacional da

²⁵⁵ CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo. *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1949. p. 13. PL-49/ Cordeiro de Farias. Ver também ROCHA, M. Op. cit. p. 29.

²⁵⁶ CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo. *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1949. p. 5 e 11.

²⁵⁷ Ver, por exemplo, TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954. C-01-54.

²⁵⁸ RABE, S. Op. Cit. p. 128.

doutrina norte-americana.²⁵⁹ As feições políticas dessa influência profissional, inicialmente “técnica”, tardaram um pouco mais a se manifestar. No entanto, no início da década de 1960, quando Castelo Branco ocupava a Diretoria de Instrução do Estado-Maior do Exército, o tema da “guerra revolucionária” começa a ser introduzido nos currículos escolares e a permear os discursos dos generais de 1964.²⁶⁰

A recepção das doutrinas norte-americanas no meio militar brasileiro foi, contudo, bastante seletiva, sem que implicasse em abrir mão de velhas estruturas autoritárias, antiliberais, da tradicional desconfiança face ao egoísmo dos “políticos profissionais” ou da crença na superioridade moral e técnica do militar face aos civis. Este último aspecto, como será visto adiante, foi consideravelmente majorado nas décadas de 1950 e 60 e sempre esteve intimamente relacionado com a disposição para a intervenção política. O principal ponto de convergência era, sem dúvida, o anticomunismo, seguido de valores calcados no planejamento e na tecnificação da administração pública. Tratam-se de elementos, como já se viu, há muito presentes no universo simbólico e nas tomadas de posição dos generais de 1964, que neste período, particularmente na ESG, foram reforçados através da repetição escolástica da doutrina, dos manuais, e dos estudos lá realizados.

A experiência de internacionalização podia dar-se também através da atuação como adidos ou adjunto dos adidos militares nas representações diplomáticas brasileiras no exterior. Tratava-se de uma função, em geral, de responsabilidade menor que a atuação na JIAD ou na CMBEU mas cuja intensa “vida social” permitia o acúmulo de algum capital social em decorrência da possibilidade de estabelecimento de contatos

²⁵⁹ DULLES, John Foster. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 169.

²⁶⁰ STEPAN, A. 1971, p. 181 e DULLES, J. Op. cit. p. 235.

com políticos, diplomatas, militares e empresários de mais de um país.²⁶¹ Nos casos de Orlando Geisel, Juraci Magalhães e Emílio Médici, que serviram nos Estados Unidos na década de 1950 os dois primeiros e em 1964 o último, essa experiência pode ser computada também como uma dimensão do processo de americanização protagonizada pelo grupo de oficiais aqui estudado.

Mesmo longe dos EUA, oficiais brasileiros trabalhavam em proximidade e em afinidade de idéias com as percepções formuladas pelo governo daquele país. Lira Tavares viveu mais de quatro anos na Alemanha após o término da II Guerra Mundial atuando na missão brasileira junto ao Conselho de Controle Aliado. Para o então coronel, “cujas vidas do diplomata e do soldado constantemente se entrecruzam” Berlim era, no alvorecer da Guerra Fria, um “grande e inédito cenário, para observar e aprender”. Neste período, o Brasil rompia relações diplomáticas com a URSS, cassava o registro do Partido Comunista e os mandatos de seus parlamentares e assinava o TIAR. Em suas memórias, Lira Tavares avaliou da seguinte maneira a sua observação e o seu aprendizado na Europa:

Também pude acompanhar, mais de perto, a luta ideológica entre o Oriente e o Ocidente, os passos muito hábeis e bem calculados do expansionismo soviético sobre o mapa da Europa desorganizada, e os desentendimentos e confrontos diretos entre a política de Moscou e a dos Aliados Ocidentais sobre a ocupação da Alemanha, cuja comunização, na sua parte ocidental, foi salva, principalmente, graças à intervenção oportuna do Plano Marshall, que acelerou a recuperação econômica do país, livrando-o do quadro de miséria que o tornava inteiramente vulnerável à penetração comunista.²⁶²

O processo de americanização do Exército Brasileiro se deu, inicialmente, de forma prioritariamente militar, “técnica”. Predominaram temas referentes a aquisição de armas e doutrinas táticas, em detrimento de uma propaganda mais explícita. Ainda assim a adesão do Brasil ao sistema de poder norte-americano permeava todo o

²⁶¹ Ver, por exemplo, TÁVORA, J. 1976, v 2. p. 161ss e D'ARAÚJO, M e CASTRO, C. Op. cit., p. 103s.

processo. De modo que conhecer instalações militares norte-americanas, viver algum tempo nesse país ou travar uma experiência real de combate no exército Aliado incutiu uma forte predisposição pró-Estados Unidos na fração do oficialato brasileiro aqui estudada. Com o advento da Guerra Fria, e o recrudescimento do anticomunismo no Brasil, a identificação estritamente militar desses oficiais brasileiros com os EUA se projetava então para as idéias de Ocidente, democracia e cristandade.

Para a maioria dos agentes que compõem o objeto desta pesquisa, a possibilidade de atuar, como militares ou políticos, em dimensões específicas da esfera internacional se deu em função do processo de americanização do Exército brasileiro. Trata-se de um processo abrangente que envolveu a participação dos agentes na FEB, em estágios e visitas aos EUA, ou em organismos diplomáticos em grande medida ligados ao sistema de poder daquele país. Portanto, para os generais de 1964, a experiência de internacionalização quase se funde com a americanização, tanto no ambiente da Segunda Guerra Mundial, quanto, em especial, no da Guerra Fria. O elevado grau de ocupação de cargos diplomáticos, predominantemente na esfera norte-americana, foi um elemento distintivo dos generais de 1964, tal experiência, concentrada nos anos iniciais da Guerra Fria, foi decisiva para a sua formação profissional e para o perfil do seu engajamento político a partir de então.

É importante pontuar também que a Segunda Guerra Mundial trouxe a possibilidade de ampliação da infra-estrutura brasileira (indústria pesada, créditos para extração e cultivo de matérias primas estratégicas, construção de estradas e aeroportos, etc.), de maneira que defesa - ou segurança -, desenvolvimento, autoritarismo e aliança com os Estados Unidos freqüentemente se combinavam ou se fundiam para essa fração do oficialato brasileiro. Dessa combinação, participar das negociações e trabalhos para a

²⁶² TAVARES, L. 1976. Op. cit. p. 217.

“aliança estratégica” contra o comunismo constituiu para o generais de 1964 uma experiência importante na consolidação da crença, que vinha de 1935, da ameaça comunista, sempre empregada como importante arma retórica contra o populismo e contra o polo nacionalista das Forças Armadas. Na década de 1950 esses agentes tiveram longas passagens como instrutores ou membros permanentes na EEM e na ESG de modo a divulgar entre a oficialidade o discurso da mobilização e do planejamento como imperativos da segurança e dever dos militares. Reproduziam, agora com uma roupagem “técnica”, o discurso que reduzia as questões políticas nacionais a “problemas” a serem equacionados por uma elite preparada.

3.3 De profissionais da políticos: espaços de formulação doutrinária, de socialização e de articulação política

A partir de 1945 a polarização decorrente da Guerra Fria teve um peso cada vez maior nas relações entre os militares latino-americanos e o campo político de seus respectivos países. O Brasil não escapou desse enquadramento, que acompanhou os passos da americanização do Exército e da constituição das experiências que estruturaram o grupo de oficiais aqui denominados como generais de 1964. Por isso é justamente nos espaços de formulação doutrinária, de socialização e de articulação

política que se pode concluir o esforço de precisar a distinção dos generais de 1964 em relação às demais frações do Exército. Argumenta-se, então, que a ESG constituiu um espaço de socialização e de formulação doutrinária autoritária e intervencionista, o qual foi importante para o reforço de laços e para a sistematização de um discurso doutrinário razoavelmente unificado entre os agentes aqui em foco. Essa doutrina e sua “metodologia”, formuladas até meados da década de 1950, vertiam para o plano discursivo todo um esquema de classificação e de compreensão do mundo político e social que há muito circulava entre esses indivíduos. Nesse sentido, nas dependências da ESG formulara-se um vetor discursivo unificado para o até então disperso repertório de representações e práticas políticas partilhado por esses agentes.

Num segundo momento, empreende-se aqui uma breve panorâmica das contendas políticas que mais abalaram o Exército na década de 1950 e no início da seguinte. Maior ênfase será dada às acirradas eleições para a diretoria do Clube Militar de 1950 e 52 e à candidatura derrotada de Juarez Távora para a presidência da república, cujos desdobramentos se estendem até a “novembrada”. As posições assumidas na intensa luta política desse período são indicadoras do leque de disposições para a ação política partilhado pelo generais de 1964 e operam conforme o repertório de ação descrito no capítulo 1. Ao mesmo tempo, esse engajamento nos embates políticos em favor da Cruzada Democrática, da abertura da exploração do petróleo ao capital internacional, da oposição golpista a Getúlio Vargas e ao seu principal herdeiro político – João Goulart –, operou como um importante rol de experiências para o reforço dos laços de solidariedade e de identidade desse grupo, de maneira que, para eles, as lutas políticas tiveram um caráter constitutivo, unificando o discurso e sedimentando as formas por eles consideradas legítimas de se pensar e de fazer política de modo que atualizaram velhos laços de “camaradagem” e estabeleceram novas alianças importantes

para as sucessivas conspirações que redundaram na derrubada do governo João Goulart. Argumenta-se que as lutas políticas que dividiram o Exército Brasileiro – e o próprio grupo aqui estudado – foram configurando, sobretudo entre 1961 e 1964, uma progressiva convergência de maneira a posicionar esses atores na linha de frente do movimento golpista de 1964. Cada vez mais o engajamento político dos generais de 1964 se dava a partir da visão de que as vitórias políticas coalizão PSD-PTB eram decorrência da imaturidade do eleitorado brasileiro, das manipulações dos políticos profissionais ou da infiltração comunista.

Num terceiro momento se investiga as articulações entre a ESG, a ECEME e os estados-maiores sediados no Rio de Janeiro como um espaço de circulação privilegiada dos agentes que, por ocasião de seu forte engajamento político contrário aos presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, foram mantidos longe do comando de tropas. A formação desse circuito, de onde brotou o principal foco da conspiração militar de 1964, permitiu a conversão do revés de não se ter comando de tropas no trunfo de se estar à frente da burocracia e das instituições de ensino superior do oficialato. Desse modo, era revalidado o crédito e o prestígio de lideranças “intelectuais” como Castelo Branco e o grupo que saíra enfraquecido em 1955, e que sofrera uma nova derrota em 1961, garantia os meios para permanecer conspirando.

3.3.1 A formulação doutrinária na ESG

Juntamente com o “método”, abordado no capítulo 2, a doutrina constitui o alicerce dos estudos e dos saberes que a Escola Superior de Guerra consagra. Os “princípios gerais”, sistematizados no documento de 1949 por Idálio Sardenberg, e os

“conceitos básicos” (Objetivos Nacionais, Poder e Potencial Nacional, Antagonismos, Conceito Estratégico Nacional, etc.) que estão codificados nos Manuais da ESG, constituem a Doutrina de Segurança Nacional. A “metodologia” que orienta a sua aplicação em favor da segurança nacional é o que Juarez Távora chamou de “Planejamento para a Segurança Nacional”.²⁶³ Não se pretende aqui analisar a Doutrina de Segurança Nacional propriamente dita ou a sua exaustiva plêiade de conceitos, mas as condições de sua formulação nos anos 1950 e a importância dessa experiência para a formação e para o engajamento político gerais de 1964.

De forma bastante sintética, pode-se afirmar que a DSN articulava segurança nacional e desenvolvimento no sentido de maximizar o desempenho econômico nacional e de minimizar as clivagens e dissensos internos num cenário em que imperava a crença na inevitabilidade do confronto leste-oeste e na sistemática “infiltração” comunista. Seu discurso tendia a submeter praticamente todas atividades do Estado e, eventualmente da sociedade, à lógica da mobilização contra o comunismo – que poderia ser identificado não apenas nos movimentos sociais de maior ou menor inspiração socialista, mas no polo nacionalista das Forças Armadas e nas lideranças populistas nacionais. À frente do Estado deveria estar a “inteligência esclarecida” de uma elite capacitada a por em prática a “metodologia” esguiana anteriormente comentada.²⁶⁴

A formulação da doutrina, muito mais que a dita metodologia, estavam em sintonia com as formulações a respeito da “guerra revolucionária” feitas na França dos anos 1950 e nos Estados Unidos dos anos 1960. Conforme Raoul Girardet, após a derrota na Indochina, os militares franceses começaram a estudar a guerra

²⁶³ TÁVORA, Juarez. *Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e interrelações*. Rio de Janeiro: ESG, 1953. p. 16. A-01-53.

²⁶⁴ Para exposições e sistematizações da Doutrina de Segurança Nacional, ver COUTO E SILVA, Golbery. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955. e TÁVORA, J. 1953. Op. cit. Para as principais análises acadêmicas, ver STEPAN, A. Op. cit. 179s, OLIVEIRA, E. 1976. Op. cit. p. 29 e 34, e ROCHA, M. Op. cit. p. 50ss. Recentemente o tema voltou a ser objeto de estudos, ver: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge

revolucionária e passaram a afirmar que o maior perigo para as democracias liberais não residia nas Divisões do Exército Vermelho, mas na “expansão e penetração de uma ideologia política e de um messianismo revolucionário”. Entre 1954 e 1958 o tema foi objeto de vários estudos publicados nas revistas militares francesas e passou a integrar a formação dos oficiais do exército. Girardet enfatiza ainda que, “Partilhando do princípio de uma luta permanente, total e multiforme, os teóricos da guerra revolucionária insistiam obrigatoriamente na necessidade de ampliar e de renovar a noção de defesa nacional.” O que supunha, como nas formulações da ESG brasileira, a mobilização constante da sociedade para fazer frente à ameaça subversiva e um papel muito mais amplo para as Forças Armadas; afinal essa literatura militar francesa creditava a sua derrota na Indochina justamente ao fato de o seu exército “não ter feito política”.²⁶⁵ Ou seja, por ter percebido apenas a dimensão militar do conflito e ignorado a sua dimensão ideológica.

Nos Estado Unidos, especialmente após a revolução cubana, temas como contra-insurgência e segurança interna pautaram as suas relações com as Forças Armadas latino-americanas. Nos programas de “ação cívica”, os exércitos da região foram pelos Estados Unidos incentivados a agir no sentido de “pacificar” o campo, engajando-se na construção de estradas e projetos de irrigação. Pretendia-se, com isso, estabelecer uma ligação entre os militares latino-americanos e a população que permitisse restringir o espaço de ação dos radicais e desenvolver a infra-estrutura dos países da região.²⁶⁶

(org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁶⁵ GIRARDET, Raoul *La crise militaire française*. Aspectes sociologiques et ideologiques. Librairie Armand Colin, 1964. p. 176ss.

²⁶⁶ RABE, S. Op. cit. p. 128 e 130. A temática da guerra revolucionária se generalizava nos meios militares dessa época, exemplo disso é a publicação brasileira de OLIVEIRA, Hermes de Araújo. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Bilbiex, 1965, obra de um oficial português editada pela primeira vez em 1960 em Lisboa. No Brasil, o líder udenista Bilac Pinto, que havia freqüentado a ESG, empregou a guerra revolucionária como arma discursiva na sua feroz campanha contra o governo Goulart entre 1963 e 64, ver PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

Um aspecto importante na doutrina da ESG é que, apesar da projeção de alguns indivíduos e da aura de ideólogo que se criou em torno de Golberi do Couto e Silva, a sua formulação foi um processo coletivo e, para uma instituição militar, um tanto caótico. Além da presença direta de militares norte-americanos e da forte inclinação para incorporar influências daquele país, a estruturação da Doutrina de Segurança Nacional contou com a contribuição de estagiários e de conferencistas externos à ESG. Todavia, ela foi obra do corpo permanente da Escola que, conforme pode ser observado mais adiante no quadro 3.4, uma parte dele lá permaneceu um longo período durante a década de 1950. Nos primeiros anos, os membros do corpo permanente da ESG procuraram apreender, por diversos meios, toda uma gama de saberes por eles considerados relevantes para a formulação doutrinária e para a estruturação dos cursos. Essa dinâmica assistemática evitou que a elaboração doutrinária fosse uma simples importação daquilo que era produzido nos Estado Unidos ou uma atualização de formulações mais antigas como as de Góes Monteiro. Na prática, garantiu que uma série de elementos que compunham os seus princípios de representação e de classificação do mundo que estavam aparentemente dispersos discursivamente fossem paulatinamente articulados de forma coerente com os objetivos da ESG e com a formação e experiência dos agentes. Essa dispersão é bem ilustrada pelo depoimento de Antônio Carlos Murici:

Tínhamos que preparar o currículo do ano de 1953 e estávamos embaraçados. As idéias estavam dispersas, desconexas. (...) A conjuntura estava evoluindo lentamente e chegávamos [a] formulação quase empírica do conceito de estratégia. (...) Não tínhamos doutrina, já tínhamos sabido formular o conceito estratégico, a conjuntura estava ali e ninguém sabia o que era planejamento.²⁶⁷

O caráter coletivo desse processo transparece, novamente, no depoimento de Murici a respeito do processo de formulação do conceito de estratégia, no qual as

“idéias dispersas” vão sendo, gradativamente articuladas e codificadas doutrinariamente:

...o assunto foi sendo estudado em 1951, pelo Cordeiro; em 1952, pelo general Ribas; em 1953, pelo Golberi; em 1954, pelo Domingos e em 1955, por mim. Cada um foi botando um tijolo. Dessa maneira, no fim de algum tempo, o estudo de áreas estratégicas estava mais ou menos bem equilibrado, conhecido e, principalmente, com muitas idéias. Aí entra também o debate do ano anterior. Os debates enriquecem a conferência que vai ser feita no ano seguinte. Dentro disso, a doutrina vai melhorando, ano a ano (...).²⁶⁸

Essa dinâmica era possível porque o recrutamento dos estagiários e, sobretudo, de oficiais que compunham o corpo permanente da recém criada Escola se dava num universo social e político relativamente estreito e significativamente convergente em termos de formação, de experiências e de afinidades políticas. Desde o início os estagiários tinham que preencher alguns requisitos que faziam com que o seu recrutamento fosse bastante restrito. Os estagiários deveriam ter pelo menos 35 anos, ser indicados por um ministério ou entidade, possuir curso superior ou equivalente e não possuir antecedentes que, no entendimento do EMFA, atentassem contra a segurança nacional.²⁶⁹ Essas restrições, somadas à duração de um ano do curso, entrecortado por viagens a diferentes pontos do país, ajudam a entender porque a maior parte de civis que freqüentaram a ESG eram oriundos do serviço público e nem sempre eram quadros potencial ou realmente influentes no escopo da elite brasileira.²⁷⁰ Entre os oficiais do corpo permanente, a conjuntura política fez com que praticamente só aqueles identificados com o polo antivarguista ou com o intervencionismo controlador se integrassem ao grupo da chamada *Sorbonne*. Nesse aspecto o depoimento de Murici é mais do que claro:

²⁶⁷ Depoimento de Murici ao CPDOC, p. 255.

²⁶⁸ Idem, p. 269.

²⁶⁹ BARROS, A. Op. cit. p. 182.

Do ponto de vista político, havia quase um **consenso**, uma unidade no corpo permanente. Com poucas exceções de um ou dois, a maioria estava toda pensando da mesma maneira, o que se compreende, porque a escolha do pessoal do corpo permanente [era] feita pelo comandante da escola. Ele não iria escolher um elemento com o qual divergisse, pelo menos profundamente. Dessa maneira, **nunca houve um corpo estranho dentro da escola.**²⁷¹

Os agentes que fizeram a ESG, e sua doutrina, não criaram uma ideologia ou estrutura de pensamento novos, eles atualizaram para os tempos da Guerra Fria todo um repertório de classificação e de representação do mundo político e social que, como se procurou demonstrar nos capítulos anteriores, há muito circulava no meio militar brasileiro. A diferença, contudo, é que não se tratava mais de um esforço personalizado, como a “doutrina Góes Monteiro”, ou de uma atitude complexa, porém difusa, bastante difundida no Realengo, de desconfiança face aos políticos e de crença na superioridade moral dos militares e na conseqüente legitimidade de sua ação política extra-militar. Tratava-se agora de uma doutrina elaborada em conjunto por diferentes indivíduos (estagiários, conferencistas e, sobretudo, os quadros do corpo permanente) que contava com uma instância escolar de legitimação e consagração de seu saber “técnico e objetivo”.

A forma coletiva e um tanto desordenada com que se formulou a DSN, o limitado universo intelectual de que dispunham e os critérios de seleção no recrutamento de quadros, sobretudo do corpo permanente, fez com que as formulações não fossem muito mais do que a expressão dos princípios de representação e de classificação do mundo já sedimentado nesses mesmos agentes. A doutrina e seu método emergiam das leituras e discussões dos primeiros tempos da ESG como um consenso quase natural entre os seus formuladores. Ao mesmo tempo que derivava de

²⁷⁰ Para a origem dos estagiários, ver os levantamentos já citados de Vanda Costa e os comentários de BARROS, A. Op. cit. p. 188ss.

formas de pensar há tempos consolidadas, essas formulações eram definidoras de novos discursos e ações, pois sua repetição doutrinária operava como um elemento de reforço das posições defendidas pelo grupo criador da ESG e de disposições para engajamento político num viés autoritário específico. A sua codificação, empreendida em meados dos anos 1950, se deu em meio a um período de intensa radicalização e atuação política desses agentes (eleições no Clube Militar, Manifesto dos Coronéis, Manifesto dos Generais, campanha eleitoral de Juarez Távora e “novembrada”) de modo que era tanto influenciada quanto operava como um código unificador dos discursos empregados na luta política dos agentes que partilhavam dessa experiência e, assim, na construção do sentido a respeito do mundo e dos embates em que estavam engajados.

3.3.2 Lutas políticas e os generais de 1964

Ao longo da década de 1950 o grupo dos generais que protagonizou o golpe de 1964 engajou-se profundamente nas contendas políticas que marcaram a “divisão” das Forças Armadas e que, em última instância, estabeleceram os contornos do sistema político brasileiro que vigorou entre 1945 e 1964. O primeiro e politicamente mais notório espaço de disputa entre as coalizões que se batiam no interior das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi o Clube Militar. A associação, fundada em 1887 por oficiais republicanos e positivistas, oscilava entre períodos em que se dedicava prioritariamente a assuntos recreativos ou corporativos e outros marcados por um forte engajamento político que fazia jus aos seus fundadores. Durante o governo Dutra o Clube Militar foi uma das arenas na qual se confrontaram defensores e opositores ao

²⁷¹ Depoimento de Murici ao CPDOC. p. 263, grifos meus.

monopólio estatal do petróleo no Brasil, o que acabou definido, grosseiramente falando, as duas forças que na década seguinte iriam disputar a direção do Clube, os “nacionalistas”, que desde 1952 disputavam as eleições à frente da Chapa Amarela e a “Cruzada Democrática”²⁷², compondo a Chapa Azul.

Sem entrar no detalhamento das lutas em si e de suas múltiplas conjunturas, o que se pretende aqui é demonstrar o caráter constitutivo desses embates para a consolidação do grupo aqui chamado de generais de 1964 e para a consolidação de seus repertórios de ação e de representação política. Este último, justamente nesse período estava sendo codificado doutrinariamente por uma fração desses agentes nas dependências da ESG. A radicalização política desse período mobilizou até aqueles agentes que vinham investindo em carreiras até então circunscritas à esfera militar, como Castelo Branco, que integrou duas chapas derrotadas nas eleições do Clube e, no campo oposto, Henrique Teixeira Lott, que protagonizou o “golpe preventivo” de 1955 e lançou-se candidato à presidência da República em 1960. Mais uma vez os depoimentos e as percepções sobre os eventos ali relatadas são fonte privilegiada para que se compreenda esse processo de formação e o perfil de ação política que vêm constituindo as trajetórias dos 24 militares aqui estudados.

Com uma plataforma ancorada não só na defesa do monopólio estatal do petróleo, mas também na defesa do aumento de salários dos militares e de uma nova lei de promoções, a chapa de Estilac Leal e Horta Barbosa venceu com relativa folga as

²⁷² Emprega-se aspas nessas designações porque se trata da nomenclatura auto-atribuída pelos agentes no confronto, que era marcado também por uma guerra discursiva na qual o primeiro grupo designava o segundo como sendo “entreguista” e estes tachavam seus oponentes de “comunistas”. Tanto Peixoto quanto Martins Filho procuram precisar melhor os contornos dessas facções e perceber ali coalizões mais complexas, e por vezes fluidas, que blocos monolíticos que o discurso da época dava a entender. Ver PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, A. Op. cit. p. 108s. e MARTINS FILHO, J. 2003, p. 114 e 121.

eleições para a diretoria do Clube de maio de 1950.²⁷³ Essa vitória abalou os segmentos mais conservadores das Forças Armadas por dois motivos, primeiro porque no segundo semestre daquele ano Vargas fora eleito presidente da República e escolheu para ocupar o Ministério do Exército justamente Estilac Leal, fortalecendo de forma significativa a corrente nacionalista do Exército. O segundo motivo decorre do fato de a nova diretoria do Clube ter imprimido, especialmente à sua revista, uma forte orientação nacionalista, discutindo os temas sensíveis do momento como a questão do petróleo, da guerra da Coreia e das relações com os Estados Unidos. Ao tempo em que o Clube Militar assumia nova conotação política, permitindo às correntes das Forças Armadas “dar a conhecer à opinião pública seus pontos de vista e, assim, influenciar o processo político e os grupos e partidos civis,”²⁷⁴ o segmento em torno do qual se alinhava o grupo de generais de 1964 se vira aliado tanto do Clube quanto, a partir de janeiro do ano seguinte, do Ministério. A reação foi, por isso, imediata e intensa.

No apagar das luzes de seu governo, Dutra e Canrobert Pereira da Costa, ministro do Exército, transferiram para regiões distantes do Rio de Janeiro os membros da diretoria do Clube Militar. Nelson Werneck Sodré, que estava à frente da Revista do Clube Militar, narra em suas memórias que, antes da transferência, recebera inúmeras formas de pressão, que variavam desde as “visitas amistosas e tentativas de persuasão” até ameaças quanto a sua carreira, que começaram a se configurar com a “deterioração” da sua situação na Escola de Estado Maior.²⁷⁵ Depois da posse de Vargas, o combate às posições ocupadas pelos nacionalistas no Exército e ao governo pautou o engajamento dos futuros generais de 1964. O discurso difundido na época pelos agentes, e em seus

²⁷³ SODRÉ, N. 1988, p. 51s. A chapa derrotada era encabeçada por Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior e a integravam também os então coronéis Castelo Branco, Ademar de Queirós e Nelson de Melo e os tenentes-coronéis Sisenio Sarmiento e Jurandir Mamede.

²⁷⁴ PEIXOTO, Op. cit. p. 89.

²⁷⁵ SODRÉ, N. 1988, p. 33s.

depoimentos posteriores, era que o Clube Militar, na mão do nacionalistas, tornara-se “um centro de agitação socialista” e que a derrota de Cordeiro de Farias, que então comandava a ESG, para Estilac Leal representava a existência de uma “maré crescente comunista”.²⁷⁶ O cenário de Guerra Fria e a identificação de Vargas com a mobilização popular, e esta com o comunismo, ajudou a formulação e difusão da idéia de que as teses nacionalistas de reservas quanto ao alinhamento internacional com os EUA e de defesa do monopólio estatal do petróleo eram uma “confusão premeditada” que tinha como objetivo

atrair para o credo moscovita os cidadãos que não dispunham de capacidade de isenção para discernir entre os verdadeiros interesses econômicos do Brasil e a propaganda política feita habilmente em nome deles.²⁷⁷

Este apelo mostrou-se bastante eficiente na mobilização para a ação política entre militares e para legitimar os mais variados meios empregados nessa ação. Intensificar o contra-ataque e retomar as posições perdidas, inicialmente no Clube e depois no governo, era o móvel do engajamento político desses agentes, pois como assinalou Murici, o Clube Militar

...era uma cátedra. [E] era utilizado pelos comunistas para difusão de idéias de esquerda. [Da] mesma maneira que os esquerdistas tinham esses órgãos, nós precisávamos ficar de posse deles, para manter as idéias democráticas e, principalmente, para impedir que os esquerdistas fizessem o seu proselitismo.²⁷⁸

Assim, sucessivas ações foram empreendidas para desmoralizar a direção do Clube e, por conseqüência, o ministro; até que no início de 1952 foi fundada a Cruzada Democrática, organização destinada a coordenar a campanha para a retomada do Clube Militar nas eleições de maio. Os candidatos que encabeçavam a chapa, agora designada

²⁷⁶ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit. p. 437 e depoimento de Murici ao CPDOC, p. 283.

²⁷⁷ TAVARES, L. 1976. p. 307.

²⁷⁸ Depoimento de Murici ao CPDOC, p. 274.

Azul, eram Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo. Cordeiro de Farias coordenou a campanha e a coleta de fundos, que, graças a pecha de comunista imposta aos nacionalistas, garantiu fartos recursos para financiar a campanha.²⁷⁹ A Cruzada Democrática foi eficiente também em catalisar em torno de si toda a oposição militar a Vargas e obteve apoio decisivo de lideranças militares como Góes Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Fiúza de Castro além é, claro, dos membros do grupo aqui estudado como Juarez Távora, Eduardo Gomes e Canrobert. Em seu manifesto, distribuído pelos canais oficiais do Exército, defendia que fossem “proscritas do clube Militar de maneira absoluta: as atividades que afetem a Ordem e a Segurança interna e os compromissos internacionais da Nação Brasileira; as atividades que possam ser exploradas num sentido político-partidário (...) e as pressões indébitas, quer sobre a opinião pública, quer sobre os poderes constituídos.”²⁸⁰

As eleições processaram-se em duas fases, primeiro nas demais regiões e depois no Rio de Janeiro. Conforme Sodré, que participou ativamente do pleito, quando os membros da Cruzada Democrática perceberam que havia risco de serem derrotados novamente, passaram a empregar sistematicamente o terror, prendendo, mantendo incomunicáveis e torturando simpatizantes da chapa nacionalista, acusando-os de comunistas e coagindo os demais oficiais das três armas. Até oficiais das comissões eleitorais de regiões em que predominavam os votos da Chapa Amarela foram presos e os votos por eles colhidos descartados. O uso das cadeias de comando superiores, vinculadas ao Estado-Maior do Exército foi sistemático, de modo que vários inquéritos foram iniciados com o objetivo de intimidar ou de neutralizar simpatizantes e membros da Chapa Amarela e, quando a sua condução não era favorável à Cruzada Democrática, seus promotores eram afastados por oficiais bem posicionados na hierarquia, como por

²⁷⁹ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., 436. E também SMALLMAN, S. Op. cit. p. 398.

exemplo, o então coronel Amaury Krueel. O emprego destes meios garantiu à Chapa Azul uma expressiva vitória, Etchegoyen e Melo contabilizaram 8288 votos, enquanto Estilac Leal e Horta Barbosa apenas 4489.²⁸¹

Uma vez reconquistado o Clube, os oficiais da Cruzada Democrática trataram de despolitiza-lo, ou nas palavras de Cordeiro de Farias, o Clube voltava “ao seu leito normal”. Nas entrevistas dadas à imprensa da época Etchegoyen, depois de eleito, recusava-se a responder questões sobre o pleito ou sobre os temas que mobilizaram o Clube até então. Enquanto oficiais nacionalistas ainda estavam presos nos quartéis, a nova diretoria comemorava sua vitória com um baile de debutantes...²⁸²

O emprego sistemático da violência nas eleições do Clube Militar como estratégia exitosa constituiu uma experiência de grande importância para os agentes aqui em foco, agrupados em torno da Cruzada Democrática. A intensa luta que marcou essa eleição reforçou os laços de identidade e de lealdade entre os membros do grupo que, de um lado circulava num espaço social e institucional bastante específico e marcado pela distinção de postos de chefia no Estado-Maior, na Escola de Comando e na ESG – naquela época todos concentrados entre a Urca e a Praia Vermelha –, de outro sabiam da força e do apelo que as posições de seus adversários representavam. Ao fazer de seus adversários inimigos – internos –, o grupo de oficiais que costurou a coalizão da Cruzada Democrática e que manteve-se articulado e conspirando quase que ininterruptamente até 1964 atualizava e reforçava o perfil autoritário de suas posições assumidas na luta política. O anticomunismo passava a operar como a senha para ativar as antigas disposições para o engajamento político. Quanto ao padrão desse intervencionismo, Smallman assinala que esses oficiais

²⁸⁰ Apud, SODRÉ, N. 1976. p. 327s.

²⁸¹ SODRÉ, N. 1976. p. 330ss.

²⁸² SMALLMAN, S. Op. cit. p. 400.

dependiam crescentemente da violência extralegal, eles acabaram por se dar conta de que esse instrumento também poderia impor suas opiniões políticas aos civis. Da mesma forma a repressão evoluiu de um instrumento para modelar a política militar para um instrumento que permitia aos militares influenciar a sociedade brasileira.²⁸³

Em 1954 as Forças Armadas tornaram-se novamente o epicentro de sucessivas crises políticas que deterioraram a capacidade de ação do governo Getúlio Vargas a ponto de culminar no suicídio do presidente em 24 de agosto. Ainda em fevereiro desse ano, 81 coronéis e tenente-coronéis assinaram um documento conhecido como *manifesto do coronéis*. Seu conteúdo criticava o esperado aumento de 100% do salário mínimo (que acabou sendo anunciado pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, também em fevereiro), criticava ainda o descaso do governo quanto ao que considerava ser a necessidade de melhores salários e verbas para o Exército e denunciava que essa “desmoralização” – na qual os ganhos de um segundo-tenente se equiparariam ao de um trabalhador sem curso superior – tornaria o Exército mais suscetível à “infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político, semeador de intranqüilidade e de conflitos”.²⁸⁴ Dos generais de 1964 que à época ainda eram coronéis, oito deles assinaram o documento que desencadeou a crise que derrubou dois ministros e que gerou uma tensão entre os generais antivarguistas (como Juarez Távora e Cordeiro de Farias) e esses oficiais mais novos que, segundo seus superiores, comprometiam a “unidade” do Exército ao passar por cima da hierarquia. Apesar da reação dos oficiais generais, o *manifesto dos coronéis* já demonstrava que, no Exército, a oposição antivarguista e que a atitude de severa crítica a João Goulart e às políticas sociais não estavam mais restritas apenas ao grupo da Cruzada Democrática.

As tensões durante o segundo governo Getúlio Vargas foram crescentes. Com inflação em alta, dependência de empréstimos de curto prazo para cobrir déficits no

²⁸³ SMALLMAN, S. Op. cit. p. 401.

balanço de pagamentos, greves e mobilizações populares, pressões internacionais e uma forte oposição da UDN (que nem as estratégias de cooptação como o convite estendido – e aceito – a Juraci Magalhães para presidir a Petrobrás foram capazes de dirimir), as crises e reformulações no ministério eram frequentes. Era cada vez mais vulnerável a posição do governo.²⁸⁵ Em agosto, a morte de um oficial da Força Aérea que fazia a segurança pessoal do mais inflamado opositor a Vargas, Carlos Lacerda, detonou uma nova crise. Conforme as investigações conduzidas pela FAB começaram a apontar que se tratava de um atentado contra Lacerda que teria partido da guarda pessoal do próprio Vargas, diversos setores da oposição civil e da alta oficialidade das Forças Armadas pressionaram pela renúncia do presidente. Em 22 de agosto o Marechal Mascarenhas de Moraes, antigo comandante da FEB, entregou pessoalmente a Vargas o *manifesto dos brigadeiros* que, contando com apoio de outros oficiais gerais do Exército demandava a renúncia do presidente. No dia seguinte, 27 generais lançaram um manifesto exigindo a renúncia de Vargas. Convergiam em torno desse documento elementos expressivos de variadas correntes como Juarez Távora e Canrobert, Peri Beviláqua e Machado Lopes e até Henrique Teixeira Lott.²⁸⁶ O desfecho da crise é mais do que conhecido, uma vez que Vargas cumprira a promessa de não sair com vida do Palácio do Catete.

Outro processo tomado aqui como exemplar para a compreensão das experiências que caracterizam o grupo e que operaram como um reforço na sua coesão e na sedimentação de um perfil geral de ação política convergente, foram as conflituosas eleições de outubro de 1955. Seus desdobramentos na arena política estenderam-se pelo mês de novembro e, com a decretação do estado de sítio, até a posse dos eleitos em 31

²⁸⁴ O manifesto ou “Memorial dos Coronéis” está reproduzido em CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. I-Documentos. Rio de Janeiro: Difel, 1980. p. 556ss.

²⁸⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 173.

de janeiro de 1956; já na esfera militar, estenderam-se por todo governo de Juscelino Kubitschek.

Depois do suicídio de Vargas as forças políticas mais conservadoras passam a ocupar os postos chave no governo Café Filho e, junto com elas, as frações do oficialato mais ou menos identificadas com a Cruzada Democrática e francamente contrárias à corrente “nacionalista”. A intensidade da mobilização popular e as posições conquistadas nas eleições legislativas e estaduais de outubro de 1954 pelas forças que reivindicavam o legado de Vargas indicavam que o quadro político seria ainda, por bastante tempo, muito polarizado. Ao longo do primeiro semestre de 1955 se desenrolaram as negociações para a composição das candidaturas que somente três meses antes das eleições se definiram com as seguintes composições: Juscelino Kubitschek e João Goulart (PSD-PTB), Juarez Távora e Milton Campos (PDC-UDN-PSB-PL e dissidências do PSD) Ademar de Barros e Danton Coelho (PSP) e Plínio Salgado (PRP).

O pleito foi marcado pela fragmentação das forças antivarguistas e, conforme a vitória da aliança PSD-PTB foi se delineando, pelo golpismo das forças que já anteviam a sua derrota, particularmente das lideranças da UDN. Na contagem final, Kubitschek obteve aproximadamente 36% dos votos, Távora 30%, Barros 24% e Plínio Salgado 8%.²⁸⁷

A candidatura de Juarez Távora, então Chefe da Casa Militar de Café Filho, foi marcada pela ambigüidade desde o começo, lançada e retirada duas vezes até que, de fato decolou em julho. A efetivação de seu nome se deu, porém, às custas da candidatura de Etelvino Lins que contava com o apoio de Cordeiro de Farias, eleito governador de Pernambuco no ano anterior, e que pretendia ser aquela uma candidatura

²⁸⁶ SKIDMORE, T. Op. cit. p. 179.

²⁸⁷ CARONE, Edgard. *A República Liberal*. (1945-1964). II-Evolução política. Rio de Janeiro: Difel,

de consenso nacional. A campanha de Távora acenava com o discurso moralista e familiar da UDN e da democracia cristã e, embora se comprometesse com “manutenção e aperfeiçoamento da legislação trabalhista”, sustentava um discurso bastante tímido na área econômica, enquanto Juscelino falava em aceleração da industrialização do Brasil.²⁸⁸ Ao menos em suas memórias, Juarez Távora procurou fundamentar a sua plataforma nas formulações da ESG como sendo a metodologia “racional e objetiva” que lhe permitiria planejar a sua estratégia de campanha:

O núcleo das idéias, a que me propunha expor ao povo brasileiro, dimanava da análise objetiva de fatores permanentes e conjunturais de nossas realidades políticas, econômicas e sociais, com que me familiarizava durante quase dois anos de comando da Escola Superior de Guerra. Sua afirmação deveria fazer-se mediante cuidadoso planejamento, que, partindo da dupla avaliação objetiva das necessidades nacionais e dos recursos disponíveis para atendê-las, estabelecesse rigorosas prioridades de execução (...).²⁸⁹

Távora invocava em seus discursos sua formação cristã e sua experiência de militar que, “interessado profundamente nos grandes problemas nacionais, estudava-os a fundo com seus companheiros de armas.”²⁹⁰ Seu slogan de campanha, *A revolução pelo voto!*, procurava fazer uso de sua trajetória *tenentista* e de revolucionário de 1930. No entanto, o desempenho do candidato e a repercussão de seu discurso eram vistos com reservas por seus próprios colaboradores. Juraci Magalhães, que coordenou a campanha de Juarez, anos depois elaborou da seguinte maneira a derrota para Juscelino Kubitschek:

O vice-rei do Norte, herói das campanhas de 30, honesto e competente, não era um político hábil. Quando subia no palanque perdia pontos. (...) Nos seus discursos, muito formais, Juarez ainda repetia velhos jargões positivistas de Augusto Comte: “A ordem por base e o progresso por fim”. Isso tudo em 1955, quando o rock ‘n roll e a calça jeans já haviam

1985. p. 103.

²⁸⁸ SKIDMORE, T. Op. cit. p. 186. Ver também o material de campanha “Juarez Távora, o tenente de cabelos brancos...” JT dpf 1954.01.02 v-8.

²⁸⁹ TÁVORA, J. 1977, v.3, p. 71.

²⁹⁰ JT dpf 1954.01.02 v-8.

modificado todo o modo de ser e de pensar da nossa população. E a UDN não dispunha, nesse tempo, de uma força eleitoral tão grande que lhe pudesse assegurar a vitória de qualquer maneira.²⁹¹

Juraci Magalhães, que em 1955 tivera a oportunidade de reencontrar velhos companheiros como Jurandir Mamede na Escola Superior de Guerra, percebia com clareza o limite da coalizão e do candidato que o seu partido, a UDN, apoiava. De fato, a UDN, até então havia perdido todas as eleições presidenciais que disputara e as suas vitórias regionais eram em parte eclipsadas pelo fato de não terem sido acompanhadas pela conquista de maiorias no poder Legislativo. O apelo às Forças Armadas – que não era restrito a escolha de militares para disputa de cargos – e as conspirações golpistas eram percebidas por diversas lideranças do partido como uma alternativa real diante do insucesso das urnas.²⁹²

Mesmo assim, Juarez Távora agregava ao seu discurso, durante e após a campanha, uma postura “legalista”, não golpista. Todavia residia justamente aí outro elemento de ambigüidade de sua candidatura e de sua posição assumida durante e depois das eleições. Desde o início da campanha defendera a tese da necessidade de uma reforma eleitoral que “moralizasse” o pleito fazendo uso de mecanismos como a cédula única e a marcação com tinta dos eleitores para que não houvesse risco de alguém votar mais de uma vez. O projeto que, acreditava-se, atingiria sobretudo os redutos eleitorais do PSD no interior, foi derrotado no Congresso. Isso permitiu a Juarez Távora astear alto a bandeira da “batalha das impugnações” junto à instância superior da Justiça Eleitoral e tentar a invalidação daqueles votos que, segundo ele e seus aliados,

²⁹¹ GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 282.

²⁹² CARONE, Edgard. *A República liberal*. I - Instituições e classes sociais (1945-1964). Rio de Janeiro: Difel, 1985. p. 303s.

teriam sido obtidos por ocasião do apoio do PCB à candidatura Kubitschek ou da “fraude, suborno e coação eleitorais.”²⁹³

Quando as lideranças da UDN levantaram a tese da maioria absoluta como mais uma estratégia para por em questão a legitimidade dos eleitos, Távora pode colocar-se numa posição “legalista” recusando a tese com o argumento de que se tratava de “mudar as regras do jogo eleitoral depois de haver jogado e perdido.”²⁹⁴ No entanto, o astuto candidato também havia declinado do compromisso proposto por Ademar de Barros ainda em outubro de, logo após a apuração do pleito, declarar a vitória daquele que obtivesse a maior votação. A bandeira das impugnações, particularmente dos votos comunistas, lhe permitia conferir a marca da imoralidade e da ilegitimidade não só aos candidatos eleitos mas ao presidente e seu vice mesmo depois de empossados.

É nesse clima exaltado em que candidatos, partidos e jornais derrotados no pleito questionavam o resultado das eleições e procuravam, por diversas vias, impedir a posse dos eleitos que se dá o conturbado e explosivo episódio do discurso do coronel Mamede no enterro do general Canrobert em 1º de novembro de 1955.²⁹⁵ Começava aí a chamada *novembrada*. Na presença de várias autoridades civis e militares, inclusive de Lott, Ministro da Guerra, Mamede lera um discurso que proclamava abertamente serem as Forças Armadas “fator de equilíbrio e de contenção ante o tumultuar dos interesses partidários” e, invocando a posição de “vigilância” dos chefes militares na marcha do Brasil rumo ao seu “ideal democrático”, formulava as seguintes questões:

²⁹³ Em sua declaração à imprensa em 5 de novembro de 1955, Juarez Távora fala abertamente na suspeita de um “plano deliberado de falsificação da vontade popular”. TÁVORA, J. 1977, v.3, p. 91.

²⁹⁴ TÁVORA, J. 1977, v.3, p. 89.

²⁹⁵ Carlos Lacerda, ex-estagiário da ESG e protagonista de sistemáticas campanhas contra Vargas e contra o varguismo publicara em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, que o governo Carlos Luz não assumira para preparar a posse de Kubitschek e Goulart e afirmara com todas as letras que “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse.” Apud SILVA, Hélio. *A novembrada*. O governo Café Filho – 1955. São Paulo: Três, 1988. p. 105.

Não será por acaso indiscutível mentira democrática, um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da Nação, uma vitória de minoria?

Não será também, por acaso, pseudolegalidade patente aquela que ousa legitimar-se pela defesa intransigente de um mecanismo adrede preparado para assegurar em toda a sua plenitude o voto do analfabeto, proibido por lei?²⁹⁶

Mamede estava na ESG desde a sua criação, o discurso, que contava com cópias distribuídas no enterro e publicado na Folha da Manhã do dia seguinte, teria sido redigido por Golberi do Couto e Silva, de modo que se tratava de mais um “pronunciamento” militar, quase a altura do manifesto dos coronéis de fevereiro de 1954, e não de um ato isolado de Mamede.²⁹⁷ Nos dias que se seguiram, Lott procurou punir Mamede por indisciplina, o presidente Café Filho licenciou-se e Carlos Luz, presidente da Câmara, após ter assumido, substituiu o ministro da Guerra. As forças políticas identificadas com o antivarguismo, dentro e fora dos quartéis, encaminhavam-se para uma posição na qual estariam em condições de sustar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Não contavam, porém, com a capacidade de articulação dos segmentos do Exército refratários às lideranças da Cruzada Democrática e não necessariamente identificados com os “nacionalistas”. Eram os chamados “legalistas” que deram o suporte de tropas que permitiu a Lott, mesmo demissionário, derrubar Carlos Luz, assegurar a posse do presidente do Senado, Nereu Ramos, e impedir o retorno de Café Filho à presidência. Com esse “golpe preventivo” uma fração importante do Exército e a aliança PSD-PTB garantiram que se realizasse a posse dos eleitos no prazo legal.

²⁹⁶ CARONE, E. 1980. p. 78.

²⁹⁷ Para a autoria do discurso, ver a apresentação de Elio Gaspari à reedição das obras de Golberi sob o título *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. p. vii.

Em 1955 o grupo aqui denominado de generais de 1964 sofreu uma dupla derrota, um de seus membros perdera as eleições por uma estreita margem de 400 mil votos e as posteriores articulações para reverter a situação, legal ou extralegalmente, apesar de todo o clima de contestação, mostraram-se fadas ao fracasso. A divisão no Exército se mostrou igualmente desfavorável ao grupo que estava também cindido, afinal Odílio Denis fora um dos principais articuladores da *novembrada* que contou ainda com o apoio de Costa e Silva em São Paulo e de Castelo Branco na ECEME. Procurando se esquivar da participação nas conspirações contra a posse de Kubitschek e Goulart, em seu depoimento Juraci Magalhães argumenta que apenas uma fração minoritária do oficialato estaria disposta a intervir nesse sentido:

Vitorioso Juscelino, a UDN não se conformou. Para falar a verdade, os udenistas viviam conspirando, visitando quartéis, e não sabiam avaliar muito bem suas possibilidades. Acreditavam que as Forças Armadas estavam contra a posse de Kubitschek só porque a Escola Superior de Guerra andara fazendo uma campanha nesse sentido. Enganaram-se.²⁹⁸

Mesmo entre o grupo aqui estudado, a divisão era significativa, dos 24 generais que em 1964 convergiram para a derrubada de Goulart, apenas 10 se posicionaram abertamente contra a posse dos eleitos em 1955. Se esse dado não chega a denotar uma certa inclinação “legalista” (uma vez que já se apontou a amplitude das carreiras políticas desses militares), ele indica uma posição um tanto refratária ao golpismo da UDN. Depois dos *pronunciamentos* do ano anterior e das conseqüências do suicídio de Vargas, boa parte desse grupo se mostrou um pouco mais cautelosa quanto a sua intervenção golpista na política, afinal uma fração importante do grupo, incluindo o próprio Juraci Magalhães eram detentores de mandatos ou de cargos na esfera política.

A derrota eleitoral de 1955 mostrou novamente a força dos partidos nascidos à sombra de Getúlio Vargas e a debilidade da UDN, e dos partidos menores que lhe eram

²⁹⁸ GUEIROS, J. Op. cit. p. 284.

próximos. Juntamente com isso, reforçou mais uma vez a descrença dos agentes aqui em foco na eficácia do voto na “imperfeita” democracia brasileira, que padecia das “manipulações” feitas por políticos movidos pelo “interesse pessoal.” A “divisão” nas Forças Armadas e o conseqüente fracasso do recurso extralegal para a conquista do poder ensejou a percepção de que era preciso trabalhar pela convergência de posições da oficialidade identificada com o intervencionismo controlador. Assim como nas campanhas pela presidência do Clube Militar, passou-se a identificar as posições nacionalistas e mais ou menos populares como sendo uma espécie antecâmara do comunismo, que por tudo se infiltrava. A senha para a superar a derrota eleitoral não era aguardar, paciente e lealmente, as próximas eleições, mas assumir a postura de guardiões da nação dispostos a intervir sempre que julgassem que a carência de “autoridade moral” de seus oponentes, então no poder, apoiasse ou facilitasse o que acreditavam ser uma crescente ameaça comunista no Brasil. Em um documento enviado a vários “chefes” militares, Juarez Távora põe-se a tecer conjecturas a respeito do governo Kubitschek e a reafirmar a posição intervencionista que as forças Armadas deveriam ocupar na política brasileira:

Mas deve interessar-nos, a todos os verdadeiros democratas, que, na hipótese de este ou outro qualquer governo legal conduzir-nos a impasses insuperáveis constitucionalmente, “estejam as Forças Armadas entendidas leal e eficientemente no sentido de evitar o pior” - isto é, que o poder vá parar nas mãos de aventureiros – sobretudo de um daqueles que, presumivelmente, nele possam transformar-se em “instrumentos conscientes ou não”, da bolchevização do país, a curto, médio ou longo prazo.²⁹⁹

Como disse Lira Tavares em suas memórias, “a legalidade tem que se ajustar à realidade”.³⁰⁰

²⁹⁹ “Esquema de ação para tentar dirimir a atual crise político-militar,” março de 1956. In: TÁVORA, J. 1977, v.3, p.228.

³⁰⁰ TAVARES, A. 1976, p. 329.

Apesar da crise que precedeu a sua posse e de dois levantes de oficiais da Força Aérea, o governo de Juscelino Kubitschek se desenrolou sem maiores contestações entre a oficialidade do Exército. O esquema montado pelo Ministro da Guerra, Enrique Teixeira Lott, deslocou para funções administrativas ou para comandos em regiões afastadas os oficiais que haviam abertamente conspirado em 1955, o que apesar de não ter eliminado as tensões políticas no meio militar, garantiu um relativo arrefecimento pelo menos até o início da sua campanha para a Presidência da República. Se a eleição de Jânio Quadros trouxe um certo alívio para os membros do grupo aqui estudado, e o seu retorno para os postos chave da hierarquia do Exército, os atos do novo presidente causavam perplexidade. A sua renúncia em agosto de 1961, imediatamente aceita pelo Congresso, desencadeou mais uma crise político-militar em torno da posse do vice-presidente João Goulart. Em 30 de agosto, os ministros militares Odílio Denis, do Exército, Silvio Heck da Marinha e Gabriel Grum Moss da Aeronáutica manifestaram a “absoluta inconveniência” do regresso ao Brasil de João Goulart que, no momento da renúncia de Quadros, estava em missão oficial à República Popular da China. A posição unilateral da cúpula militar traduzia um discurso disseminado e compartilhado por diferentes setores do Exército no qual Goulart representaria uma espécie de brecha à infiltração comunista. Questionado sobre o veto dos militares a João Goulart em seu depoimento ao CPDOC Ernesto Geisel respondera que

João Goulart (...) era, no nosso entender, um homem fraco, dominado pelas esquerdas. O que havia contra ele era a tradição vinda do getulismo com a política trabalhista. Achávamos que seu governo iria ser faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora, em detrimento do desenvolvimento do país – era a sua tendência para a esquerda. Nas Forças Armadas desde a revolução de 1935, passamos a considerar o comunismo o principal problema de segurança interna.³⁰¹

³⁰¹ ARAÚJO, M. e CASTRO, C. Op. cit. p. 141.

O veto militar acabou gerando uma forte e inesperada reação política. O Congresso não aceitou a decisão dos ministros militares e iniciou os estudos e negociações que vieram a dar na emenda parlamentarista. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola capitalizava uma intensa mobilização popular que envolvia a Brigada Militar, os meios de comunicação (a *Cadeia da Legalidade*) e que contribuiu para que o comandante do III Exército, José Machado Lopes, se posicionasse a favor da posse de Goulart. O alinhamento de Lopes, que também vinha sendo pressionado pelos “legalistas” Peri Beviláqua e Oromar Osório – comandantes de importantes guarnições no interior do Estado –, explicitou a divisão no Exército e o temor, por muitos compartilhado, de explosão de uma guerra civil caso a Constituição não fosse observada.³⁰² Desde Brasília Odílio Denis procurou contornar a situação destituindo Lopes do Comando e nomeando para a função Cordeiro de Farias que, sob a ameaça de ser preso ao chegar a Porto Alegre, não conseguiu ir além de Santa Catarina e em nada alternado o quadro. Antônio Carlos Murici, que era chefe do estado-maior de Machado Lopes e que se mantivera fiel ao veto do ministro, afirma em seu depoimento que, diante da situação, se passou então a buscar uma “solução legal” para a crise:

O Denis tinha mandado um telegrama (...) dizendo que ele estava procurando uma solução dentro da lei. Eu tinha entrado em ligação com o Golberi e ele tinha me dito que estavam procurando uma solução dentro da lei. Realmente, ninguém queria a posse do Jango. Eu não queria a posse do Jango, mas queria uma solução legal. Este era o ponto de vista: não se podia aceitar uma imposição do Brizola para uma situação que não lhe cabia solucionar.³⁰³

A solução parlamentarista, também aceita por Goulart, começava a se consolidar. Contudo, o clima de mobilização popular, a divisão nos quadros do Exército e as já citadas reservas feitas ao herdeiro do getulismo alarmou seriamente a oficialidade contrária a posse. O general Murici, que rompera definitivamente com seu superior

³⁰² SKIDMORE, T. Op. cit. p. 256ss.

durante a crise, traduziu em seu depoimento o clima de mobilização de então e como os atores aqui estudados conferiam sentido ao que se passava:

Era esse o ambiente em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, havia entrado em ação uma coisa que até então não existia no Brasil: o rádio de pilha. O rádio de pilha fazia com que todo mundo no Rio Grande, inclusive os soldados, sargentos e tenentes - oficiais de menor hierarquia - estivessem ouvindo a Cadeia da Legalidade, porque era só o que havia. Esse ambiente foi empestando no Rio Grande do Sul e eu senti, pela primeira vez, a importância do que se chama a guerra psicológica. Com a guerra psicológica, eu vi, em dois dias, o Rio Grande se transformar. O Rio Grande, que tinha metade ou mais contra Brizola, se transformou em ardoroso defensor de Brizola. Os gaúchos de todas as classes iam com as roupas típicas e revólveres na cinta, tomar chimarrão na praça pública.³⁰⁴

A guerra psicológica, conforme as formulações da ESG, era uma das etapas do desenvolvimento da chamada guerra revolucionária, que cada vez mais oficiais antivarguistas se empenhavam em convencer seus pares de que estava em curso no Brasil. A partir de então, a progressiva conjuntura de radicalização política e de anúncio de reformas políticas nacionalistas e populares seria mais e mais interpretada à luz dos esquematismos da Guerra Fria, de modo que o anticomunismo se tornaria um importante elemento de convergência entre os generais de 1964. É mais do que sintomático que as manobras realizadas em novembro de 1962 pelo IV Exército, sediado na região Nordeste e comandado por Castelo Branco, tenham tido como tema central a guerra revolucionária e os confrontos com movimentos guerrilheiros.³⁰⁵ Este exercício de grandes proporções, que envolveu tropas da Marinha e da Força Aérea, já estava muito longe das manobras clássicas que simulavam enfrentamentos entre exércitos regulares e indicava claramente a percepção compartilhada pelos agentes aqui estudados de que a verdadeira ameaça à segurança nacional estava no “front interno”.

³⁰³ Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPDOC, p. 402s.

³⁰⁴ Idem, p. 397.

³⁰⁵ DULLES, J. 1979. p. 244.

A vitória da solução parlamentarista como forma de garantir a posse de Goulart mediante a limitação dos poderes presidenciais não arrefeceu a disposição para conspirar dos membros politicamente mais atuantes dos generais de 1964. As derrotas até então colhidas, contudo, recomendavam prudência e muita articulação dentro e fora das Forças Armadas antes de uma nova investida. Vários focos de conspiração emergiam de forma mais ou menos independente em diferentes regiões do país³⁰⁶, o grupo liderado por Cordeiro de Farias, pelos irmãos Geisel, por Golberi, Mamede, Siseno e Murici acabou sendo o mais eficaz em cooptar figuras como Castelo Branco e Costa e Silva e em se articular e mobilizar setores da sociedade civil igualmente dispostos a derrubar o governo Goulart.³⁰⁷

A radicalização do quadro político nacional, marcado por uma crescente ativação dos movimentos populares urbanos e rurais, envolvendo inclusive praças e sargentos das Forças Armadas, e o endurecimento do discurso de Goulart em favor das *reformas de base*, que culminou no discurso de 13 de março de 1964, constituíram importantes elementos de convergência para os conspiradores que cada vez mais viam em Goulart o espectro do comunismo.³⁰⁸ A restauração do presidencialismo após o plebiscito de janeiro de 1963, que contou com amplo apoio da maior parte dos quadros dos grandes partidos e que contabilizou uma massiva votação, reativou velhas desconfianças dos generais de 1964 quanto aos partidos, aos “políticos profissionais” e à “verdade das urnas”. Em depoimento concedido a Hélio Silva em 1973, Odílio Denis afirmava que,

³⁰⁶ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 126ss.

³⁰⁷ As minúcias das conspirações, e seus dissensos e contradições, são relatadas nos depoimentos e memórias já citados, ao qual deve-se agregar o diário e depoimento de Mourão Filho publicado por Hélio Silva em MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978. As eficientes articulações civis-militares estão amplamente expostas e fartamente documentadas em DREIFUSS, R. Op. cit.

³⁰⁸ Para uma análise mais detalhada do período, ver BANDEIRA, M. 1978., SKIDMORE, T. 1976 e FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil republicano*. O tempo da experiência democrática. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

depois da volta do presidencialismo, o governo Goulart “marchava a toque de caixa” para o regime sindical e, por isso, pregava o general que:

Falhando os partidos políticos na compreensão do perigo comunista, para o qual o Brasil caminhava, não acreditando primeiramente na conveniência do impedimento e depois repudiando o poder que tinham nas mãos, com o parlamentarismo, era preciso que os militares comesçassem a agir. (...) Se os partidos políticos não queriam ou não podiam defende-la [a democracia] cabia aos militares evitar que o país caísse nas mãos do totalitarismo da esquerda.³⁰⁹

Para Juraci Magalhães, cuja extensa carreira de político e dirigente partidário lhe impunha reservas em desqualificar a classe política, o que mobilizaria e legitimaria a intervenção era a ativação dos movimentos populares e a conseqüente ruptura da “ordem”. Para o ex-governador da Bahia, com a retomada do presidencialismo em 1963

...Goulart começou a permitir que seus correligionários extremamente radicais iniciassem no país uma onda de agitações. Criaram as Ligas Camponesas no nordeste, invadindo usinas, queimando canaviais, desorganizando a economia em nome de um projeto social reformador que nunca chegou a se definir.³¹⁰

O temor da mobilização popular e, em especial de sargentos e praças, foi um fator importante para reverter posições de antigos apoiadores da posse de João Goulart em 1961. É o caso de Peri Beviláqua que em setembro de 1963 divulgou uma dura nota condenando os sargentos que em Brasília haviam se insurgido contra a decisão do STF, que vedava a elegibilidade de praças e suboficiais, e caracterizando as parcelas mais radicais do movimento sindical como

Ajuntamentos ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da democracia [que] se apresentam sob títulos esdrúxulos: CGT, Pacto de Unidade e Ação, Fórum sindical de Debates, com a veleidade de se erigirem em um superpoder da República (...).

E continua o general que então ocupava o comando da II Região Militar, em São Paulo:

³⁰⁹ SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978. p. 202.

³¹⁰ GUEIROS, J. Op. cit. p. 309s.

Mas o pretense poder sindical não atura harmonia, não reconhece freio nem contrapesos, não enxerga limitações em sua nefanda tarefa (...) desesperada em alcançar o poder político. Os meios para tanto pouco lhes importa: parar a produção nacional, golpes na economia do país; abusos da ingenuidade ou falta de esclarecimentos de algumas pessoas, violência, pressão, desacato – prejuízos que trazem miséria.³¹¹

É justamente em meio a este cenário que Castelo Branco assume em 14 de setembro a chefia do Estado Maior do Exército. Em seu discurso de posse, faz questão de frisar que o Exército, como instituição permanente, deve garantir a soberania nacional e denuncia que

Há reformadores oportunistas que querem substituí-la, por meio de um solapamento progressivo e anti-nacional, e instituem o exército popular, um arremedo de milícia, com sua ideologia ambígua, destinado a agitar o país com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e motins a vida do povo.³¹²

A convergência dos discursos e dos posicionamentos políticos era crescente. A experiência compartilhada entre os agentes no engajamento nas conspirações e lutas políticas acima descritas e a sistematização doutrinária por eles produzidas na ESG em meio a primeira fase dessas lutas cristalizou as suas percepções sobre o mundo político e social e o perfil de sua ação política a partir de então. Os saberes, discursos referências e atitudes difusos, porém convergentes, que constituíam os princípios de classificação do mundo e de formação das suas disposições para agir ganhavam agora uma formatação doutrinária explícita e unificada. Essa experiência lhes mostrou também o que acreditavam ser o limite da “mentira democrática” no qual uma população inculta era sempre passível de “manipulações” esquerdistas que impediam a vitória eleitoral do “verdadeiro nacionalismo” e que abriam brechas para a “infiltração” comunista – tema cada vez mais presente em suas falas. Além disso, lhes reforçou a crença, já antiga, na eficácia do emprego de métodos violentos e extralegais na conquista de posições

³¹¹ A nota está reproduzida em FICO, C. Op. cit. p. 262ss.

³¹² Arquivo Castelo Branco – ECEME Pasta G1.

políticas. Nesta conjuntura de crescente radicalização os diferentes perfis de engajamento político dos generais de 1964 convergiam em torno dos conspiradores, sempre mais dispostos à ações extralegais.

3.3.3 Espaços institucionais de articulação política

A comparação das trajetórias dos agentes, feita à luz das lutas políticas daquele período, permitiu que se identificasse a configuração de um espaço social específico no interior do Exército Brasileiro. Tratava-se de uma rede de relações, marcada pela afinidade política, estendida por oficiais dispersos entre o EME, a Escola de Comando e a Escola Superior de Guerra, com derivações para o EMFA, o Estado-Maior da Primeira Região Militar e para o Instituto Militar de Engenharia.

Na configuração desse espaço de articulação, a vinculação às instituições de ensino superior do oficialato do Exército era um elemento chave. O quadro 3.3 ilustra a quantidade considerável de funções na área do ensino militar exercidas pelos generais de 1964 ao longo de suas carreiras. Nele estão ressaltadas em negrito aquelas exercidas no período considerado neste capítulo. Observa-se, então, que 13 dos 24 agentes (54,2%) ocuparam cargos de ensino entre os anos 1950 e o golpe de 1964, destes apenas 3 não exerceram atividades como membros do corpo permanente da ESG. A ocupação desses postos coincide com o período de formulação da doutrina da ESG e com a difusão, já na virada para os anos 1960, das teorias a respeito da guerra revolucionária tanto na ESG quanto na ECEME.

Quadro 3.3

Ocupação de cargos no ensino militar

	Ensino militar
Odílio Denis	1922-Instrutor Realengo 1930/1-Comandante Escola de Sargentos
Canrobert da Costa	1919-Instrutor na Escola Militar 1928/9-Instrutor EsAO 1932-Diretor Escola de Artilharia
Eduardo Gomes	1935-Comandante da Escola de Aviação
Juarez Távora	1922-Instrutor de engenharia Realengo 1952/4- Comandante ESG
Cordeiro de Farias	1949-Chefia grupo criador da ESG 1950/52-Comandante ESG
Ademar de Queirós	Instrutor EEM Subcomandante AMAN
Peri Bevilacqua	-
João Punaro Bley	1928-Instrutor artilharia Realengo
Alcides Etchegoyen	-
Amauri Krueel	1924-Instrutor EsAO 1934/6-Instrutor de tática de cavalaria na Vila Militar 1941/3-Instrutor chefe de cavalaria na ECEME
Mourão Filho	-
Castelo Branco	1927-Instrutor Infantaria Realengo 1934-Instrutor na EEM 1936-Adjunto de tática na EEM 1939-Instrutor Assistente na EEM 1941-Instrutor Chefe de infantaria no Realengo 1945/9- Diretor de ensino ECEME 1956/8-Corpo permanente ESG 1960-Diretor de ensino e formação do Exército
Costa e Silva	1940-Instrutor de tática EEM
Antônio Murici	1932-Instrutor CPOR 1935-Instrutor EsAO 1942/4-Instrutor EEM 1951/5-Corpo permanente ESG
Orlando Geisel	1938/40-Instrutor EEM 1953/5-Diretor de ensino ECEME 1956/7-Comandante da ECEME
Lira Tavares	1933-Sub-diretor de Ensino da Escola de Engenharia do Ex. 1961/2-Diretor de Ensino e Formação do Exército 1966/7-Comandante ESG
Siseno Sarmento	-
Jurandir Mamede	1945-Chefe do curso de infantaria EsAO 1949-Grupo criador da ESG 1950/55-Membro permanente ESG 1963/4-Comandante ECEME
Juraci Magalhães	-
Idálio Sardenberg	Instrutor EEM 1949/51-Grupo criador da ESG 1966/8-Direção de Ensino do Exército
Emílio Médici	1940-Aux.-instrutor Escola de Armas 1960/1-Sub-comandante AMAN 1963/4-Comandante AMAN
Ernesto Geisel	1939/41-Instrutor Realengo 1952/4-corpo permanente ESG
Albuquerque Lima	1962/3- corpo permanente ESG
Golberi	1952/57-Corpo permanente ESG

Entre 1955 e 1964 os agentes aqui estudados alcançaram todos o generalato. A longa passagem de parte considerável deles por funções administrativas nos diferentes estados-maiores da corporação e nas funções de direção nas escolas lhes permitiu fazer uso dos mecanismos de filtro para ingresso no QEME e tornarem-se conhecidos e conhecedores da oficialidade mais jovem, cuja ascensão dependia tanto do mérito escolar quanto das sindicâncias e inquéritos realizadas pelo EME. Por isso, ocupar tais funções durante os embates que marcaram a definição do que viria a ser o Exército e quais seriam suas posições face à arena política, particularmente face ao populismo, acabava constituindo um trunfo em alguns momentos até mais valioso que o comando efetivo de tropas, pois permitia o estabelecimento de diretrizes administrativas e a participação direta na formação, e composição, da alta oficialidade. A mobilização do poder que essas posições conferiam mostrou-se bastante eficaz na estratégia para a reconquista da diretoria do Clube Militar em 1952 e, na década seguinte, para as conspirações contra o governo João Goulart.

Já se comentou anteriormente que, nos seus primeiros anos, a ESG manteve um núcleo de oficiais que por lá permaneceu um longo período como membros do corpo permanente. Conforme demonstra o quadro 3.4, Mamede, Murici e Golberi permaneceram 5 anos cada, Sardenberg mais de 3, Ernesto Geisel e Castelo Branco mais de 2 anos cada um. Ao se cotejar os quadros 3.3 e 3.5, pode-se observar que há uma significativa circulação desses agentes entre funções de Estado-Maior no Rio de Janeiro e de ensino desenvolvidas na ESG ou na Escola de Comando.

Quadro 3.4
Permanência na ESG

Ano	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	
Comando	Cordeiro de Farias			Juarez Távora		Alm. Araújo	Brig. Ajalmar	Brig. Secco			
Corpo Permanente	Mamede										
	Sardenberg										
				Ernesto Geisel							
								Golberi			
	Murici										
									Castelo Branco		
Estagiários		Etchegoien	JT				Juraci	Castelo			
		Murici						Peri			
		Mamede		Melo							
				E Geisel							
				Golberi							

Especificamente quanto a ESG, mais do que um espaço de articulação entre militares e civis, como queriam seus criadores, nos anos 1950, ela era, junto com o Estado-Maior e a ECEME, um espaço de militância política em favor das causas defendidas pelos generais de 1964: Cruzada Democrática, antivarguismo, campanha eleitoral de Juarez Távora e, evidentemente, nas conspirações golpistas de 1954, 55, 61 e 64. Na ESG foi redigido o Memorial dos Coronéis, responsável por uma crise que derrubou dois ministros do governo Vargas em fevereiro de 1954, e o discurso de Mamede em homenagem a Canrobert, considerado como o estopim da *novembrada*. Neste período, por ali passaram Juarez Távora, candidato à presidência em 1955 e Castelo Branco, cujos sucessos políticos dispensam comentários.

A convergência em termos de trajetórias profissionais, de experiências e de um mesmo repertório de ação e de discursos políticos, a distância da tropa e a proximidade física facilitou a articulação dos agentes mais atuantes politicamente e a conseqüente mobilização dos demais. Laços de amizade tornavam-se contatos estratégicos e antigas lealdades foram reativadas com o intuito de fortalecer a posição do grupo nas sucessivas contendas políticas que marcaram o meio militar entre os anos 1950 e 1964. Com relação as dinâmicas de mobilização e de engajamento político dos oficiais, em seu depoimento Antônio Carlos Murici não usa meias palavras:

Naturalmente, há sempre um núcleo central que trabalha nisso. Esse núcleo central se fixou em duas áreas: no Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. No Estado-Maior do Exército já estava o Fiúza [de Castro], como chefe do Estado-Maior, e o Ademar de Queirós, como seu chefe-de-gabinete. O Ademar articulava e conversava com os companheiros no Estado-Maior. Ao mesmo tempo, lá na escola, nós conversávamos. Éramos um grupo muito amigo.

E nessa mesma linha, prossegue Murici:

Na praia Vermelha, no Instituto Militar de Engenharia, IME, em frente Escola de Estado-Maior. Era ali, num andar do IME que funcionava o

EMFA. A Escola Superior de Guerra era no forte São João. Tudo perto, a cinco minutos de distância. (...)

Tínhamos muito contato. Quando começou a haver a luta no Clube Militar e a maré ascendente do comunismo, nos ligamos uns aos outros, cada um procurou os companheiros, para poder haver coesão. Sabíamos que, se não nos reuníssemos, estaríamos destruídos.³¹³

A constituição desse espaço de articulação, geograficamente concentrado entre a Urca e da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, não restringia seu escopo às conspirações e formulações doutrinárias. Durante a campanha eleitoral de 1955, precisamente duas semanas antes do pleito, a ESG promoveu um evento sobre a “recuperação moral do país”. Numa das conferências, Castelo Branco, então comandante da ECEME, ponderava que

Quem mais caiu, porém, foi quase somente a chamada elite, arrastando uma camada da classe média, a que mais perto dela se encontrava. O país está sem liderança, possuindo apenas chefes de grupos, estes ligados a interesses de limitados setores ou de camarilhas. Poucos são os que, com espírito público, se ligam aos interesses da Nação.³¹⁴

Essa afirmação, que certamente agradaria ao candidato e ex-comandante da ESG, Juarez Távora, era reforçada com a defesa que o conferencista fazia do profissionalismo militar como condição para a recuperação moral do país, porque

Forças Armadas organizadas condicionam também alto padrão cívico pela passagem de conscritos em suas fileiras, colaboram estritamente na solução e evolução dos problemas ideológicos e sociais, [e] ajuda a dar uma vitalidade democrática a nação, quando totalmente livre de injunções políticas e de desigualdades.³¹⁵

Estes espaços, articulados, tiveram uma dupla eficácia, primeiro porque possibilitaram ou facilitaram a convivência dos agentes em questão e, com ela, o reforço das disposições dos oficiais que vieram a compor o grupo e as lealdades daqueles que somente então, cultivando afinidades, aderiram às conspirações. Em segundo lugar,

³¹³ Depoimento de Antônio Carlos Murici ao CPDOC, p. 279 e 285.

³¹⁴ Os meios militares na recuperação moral do país. Conferência de Castelo Branco na ESG em 19/9/55. Arquivo Castelo Branco/ ECEME, pasta J.

porque garantia o controle de meios e de espaços estratégicos de formação escolar da alta oficialidade (ECEME, ESG e Instituto Militar de Engenharia), que foi essencial para a difusão de um esquema de compreensão da realidade específico, e a ingerência, ainda que indireta, sobre cadeias de comando capazes de influir naqueles oficiais que de fato controlavam as tropas.

Neste capítulo procurou-se demonstrar as experiências compartilhadas pelos generais de 1964 que marcaram a especificidade deste grupo e do seu engajamento político. Assim, as experiências e os sentidos conferidos ao tenentismo, à recepção de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, à insurreição de 1935 e ao empoderamento do Exército no Estado Novo, bem como à americanização e às lutas políticas do pós-1945 operaram no sentido de reforçar o perfil de ação política extra-militar, acentuadamente intervencionista e autoritário. Características que, desde há muito tempo, permeavam a sua formação e a sua ação dentro e fora das fileiras do Exército. O discurso de defesa do “profissionalismo militar” e do Exército infenso às paixões políticas era a tradução do engajamento dos generais de 1964 no combate ao polo nacionalista das Forças Armadas. Externamente, deixava aberta a porta para a legitimação da intervenção militar na política como sendo obra de profissionais da defesa da nação contra a infiltração comunista, favorecida pelo que afirmavam ser incompetência, corrupção ou conivência das elites civis no poder.

³¹⁵ Idem.

QUARTO CAPÍTULO

Trajetórias dos generais de 1964

O objetivo central deste capítulo é estabelecer os perfis de ação política dos generais de 1964. Para tanto, faz-se inicialmente uma descrição um pouco mais detalhada a respeito das origens regionais e sociais do grupo, frisando algumas características que não foram abordadas nos capítulos anteriores, e, posteriormente, uma pequena tipificação dos seus padrões de carreira militar. Neste percurso, pretende-se apontar desde que posições sociais e institucionais os generais de 1964 partiam para os seus engajamentos políticos. Usando como fonte principal o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, ao qual se somam biografias, depoimentos e memórias publicadas, pretende-se tornar mais precisa a delimitação sociológica dos militares que vieram a compor o grupo de oficiais do Exército aqui estudado. Para tanto, além da análise dos dados biográficos específicos dos generais de 1964, alguns dos indicadores são tratados em perspectiva com os dados coletados junto a ao grupo de controle de oito generais situados no polo oposto ao dos generais de 1964.

Num segundo momento, se descreve, a partir dos elementos já abordados, como o grupo dos generais de 1964 operava na arena política para, então, estabelecer os diferentes perfis de ação extra-militar destes agentes.

4.1 Descrição sócio-profissional dos generais de 1964

4.1.1 Origem regional e social

Com relação às origens regionais e sociais dos generais de 1964 ressalta-se aqui algumas observações. Conforme se pode constatar no quadro 4.1, é marcante a quantidade de elementos provenientes do Rio Grande do Sul que, somados aqueles oriundos do nordeste, totalizam quase dois terços do grupo, seguidos por elementos oriundos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A maior representatividade de gaúchos não destoia muito das expectativas de composição do oficialato, uma vez que o Rio Grande do Sul concentrava importantes efetivos militares desde o Império, um colégio militar em Porto Alegre e militares e civis freqüentemente invocavam uma tradição militar para o Estado. O que se destaca, contudo é o expressivo número de quadros oriundos do nordeste, particularmente do Ceará.³¹⁶ Embora não seja uma amostra representativa de todo o oficialato do Exército

³¹⁶ Neste estado funcionou uma escola militar de 1889 a 1897 e, entre 1919 e 1944 um colégio militar, somente em 1962 foi criado novamente o Colégio Militar de Fortaleza, que ainda funciona. Portanto nenhum dos militares cearenses que compõem o grupo aqui estudado iniciou sua formação em se estado de origem.

brasileiro³¹⁷, sua composição não é coerente com o discurso institucional que muitos desses agentes sustentavam de que o Exército, em sua composição, representava as cores e regiões do Brasil. Tampouco a composição do grupo aqui estudado é coerente com os dados apurados por Alfred Stepan para a composição dos cadetes da AMAN nos anos 1964-66, em que predominavam os oriundos do Rio de Janeiro (então Guanabara) com mais de 40% ao passo que os oriundos dos Estados do nordeste não alcançavam 15% do total.³¹⁸ O que se tem é que predominam no grupo aqui estudado os indivíduos oriundos de regiões politicamente periféricas ao arranjo de poder da República Velha, ou que concentrava uma grande quantidade de efetivos militares, como o caso do Rio de Janeiro.

³¹⁷ Em 1964, só de oficiais generais, o Exército possuía 118 no serviço ativo. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 483s.

³¹⁸ STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971. p.38

Quadro 4.1 Origem regional

	Origem
Odílio Denis	RJ
Canrobert da Costa	Rio
Eduardo Gomes	RJ
Juarez Távora	CE
Cordeiro de Farias	RS
Peri Bevilacqua	Rio
Ademar de Queirós	Rio
João Punaro Bley	MG
Alcides Etchegoyen	RS
Amauri Kruel	RS
Mourão Filho	MG
Castelo Branco	CE
Costa e Silva	RS
Orlando Geisel	RS
Antônio Murici	PR
Juraci Magalhães	CE
Jurandir Mamede	BA
Lira Tavares	PB
Siseno Sarmento	AM
Idálio Sardenberg	RS
Emílio Médici	RS
Ernesto Geisel	RS
Albuquerque Lima	CE
Golberi	RS

Quadro 4.2 Profissão paterna

	Profissão do pai
Odílio Denis	Professor
Canrobert da Costa	?
Eduardo Gomes	Industrial falido
Juarez Távora	Fazendeiro
Cordeiro de Farias	Militar
Peri Bevilacqua	Militar
Ademar de Queirós	Militar
João Punaro Bley	Engenheiro
Alcides Etchegoyen	?
Amauri Kruel	Fazendeiro
Mourão Filho	Advogado e político
Castelo Branco	Militar
Costa e Silva	Comerciante
Orlando Geisel	Escrivão de cartório
Antônio Murici	Militar
Juraci Magalhães	Contador
Jurandir Mamede	?
Lira Tavares	Político
Siseno Sarmento	Militar?
Idálio Sardenberg	Militar
Emílio Médici	Comerciante e fazendeiro
Ernesto Geisel	Escrivão de cartório
Albuquerque Lima	Advogado
Golberi	Senhorio pobre

Os dados referentes à profissão paterna são um tanto incompletos e imprecisos, as fontes aqui empregadas foram indiretas mas sabe-se que mesmo as folhas de alteração, ou “fés-de-ofício” guardadas no AHEx padecem do mesmo mal. Dos 24 indivíduos que compõem o grupo em questão, a profissão paterna de quatro deles não foi identificada e confirmada. Ainda assim, algumas considerações podem ser feitas no sentido de definir melhor desde que posições sociais os generais de 1964 começam a tornar-se militares e agentes políticos ao longo de suas trajetórias.

Como se pode observar no quadro 4.2, seis deles são, com certeza, filhos de militares, de modo que aproximadamente um quarto dos generais de 1964 viveu o cotidiano de ser filho de militar no Brasil do início do século XX. O pai de Castelo Branco alcançou o generalato mas não há referência de que tenha sido uma figura de destaque ou que possa ter passado ao filho prestígio, contatos ou algum capital social mais relevante. Cordeiro de Farias e Peri Bevilacqua, por seu turno, descendem de militares ilustres e politicamente atuantes. O pai de Cordeiro de Farias, Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias, fora ajudante de ordens de Floriano Peixoto e possuía um círculo de relações distinto, do qual faziam parte Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha.³¹⁹ Peri Bevilacqua era descendente de Benjamin Constant e, como seu tio-avô, positivista. O pai de Antônio Carlos Murici era também um militar ligado a Benjamin Constant, Serzedelo Correia e Quintino Bocaiúva. Ademar de Queirós era sobrinho de José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra de 1930 a 32 e trabalhou no gabinete do tio quando era tenente. O pai de Costa e Silva, um imigrante português, foi um dos fundadores do Clube Republicano de Taquari e seu tio, Adroaldo Mesquita da Costa, foi deputado federal em três legislaturas e Ministro da Justiça de 1947 a 1950.

Em termos de prestígio familiar e de vinculações com a arena política, Lira Tavares se destaca. Embora tenha nascido na Paraíba, seu pai foi senador pelo Rio Grande do Norte e seu tio, além de governador deste estado, foi também senador e ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo Afonso Pena e da Viação e Obras Públicas no governo Wenceslau Braz. Mourão Filho, conhecido por sua ligação ao integralismo nos anos 30 e pelo famoso “plano Cohen”, era também filho de político. Seu pai, formado em direito, fora deputado e senador por Minas Gérias. Não se obteve informações a respeito da situação financeira dessas famílias, todavia é de se supor que o seu êxito político, dadas as características do modelo político da República Velha, estivesse amparado numa situação familiar bem mais do que remediada. Alguns indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul ainda mantinham os laços tradicionais de militares vinculados à grande propriedade, como era o caso de Amauri Kruehl e de Emílio Médici, cujo pai casara com a herdeira de uma grande estância em Bagé. Correndo um certo risco, é possível afirmar que sete membros do grupo que compõe os generais de 1964, 30,4% do grupo, eram oriundos de meios familiares pertencentes ou relacionados à elites políticas ou econômicas.

Até aqui o perfil dos membros do grupo de generais de 1964 destoa daquele freqüentemente desenhado pelos próprios militares em que estes se mostram como oriundos da classe média emergente nos anos 1920 e, como tais, descontentes com o sistema político oligárquico. Havia, por certo, uma fração considerável de agentes cujas famílias de escasso capital econômico não gozavam de maiores privilégios com o sistema político vigente ou com as altas patentes do Exército. Entre estes, havia aqueles que descendiam de famílias em decadência econômica, como Golberi do Couto e Silva, cujo patrimônio imobiliário paterno se desvalorizara, e Eduardo Gomes cujo pai

³¹⁹ CAMARGO, A. e GÓES, W. Op. cit., p.56.

empobrecera tentando construir uma ferrovia. O pai de Juarez Távora consumira boa parte de seus relativamente modestos recursos na formação dos filhos mais velhos, eram 15 ao todo, de modo que quando chegou a vez de Juarez e Fernando a opção que restou foi abandonar a Escola Politécnica do Rio de Janeiro em favor da Escola Militar do Realengo. A situação dos irmãos Geisel é um tanto diferente, ainda que igualmente carente de grandes capitais. Descendentes de um imigrante alemão, dependiam dos escassos proventos de escrivão de cartório do pai, que no entanto compensava a modesta vida nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul com um certo capital cultural, adquirindo livros e lhes proporcionando aulas de línguas e música.

A imprecisão dos dados não permite que se afirme muita coisa a respeito do grau de instrução dos pais, o que se têm é que, além dos seis militares, três eram portadores de diplomas acadêmicos, dois em direito e um em engenharia. A carreira militar não representou para todos ascensão econômica em relação aos pais. Entretanto, sua atuação política, como militares, lhes permitiu uma ascensão social considerável, passando a ocupar cargos políticos relevantes e espaços estratégicos na burocracia desenvolvimentista. Uma fração considerável do grupo, 45,8%, tornou-se dirigente ou sócia de grandes empresas privadas, eram os casos de Krueel, Eduardo Gomes, Juraci Magalhães, Golberi, Ernesto Geisel, Sardenberg, Murici, Queiroz, Cordeiro de Farias e Albuquerque Lima. A migração para o setor privado se deu, em geral, após o encerramento da carreira militar – embora os que viveram como exilados ou clandestinos depois de 1922 e 1924 tivessem se dedicado a pequenos negócios para sobreviver. A referida migração para o grande capital privado foi facilitada pela experiência administrativa e por contatos políticos acumulados no decorrer de suas trajetórias políticas.

Quadro 4.3 Ocupação de cargos na iniciativa privada

Eduardo Gomes	Sócio da Kosmos Engenharia S.A.
Cordeiro de Farias	Diretor executivo do grupo João Santos
Ademar de Queirós	Diretor da Bakal Oxigênio S.A. Oxigênio Nordeste S.A.
Amauri Kruel	Eletrônica Kruel S.A.
Antônio Murici	Diretor-presidente do Nora Laje Conselho Fiscal do Nora Laje
Idálio Sardenberg	Diretor-presidente da Delfim Crédito Imobiliário
Nelson de Melo	Diretor da Ericson do Brasil Conselho Consultivo Grupo Safra Conselho Consultivo Banco Safra
Juraci Magalhães	Presidente da United Breweres Presidente da Polímeros Artau Presidente da Daltec Presidente da Ericson do Brasil Presidente da Companhia de Bebidas da Bahía Diretor e conselheiro de várias outras empresas
Ernesto Geisel	Presidente da Norquisa Presidente do Conselho de Administração da Norquisa
Albuquerque Lima	Diretor Presidente da Confecções Sparta Diretor Presidente da Sparta Nordeste
Golberi	Consultor da Dow Química Presidente da Dow Química Conselho administrativo do Banco da Cidade de São Paulo

4.1.2 Perfis de carreira militar

Apesar dos generais de 1964 partilharem uma série de experiências comuns e de conferirem sentido a essas experiências de forma bastante afim, as suas carreiras militares individuais possuíam peculiaridades que diferenciavam os membros do grupo entre si. O quadro 4.4 revela perfis de carreiras militares diferenciados entre os membros do grupo, o que permite um refinamento na descrição desses agentes. Apesar da imprecisão de alguns dados, pôde-se estabelecer três perfis de carreira militar entre os generais de 1964. O primeiro, que sem desconsiderar as prestigiosas funções de estado-maior, se caracteriza por um período maior de arregimentação. Deste polo, aproximam-se mais Odílio Denis, Eduardo Gomes, Alcides Etchegoyen e Costa e Silva. Quando essa presença junto ao comando de tropas se dá em unidades importantes ou situadas nos grandes centros, esse perfil “troupiér” pode representar um importante capital em termos de influência no interior da corporação e de poder político de fato. A relativa facilidade com que Costa e Silva garantiu a sua auto-proclamação como Ministro da Guerra em abril de 1964 é um indicador dos trunfos que esse perfil de carreira reserva.

Quadro 4.4 Perfis de carreira militar

	Tempo em anos dedicado a cada um dos ramos da profissão militar			
	Tropa	Estado-maior	Ensino	Formação
Odílio Denis	16	2	3	3
Canrobert	8	9	5	5
E Gomes	14	2	1	2
Juarez Távora	5	11	3	5
Cordeiro de Farias	7	7	4	5
Peri Beviláqua	14	20	-	5
A. de Queirós	?	?	?	5
João P Bley	?	?	1	5
A. Etchegoyen	15	8	-	5
Amauri Kruel	12	8	7	5
Mourão Filho	15	15	-	4
Castelo Branco	8	6	16	8
Costa e Silva	16	11	1	5
Orlando Geisel	10	13	7	6
Lira Tavares	8	16	5	5
Siseno Sarmento	15+?	16+?	-	5
Antônio Murici	14	10	9	5
Jurandir Mamede	>7	9	8	8
Juraci Magalhães	6	1	-	6
I. Sardenberg	?	?	5	6
E. Médici	11	12	9	4
Ernesto Geisel	5	10	4	6
Albuquerque Lima	5	11	2	6
Golberi	?	13	5	5?
Bina Machado	13	7	9	6

O quadro indica, contudo, que predominam as carreiras centradas em funções de estado-maior, em média os generais de 1964 passavam 12,7 anos de suas carreiras militares nessas funções. Sem contabilizar as funções de ensino nas escolas superiores do Exército, exclusiva de oficiais de estado-maior, investiram mais pesadamente em carreiras em que prevalecem as funções de estado-maior Canrobert, Juarez Távora, Peri Beviláqua, Orlando Geisel, Lira Tavares, Mamede, Médici, Ernesto Geisel e Albuquerque Lima. Como já se viu, pertencer ao QEME e exercer as funções que lhe eram inerentes implicava em ter acesso às decisões que envolviam o planejamento, as reformas, o recrutamento, a formulação doutrinária e uma vasta gama de aspectos administrativos do Exército. A compartimentação da instituição militar, com suas regiões administrativas e suas unidades alocadas em cada uma delas implicava na

criação de vários estados-maiores, ofertando um considerável número de cargos para oficiais de diferentes patentes trilharem essa modalidade de carreira com forte conotação administrativa. Embora não garanta controle direto sobre tropas, esse tipo de carreira assegura a permanência do oficial senão em regiões centrais, pelo menos nas cidades militar e politicamente mais importantes do país, o que facilita o estabelecimento e a manutenção de laços políticos dentro e fora da corporação.

Esse perfil, por seu turno, não se verificou entre os membros do grupo de controle, cujos integrantes permaneciam em média 14,5 anos arregimentados. Trata-se de uma permanência junto às tropas, e de certa forma distante das esferas politicamente mais articuladas, bem mais longa que a dos generais de 1964 que permaneciam arregimentados em média 8,79 anos. Na ocupação de postos nos estados-maiores a diferença se acentua ainda mais, os membros do grupo de controle neles permaneciam numa média de 4,5 anos ao passo que os militares protagonistas da derrubada de Goulart ocupavam postos dessa natureza por 8,75 anos, também em média.

Alguns agentes deram maior atenção à ocupação de postos nos setores de ensino do oficialato em suas carreiras. A maior parte deles, precisamente 20, foi instrutor em pelo menos uma das quatro escolas freqüentadas pelos oficiais do Exército. Castelo Branco, o que mais se dedicou às atividades de ensino, exerceu o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército, função também ocupada por Lira Tavares. Desses 20 militares em questão, seis estiveram ligados à EEM e três foram comandantes da ESG. Os que mais tempo dedicaram às funções de ensino foram, além de Castelo, Murici, Médici e Mamede. Ser instrutor ou exercer funções diretivas ou de comando nessas instituições formadoras é ser responsável também pela reprodução dos saberes e atitudes consideradas positivas e desejáveis nos novos oficiais do Exército. Mais do que centros de ensino, as escolas superiores são espaços de reforço da deontologia da profissão

militar e uma boa classificação nesses cursos era de grande importância para alcançar os postos mais altos da hierarquia. Oficiais que serviam reiteradas vezes em instituições formadoras acumulavam um importante trunfo político na medida em que poderiam estabelecer maior influência e estreito contato com a oficialidade mais jovem. As escolas eram também um espaço, em certa medida privilegiado, para a difusão de uma determinada visão do papel das forças armadas e de suas relações com a sociedade e com a arena política, o que, novamente Castelo Branco, fez com persistência.

Estes dados todos indicam que as posições sociais de onde partiam os generais de 1964 em sua maioria não eram compatíveis com o seu próprio discurso de que os oficiais do Exército eram oriundos de uma classe média totalmente desvinculada do status quo da Primeira República. Indicam ainda que, mesmo partilhando um universo de experiências nas esferas profissional e política e uma formação comum, o grupo dos generais de 1964 compreendia indivíduos com carreiras militares diferenciadas entre si. Diferenças estas que, como se verá adiante, repercutiam também nos diferentes perfis de ação política extra-militar identificados entre os membros do grupo.

4.2 Tipologia da ação extra-militar dos generais de 1964

Uma vez que já se analisou a formação dos generais de 1964, as experiências que diferenciam este grupo das demais frações do Exército brasileiro e que já se delineou algumas características quanto às suas origens e perfis de carreira militar, é possível deter-se, então, sobre os perfis de atuação política destes agentes. Como se

pôde constatar nos capítulos anteriores, embora este grupo tivesse uma longa trajetória política sobreposta a sua carreira militar, a ação extra-militar destes indivíduos não era contínua e tampouco se dava da mesma forma e ao mesmo tempo entre eles.

O quadro 4.5 permite situar algumas das características da atuação política dos generais de 1964 no decorrer de suas carreiras. Dos 24 indivíduos que compõem o grupo, seis tiveram uma intensa atuação política desde sua juventude, especialmente Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távara e Albuquerque Lima, que participaram de quase todos os processos destacados pelo quadro.³²⁰

O quadro também indica que nem todos mostraram uma precoce inclinação para a atuação política, seja ela pelas vias institucionais ou “revolucionárias”. Porém, ao se observar aqueles que poderiam ser considerados como “legalistas” e que ao longo de suas carreiras poderiam ser os representantes do modelo de Exército subordinado à obediência civil – o *grande mudo* –, pode-se constatar que eles se mostraram oficiais sênior fortemente engajados nas disputas políticas do pós-1945 ou figuras importantes do longo regime instaurado em 1964. O engajamento político, precoce ou tardio, é, portanto, uma das características definidoras desse grupo.

Este quadro indica a participação dos agentes em eventos políticos selecionados nos quais elementos das Forças Armadas exerceram um papel relevante, sem assinalar o tipo de atuação nem a sua intensidade, ele apenas ilustra visualmente a presença desses indivíduos nos pronunciamentos militares que mais marcaram a política brasileira no período. A intensidade ou a frequência da ação política extra-militar dos agentes em questão, como seria de se esperar, muda ao longo do tempo, seja em função das

³²⁰ Se entre eles for feito um *ranking* quanto ao número de intervenções políticas tem-se a seguinte lista: Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Albuquerque Lima, Juraci Magalhães, Juarez Távara e Ernesto Geisel.

conjunturas políticas específicas seja pelas posições que, nessas conjunturas, os agentes estão ocupando. Esse é um fator importante, pois uma coisa é um grupo jovens tenentes em 1922 se insurgir contra o presidente da República, outra bem diferente é quando parte considerável do generalato se insurge e derruba o presidente em 1964. A capacidade dos últimos de mobilizar recursos, poder e legitimidade para falar e agir em nome de toda a corporação é incomparavelmente maior e foi consequência não só da posição que, como generais, ocupavam mas também das mudanças ocorridas no Exército e nas relações da corporação com o meio político ao longo de suas carreiras. Os dois momentos políticos em que a maior parte dos agentes aqui estudados esteve envolvida foi a Revolução de 1930 e o golpe de 1964.³²¹ Nos chamados levantes *tenentistas* de 1922 e 24, o número de adesões registradas assinala o fato que, embora muitos deles tenham se manifestado, posteriormente, simpáticos ao tenentismo, nem todos arriscaram suas carreiras e vidas naquele momento.³²²

³²¹ Canrobert Pereira da Costa e Alcides Etchegoyen eram já falecidos, Juarez Távora e Punaro Bley não participaram diretamente das conspirações de 1964 mas integraram o governos que as sucedeu: o primeiro foi Ministro da Viação e Obras Públicas de Castelo Branco e o segundo integrou o primeiro diretório da ARENA.

³²² Quanto a isso, deve-se ponderar, contudo, que Ernesto Geisel, Sisen Sarmento, Albuquerque Lima e Golberi do Couto e Silva não haviam ainda sentado praça quando se iniciaram as revoltas de 1922 e de 1924.

Quadro 4.5: Engajamento político

	22	24	30	32	35	37	38	45	Clube Militar*	54	55	61	64
Odílio Denis	S	s	S	s					s		s	s	s
Canrobert da Costa				s			s	s	s	s			
Eduardo Gomes	S	s	S	s	s	S		s		s	s		s
Juarez Távora	S	s	S	s		S			s	s	s	s	
Cordeiro de Farias	S	s	S	s		S	s	s	s			s	s
Peri Bevilacqua			S			S				s		s	s
Ademar de Queirós		s											s
João Punaro Bley			S			S							
Alcides Etchegoyen		s	S						s	s	s		
Amauri Kruel			S							s		s	s
Mourão Filho		s										s	s
Castelo Branco									s	s	s		s
Costa e Silva	S	s	S								s		s
Orlando Geisel			S	s									s
Lira Tavares				s									s
Siseno Sarmento			S	s					s	s	s		s
Antônio Carlos Murici				s						s		s	s
Idílio Sardenberg			S	s									s
Jurandir Mamede			S						s	s	s		s
Juraci Magalhães			S		s	S	s				s	s	s
Emílio Médici			S	s									s
Ernesto Geisel			S	s	s			s					s
Albuquerque Lima			S	s	s	S		s		s		s	s
Golberi										s	s	s	s

* Assinala o engajamento nas campanhas da chapa Azul para as eleições que escolheram a diretoria do Clube Militar em 1950 e 1952. Trata-se de um período no qual as questões do petróleo, da Guerra da Coreia, do acordo militar com os EUA e da volta de Vargas ao Palácio do Catete fizeram do Clube Militar o espelho que refletia os principais conflitos políticos nacionais.

A escolha do marco 1932, a Revolução Constitucionalista, o terceiro momento de maior participação dos agentes, assinala mais uma experiência militar de guerra civil do que de engajamento político; experiência que marcou claramente a fragilidade do Exército diante das polícias estaduais, particularmente da paulista. Todos os agentes mantiveram-se fiéis ao governo de Getúlio Vargas e os indicados no quadro 4.5 participaram do combate aos revoltosos em São Paulo ou no Rio Grande do Sul. Os marcos 1935 e 1938 assinalam os levantes comunista e integralista, movimentos que dividiram frações das forças armadas e que, uma vez derrotados, passaram a povoar duas memórias distintas no Exército Brasileiro. Apesar da força da insurreição comunista de 1935 e da violência de sua repressão, seu caráter localizado fez com que poucos dos agentes aqui estudados participassem dos combates. Ainda assim ela constituiu um corte decisivo para essa geração de oficiais e uma referência para as próximas. A construção de uma memória oficial do levante, reforçada por uma cerimônia anual em homenagem aos mortos pelos revoltosos, fez com que o evento viesse a ser usado a partir de então como uma espécie de exemplo concreto do que o fantasma da ameaça comunista representava ao Exército e, por decorrência, ao Brasil.³²³

Insatisfeita com o papel minoritário que desempenhava no Estado Novo, uma fração da Ação Integralista Brasileira procurou derrubar Getúlio Vargas em 1938. Embora o integralismo tenha sido um movimento de massa e tenha encontrado muitos adeptos nas Forças Armadas da década de 1930, entre os membros do grupo aqui estudado só se tem registro da filiação de Olympio Mourão Filho ao movimento, o qual não participou da tentativa de golpe. Os indivíduos assinalados no quadro 4.5 atuaram na defesa de Vargas e

³²³ Para essa questão, ver CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.

do regime. Apesar da dramaticidade do levante a sua repressão foi consideravelmente mais branda e tampouco suscitou rituais e monumentos a serem cultuados.

A consolidação do regime estado-novista, cuja manutenção estava fortemente ancorada na aliança de Vargas com a cúpula militar encabeçada por Dutra e Góes Monteiro, marcou uma considerável retração dos “pronunciamentos” de militares na arena política. Neste período, uma parte dos generais de 1964 atuavam como coadjuvantes mais ou menos próximos do *staff* daquelas lideranças ou se dedicavam a atividades estritamente militares na Escola de Estado Maior e, mais tardiamente, ao preparo e envio da FEB. O enfraquecimento do regime desde o final de 1944 e o flerte de Getúlio Vargas com a esquerda em 1945 marcam o retorno das intervenções abertas de militares nos rumos da política interna e a constituição de uma clivagem muito clara no corpo de oficiais do Exército. A partir da deposição de Vargas temas como o combate a infiltração comunista se fazem muito presentes nas falas e nas ações dos generais de 1964 que, como se viu no capítulo 3, polarizava de forma crescente com a fração do oficialato então designada como nacionalista.

Na década de 1950 observa-se que um numero relativamente elevado e constante de membros dos grupos aqui designados como *generais de 1964* e de *controle* participaram ativamente dos eventos que marcaram as principais tensões políticas que então mobilizavam os militares. As disputas em torno do monopólio do petróleo, refletidas nas eleições do Clube Militar, o Manifesto dos Coronéis, as movimentações que precederam a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart em 1955 e 1961 constituem o período de virada nas carreiras de “legalistas” tanto de componentes do grupo de generais de 1964

quanto das frações que se alinharam no polo oposto. Trata-se dos casos exemplares de Castello Branco e Henrique Teixeira Lott que, alinhando-se em blocos diferentes, abandonaram suas posições de “apolíticos” ou de críticos da mobilização política das Forças Armadas e converteram-se em atores políticos de nível nacional. Como se verá adiante, a fração dos generais de 1964 cujo perfil de ação política é o conspirador institucional teve como mobilizador de seu engajamento a crescente radicalização das lutas políticas desse período a qual, no início dos anos 1960, começava a atingir também os quadros inferiores das Forças Armadas e a alimentar o discurso da indisciplina e da quebra da hierarquia nas corporações militares.

O marco em torno do qual se agrupou os indivíduos do grupo aqui em foco foi o seu engajamento político, como militares, principalmente em torno do golpe de 31 de março. Diferente de Sirinelli, que situa a importância de um “acontecimento fundador” nos primeiros anos de existência de um determinado grupo,³²⁴ optou-se aqui por delimitar um momento da maturidade do agentes e o trajeto percorrido por eles, com ênfase na experiência compartilhada, até chegar àquele momento. Por isso um período de 16 anos separa os ingressos no Realengo de Odílio Denis e Golberi do Couto e Silva sem que se possa dizer que, em termos de experiências e de posições políticas, eles tenham pertencido a gerações diferentes. Apesar do caráter precoce do primeiro e tardio do segundo, ambos marcam os extremos de um grupo de militares que compartilha um universo de experiências afins que envolveram a profissionalização e internacionalização do oficialato, as agitações tenentistas, a adesão majoritária à Revolução de 1930 e às reformas militares subsequentes, a repressão aos levantes comunista e integralista, o enfrentamento

³²⁴ SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de

sistemático com a “ala nacionalista” do Exército, a adesão à doutrina norte-americana e a formação de um polo marcadamente anti-populista e disposto a intervir na política nacional conforme uma doutrina ali formulada.

A orientação geral da ação política desses militares aponta para a implementação de um processo de modernização conservadora alicerçado numa visão de desenvolvimento capitalista tutelado por um Estado que deveria se encarregar de eliminar o dissenso da arena política, bloqueando e neutralizando a organização política autônoma da sociedade, o qual legitimaria seu caráter autoritário como sendo uma ação moralizadora, técnica e capaz de garantir a ordem através da associação das questões de *Segurança* às de *Desenvolvimento*. Em grande medida essa foi a maneira com que profissionalismo e ativismo político foram combinados por e nesses agentes, e o que lhes possibilitou, derrotando as demais correntes no âmbito do Exército, fazer da sua posição a posição da corporação.

O Exército Brasileiro sempre abrigou várias clivagens entre seus oficiais. O grupo aqui em foco, é em grande medida tributário daquilo que José Murilo de Carvalho denominou como sendo o projeto *intervencionista controlador* que, gestado no início dos anos 1930, teria se tornado hegemônico no Exército após o Estado Novo. O intervencionismo controlador previa ampla intervenção estatal em vários setores da sociedade, enfatizava a necessidade de assegurar a defesa externa e a segurança interna, preocupava-se com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia de nação e defendia uma industrialização nacionalista na qual o exército deveria ser um propulsor desse processo.³²⁵

Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 255.

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. in A REVOLUÇÃO DE 30.

Conforme se assinalou acima, durante o Estado Novo, alguns dos componentes do grupo de generais de 1964 gravitaram em torno dos generais Dutra e Góes Monteiro, que encabeçaram as reformas que redefiniram o Exército e a sua relação com o sistema político nos termos do modelo descrito por Carvalho. É o caso de Alcides Etchegoyen e Peri Bevilacqua, que foram oficiais de gabinete de Dutra, de Odílio Denis que ocupou a mesma função junto a Góes Monteiro e de Canrobert da Costa que fora Secretário Geral do Ministério da Guerra em 1944 e, mais tarde, Ministro da Guerra no governo Dutra. Entre as clivagens e a luta política que polarizou a sociedade e as Forças Armadas no período compreendido entre 1945 e 1964, os agentes aqui estudados assumiram majoritariamente posições contrárias ao varguismo e ao nacionalismo populista e sustentaram um discurso fortemente anticomunista.

Dos indivíduos aqui elencados, apenas Peri Bevilacqua assumiu posições abertamente divergentes, tornando-se opositor de determinadas políticas, particularmente cassações, do regime que em 1964 ajudara a instaurar. Amauri Kruehl manteve laços mais estreitos com João Goulart, tendo sido em 1962 seu ministro da Guerra e em 1964 comandante do II Exército, sediado em São Paulo. Todavia, com a declaração do golpe, acabou por manter-se fiel a seus companheiros de farda e não ao presidente. Há um caso inverso, o de Odílio Denis, que mantivera-se à margem do antivarguismo e apoiara Lott em 1955 mas que, na condição de Ministro da Guerra de Jânio Quadros, desarticulou a rede de oficiais lottistas e, após a renúncia do presidente, declarou a “absoluta inconveniência” do retorno do vice-presidente João Goulart ao Brasil. As crises político-militares de 1955

Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 121s e 146. Em um texto posterior Carvalho usa a expressão “intervencionismo tutelar” ao invés de “intervencionismo controlador”. Ver CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/FGV, 1999.

(*novembrada*) e de 1961 (*legalidade*) dividiram a oficialidade como um todo e o grupo aqui estudado também. Porém, esse dissenso foi sendo dissolvido por uma progressiva convergência de posições em favor da conspiração que culminou no golpe de 1964.

Ao longo dos governos Kubitschek e Goulart, os generais de 1964 estiveram em geral afastados das tropas mas estrategicamente posicionados em funções diretivas de Estado-Maior e no sistema militar de ensino,³²⁶ o que possibilitou, para alguns, tempo para elaborações doutrinárias e, para outros, condições para conspirar e, para todos, permanecer no Rio de Janeiro ou em cidades centrais que permitiam a fácil comunicação entre eles.

Esse intenso engajamento coletivo no jogo político nacional já seria suficiente para caracterizar esses oficiais do Exército como “políticos fardados”³²⁷. No entanto, boa parte desses indivíduos teve também um considerável nível de atuação política como ocupante de cargos administrativos, legislativos e burocráticos no âmbito federal e dos estados, o que permite que se fale em carreiras políticas sobrepostas às militares.

A afirmação de que os generais de 1964 percorreram trajetórias híbridas, envolvendo uma carreira militar e outra política, soa mais consistente quando se coteja o quadro 4.5 com o quadro 4.6, que permite a visualização da quantidade nada desprezível de cargos públicos nos diferentes segmentos do Estado que a partir de 1930 eles passaram a ocupar. O quadro de ocupação de cargos políticos é um indicador da importância da carreira política que estes agentes desenvolveram em paralelo às suas carreiras militares. Neste quadro ficaram de fora a participação em conspirações ou a adesão a movimentos

³²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à ditadura militar*. Memórias de um soldado. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 269ss.

³²⁷ A expressão é empregada por NETO, Manuel Domingos. *Influência estrangeira e luta interna no Exército.(1889-1930)* in: ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record,

golpistas e insurrecionais, além do comissionamento de funções diplomáticas, estas últimas abordadas no sub-capítulo 3.2 deste trabalho. Ainda assim, o quadro revela quatro presidentes da República e dois candidatos a esse cargo³²⁸, seis cargos de governadores nomeados (interventores após 1930 ou durante o Estado Novo) e mais quatro mandatos de governadores eleitos. Dos 24 indivíduos em tela, treze foram ministros, totalizando dezesseis gestões, sendo cinco pastas de caráter civil. A opção pelo legislativo também se fez presente, embora em grau bem menor, quatro elegeram-se para a Câmara Federal e um deles também foi senador. Sete ocuparam cargos dirigentes em empresas estatais como a Vale do Rio Doce ou a Petrobrás. Ao longo de suas carreiras políticas, seis membros desse grupo ocuparam cargos de comando ligados às polícias estaduais. Além disso, vários deles foram ajudantes de ordens ou chefes de gabinete de ministros da Guerra ou do Exército em diferentes ocasiões.

O quadro 4.6 indica que mais do que golpistas e conspiradores, os generais de 1964 formavam um grupo de agentes políticos dispostos não apenas a derrubar governos ou a operar conforme um suposto “padrão moderador”, mas a exercer funções de Estado.

1980. p. 43.

³²⁸ Eduardo Gomes foi duas vezes candidato, uma contra Dutra e outra contra Getúlio Vargas, sempre pela UDN. Além disso, Canrobert, apesar de já doente, esboçou uma pré-candidatura em 1955, tampouco se deve esquecer as articulações de Albuquerque Lima para suceder Costa e Silva em 1969.

Quadro 4.6 Ocupação de cargos na esfera política

	Cargos políticos
Odílio Denis	1934/5-Oficial de Gabinete Góes Monteiro 1940/6-Polícia do Rio 1958/61-Ministro da Guerra
Canrobert da Costa	1944-Sec. Geral do Min. da Guerra 1946-Sec. Geral do Min. da Guerra 1946/51-Ministro da Guerra
Eduardo Gomes	1938-Serviço de rotas aéreas 1946-dir. rotas aéreas do Min. da Aer. 1967/7-Ministro da Aeronáutica
Juarez Távora	1931-delegado mili interventorias NE 1931-membro da Comissão de Correição Administrativa 1932/4-Ministro da Agricultura 1944-Presidente do departamento militar da Liga de Defesa Nacional 1954/5-Chefe do Gabinete Mili 1962-Deputado Federal, Guanabara 1962-Pres. diretório nacional do PDC 1964/7-Ministro Viação e Obras Públicas
Cordeiro de Farias	1930/1-Oficial de gabinete do Min. da Guerra 1931/3-Chefe de polícia de SP 1938/43-Interventor RS 1955/8-Governador de PE 1958-Presidente CMMBEU 1964/6-MECOR
Peri Bevilacqua	1930-Oficial de gabinete da junta militar 1938/40-Oficial de gabinete Dutra 1965/69-STM
Ademar de Queirós	1934-Comissão de estudos para indústria militar 1964/66-Presidente da Petrobrás 1966/7-Ministro da Guerra
João Punaro Bley	1930-Interventor ES 1934-Governador ES 1937-Interventor ES 1943/47-Diretor Vale do Rio Doce 1965-1º Diretorio da ARENA
Alcides Etchegoyen	1933-Oficial de gabinete de Dutra 1942/3-Chefe de polícia do Rio
Amauri Kruehl	1933-Diretor de trânsito do DF 1936/7-Chefe de polícia município do Rio 1957/9-Chefe DFSP 1961-Chefe gabinete militar 1961-Secretário do CSN 1962-Ministro da Guerra 1967/71-Deputado federal (GN)
Mourão Filho	1931-Comissário de Ligação Min. Guerra e Viação na Central do Brasil 1957/61-Pres. Comissão Técnica de Rádio do Min. da Viação e Obras Públicas 1964/69- STM
Castelo Branco	1964/7-Presidente da República
Costa e Silva	1964/6-Ministro da Guerra 1967/9-Presidente da República
Orlando Geisel	1957/8-Ministério da Fazenda 1969/74-Ministro do Exército

Lira Tavares	1945-Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Góes Monteiro 1953-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes 1967/69-Ministro do Exército 1970/73-Embaixador na França
Siseno Sarmento	1946/47-Interventor AM 1961-Secretário de Segurança GB 1964/65-Chefe de Gabinete Min. da Guerra 1969-Criação do CODI 1971/79-STM
Antônio C Murici	1947/50-Assessor do Min. da Guerra
Jurandir Mamede	1931-CO da BM PE 1932-Interventor interino PE 1970/76-STM
Juraci Magalhães	1931-Interventor BA 1935/7-Governador BA 1946-Deputado Federal BA, UDN 1951-Presidente da Vale do Rio Doce 1954-1º Presidente da Petrobrás 1955-Senador BA 1958-Governador BA 1964-Embaixador nos EUA 1965-Ministro da Justiça 1966/7-Ministro das Relações Exteriores
Idálio Sardenberg	1933-Deputado constituinte suplente, PR 1958/61-Presidente da Petrobrás
Emílio Médici	1969/74-Presidente da República
Ernesto Geisel	1931-Secretário geral do governo e chefe Departamento de Segurança Pública do RN 1934/5-Secretário da Fazenda e Obras Públicas da PB 1946/7 Secretário Geral do CSN 1955-Sub-chefe gab. militar (Café Filho) 1955/6-Superintendente geral da Refinaria Presidente Bernardes 1958/61-Representante da Guerra no CNP 1961-Oficial de gab. de Odílio Denis 1961-Chefe do gab. mili (Mazzilli) 1964/66-Chefe do gab. mili 1967/69-Supremo Tribunal Militar 1969/73-Presidente Petrobrás 1974/9-Presidente da República
Albuquerque Lima	1931-sub-comandante BM de PE 1932/9-CO 3º Batalhão da BM PE 1959/60- representante mili no Cons. de D do NE e na criação da SUDENE 1961-Diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas 1964-Interventor na Rede Fe Federal 1967/9-Ministro do Interior
Golberi do Couto e Silva	1937-Secretário geral do CSN 1961-Chefe de gab. secretaria geral do CSN 1964-Chefe do SNI 1967/9-Ministro do TCU 1974/9- Chefe do Gabinete Civil 1979/81- Chefe do Gabinete Civil

Ao se observar o quadro 4.7, referente a ocupação de cargos públicos por parte dos generais que compõem o grupo de controle, pode-se constatar de imediato um perfil de engajamento político sensivelmente mais modesto, no qual a ocupação de cargos é menos freqüente e mais tardia em relação aos generais de 1964. Os dois agentes cujas trajetórias se abrem para a ocupação de cargos públicos mais precocemente são Zenóbio da Costa, que exerce funções de comando policial nas décadas de 1920 e 1930 e Henrique Oest que conquista um mandato parlamentar pelo PCB após o fim do Estado Novo, os demais praticamente só ocuparam a cadeira do Ministério da Guerra em governos da aliança PSD-PTB. Diferente de parte significativa dos generais de 1964, cujas longas e precoces carreiras políticas permitiam o estabelecimento de interfaces com outros segmentos do Estado e da sociedade, bem como uma considerável experiência com administração, negociação e exercício do poder na esfera política, os militares do grupo de controle chegavam ao Ministério da Guerra com uma trajetória quase que integralmente restrita à corporação militar. Apesar dos membros deste grupo terem-se engajado em lutas políticas, especialmente depois de 1945, tais como a campanha do petróleo, o Movimento Militar Constitucionalista e o “golpe preventivo” de novembro de 1955, suas ações pouco se traduziram no desenrolar de uma carreira política. A relativa exceção é Lott, que disputa a eleição para a Presidência da República em 1960, contudo, a sua experiência política limitava-se justamente a ter ocupado a pasta de Ministro da Guerra e, na condição de ministro demissionário, de ter expedido as ordens que depuseram Café Filho e que asseguraram a posse de Kubitschek e Goulart.

Quadro 4.7 Grupo de Controle
Ocupação de cargos na esfera política

	Cargos políticos
Henrique Teixeira Lott	1954-Minsitro da Guerra, Café Filho 1955/9-Ministro da Guerra
Zenóbio da Costa	1926/28-Chefe de Polícia e comandante da Força Pública do MA 1935/7-Chefe da Polícia Municipal do DF 1954-Ministro da Guerra (Vargas) 1958/61-Embaixador no Paraguai
Estilac Leal	1930/2-Oficial de gabinete do ministro da Guerra 1951/52-Ministro da Guerra
Osvino Ferreira Alves	1964-Presidente da Petrobrás
Segadas Viana	1951/54-Secretário Geral do Ministério da Guerra 1961/2-Minstro da Guerra
Jair Dantas Ribeiro	1928/30-Ajudante de ordens do Ministro da Guerra 1942-Secretário Geral da Juventude Brasileira 1963/4-Ministro da Guerra
Ladário Teles	-
Henrique Oest	1947/8-Deputado Federal (RJ) 1959/61-Secretário de Segurança (AL) 1963-Deputado Federal (AL)

Nesse sentido, as carreiras militares dos agentes do grupo de controle podem ser consideradas mais “profissionais” que as dos generais de 1964 simplesmente porque, na comparação das trajetórias de ambos os grupos, suas carreiras políticas foram comparativamente mais breves e tardias. Esta comparação ajuda a dimensionar melhor a especificidade das trajetórias comuns dos generais de 1964 e a amplitude de suas carreiras políticas, cujas interfaces não se resumiam ao âmbito da política interna.

Outro elemento que se pode depreender da comparação entre as trajetórias é que o engajamento político, em geral, não prejudicava a progressão na carreira militar e, em determinadas circunstâncias, especialmente depois de 1930, até a acelerava.³²⁹ Os generais de 1964 necessitaram praticamente do mesmo tempo médio que os militares do grupo de controle para atingir o generalato, respectivamente 30,7 e 30,9 anos desde que concluíram o curso da Escola Militar do Realengo e foram declarados aspirantes a

³²⁹ Depois da vitória de 1930, os militares que haviam se engajado nos levantes de 1922, 1924 e na coluna Prestes, e que até então estavam afastados da corporação ou penalizados, foram reintegrados e puderam equiparar as suas promoções aos que haviam permanecido fiéis ao regime ou simplesmente alheios às movimentações políticas.

oficial. Em se considerando que os generais de 1964 ao atuar na esfera política permaneciam longe das fileiras do Exército um período médio bem maior que os do grupo de controle, pode-se constatar que a carreira política estava longe de prejudicar a carreira militar.

No que concerne especificamente aos generais de 1964, o efeito positivo na velocidade de ascensão na hierarquia militar para aqueles que tiveram um grau mais intenso de engajamento político é mais evidente. Cordeiro de Farias e Juarez Távora, desde o posto de major, obtiveram promoções em menor tempo que os “legalistas” Peri Beviláqua e Castelo Branco. Cordeiro de Farias precisou de nove anos a menos que Castelo para alcançar o posto mais alto da carreira militar e nele permaneceu por longos 14 anos. Embora Cordeiro de Farias seja um caso extremo, ainda mais quando se considera o período em que ele integrou a Coluna Prestes e que permaneceu clandestino conspirando para a Revolução de 1930, ele é representativo do fato que, para uma fração desses oficiais, o engajamento político impulsionou suas carreiras militares.³³⁰ Nesse mesmo sentido, comparando-se as carreiras de Emílio Médici, um “profissional” estritamente militar até chegar à presidência da República, e de Ernesto Geisel, que ocupou diferentes cargos políticos nos primeiros anos do regime pós-1930 e funções executivas em segmentos estratégicos da burocracia estatal, ligados ao petróleo, constata-se que este alcança as divisas de general-de-exército 4 anos antes daquele. O fato de Beviláqua ser o indivíduo que mais se aproxima do polo militar (portanto que menos tempo atuou na esfera política) e ser justamente aquele que, no quadro abaixo, mais tempo leva para alcançar a patente de general-de-exército só vem a reforçar o argumento de que o engajamento político não retardou e até acelerou as carreiras militares dos generais de 1964.

³³⁰ Em seu depoimento ao CPDOC, Lott afirma mais de uma vez que suas promoções foram bem mais

Quadro 4.8 Tempo em anos para alcançar o posto

Patente	Peri Beviláqua	Castelo Branco	Cordeiro de Farias	Juarez Távora	Emílio Médici	Ernesto Geisel
Primeiro tenente	2	2	2	2	2	2
Capitão	5	8	5	3	7	7
Major	14	17	11	12	16	15
Tenente-coronel	20	22	13	17	21	20
Coronel	24	24	17	22	26	26
General-de-brigada	32	31	22	27	34	32
General-de-divisão	38	37	26	33	38	36
General-de-exército	43	41	32	37	42	38

A comparação dos quadros de engajamento e de ocupação de cargos políticos dos generais de 1964 permite que se visualize, numa perspectiva cronológica, algumas das características da sua ação política extra-militar. O quadro 4.9, por sua vez, condensa essa atuação que, apesar de coextensiva às suas trajetórias não foi contínua mas intermitente, em três áreas de atuação na esfera política. Com isso pode-se perceber quanto tempo cada um dos agentes estudados atuou em cada uma delas e a proporção que entre as suas carreiras militares e as suas carreiras políticas.

A partir do cruzamento desses dados todos pode-se agrupar a atuação política dos generais de 1964 em três perfis distintos. Nos sub-capítulos que se seguem se fará a descrição de cada um desses perfis e, para melhor ilustra-los, será tematizada uma trajetória exemplar de cada um dos perfis estabelecidos. Assim, para o perfil rebelde-insurrecional será abordada a trajetória de Cordeiro de Farias, para o tecnoburocrata a de Ernesto Geisel e para o conspirador-institucional a de Castelo Branco.

Quadro 4.9 Perfis de carreira política

	Tempo em anos em cada um dos ramos da esfera Política			Total Militar/ Política
	Cargos na burocracia civil	Cargos governamentais	Atividades conspiratórias	
Odílio Denis	-	2	2	24/4
Canrobert	-	9	1	27/10
E Gomes	-	5	8	19/13
Juarez Távora	-	3	8	24/11
Cordeiro de Farias	-	13	9	23/22
Peri Beviláqua	-	2		29/2
A. de Queirós	2	2		??/4
João P Bley	4	13		??/17
A. Etchegoyen	2		4?	28/6
Amauri Kruel	5	5		32/10
Mourão Filho	8			34/8
Castelo Branco	-	3		38/3
Costa e Silva	-	5	1	32/6
Orlando Geisel	1	7		36/8
Lira Tavares	-	10		34/10
Siseno Sarmento	3	1		>36/4
Antônio Murici	-	3		38/3
Jurandir Mamede	-	10		32/10
Juraci Magalhães	2	23		13/25
I. Sardenberg	4	1		??/5
E. Médici	2	5	-	36/7
Ernesto Geisel	9	10	-	25/19
Albuquerque Lima	12	2		24/14
Golberi	5	10	3	??/18

4.2.1 Perfil de atuação política rebelde-insurrecional

Deste perfil aproximam-se mais Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Odílio Denis, Alcides Etchegoyen, Amauri Kruel e Mourão Filho. Em termos etários, constitui a fração mais velha dos generais de 1964. Sua estréia na arena política se deu predominantemente com as insurreições *tenentistas* da década de 1920. Além de precoce, trata-se de um padrão de atuação política que desde cedo manifestou a disposição para agir desde fora do sistema político institucionalizado e para o qual a opção pelas armas foi, em diferentes ocasiões, posta em prática.

Diversamente dos demais perfis que serão abordados a seguir, o rebelde-insurrecional teve que fazer frente a um tipo de repressão por parte do regime oligárquico que envolveu prisões em navios e ilhas distantes e que acabou levando parte desses agentes a viverem no Brasil como clandestinos ou no exílio. Este perfil insurrecional, do qual a Coluna Prestes compreende um momento chave, é marcado também por longos períodos nos quais os agentes permanecem afastados dos quadros do Exército mas não do meio político. Enquanto presos, exilados ou clandestinos, a conspiração contra o regime da Primeira República era uma prática que envolvia contatos com lideranças políticas de diferentes orientações, com segmentos da imprensa nacional e, em particular, com os oficiais jovens que permaneciam no Exército.

Este longo trabalho de conspiração e articulação política foi decisivo para as articulações que conduziram à Revolução de 1930, outra insurreição armada contra o regime. Com a vitória, os indivíduos que operaram de acordo com o perfil rebelde-insurrecional foram reincorporados *ex officio* ao oficialato podendo, inclusive, contabilizar para promoções o tempo em que permaneceram fora dos quadros do Exército.³³¹ Apesar de beneficiados pela medida, a maior parte deles não retornou de imediato à caserna. Nos primeiros anos do novo regime o referido padrão de atuação política se desdobrava em atividades governamentais de vários níveis. Estes militares dispostos a insurreições armadas começam a ocupar interventorias nos estados e a se revezar na chefia das polícias estaduais e do Distrito Federal. Alguns, menos expressivos, foram encarregados do controle sobre as ferrovias ou mesmo sobre o trânsito na Capital, independente disso, o fato é que o ingresso dos generais de 1964 na

³³¹ Esta decisão do novo governo gerou uma forte tensão no meio militar, pois interferia no sistema de promoção e, na prática, implicava em retardar novas promoções para aqueles oficiais que conduziram suas carreiras profissionais a margem das lutas políticas do período. Aos oficiais e cadetes que foram reintegrados o folclore político da época deu o nome de “picolés”, aos que se viram prejudicados pelas promoções destes deu-se o nome de “rabanetes”, vermelhos ou revolucionários por fora mas brancos, conservadores, por dentro. CARVALHO, J. 1983. p. 119.

arena política institucional se deu em decorrência de uma insurreição vitoriosa e com o objetivo explícito de garantir um mínimo de segurança e operacionalidade ao governo provisório de Getúlio Vargas.

Passados os primeiros anos do novo regime, que fora capaz de sobreviver inclusive à oposição armada em 1932, e diluída a capacidade de articulação dos *tenentes*, começava o declínio na ocupação de postos governamentais entre os indivíduos aqui abordados. Neste período, que se estende ao fim do Estado Novo, estes oficiais trataram de retomar suas carreiras militares e de cumprir exigências para continuar progredindo na hierarquia como a realização do curso na Escola de Estado-Maior do Exército.

As reformas no Exército durante as gestões de Dutra e Góes Monteiro e a II Guerra Mundial certamente contribuíram para que, neste período, a ação política extra-militar declinasse. No entanto, o núcleo mais atuante dos rebeldes-insurrecionais permaneceu ativo, protagonizando, inclusive, a derrubada de Vargas em 1945. No período que se estende até o golpe de 1964 o repertório de ação desses indivíduos se amplia enquanto o número de indivíduos atuantes diminui. No âmbito legal, Eduardo Gomes e Juarez Távora arriscam candidaturas à presidência da República e Cordeiro de Farias se elege governador em Pernambuco. Em 1962 Távora, já reformado, assume um mandato parlamentar, algo pouco freqüente entre os generais de 1964. O engajamento nas campanhas em torno do petróleo e nas disputas pela diretoria do Clube Militar constituíram um novo espaço de ação política na esfera militar, este marcado por uma grande repercussão no meio civil.

Apesar de não terem participado de alguns dos “pronunciamentos” militares como o *manifesto dos coronéis* e as revoltas de Aragarças e Jacareacanga, a atividade

conspiratória permaneceu no repertório de ação dos generais de 1964 com o perfil rebelde-insurrecional. Estiveram envolvidos na segunda derrubada de Vargas, em agosto de 1954, e nas articulações para sustar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos em outubro de 1955. Com a renúncia de Jânio Quadros, a atividade conspiratória não parou de crescer, primeiro para impedir a posse de Goulart e depois para articular a sua derrubada, concluída em 1964.

De volta ao poder, alguns dos velhos *tenentes* tornam a ocupar ministérios no novo regime. Contudo, a sua atuação política mais consistente não vai além do governo Castelo Branco. Sua influência política, mesmo no Exército, era declinante em face das frações etárias mais novas dos generais de 1964, portadoras de outros perfis de atuação política, e em face de segmentos da oficialidade mais jovem que não participaram das conspirações para derrubar Goulart mas que, desde suas posições intermediárias na hierarquia, apoiaram o golpe e o regime.

Uma trajetória individual que operou em consonância com o perfil de ação política extra-militar rebelde-insurrecional é a de Cordeiro de Farias. Com apenas 21 anos este primeiro-tenente filho de militar inicia sua trajetória política participando das conspirações que pretendiam impedir a posse de Artur Bernardes na presidência da República. Apesar de não ter participado das movimentações de tropas do levante de 1922, permaneceu preso por aproximadamente seis meses no Rio de Janeiro até que foi libertado e transferido para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu conspirando. Depois da eclosão do levante de julho de 1924, integrou as tropas que se rebelaram no sul e que marcharam rumo ao Paraná para integrar o que veio a ser a Coluna Prestes. Depois de participar da longa marcha da coluna e, como comandante de um dos destacamentos, de coordenar a sua desarticulação no exílio boliviano, retornou clandestinamente ao Brasil

em 1928 novamente em atividade conspiratória, agora contra o governo de Washington Luís.

Foi novamente preso, porém diferente da maioria de seus companheiros de 1922 e 24, obteve a absolvição e foi reintegrado ao Exército. Foi na condição de oficial servindo em Minas Gerais que Cordeiro de Farias participou das articulações e depois da nova insurreição armada de outubro de 1930. Após servir como oficial de gabinete do Ministro da Guerra do Governo Provisório, Farias iniciou sua trajetória em funções governamentais assumindo a Chefia de Polícia de São Paulo de 1931 até um mês antes da eclosão da Revolta Constitucionalista. De volta ao Exército, participou da repressão ao levante e, após sua derrota, reassumiu a Chefia de Polícia até 1933. Depois de cursar a Escola de Estado-Maior, de acumular rápidas promoções e de exercer funções importantes de comando e administração militar, retomou sua carreira política em 1938, quando assume a interventoria no Rio Grande do Sul.

À frente do governo estadual, Farias tratou de implementar as políticas varguistas de centralização, neutralizando lideranças regionais como a do ex-governador Flores da Cunha, e de nacionalização, coibindo o ensino e a imprensa em alemão e italiano e reprimindo a militância fascista e nazista no estado. Depois de cinco anos exclusivamente na arena política, Cordeiro de Farias vê na organização da FEB uma importante oportunidade para revalidar a sua condição de militar e deixa a interventoria em 1943 para ser o futuro comandante de artilharia das tropas brasileiras na Itália. De volta ao Brasil, em 1945, participou das conspirações militares que envolviam Góes Monteiro, Odílio Denis e Juarez Távora cujo resultado foi a derrubada de Getúlio Vargas em outubro.

Ainda atuando na esfera militar, Cordeiro de Farias assumiu a tarefa de implantar a Escola Superior de Guerra em 1949 e, paralelamente, no ano seguinte disputou a diretoria do Clube Militar. Entre os seus companheiros de chapa estavam Castelo Branco, Ademar de Queirós, Nelson de Melo, Siseno Sarmiento e Jurandir Mamede. A derrota para a chapa encabeçada por Estilac Leal e Horta Barbosa não arrefeceu a disposição de Cordeiro de Farias para o enfrentamento com a chamada ala nacionalista do Exército. Em 1952 participou ativamente da violenta campanha que garantiu a vitória da Cruzada Democrática no Clube. Em 1954, no auge da crise do segundo governo Vargas, Farias se candidatou ao governo do estado de Pernambuco numa articulação para bloquear um eventual continuismo do presidente. O suicídio de Vargas, que tornaria dispensável a referida ação, não impediu o retorno de Cordeiro de Farias ao exercício de funções governamentais agora, e pela única vez, pela via eleitoral. Apesar de não ter chegado ao fim do mandato, em razão da forte oposição dos setores mais conservadores, a sua gestão atentou para a repressão aos movimentos sociais de esquerda, em particular às Ligas Camponesas.

De volta ao Exército, assumiu a presidência da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, em Washington, estreitando ainda mais os seus laços com militares deste país, uma experiência que, como se viu, era amplamente partilhada entre os generais de 1964. Em 1960 Farias retorna ao Brasil e assume a chefia do EMFA no governo Jânio Quadros. É nesta posição que, após a renúncia do presidente, Farias participa das articulações contra a posse de Goulart. Primeiro por ocasião do veto dos ministros militares e depois contra a chamada campanha da legalidade, quando foi designado para assumir, sem sucesso, o comando do III Exército e para articular uma linha de defesa em Santa Catarina contra um eventual avanço de tropas janguistas desde o Rio Grande do Sul.

Com a posse de João Goulart, Farias permanece sem função específica e passa a dedicar-se integralmente à conspiração que redundou no golpe em 1964. Vitorioso em mais uma insurreição, assumiu o Ministério Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais no governo Castelo Branco. Em 1965 foi promovido a marechal e transferido para a reserva, concluindo assim sua longa carreira militar. No ano seguinte esboçou uma candidatura à presidência mas foi suplantado por Costa e Silva. Nos próximos governos do regime, ao contrário dos demais generais de 1964 que operaram conforme o perfil rebelde-insurrecional, Cordeiro de Farias ainda exerceu influência política, posicionando-se contra o AI-5 e operando como articulador político tanto de Geisel quando de Figueiredo.

4.2.2 Perfil de engajamento tecnoburocrático

Os generais de 1964 cujas trajetórias de ação política extra-militar mais se aproximam do perfil tecnoburocrático são Ernesto Geisel, Lira Tavares, Albuquerque Lima, Siseno Sarmiento Idálio Sardenberg e Golberi do Couto e Silva. A maior parte deles era ainda muito jovem quando dos levantes de 1922 e 24, de modo que acompanharam o tenentismo como espectadores nos colégios militares ou na Escola Militar. Sua estréia no campo político se deu com a adesão às conspirações que se desenvolviam entre os oficiais mais novos do Exército e com a participação ativa no levante de 1930. Trata-se de um grupo cuja primeira ação insurrecional da qual participam já lhes abriu o acesso a uma série de funções governamentais no novo regime.

De modo geral, os cargos que exerceram estavam ligados às polícias estaduais, com exceção de Ernesto Geisel, que assumiu a secretaria da Fazenda e Obras públicas da Paraíba em 1934 e de Juraci Magalhães que foi nomeado interventor na Bahia em 1931 e se elegeu governador daquele estado em 1935. De forma semelhante ao perfil rebelde-insurrecional, o perfil tecnoburocrático registra um padrão de ação extra-militar intermitente. Assim, passados os primeiros anos do Governo provisório e, sobretudo, no Estado Novo, estes militares retornam às suas funções predominantemente profissionais.

O seu retorno à arena política se dá no pós-1945, como oficiais superiores que já cursaram a Escola de Estado-Maior e, como muitos outros, que fizeram cursos nos Estados Unidos por ocasião da participação do Brasil na II Guerra Mundial. No âmbito do Exército, se posicionaram nas disputas pela diretoria do Clube Militar em favor da chapa de Cordeiro de Farias em 1950 e de Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo em 1952, sendo que Siseno Sarmiento fora um dos signatários do manifesto de criação da Cruzada Democrática.

O elemento distintivo do perfil de ação extra-militar tecnoburocrático se consolida na década de 1950, quando estes militares passam a exercer funções de alta administração (presidência, superintendência e participação nos conselhos) em empresas estatais como a Petrobrás, Vale do Rio Doce e em organismos como a SUDENE. Tratava-se de espaços novos na burocracia desenvolvimentista do Estado brasileiro³³² e cuja ocupação por parte destes militares estava associada a diferentes lógicas. De um lado pesava o interesse, já antigo, dos militares pelo controle ou influência sobre segmentos considerados estratégicos para a segurança nacional, que compreendiam a

³³² A Petrobrás foi criada em 1953, sendo Juraci Magalhães seu primeiro presidente em 1954, a SUDENE foi instituída em 1959 e mesmo a Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, tivera, Juraci

mineração, a siderurgia, a geração e distribuição de energia e os transportes. Associado a isso estava formação “técnica” e voltada para os “problemas nacionais” que os generais de 1964 julgavam portar e que fora reforçada, em particular, na Escola de Estado-Maior do Exército.

De outro lado, pesavam os fatores da conjuntura política. A nomeação de Juraci Magalhães (ao mesmo tempo uma liderança na UDN e uma figura de destaque no Exército) para a presidência da Petrobrás, quando as cinzas da campanha do petróleo ainda estavam quentes e a base do segundo governo Vargas entre os militares já estava bastante debilitada, não deixa de ser mais um lance da conhecida estratégia de cooptação do velho presidente. Ainda assim, é possível afirmar que estava em ação uma lógica de longo curso que conduzia determinados segmentos do Estado brasileiro ao “insulamento burocrático” como via para se neutralizar a influência dos partidos e se garantir a aplicação de uma “racionalidade técnica” às suas decisões.³³³ As burocracias desses aparatos estatais desenvolvimentistas garantiram um certo grau de autonomia mantendo suas diretorias, pelo menos nos primeiros anos, razoavelmente imunes às barganhas clientelistas e compostas em sua maioria por técnicos e militares.³³⁴

O perfil de ação extra-militar tecnoburocrático segue se expandindo, como a própria burocracia estatal, depois de 1964. Por sua vez, agregam-se aos espaços de ação política dos indivíduos aqui estudados os novos organismos de segurança encarregados da repressão social como o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), criado em 1969 sob a supervisão de Siseno Sarmento. A ocupação de ministérios também se expandiu neste período, bem como as estratégicas nomeações para o Superior Tribunal

Magalhães, novamente, como seu terceiro presidente.

³³³ NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p.82 e 86.

³³⁴ RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. *O Estado dentro do Estado: autoritarismo e instabilidade institucional no Regime Militar*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997. p. 153 e 174.

Militar, órgão da justiça militar então encarregado de julgar os Inquéritos Policiais Militares do novo regime.

Uma trajetória que bem exemplifica este perfil de ação política é a de Ernesto Geisel. Irmão mais novo de dois outros militares, Enrique e Orlando Geisel, não participou dos levantes tenentistas pois ingressara na Escola Militar do Realengo somente em 1925. Por influência dos irmãos, inteirou-se das conspirações que redundaram na Revolução de 1930 e participou do levante na condição de primeiro-tenente. Estabelecido o Governo Provisório, Ernesto Geisel deixa a farda e assume a secretaria-geral do governo do Rio Grande do Norte e passa a chefiar o Departamento de Segurança Pública daquele estado. Em 1932, de volta ao Exército, combate o levante constitucionalista em São Paulo sob as ordens do general Daltro Filho, o mesmo que mais tarde levaria Cordeiro de Farias para o seu *staff* no Rio Grande do Sul.

Em 1934 Geisel retorna a operar na esfera política assumindo a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba. No ano seguinte, já servindo no Rio de Janeiro, participou da repressão ao levante armado comunista na Escola de Aviação Militar. Embora sua unidade tenha participado ativamente da deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, Geisel permaneceu exercendo funções estritamente militares por todo o Estado Novo. Em 1946 assumiu uma função junto à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. A Secretaria Geral do CSN fora criada naquele mesmo ano e era diretamente subordinada à presidência da República através do Chefe do Gabinete Militar, operando como um órgão de assessoramento. Seus quadros compreendiam oficiais de Estado-Maior e “civis especializados” e se constituía, embora de forma limitada, num espaço de ação e de articulação políticas, uma vez que do CSN faziam parte diversos ministros e que por ali passaram questões ligadas ao fichamento do PCB

e às interventorias nos estados.³³⁵ Mais tarde, no breve governo Café Filho, Geisel voltou a atuar junto ao CSN quando assumiu a subchefia do Gabinete Militar.

Apesar de o CSN se dedicar também às questões ligadas ao desenvolvimento de uma infra-estrutura que garantisse alguma autonomia nos setores considerados estratégicos da economia brasileira, a atuação de Geisel como gestor de um segmento da tecnoburocracia se inicia de fato em 1955, quando foi nomeado superintendente-geral da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. A designação de um militar com experiência político-administrativa trazida do pós-1930 e do CSN se justificaria, segundo o próprio Geisel, em função de resolver não um problema técnico, mas um problema administrativo, disciplinar na então maior refinaria de petróleo do Brasil.³³⁶ Independente das motivações e racionalizações, Geisel trilhou uma carreira no setor petrolífero entremeada pela carreira militar: entre 1958 e 1961 representara o Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo e de 1969 a 1973 fora presidente da Petrobrás, de lá saindo para assumir a presidência da República no ano seguinte.

Entre os generais de 1964, Geisel não foi um dos protagonistas mais engajados nas crises militares dos anos 1950. Posicionou-se contra o “golpe preventivo” de Lott em 1955 mas, mesmo estando lotado na ESG entre 1952 e 1954, até onde se pôde apurar não estava diretamente envolvido nas conspirações para sustar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. No entanto, em 1961 servia como oficial de gabinete de Odílio Denis quando este e os demais ministros militares vetaram a posse de Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Antes disso, atuara na operação de esvaziamento do aparato montado por Lott no Exército e no deslocamento destes

³³⁵ D'ARAÚJO, M. e CASTRO, C. p.99 ss.

³³⁶ Idem, p. 108.

oficiais de posições importantes, com comando de tropas, para postos secundários.³³⁷ Durante o governo Goulart, manteve-se próximo a seus contatos estabelecidos ou reforçados na ESG e participou ativamente do núcleo de conspiração do Rio de Janeiro que tramava o golpe que se realizou em 1964.

No novo regime, sua atuação política foi crescente. Durante o governo Castelo Branco assumiu o Gabinete Militar da Presidência e, por decorrência, retornou à Secretaria do CSN. Nesta condição Geisel participou das reuniões que levaram a cassação de mandatos de diversos políticos e da decisão de decretar o recesso do Congresso, bem como da definição do anteprojeto da nova Constituição, aprovada por um Congresso já mutilado em janeiro de 1967. Em 1967, já no governo Costa e Silva, – cuja indicação para suceder Castelo discordara – assumiu uma cadeira no STM. Mesmo longe da tropa, Geisel teve seu nome citado nas consultas entre os oficiais gerais para a sucessão de Costa e Silva. Transferindo-se para a reserva ao encerrar sua atuação no STM, foi indicado pelo novo presidente, Emílio Médici, para a presidência da Petrobrás. Sua candidatura à presidência da República contou com o apoio de Médici ainda em 1973 e efetivou-se em janeiro de 1974 pelo Colégio Eleitoral, na única “eleição” a qual se submetera.

4.2.3 Perfil de atuação política conspirador-institucional

As trajetórias dos generais de 1964 que mais se aproximam deste perfil são as de Castelo Branco, Costa e Silva, Peri Bevilacqua, Ademar de Queirós, Antônio Carlos Murici e Emílio Médici. O elemento distintivo central deste perfil de ação política extra-

³³⁷ GASPARI, E. Op. cit. p. 67.

militar é o seu caráter tardio em relação aos dois outros perfis anteriormente descritos. Para este perfil de ação, o exercício de funções governamentais se iniciou somente depois do golpe de 1964, até então o que se têm são no máximo algumas assessorias junto ao Ministério da Guerra. Apesar deste caráter tardio, que supõe um menor grau de articulação com elites políticas civis, deste perfil de atuação saíram três dos cinco generais que ocuparam a presidência da República durante o regime militar.

Os agentes que operam conforme o perfil conspirador-institucional percorreram suas trajetórias integralmente na esfera militar quase até atingirem o generalato. Neste percurso, a maior parte deles teve uma permanência mais longa como instrutor nas diferentes instituições do sistema militar de ensino que os demais generais de 1964. A adesão à insurreições e conspirações é também menor que nos dois perfis anteriores. Alguns deles foram identificados no Exército como “legalistas”, não só não aderindo às várias insurreições militares do período mas até as combatendo. Somente Costa e Silva participou dos levantes tenentistas, no entanto, depois de 1930 permaneceu operando estritamente na esfera militar até 1955, quando apoiou, em São Paulo, o movimento encabeçado por Lott e Odílio Denis. Antes de assumir a presidência a única função governamental que exerceu foi a de ministro da Guerra no governo Castelo Branco.

As eleições no Clube Militar e a crise política de 1954 são um marco divisor nas ações políticas, ainda razoavelmente restritas à caserna, destes indivíduos. Para alguns deles, a assinatura do *manifesto dos coronéis* é o início de uma série de posições políticas assumidas contra o varguismo e a mobilização popular e que identificam na figura pessoal de João Goulart a brecha para a infiltração comunista no país, senha que legitimaria uma ação extralegal da corporação militar naquilo que definiam como sendo a defesa da democracia e das instituições nacionais.

Os agentes que operaram conforme o perfil conspirador-institucional não percorreram longas carreiras políticas ou na tecnoburocracia estatal. Eram militares de alta patente (coronéis e generais) que tardiamente começaram a participar de conspirações cuja motivação se mostrava fortemente influenciada pelo contexto de radicalização da política nacional, de recepção das doutrinas da “guerra revolucionária” e da polarização típica da Guerra Fria. Seu repertório de ação, enquanto restrito à esfera militar, compreendia a formulação doutrinária, a influência na formação de oficiais mais novos e o engajamento nas disputas pelo controle de associações como o Clube Militar. Com a radicalização política do início dos anos 1960, agregam-se a prática da conspiração e a velha disposição de derrubar governos pelas armas partilhada por seus pares que operavam conforme os perfis rebelde-insurrecional ou tecnoburocrata.

A trajetória de Castelo Branco operou em sintonia com o perfil de ação política extra-militar conspirador-institucional. Não participou dos levantes armados de 1922, 24 ou de 1930 e, como tenente, integrou as forças governamentais que perseguiram a Coluna Prestes. Também manteve-se fiel ao governo instituído quando da rebelião de 1932. Sua única ação na esfera política neste período foi publicar uma série de artigos em jornal sob o pseudônimo de “Coronel Y” na qual, entre outras coisas, criticava a atuação de parlamentares militares na Assembléia Constituinte e as promoções de militares que ocupavam funções governamentais em detrimento daqueles que permaneciam no Exército.³³⁸

No início dos anos 1930 Castelo Branco já exercia funções de instrução na Escola de Estado-Maior do Exército, o que começava a demarcar sua distinção em termos de uma carreira militar com intenso investimento no espaço escolar, o que se reforçou em 1936 quando recebeu autorização para realizar o curso de três anos na

Escola Superior de Guerra francesa. Em 1940 serviu como oficial de gabinete de Dutra no Ministério da Guerra e, em 1943, integrou o primeiro grupo de oficiais brasileiros que realizaram cursos nos Estados Unidos. Na FEB, mesmo atuando próximo a figuras politicamente muito ativas como Cordeiro de Farias, manteve-se à margem de articulações e conspirações como a que, em 1945, redundou na derrubada de Getúlio Vargas.

A sua inflexão em favor de uma ação política mais continuada se deu no pós-1945 e foi fortemente motivada pelas mobilizações anticomunistas de então. Todavia operava ainda circunscrito à esfera militar. No imediato pós-guerra, a recém fundada Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, que congregava em sua maioria praças e oficiais subalternos da reserva, começou a exercer um papel mais politizado na representação dos interesses de seus membros, o que, na visão de vários oficiais superiores, indicava que a associação havia sido “solapada” pelos comunistas.³³⁹ Depois de fracassar no intento de fundar uma associação paralela que fosse imune à presença comunista, em 1947 Castelo Branco foi convidado a encabeçar uma chapa “de união” na Associação, numa estratégia para evitar que o organismo fosse controlado por figuras como Henrique Oest e Jacob Gorender. Depois de uma tumultuada eleição, Castelo venceu por uma estreita margem de votos e, a partir de então, esta e as demais associações de ex-combatentes esvaziaram seu conteúdo político tendo se limitado ao simples assistencialismo.³⁴⁰

Três anos depois, engajou-se novamente numa disputa semelhante. Tratava-se da chapa encabeçada por Cordeiro de Farias para a diretoria do Clube Militar, cuja derrota

³³⁸ DULLES, J. 1979. p. 39.

³³⁹ FERRAZ, Francisco C. A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. in: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 378s.

³⁴⁰ Idem, p. 380.

para os “nacionalistas” Estilac Leal e Horta Barbosa suscitou a adesão Castelo Branco à campanha da Cruzada Democrática. Em agosto de 1952, Castelo Branco atingira o generalato e, como tal, foi designado para o comando da 10^a Região Militar, cuja sede era em Fortaleza, no seu estado natal. Valendo-se da condição de mais alta autoridade militar no estado, Castelo aproximou-se bastante da elite política local, particularmente da UDN e da porção mais conservadora do clero católico. A abertura desta interface com a esfera política se deu com tal intensidade que, assim como Cordeiro de Farias o fizera em Pernambuco, seu nome foi cogitado no primeiro semestre de 1954 para disputar o governo do estado do Ceará.³⁴¹ Esteve a um passo de cruzar a linha entre as esferas militar e política e assumir a posição de político fardado, que em várias oportunidades criticara.

Do Ceará, Castelo assumiu o comando da Escola de Estado Maior, tendo Orlando Geisel como Diretor de Ensino a ele diretamente ligado. Implantou um regulamento novo, alterou a metodologia de ensino e renomeou a escola. Em 1955, assim como Costa e Silva, apoiou Lott na deposição de Café Filho em nome da posse de Juscelino e, por não ter punido seus subordinados que se opuseram ao “golpe preventivo” do ministro da Guerra, perdeu o comando da ECEME. No ano seguinte, o “legalista” que se pronunciara contra o *Manifesto dos Coronéis* e contra as articulações para anular as eleições que, mais uma vez, a UDN perdera, assumia um posto na ESG. Em 1958 candidatou-se sem sucesso à presidência do Clube Militar pela Cruzada Democrática, então coordenada por Golberi do Couto e Silva. Essa nova candidatura a um dos espaços ao mesmo tempo político e corporativo do Exército e, após a derrota, a sua transferência para longe do Rio de Janeiro (Belém do Pará), indicam que mesmo sem ter ocupado funções governamentais e sem ter engajado-se nas sucessivas rebeliões

³⁴¹ DULLES, J. 1979. p.180.

e pronunciamentos militares do período, Castelo já era identificado como uma liderança política no corpo do Exército.

Seu discurso, contudo, seguia denunciando “a teimosia do oficial em fazer carreira política, administrativa ou industrial paralela a uma carreira militar.”³⁴² Suas ações, à frente da Diretoria de Ensino e Formação do Exército, cada vez mais se voltavam para a difusão das doutrinas da “guerra revolucionária”, enquanto os seus comandos se voltavam para treinamentos de operações de contrainsurreição. Em 1963, Castelo Branco assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército e, desde o Rio de Janeiro, começou a aproximar-se dos demais generais de 1964 que operavam conforme os perfis rebelde-insurrecional e tecnoburocrático. Pouco mais de um ano depois, o governo Goulart estava deposto e Castelo dava baixa do Exército para assumir a Presidência da República.

Neste capítulo procurou-se demonstrar desde que posições sociais os generais de 1964 provinham e quais os percursos predominantes que foram trilhados em suas trajetórias na corporação, destacando ali três possibilidades de investimentos de carreira: os comandos de tropa, as funções de estado-maior e as de ensino. Mapeados estes percursos institucionais, pôde-se precisar melhor os perfis de ação política dos generais de 1964 percebendo o seu alinhamento em favor de posições anti-oligárquicas, anticomunistas e defensoras de uma via autoritária para o processo de modernização nacional. Percebe-se também que, no decorrer de suas longas trajetórias, a ação política não foi contínua, dependendo tanto da conjuntura política nacional quanto da posição que ocupavam na hierarquia. Isto, por sua vez, permitiu se estabelecer os três perfis distintos de ação política que permitem visualizar que a ação destes militares no campo

³⁴² ACB/ECEME A doutrina militar brasileira. 1957.

da política nem sempre era hegemônica dentro do Exército e, mesmo partilhando uma série de afinidades, os generais de 1964 operaram, enquanto políticos fardados, em momentos e de formas diferenciadas no decorrer do período estudado.

Conclusão

O estudo aqui feito de como os indivíduos de uma determinada fração da alta oficialidade do Exército envolvida com o golpe e o regime de 1964 operava enquanto agentes políticos traz consigo a intenção de se evitar uma abordagem das relações entre os militares e a política no Brasil circunscrita ao prisma institucional. Para tanto, investigou-se a ação política extra-militar dos generais de 1964, usando como recurso a análise das trajetórias destes indivíduos nas esferas militar e política, de forma a estabelecer relações entre formação profissional, formação política e a sua atuação política. Isso permitiu compreender que as experiências formadoras desses agentes, bem como dos seus repertórios de ação e de representação, se deram tanto nos espaços escolares de formação de oficiais quanto nos variados espaços de atuação política por eles ocupados.

Sem desconsiderar a importância das regras, estruturas, clivagens e lutas da instituição militar e do sistema político brasileiro, o que forçou algumas descrições institucionais um tanto longas, estruturou-se a hipótese deste trabalho a partir de três questões norteadoras da pesquisa e da estruturação do texto.

A primeira questão específica interrogava-se em que medida os espaços de formação profissional foram também espaços de formação política para os generais de

1964. Para dar conta dela, investigou-se três instituições formadoras da oficialidade, que recebiam os indivíduos em momentos diferentes de suas carreiras e que lhes abriam diferentes portas para suas trajetórias profissionais e políticas.

Parte considerável dos agentes estudados começou sua formação militar ainda nos colégios militares do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, ainda assim, o período decisivo para a sua formação como oficiais do Exército foi, sem dúvida, a Escola Militar do Realengo. Ali se estabeleceu a sua distinção em face aos civis. Orgulhosos de suas fardas e de seus saberes técnicos que se somavam à introdução de saberes militares específicos pelas *missão indígena* e pela Missão Francesa, não eram mais apenas “bacharéis de farda” mas militares profissionais. Apesar da internalização desses saberes e dos valores a eles inerentes (hierarquia, disciplina, progressão pelo mérito, etc.), e dos esforços da cúpula militar, a Escola Militar era um espaço fortemente politizado, no qual se disseminava uma visão crítica ao liberalismo oligárquico, ao sistema político e às elites brasileiras identificadas com a Primeira República. Difundia-se também, entre os alunos, uma atitude de contestação à ordem vigente, expressa na adesão de grande parte deles aos levantes de 1922, 24 e 30, ao qual se somava a reativação da mística da Praia Vermelha, cultivada pelas associações formais e informais dos alunos. Tem-se então que, desde cedo, as conspirações e adesões aos levantes armados já compunham o repertório de ação política extra-militar da geração a que pertenciam os generais de 1964. O seu repertório discursivo também foi precocemente marcado por uma visão restritiva ao liberalismo e à mobilização popular.

As diferentes clivagens entre os oficiais formados nessa época e os diferentes perfis de atuação política dos agentes estudados revelam, contudo, que não se pode depositar todo o crédito do intervencionismo militar à Escola Militar do Realengo. É

preciso levar em conta os demais espaços de formação profissional e as experiências que de fato caracterizavam os generais de 1964.

Na EEM foi reforçado o sentimento de pertencimento a uma elite entre os agentes estudados, afinal apenas uma fração dos oficiais conseguia nela ingressar e, em tese, nem todos que lá ingressavam e concluía o curso de fato integravam o QEME. Instituíra-se um duplo filtro na progressão da carreira de oficial do Exército; um meritocrático, avaliado pelo concurso e pelo desempenho escolar, outro de caráter político e de inclinações, de hábitos e comportamentos, controlado pelas comissões de sindicância e pela decisão direta do chefe do EME. Desde a sua admissão, os agentes eram incentivados a se preocuparem com os “grandes problemas brasileiros” que cada vez mais interessavam os militares nos anos 1930 e 40. Aos saberes militares específicos, somavam-se temas ligados ao planejamento, energia, transportes e industrialização como elementos articulados de uma noção ampliada de segurança que então se disseminava. Paralelamente, ampliava-se a presença de militares em setores estratégicos da crescente burocracia estatal e, com ela, a crença na eficácia do “método objetivo” ensinado na EEM como ferramenta para a mobilização e para o planejamento. Cada vez mais os agentes aqui estudados empregavam esses saberes não só no exercício e na progressão de suas carreiras militares mas como parte integrante de suas representações sobre a sociedade e a política brasileiras e como um elemento justificador da sua ação extra-militar.

Apesar de nos seus depoimentos os agentes sempre insistirem que não se discutia “política partidária” na Escola Superior de Guerra, é inegável o caráter essencialmente político daquela instituição, pois propunha-se a formar uma elite que, de posse de um saber “objetivo” e de um “método racional”, administraria o Estado no sentido de “equacionar” os problemas brasileiros em favor de um desenvolvimento com

segurança, a dizer, sem a emergência de conflitos sociais e políticos. Para além de suas intenções regimentais, a ESG foi, no período aqui abordado, um importante foco de conspirações. O espaço institucionalizado da ESG permitiu a sistematização em forma de doutrina e em instância de consagração (afinal a Escola diplomava seus estagiários) de todo um esquema de percepção e de classificação do mundo que, até então de forma difusa, circulava junto ao polo “intervencionista-controlador” do oficialato brasileiro em geral e, especificamente, entre os agentes que compunham o grupo de generais de 1964.

Mais do que isso, a interação social dos agentes neste espaço e a experiência de engajamento e luta política por que passaram contribuíram de forma significativa para a coesão do grupo, que foi capaz de elaborar essas experiências através da produção de discursos capazes de racionalizar e legitimar a sua posição nas Forças Armadas como defensores de uma “despolitização” do Exército, podendo ser traduzida como neutralização do polo nacionalista da corporação e que se combinava com a defesa da intervenção política, resguardando a “unidade” das Forças Armadas, para preservar o que chamavam de democracia das ameaças representadas pelo “despreparo” e falta de “espírito público” das elites políticas civis e pela “infiltração” comunista.

Essa dimensão conduz à segunda questão específica formulada neste trabalho, a qual se interroga a respeito de quais experiências compartilhadas pelos agentes definiram a especificidade do grupo de generais de 1964 e a orientação de sua ação política.

Ter cursado a Escola Militar no período aqui abordado e ter participado ou acompanhado o ciclo de agitações militares das décadas de 1920 e 30 constituiu uma experiência marcante para os agentes estudados que, agregando a ela leituras do chamado pensamento autoritário da Primeira República sedimentou ali uma visão com

sérias restrições às instituições políticas liberais e evidada de uma crença de que lhes cabia dar conta dos “problemas brasileiros”. Ao tempo em que cursaram a Escola de Estado-Maior do Exército, que para muitos coincidiu com o Estado Novo, experienciaram a crescente influência militar na agenda política nacional e, com ela, a progressiva ocupação de postos burocráticos – e políticos – feita por oficiais leais ao regime.

Se essas experiências foram comuns a praticamente toda a geração de militares dessa época, o exercício de funções governamentais começa a marcar a distinção dos generais de 1964 em relação às demais clivagens do Exército. Desde 1930 que muitos dos generais de 1964 começavam a acumular uma importante experiência com administração, negociação e exercício do poder na esfera política. Seu repertório de ação se tornava mais variado e suas interfaces com o mundo civil mais complexas.

Na EEM, a difusão de uma noção ampliada de defesa nacional, que abarcava os diferentes setores de atividade do Estado e da sociedade, expressa na doutrina Góes Monteiro, e a incorporação de saberes “técnicos” e de um “método cartesiano” permitiram o reforço da crença no “preparo” dos oficiais do Exército para a ocupação de funções administrativas na arena política. Os imperativos da segurança, exacerbados pela insurreição de 1935 e pela conflagração mundial de 1939, reforçavam a disposição daqueles agentes cujas carreiras políticas eram mais precoces a encarar como natural e necessária sua atuação como políticos fardados. Engajamento político e profissionalismo não eram percebidos, nesse sentido, como contraditórios.

O processo de internacionalização experienciado pela geração a que pertenciam os agentes estudados foi significativamente mais acentuado nos generais de 1964. A sua experiência internacional envolveu tanto o acesso a instituições estrangeiras de ensino

militar, principalmente nos Estados Unidos, quanto a participação em organismos multi ou bilaterais ligados a mecanismos de cooperação e defesa coletiva. A isso soma-se a experiência real de combate na Itália junto com os EUA, de modo que, para esses agentes, internacionalização e americanização eram quase sinônimos. A primeira década da Guerra Fria só acentuou esse processo e neles reforçou não só a crença na iminente ameaça comunista, e do confronto inevitável entre os blocos liderados pelos EUA e pela URSS, mas também no papel ampliado que deveriam desempenhar na ordem política interna como guardiões da nação.

Justamente neste período, uma parte dos generais de 1964 estava envolvida com a formulação coletiva da DSN. De modo geral, o grupo todo – que era fortemente identificado com a UDN – tendeu a perceber as derrotas eleitorais das forças políticas alinhadas a este partido em 1946, 50 e 55 como decorrência da imaturidade do eleitorado brasileiro, das manipulações e corrupção dos políticos profissionais e, em especial, da infiltração comunista. A difusão de um discurso sobre a decadência moral ou da fraqueza das instituições políticas brasileiras, as quais seriam como brechas para o comunismo, somou-se ao contexto de radicalização política dos anos 1960 como um importante elemento mobilizador para o intervencionismo de militares cada vez mais influenciados pelas doutrinas da guerra revolucionária e da contra-insurreição.

Estabelecidos o tipo de formação e as experiências constituidoras do grupo de generais de 1964, pôde-se dar conta da terceira questão específica deste trabalho, que tratou diretamente dos seus diferentes perfis de ação política. Quando operavam como agentes políticos, os generais de 1964 assumiram posições marcadamente anti-oligárquicas, anticomunistas e defensoras de um processo de modernização nacional autoritário. Até este momento, maior ênfase havia sido conferida aos elementos convergentes nas trajetórias estudadas. Porém, o estudo revelou que, em suas longas

trajetórias e nas diferentes conjunturas, os generais de 1964 operaram conforme três perfis distintos de atuação política cujas características marcam não só momentos diferentes de ingresso na arena política mas também tendências distintas a operar em segmentos diferentes do campo político.

Assim, aqueles que precocemente se engajaram nos levantes tenentistas e permaneceram conspirando por toda a década de 1920 até que, com a vitória em 1930, passaram a exercer atividades governamentais, se fizeram presentes na maior parte das conspirações, manifestações e insurreições militares até 1964. Eram os aqui chamados de rebeldes-insurrecionais. Apesar de terem ocupado cargos na esfera política no início dos anos 1930 e de alguns deles terem sido ministros no governo que se iniciou em 1964, a marca da atuação política desses agentes é a participação em conspirações e insurreições. A Revolução de 1930 marcou também o ingresso na arena política de uma outra fração dos generais de 1964 que, embora também ocupasse cargos políticos no cenário pós-revolucionário, manifestou uma tendência maior a exercer funções administrativas na crescente burocracia desenvolvimentista. Estes militares que operavam na arena política como tecnoburocratas mantiveram este padrão de ação política depois de 1964. Os aqui chamados de conspiradores-institucionais apresentaram carreiras políticas mais breves e tardias. Somente depois de atingir as altas patentes, e fortemente influenciados pelo anticomunismo, é que estes militares começaram a operar como atores políticos, primeiro nos espaços associativos do próprio Exército e depois nas conspirações contra o governo João Goulart.

Por fim, cabe ressaltar que, compreender de que maneira os generais de 1964 operaram com agentes políticos permite preencher uma lacuna nos estudos sobre as relações entre os militares e a política no Brasil. As abordagens cujo foco está centrado na instituição militar como um todo tendem a não problematizar como as diferentes

frações que se constituíam no interior das Forças Armadas agiam politicamente, que elementos na sua formação profissional exerciam influência nessa ação, que experiências singularizavam estas frações e quais os sentidos que seus componentes davam a essas experiências. O estudo das trajetórias dos 24 militares que compõem o grupo dos generais de 1964, apenas uma das várias clivagens que se configuraram no interior do Exército durante o período estudado, revelou que em sua grande maioria estes indivíduos operavam como atores políticos desde muito antes de 1964.

Os diferentes perfis de ação indicam que não se tratavam de árbitros ou de moderadores do sistema político nacional, não faziam apenas intervenções pontuais no jogo político mas se mostraram, em diferentes momentos de suas carreiras, plenamente empenhados em ocupar cargos governamentais e na burocracia estatal, em disputar eleições, cumprir mandatos, tramar insurreições e derrubar governos. Suas ações desempenhadas na esfera política não eram contínuas e nem lineares. Elas eram intermitentes, afinal, os generais de 1964 nunca deixaram de ser militares e de cumprir os requisitos institucionais para acender ao generalato.

De modo geral, as carreiras dos membros do grupo eram híbridas, desenrolando-se ora na esfera militar, ora na esfera política. Suas decisões de se engajar ou não em determinadas lutas políticas e a maneira com que, uma vez operando na esfera política, agiam, dependia tanto de fatores conjunturais quanto da posição que ocupavam na hierarquia militar. No decorrer de suas trajetórias e de suas experiências compartilhadas, estruturou-se um repertório de ação coletiva e de representações que conferiam unidade às posições assumidas e aos sentidos produzidos pelos generais de 1964. Deste modo, mesmo trilhando carreiras militares diferenciadas e operando na política conforme perfis distintos, a sua atuação na esfera política se dava de forma convergente.

Cada trajetória é, necessariamente, individual e, portanto, única; o seu estudo em conjunto – e balizado por um grupo de controle – revelou os elementos comuns que dão sentido ao recorte do grupo e os diferentes perfis de atuação que operavam dentro do mesmo. Este estudo, focado num grupo de 24 oficiais do Exército brasileiro, pôde identificar que esses indivíduos operavam conforme estratégias e interesses que freqüentemente não diziam respeito à instituição militar como um todo, sendo, inclusive, objeto de conflitos com outras frações da corporação. Permitiu também ressaltar uma dimensão da presença militar na política brasileira que não se resumia aos seus aspectos mais dramáticos e visíveis, caracterizados por manifestos, golpes e insurreições. O estudo das trajetórias dos generais de 1964 revelou uma relação mais complexa e extensiva de atuação de quadros do Exército Brasileiro nos diferentes espaços da esfera política. Seja no exercício de funções governamentais, seja na tecnoburocacia, os agentes aqui estudados operavam como atores políticos desde muito antes do golpe de 1964.

Bibliografia e fontes consultadas

1 Obras gerais

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALONSO, Angela. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB*, n. 42, 1996, pp. 109-134.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARRUDA, Antônio de. *A escola Superior de Guerra*. 2 ed. São Paulo: GRD, 1983.
- ARTURI, Carlos Schmidt. *Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)*. Paris: Septentrion, 1999.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1971.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BARROS, Alexandre de S. C. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de doutorado. University of Chicago, 1978.
- BERTOL, Silvana. *Quem faz caso de estudantes: um estudo da participação política do bloco acadêmico castilhistas*. Porto Alegre: PUCRS, 1993.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BOSI, Alfredo. Arqueologia do Estado-providência. in: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANCATO, Sandra. As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. 1988, n.2, pp. 195-214.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: JZE, 1985.
- BUSTAMANTE, Fernando. Los paradigmas en el estudio del militarismo en América Latina. in: GOODMAN, L., MENDELSON, J., RIAL, J. (Comp.) *Los militares y la deocracia: el futura de las relaciones civico militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. I-Documentos. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal*. (1945-1964). II-Evolução política. Rio de Janeiro: Difel, 1985.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I*. Instituições e classes sociais (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1988.
- CARRANZA, Mario Esteban. *Fuerzas Armadas y Estado de Excepción en América Latina*. Mexico: Siglo XXI, 1978.
- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas*. São Paulo: companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. in A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t.3, v. 2.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/FGV, 1999.
- CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*, 14 (1994). pp. 231-240.

- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2 ed. Rio de Janeiro: JZE, 2004.
- CASTRO, Celso. O fim da juventude militar. in: VIANNA, Hermano. *Galerias cariocas: territórios de conflitos de encontros sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, Paulo César de. ECEME: 96 anos de altos-estudos militares. *Revista do Exército Brasileiro*. v. 139, 1º quadrimestre, 2002.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- COELHO, Edmundo C. *A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico*. ANPOCS. n 15, outubro de 1999, pp. 335-359.
- COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA, Vanda Maria. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.
- DA HORA, Alexandre de Souza. *A influência da ECEME no pensamento militar brasileiro*. Monografia de Conclusão de Curso. ECEME, Rio de Janeiro, 2002.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- EGUILEOR, Jorge Ochoa y BELTRAN, Virgilio Rafael. *Las Fuerzas Armadas Hablan*. Estudio de las actitudes formalizadas de las Fuerzas Armadas Argentinas respecto de problemas politicosociales en períodos críticos (1943-1963). Buenos Aires: Paidós, 1968.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FÉLIX, Loiva Otero. O discurso ideológico de Alberto Torres. *Revista do IFCH*. Porto Alegre, 13: 163-179, 1985.
- FERRAZ, Francisco C. A. *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1994.
- FERRAZ, Francisco C. A. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. in: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FONSECA, Pedro César. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GARCIA JR, Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 98, juin 1993. pp. 20-33.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- GIRARDET, Raoul. *La crise militaire française*. Aspects sociologiques et ideologiques. Librairie Armand Colin, 1964.
- GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- HAINES, Gerald. *The Americanization of Brazil: a study of US cold war diplomacy in the Third World (1945-1955)*. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.
- HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. in _____. *O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HORTA, José Sívelrio Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

- LEMOS, Valéria da Costa. *Os soldados de Tasso Fragoso e os tenentes de Juarez: O processo de formação da identidade militar na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo*. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva 1975.
- MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Anotações para a história. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Brasil republicano*. O tempo da experiência democrática. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1975.
- MARTINS, Luciano. *O Estado capitalista e a burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- McCANN, Frank. *A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945*. in: A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- McCLINTOCK, CYNTIA Y LOWENTAL, Abraham (comp.) *El gobierno militar: una experiencia peruana 1968-1980*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1985.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MEDEIROS, Laudelino. *Escola Militar de Porto Alegre. (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v.2, n.1, 1988.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1976.

- MOURA, Gerson. A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o TIAR e a guerra fria. In: ALBUQUERQUE, José G de. *60 anos de política externa brasileira*. v. 1 Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Anablume, 2000.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NACHMAN, Robert. *Brazilian positivism as a source of middle sector ideology*. Ph. D. University of California, 1972.
- NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no Exército. (1889-1930) in: ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- OLIVEIRA, Eliézer de. Forças Armadas: pensamento e ação política. In: MORAES, Reginaldo (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, João Paulo. Por que os militares intervêm na política? Brasil, 1964: um estudo de caso. *Política e Estratégia*. v. 4, n. 3, 1983. pp. 355-371.
- PELEGRINO FILHO, Ary. A influência da Missão Militar Francesa na ECEME. *A Defesa Nacional*. n. 795, 2003.
- PINEDA, Silvana. *Hloeya: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre: 1922-1938*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PPG Educação, UFRGS, 2003.
- PONDE, Francisco de Paula. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- QUIROGA, Patricio y MALDONADO, Carlos. *El prusianismo en las Fuerzas Armadas chilenas*. Un estudio histórico 1885-1945. s.l.: Ediciones Documentas, 1988.
- RABE, Stephen G. *The most dangerous area in the world: John F Kennedy confronts Communist revolution in Latin America*. University of North Carolina Press, 1999.
- RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. *O Estado dentro do Estado: autoritarismo e instabilidade institucional no Regime Militar*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.
- ROCHA, Maria S. de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

- RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- ROUQUIÉ, Alain (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-omega, 1984.
- SÁ MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SANTI, Isabel et SIGAL, Silvia. *Autoritarisme et légitimité dans les discours militaires: Argentine et Chili*. Paris: CNRS, s.d.
- SANTOS, Míriam de Oliveira. *Berços de heróis: escolas militares na formação de “salvadores da pátria”*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SCHNEIDER, Ronald. *The political system of Brazil: emergence of a “modernizing” authoritarian regime, 1964-1970*. New York: Columbia University Press, 1971.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1984.
- SEIDL, Ernesto. *A espada como “vocaçãõ”: padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- SHILS, Edward et alii. *Los militares y los países en desarrollo*. Buenos Aires: Pleamar, 1968.
- SIGAL, Silvia. *Intellectuels, culture et politique*. In: _____. *Le role politique des intellectuelles en Amérique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine*. Paris: L’Harmattan, 1996.
- SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- SILVA, Hélio. *A novembrada*. O governo Café Filho – 1955. São Paulo: Três, 1988.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SILVA, José Luiz Wernek da. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- SILVEIRA, Helder G. da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *A ilusão americana do Brasil: de D. Pedro II ao golpe de 1964*. In: _____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SMALLMANN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64) in: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- SOARES, Glauco; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- STEPAN, Alfred. The new professionalism of internal warfare and military role expansion. In: _____. (org.) *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1976.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*. n. 5, julho de 1996. pp. 137-172.
- SVARTMAN, Eduardo. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). *História: debates e tendências*. v.3, n.1, p.55-61, julho de 2002.
- TAVARES, José A. G. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

2 Obras teóricas

- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira da Ciências Sociais*, n. 44, outubro/2000, pp. 35-55.
- BADIE, Bertrand. *L'état importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, Bertand y HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BAÑÓN, Rafael y OLMEDA, José. (comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOBBIO, N. (et al.) *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CAILLETEAU, François et BONNARDOT, Gérard. Le recrutement des généraux en France, en Grande-Bretagne et en Allemagne. In: SULEIMAN, Ezra et MENDRAS, Henri. (dir). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Decouvert, 1995.
- CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Fernando H. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. in COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1973.
- DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Dictatures et légitimité*. Paris: PUF, 1982.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Mozart*. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FILLUEILE, Olivier. Proposition pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. In : _____. *Sociologie de la protestation: les formes d'action collective dans la France contemporaine*. Paris, l'Harmatan, 1993.
- GARRIGOU, Alain, LACROIX, Bernard (orgs.) *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GAXIE, Daniel. Appréhensions du politique et mobilizations des expériences sociales. *Revue française de science politique*. v. 52, n. 2-3 avril-juin 2002, p. 145-178.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The soldiers and the State: the teory and politics of civil-military relations*. Harvard University Press, 1957.
- HUNTINGTON, Samuel p. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp, 1975.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- JANOWITZ, Morris. La organización interna de la institución militar in: BAÑÓN, Rafael y OLMEDA, José. (comp.) *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

- LAHIRE, Bernanrd. De la théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: _____. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*. Paris: La Découverte, 2001.
- LAHIRE, Bernanrd. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. t.3, v.2. São Paulo: Difel, 1978.
- MILLS, Wright C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NEIBURG, Federico (et al.) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 2001.
- NEUMANN, Franz. Notas sobre a teoria da ditadura. In: _____. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des groupes d'intérêt*. 2 ed. Paris: Montchrestien, 1998.
- PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política. *Novos Estudos CEBRAP*. n. 45, julho 1996. pp. 51-57.
- PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue Française de Sociologie*. v. 31, 1990, 3-22.
- PENEFF, Jean. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. *Politix*, n. 27, 1994, p. 25-31.
- PERLMUTTER, Amos & BENNETT, Valerie. *The political influence of the military*. New Haven: Yale University Press, 1980.
- PETERS, Guy. *Institutional theory in political science*. The new institucionalism. New York: Pinter, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O Estado autoritário e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques au sein des partis miliaires: definitions et dynamiques. In: _____. (org.). *La politique de Mars*. Les processus politiques dans les partis miliaires contemporains. Paris : Le Sycomore, 1981.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

- SANTOS, Wanderley G. dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*. n. 7, 1970. pp.137-161.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- TILLY, Charles. *The contentious French: four centuries of popular struggle*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain 1758-1834. *Social Science History*. v.17, n. 2, 1986.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- TRINDADE, Hélió. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). in: ROUQUIÉ, Alain. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TRINDADE, Hélió. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 a 2000)*. A grande transição. São Paulo: SENAC, 2000.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, s.d.

3. Fontes

3.1 Discursos publicados

- CASTELLO BRANCO, Humberto A. *Discursos 1964*. s.l.: Departamento de Imprensa Nacional, s.d.
- CASTELLO BRANCO, Humberto A. *Discursos 1965*. s.l.: Departamento de Imprensa Nacional, s.d.
- CASTELLO BRANCO, Humberto A. *Discursos 1967*. s.l.: Departamento de Imprensa Nacional, 1974.
- COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do Presidente*. t.2. s.l.: Imprensa Nacional, s.d.
- GEISEL, Ernesto. *Discursos*. V. I, 1974. Brasília: Assessoria de imprensa e relações públicas da Presidência da República, 1975.
- GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Volume III. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1977
- GEISEL, Ernesto. *Justiça social. Discurso do presidente Geisel em Volta Redonda*.

Brasília: Assessoria de Relações Públicas, 1976.

MÉDICI, Emílio. O pensamento de sua excelência o presidente da República. *A Defesa Nacional*. ano 56, n. 629, jan./fev., 1970, pp. 9-14

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Objetivos e realizações do Exército*. Conferência na ESG. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1969.

VARGAS, Getúlio D. *A nova política do Brasil - V*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

3.2 Publicações da ESG

CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. *A segurança nacional no panorama mundial da atualidade*. Rio de Janeiro: ESG, 1961.

CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1949.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *A democracia brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, 1969.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Ação política – Solução democrática*. Rio de Janeiro: 1971.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Sessão comemorativa do VI aniversário da Revolução de Março*. Rio de Janeiro: ESG, 1970.

TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional, a política e a estratégia: conceituações e interrelações*. Rio de Janeiro: ESG, 1953.

TÁVORA, Juarez. *A segurança nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1959.

TÁVORA, Juarez. *Interpretação das aspirações e interesses nacionais do povo brasileiro: análise política*. Rio de Janeiro: ESG, 1961.

3.3 Revistas militares

CAMPOS DE ARAGÃO, José A. revolução em marcha. *A Defesa Nacional*. n. 601, mai/jun, 1965. pp. 11-25.

COUTO E SILVA, Golbery. A geografia, a estratégia e a política. *Revista do Clube Militar*, n. 134, 1954. pp. 7-77.

LYRA TAVARES, Aurélio. História e civismo. *A Defesa Nacional*. n. 613, mai/jun, 1967. pp. 25-33.

LYRA TAVARES, Aurélio. O Exército brasileiro. *A Defesa Nacional*. n. 623, mai/jun, 1965. pp. 9-21.

LYRA TAVARES, Aurélio da. Plano de ação do Ministro do Exército. *A Defesa Nacional*. n. 616, nov./dez., 1967. pp. 7-20.

MÉDICI, Emílio. Aula magna na ESG pelo exmo. Sr. Presidente da República. *A Defesa Nacional*. n. 601, mar/abr., 1970. pp. 10-25.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Ensaio sobre a doutrina política da Revolução. *A Defesa Nacional*. n. 625, mai/jun, 1969. pp. 11-19.

MOURÃO FILHO, Olympio. Economia e defesa nacional. *A Defesa Nacional*. n. 472, jan./nov., 1953. pp. 69-71.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da ESG*. v. 9, n. 26, 1993.

TÁVORA, Juarez. Problema de racionalização administrativa no Brasil. *A Defesa Nacional*. n. 482, set., 1954. pp. 77-87

TÁVORA, Juarez. Um ensaio de justiça distributiva. *A Defesa Nacional*. n. 482, set., 1954. pp. 51-58

3.4 Depoimentos, memórias e biografias

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláuco e CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DULLES, John Foster. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília: EdUnB, 1983.

DULLES, John Foster. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: JZE, 2006.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2 ed. 5 v. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Memórias de um soldado legalista*. v. 3 Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1964.
- LEITE, Mauro R. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.
- MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à ditadura militar*. Memórias de um soldado. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TÁVORA, Juarez. *À guisa de um depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. São Paulo: Editora O Combate, 1927.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 3 v. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.
- Depoimentos não publicados disponibilizados para consulta pelo CPDOC: Henrique Teixeira Lott, Antônio Carlos Murici, Juraci Magalhães.

3.5 Arquivos consultados

Arquivo Histórico do Exército

Arquivo Castelo Branco (ECEME)

Arquivo Nacional

CPDOC/FGV

3.6 Livros

AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

- BRASIL. *Metas e bases para a ação do governo*. Brasília: Presidência da República, 1971.
- BRASIL. Ministério da Guerra. *Regulamento da Escola de Estado Maior*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1934.
- BRASIL. Ministério da Guerra. *Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1948.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do exército* (esboço histórico). Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1965.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.
- TÁVORA, Juarez. *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. [a]
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. [b]
- VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Anexo 1: Resenhas biográficas dos generais de 1964

Odílio Denis (1892-1985)

Nasceu em Santo Antônio de Pádua, RJ 2º filho de 13. Ensino civil em Campos, Nova Friburgo e Petrópolis concluídos em 1910, só se matricula no Realengo qdo. a escola reabre em 1912. Coursou infantaria e cavalaria concluindo em 1915. 2º ten. em 1917 em 1918 tornou-se instrutor no Realengo, compondo a Missão Indígena, 1º ten. em 1921. Como instrutor conduziu a cia. de alunos contra o gov. em 22, derrotado o levante, permaneceu preso até 1923. Participou tb de um levante do couraçado SP em 24, o qual com 600 tripulantes acabou sendo exilado no Uru. Preso novamente, foi para Ilha Grande onde contraiu malária. Posto em liberdade, foi promovido a capitão em 27. Em 30 foi um dos “tenentes” conspiradores q assinaram o manifesto q repudiava a adesão de Prestes ao comunismo. (Tasso Tinoco, Olímpio Falconière e Filinto Müller tb). Em 30 permaneceu no Rio e depois da vitória assumiu a Escola de Sargentos até 31, qdo. iniciou a EsAO, sob orientação da missão fr. Combateu SP em 32 e major em 33. De 34 a 35, oficial-de-gabinete de GM, Ministro da Guerra. Depois cursou a EEM. Era peixe do gen. Daltro Filho, acompanhando-o em vários comandos. ten-cel em 37, fez parte do cerco a Flores da Cunha. Em 38 coronel e conclui o curso da EEM assumindo posto em Petrópolis q fazia a guarda de GV no EN. Em 40 assume a Polícia do Rio até 46. Em 42 gen. de brigada. Em 45 manteve-se fiel a GV. Gen. de divisão em 46 e de Ex. em 52. Esteve à margem do antivarguismo e da crise de 54, mantendo-se no comando da Zona Mili Leste qdo. Lott assume o Ministério da Guerra no gov. Café Filho. Acompanha Lott em 11/11 e JK retarda a aposentadoria de Denis em 56. No mesmo anos são renomeadas as regiões mili e é criado o Comando Mili da AM. Aposentado em 58 foi reconvocato por JK e depois da saída de Lott para disputar as eleições, assumira a pasta da Guerra até 60 como marechal. Durante a campanha de 60 os mili estavam divididos, o grupo da Cruzada Democrática de CFa apoiava JQ e os da novembrada, Lott. Denis tomou Orlando Geisel como chefe de gabinete, q se cercou só de apoiadores de JQ e tratou de punir disciplinarmente os apoiadores de Lott. com a vitória de JQ Denis permaneceu no ministério e seguiu as orientações do presidente desmontando o aparato lotista barrando promoções e afastando oficiais da tropa. com a renúncia de Jânio, Denis presidiu a junta mili q declarou a inconveniência da posse de JG. Deflagrada a campanha da legalidade no RS, com apoio de Machado Lopes CO do III Ex., Denis ordenou a prisão de Lott para evitar q esse se aliasse aos legalistas. Depois da posse da JG Denis deixa definitivamente o exército, mas não deixa de conspirar. Engajou-se na campanha de CFa contra o presidencialismo e nas articulações para derrubar o gov. tendo interferido diretamente junto aos comandantes de tropas para q ã apoiassem JG em 64. Depois de 64 retirou-se da vida pública, tendo recusado a presidência de honra da ARENA oferecida por Castelo Branco em 67. Era diretor do *O Gymnasial*, pequena publicação dos alunos do Ginásio Petrópolis em 1910.

Canrobert Pereira da Costa (1895-1955)

Nasceu no Rio, estudou no Colégio mili de lá entre 1908 e 13. Em 14 ingressou no Realengo saindo em 18 como aspirante de artilharia. 2º tenente em 18 e 1º em 19 serviu como instrutor na Escola Militar. Capitão em 21, foi punido por infração disciplinar em 22, ingressou na EsAO mas não participou do levante daquele ano. Em 23 ingressou na EEME e combateu os revoltosos de 24. Entre 28 e 29 foi instrutor na EsAO. Não participou de 30. Major em 32, comandou o CPOR do Rio e foi diretor da escola de artilharia. Combateu a revolução Constitucionalista em 32. Integrou a comissão de Estudos Industriais que inspecionava fábricas na Europa para a compra de material entre 37 e 38. Em 38 foi seqüestrado por integralistas quando da tentativa de golpe. Em 39 foi chefe de gabinete do EME e integrou a comitiva de GM aos EUA naquele ano, que visitou os principais centros mili. Em 40 matricula-se no curso de alto-comando e integra a Comissão Mista BR-EUA de Oficiais de Estado Maior para organizar a defesa do NE contra eventuais ataques Al. Gen-de-brigada em 42 assume a 3ª divisão de Cavalaria em Bagé. Curso de comando em Fort Lavenworth e estágio no exército EUA em 43. Secretário Geral do Ministério da Guerra em 44, subordinado apenas a Dutra. Após a desincompatibilização de Dutra permaneceu no ministério e apoiou a deposição de GV. Em 46 Dutra nomeia GM para a Guerra e Canrobert permanece como secretário geral. com a saída de GM, assume a pasta em definitivo, quando já era general-de-divisão. Apesar de não ter interferido no debate do petróleo, entre Horta Barbosa (defensor do monopólio estatal) e JUAREZ TÁVORA (abertura) apoiou o último que era seu amigo e aliado de Dutra. O projeto de lei de segurança nacional enviado por seu gabinete ao Congresso foi duramente criticado e rejeitado por ser mais rigoroso que o do EN. Em 48 foi cotado como possível candidato a sucessão de Dutra, porém sem sucesso. Em 51 assumiu o comando da Zona Militar do Norte (IV Exército) em Recife e integrou a Cruzada Democrática. Em 54, de volta ao Rio, encabeça a chapa com Juarez Távora para o Clube Mili e vence. Assinou o manifesto dos generais que demandavam a renúncia de GV em 54. Após o suicídio os mili antivarguistas assumiram os principais postos e Canrobert assume a chefia do EMFA. Em 55 assina com Lott, Juarez Távora e Eduardo Gomes um manifesto contra JK e em favor de um candidato civil de união nacional, sem sucesso. Canrobert pronuncia um discurso em 5/9 de 55 no Clube Mili por ocasião de 1 ano da morte do major Vaz afirmando que se vivia num regime de “falsa democracia” e numa “pseudo-legalidade”, que teve grande repercussão política ligada aos acontecimentos de 11/11. Morreu em outubro de 55. Em seu enterro, Mamede discursou contra a posse de JK, gerando ainda mais tensões. Foi promovido a Marechal *post mortem* em 59.

Eduardo Gomes (1896-1981)

Nasceu em Petrópolis, seu pai rico deixou a marinha para construir uma ferrovia que o arruinou, sua mãe descendia da elite imperial. Depois de uma infância pobre só consegue entrar no Realengo na 3ª tentativa, em 1916. Junto com Siqueira Campos e Estênio Caio Albuquerque Lima funda o “Tugúrio de Marte” em que discutiam política. Era considerado fechado e clerical pelos colegas. Aspirante a arma de artilharia, 2º tenente em 1919 e 1º em 21. Ingressa na 1ª turma da Escola de Aviação do Campos dos Afonsos. Em 22 participa do levante mili sendo ferido na perna e preso. Em 23 às vésperas de sua prisão, refugia-se numa fazenda no MT. Integra o Estado-Maior dos revoltosos de 24 e participa ativamente dos combates. Foi preso tentando ir para o RS para se juntar a Prestes. Após a libertação dos presos mili em 26 passou a trabalhar

como engenheiro, em 27 foi criada a arma de Aviação do Exército e Gomes transferido. Em 29 foi preso para cumprir 2 anos de prisão pelos vários processos de q era réu.

Libertado em 30, começa a conspirar e participa ativamente da revolução em MG, onde a oposição mili foi considerável. Em 15/11 foi promovido a capitão e 5 dias depois a major, como muitos outros revolucionários. Foi designado para o gabinete do Ministro da Guerra e concluiu sua instrução de pilotagem. Participou da criação e do comando do Correio Aéreo Militar, o CAM. Em 32 participou da repressão a revolta, tendo participado com Juarez Távora das negociações de paz e depois foi promovido a tenente-coronel. No levante de 35 foi surpreendido na Escola de Aviação q comandava, sendo cercado e ferido nos combates. Não apoiou o golpe de 37 e, depois de ter sua unidade cercada, pediu baixa do comando. Foi promovido a coronel em 38 e teria conspirado com os integralistas em 38 mas ã participou da tentativa de golpe, todavia tem um histórico nada simpático a AIB. Ainda em 38 assumiu o serviço de rotas e bases aéreas. Em 41 é criada a FAB e Gomes é promovido a Brigadeiro-do-ar, assumindo o comando da I e II Zonas Aéreas. Participou da construção das bases aéreas do “corredor da vitória” no Ne br com o apoio EUA. Em 42 viajou para os EUA a convite daquele gov. e foi recebido com excepcionais honras. Desde antes da declaração br de guerra Gomes já vinha operando no sentido de neutralizar a operação de submarinos AI na costa br. Em 43 visita as tropas EUA na África a convite de Einsenhower. Apesar do bom entendimento com os EUA opôs-se a cessão de soberania ao EUA para as bases no litoral. Em 43 apoia o “manifesto dos mineiros” contra GV, mas ã assina.

Em 44 é promovido a major-brigadeiro-do-ar e começam as articulações dos anti-varguistas pela candidatura de Gomes a presidência, q ele inicialmente recusava. A campanha teve boa repercussão na imprensa e começou a angariar apoios no Ne e RJ, em seu entorno formava-se a UDN. Em oposição, GV articulava a candidatura de Dutra, outro mili, pelo PSD. No RS Gomes obtém o apoio de Borges, Pilla e Flores da Cunha. A campanha de Gomes desenvolvia-se nas grandes cidades enquanto a de Dutra nas zonas suburbanas e rurais com base no carisma de GV e na máquina do EN. O apoio de GV foi decisivo e Dutra se elegeu com 54% dos Votos, Gomes com 34% e o comunista Iedo Fiuza com 10%. Depois da derrota fez um curso de aperfeiçoamento em Fort Lavenworth, ao retornar em 46 assume a diretoria de rotas aéreas do Ministério da Aeronáutica. Engaja-se em 48 em nova campanha presidencial pela UDN, agora contra GV e é derrotado. GV o convida para o Ministério da Aeronáutica mas recusa. Qdo. do crime da rua Toneleiros, cobra a apuração imediata da morte de seu subordinado. Gomes passa articular a oposição mili a GV junto com Juarez Távora q vai culminar no suicídio. com a posse de Café Filho, assume o Ministério da Aeronáutica junto com vários outros quadros da UDN lá permanecendo até a posse de JK a qual se opôs junto com Lacerda, Jânio e outros mili q foram derrotados por Lott em 11 de novembro. Em 1960 Gomes foi compulsoriamente reformado e promovido a marechal-do-ar. Gomes fez parte das articulações para depor JG, sobretudo depois do plebiscito de 63 q garantiu o presidencialismo.

Depois de retirado da vida pública Gomes assume o ministério da Aeronáutica em meio a crise da aviação embarcada, sua autoridade arrefece os ânimos e garante a gestão dos helicópteros à marinha e dos aviões à FAB. Foi favorável a realização de eleições para governador em 65, cuja vitória de opositoristas na Guanabara e em MG gerou nova crise. Gomes insiste para q Castelo Branco assinasse o AI-2 mais ainda assim era contra a “linha dura” q queria mais cassações e foi contrário, no conselho de segurança nacional, a edição do Ato Complementar 23, q decretava recesso do Congresso. Deixa o cargo junto com Castelo Branco. Em 68 mediou a crise entre a extrema direita da FAB e o

capitão Sérgio Miranda de Carvalho q se recusava a cumprir ordens de eliminar opositoristas.

Juarez Távora (1898-1975)

Nasceu em Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (CE). Sua família tornou-se opositora da oligarquia dos Acióli, dominante durante a República Velha. Estudou no externato do Colégio Pedro II no Rio a partir de 1908. Em 1912, seu irmão mais velho foi transferido para o RS e Juarez frequentou, de 1912 a 1914, o Ginásio Júlio de Castilhos. Em 1915, Juarez e Fernando ingressaram no curso de engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas interromperam devido a dificuldades financeiras. Decidiram transferir-se para a Escola Militar do Realengo em 1917 e em 1919 saem aspirantes-a-oficiais da arma de engenharia. Promovidos a segundo-tenente em abril de 1920, passaram a servir no 5º BE, em Curitiba. Em 1921, primeiro-tenente, sendo transferido para o 4º BE em Itajubá (MG). Em 1922, foi designado auxiliar de instrutor da seção de engenharia da Escola Militar do Realengo. Ali Juarez teve como companheiros de função os principais líderes do movimento tenentista e entre eles Cordeiro de Farias. Juarez participou do plano revolucionário, na escola Militar. Reprimido o levante, permanece preso até 1923, quando os prisioneiros recebem *habeas corpus* do STF. Assim Juarez passou a morar em um quarto de pensão com Costa e Silva.

Quando soube da sua condenação, Juarez Távora desertou e aderiu à conspiração que preparava o levante de 1924, tendo atuado no PR e no RS. Após a eclosão, participou ativamente dos combates travados na região de SP, Mato Grosso e Paraná. Em outubro também teve efetiva participação nos levantes das unidades militares gaúchas que se rebelaram a partir de outubro de 1924. Somente em 25 integra a Coluna Prestes, mas foi preso no mesmo ano e com outros revoltosos, como Eduardo Gomes, e foi enviado para a ilha de Trindade (ES), onde começou a redação das notas que publicaria mais tarde: *A guisa de depoimentos sobre a revolução de 1924*. Foge em 1927 para Montevideu para entender-se com Isidoro Lopes sobre a preparação de mais um movimento armado. Regressando ao Brasil, Juarez foi morar em uma república com Siqueira Campos e João Alberto. Em fevereiro de 1928, juntamente com outros revoltosos foi condenado a 1 ano e 4 meses de reclusão pela participação na revolta de 1922. Como a polícia intensificou a casada aos foragidos de 1924, Juarez Távora exilou-se em Buenos Aires em 1929. Mas mesmo afastado do Brasil não deixava de conspirar contra o governo, encontrando-se em várias ocasiões com Prestes. Com a ruptura de MG, RS e PB intensificam-se as conspirações e Juarez Távora vai para o nordeste, é preso e foge novamente.

Em maio de 1930 Prestes comunicou a retirada de seu apoio à Aliança Liberal por divergir ideologicamente da orientação que ela dava ao movimento revolucionário. Juarez divergia de Prestes, pois não aceitava o estabelecimento de um governo proletário sendo a prioridade do movimento deveria ser a extinção das tradicionais oligarquias dominantes no cenário político brasileiro. Após a divulgação do manifesto de Prestes, estabeleceu-se entre ele e Juarez uma acirrada polemica através de cartas, que resultou num manifesto, divulgado na segunda quinzena de junho, contestando as idéias de Prestes. Seguiu a conspiração e Távora ficou responsável pela coordenação do movimento no Nordeste.

Depois da vitória em 30 foi convidado por Getúlio, para o cargo de Viação e Obras Públicas, não aceitou alegando o compromisso dos chefes militares de não ocuparem cargos públicos, cabendo às forças armadas garantir ao governo a necessária segurança para que este realiza-se a obra de renovação revolucionária.

Considerando a importância Legião de Outubro, Juarez recomendou a sua implementação no Norte e Nordeste, mas como a obra revolucionária continuava a se processar sem rumos definidos, Juarez, Aranha, Góes e João Alberto decidiram se reunir em Poços de Caldas para discutir as linhas mestras de um programa de ação. Depois assumiu o cargo de delegado militar junto às interventorias do Norte e Nordeste, passando a ser chamado pela imprensa de vice-rei do Norte. Embora sempre tivesse defendido a não-participação de militares nos cargos da administração pública, em seu cargo, as discórdias entre civis e militares o levaram a ir substituindo, gradativamente, os primeiros pelos segundos. Em 1931, major e membro da Comissão de Correição Administrativa. Integrante do Clube 3 de Outubro, que junto com a Legião de Outubro condensariam e defenderiam os ideais revolucionários, Juarez desligou-se dele em janeiro de 1932 por discordar dos termos do manifesto que foi lançado à nação em dezembro, Juarez combatia a idéia de convocação de uma assembléia constituinte.

Em 1932 integrou a Comissão de estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, que tinham por fim tentar solucionar a questão de empréstimos externos contraídos pelos estados em anos anteriores. Reingressando no Clube 3 de Outubro, colaborou na elaboração dos trabalhos apresentando na convenção nacional no RJ, tendo sido eleito membro da comissão executiva provisória do núcleo nacional. Coube a essa comissão preparar as teses que se basearam no ideário político da revolução e que deveriam ser apresentadas no I Congresso Nacional Revolucionário.

Combateu os revoltosos paulistas de 1932, e após assume a pasta da Agricultura. Organiza comissões de técnicos encarregados de elaborar a reforma do ministério, criando vários órgãos. Enquanto ministro, participou, como membro nato, dos trabalhos desenvolvidos na Assembléia Constituinte instalada em 15 de novembro de 1933, tendo sugerido 15 teses na mesma linha das que havia defendido no I Congresso Nacional Revolucionário como: sufrágio universal direto nos municípios e nos estados sufrágio indireto em nível nacional; respeito a autonomia dos estados; criação de conselhos técnicos dentro de cada ministério; garantia plena de manifestação de pensamento, através de órgão de comunicação; criação de um conselho federal, com uma espécie de ação moderadora entre os três poderes; abolição do “direito de cessão”, etc.

Candidata-se ao governo do Ceará mas perde para Francisco Pimentel. Retomou a carreira militar, indo servir em novembro de 1934 no 5º BE, em Curitiba, como fiscal administrativo e primeiro engenheiro da Comissão de Estradas de Rodagem do PR e SC. Cursa a EsAO em 1935 e em 36 prestou exame na EEM, em setembro, tenente-coronel. Em 1939 é classificado para o comando do 1º BR e para chefia da Comissão de Estradas de Rodagem do PR e SC. Ainda em abril, foi nomeado presidente da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada no Ministério de Viação e Obras Públicas. Em 1940 iniciou estágio na estado-maior da 5ª RM, em Curitiba. Terminado o estágio em março de 1941, foi classificado para servir na 3ª Seção do EME, no RJ. Em junho, passou a estagiar na 2ª Seção por ser nomeado adido militar junto a embaixada do Brasil no Chile, para onde seguiu em agosto como coronel. Com a constituição da FEB, Juarez foi classificado, em abril de 1944, para o comando do Batalhão Vilagran Cabrita, sediado na Vila Militar. Também assumiu a presidência do departamento militar da Liga da Defesa Nacional, órgão criado para apoiar a campanha em prol dos expedicionários. Em agosto foi eleito membro do diretório central dessa entidade. Com a dissolução do Estado Novo apoia Dutra, mas quando este se lança candidato pelo PSD passa a apoiar

Eduardo Gomes e a UDN. Em 1945 assumiu a chefia da Diretoria de Engenharia do Exército. Não participou da deposição de Vargas. Em 1946 foi promovido a general-de-brigada, sendo nomeado, em novembro, para a segunda subchefia do EME.

Em 1947, durante reuniões realizadas no Clube Militar, Juarez polemizou com Horta Barbosa a respeito da política do petróleo. Para Juarez, o problema do petróleo deveria ser encarado sob o prisma de “colaboração internacional”, devendo o Brasil entregar a exploração para empresas estrangeiras. Durante quase todo o ano de 1947, Juarez acompanhou a elaboração do anteprojeto do Estatuto do Petróleo.

Em 1949 foi nomeado comandante da 6º RM, em Salvador, permanecendo ali até se tornar delegado do Brasil na JIAD em Washington, para onde viajou em março do ano seguinte. Ao voltar dos EUA em 51 cursou a ESG, no ano seguinte foi nomeado diretor de Engenharia do exército, promovido a general-de-divisão e tornou-se o 2º comandante da ESG. Durante sua gestão deu-se a instalação do curso de estado-maior e comando das forças armadas, que vinha sendo objeto de estudo desde 1951, e a ampliação do acesso de civis aos cursos da ESG.

Em junho de 1954 foi eleito para a primeira vice-presidência do Clube Militar. Durante o primeiro semestre de 54, acentuou-se a crise no cenário político em consequência da adoção do monopólio estatal do petróleo, do aumento de 100% no salário mínimo e do atentado a Carlos Lacerda. Como comandante da ESG e vice-presidente do Clube Militar, Juarez se empenhou na resolução da crise deflagrada. Com o agravamento da crise depois que as investigações do atentado apontavam para o Catete, Juarez redigiu com outros generais um manifesto onde exigia o afastamento de Vargas. No dia 24 foi divulgada a notícia do suicídio de Vargas. Juarez, diante do desfecho da crise, jurou *“nunca mais me envolver em tentativas de corrigir pela força os erros e omissões dos nossos governantes”*.

Com a ascensão de Café Filho, foi nomeado chefe do Gabinete Militar. Em fins de 1954, foi sondado pelo PDC sobre sua candidatura à presidência, mas declinou em favor de uma candidatura civil de pacificação nacional. Foi sondado mais uma vez em 55 e só aceitou quando já se esboçava a chapa vitoriosa de JK. Na campanha defendeu a reforma eleitoral. Depois de sua derrota não se envolveu diretamente nas articulações golpistas afirmando ser contrário à interferência de processos extralegais na solução do problema sucessório.

Em 1956 acusado, pelo deputado Renato Archer, de ter influenciado as diretrizes da política brasileira de energia nuclear para atender às exigências da embaixada dos EUA. Na CPI formada conseguiu provar inocência e após pediu sua transferência para a reserva no posto de general-de-exército, em agosto de 1956. Em meados de 1957, viajou para a Europa a fim de submeter-se a tratamento de saúde.

Em 1960 apoiou a candidatura Jânio Quadros e participou, na França, do Congresso Internacional de Rearmamento Moral, movimento fundado em 1938 com objetivo de preparar ideologicamente os países no combate ao comunismo. Apoiou em 1961 a solução parlamentarista para a posse de Goulart. Em 1963 elegeu-se deputado federal pelo PDC da Guanabara. Tendo representado a Câmara nas solenidades de coroação do papa Paulo VI.

Em setembro, tornou-se vice líder do bloco parlamentar dos pequenos partidos e líder do PDC. Em janeiro de 1964, Juarez representou a Câmara na Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Washington. Não participou do golpe, mas, após a vitória deste, proferiu na Câmara um discurso louvando a iniciativa das forças armadas de restaurar a paz social se derramamento de sangue para garantir a sobrevivência dos princípios democráticos e cristãos. Após a posse de Castelo Branco assumiu o

ministério das Viação e Obras Públicas. Com a posse de Costa e Silva entregou o cargo a Mário Andreazza.

Logo após sua saída do ministério, foi convidado para integrar o diretório da Arena, como vice-presidente, Juarez recusou alegando motivos de saúde. Abandonando a vida pública, passou a dedicar-se a escrever as suas memórias.

Cordeiro de Farias (1901-1981)

Nasceu em Jaguarão, em 1906 mudou-se com a família para o RJ matriculando-se depois no Colégio Militar. Em 1917 ingressou na Escola Militar do Realengo, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de artilharia em 1919. Três meses depois foi promovido a primeiro-tenente. Em agosto iniciou o curso de observador aéreo na Escola de Aviação Militar. Em 1922 integrou o grupo de oficiais do Exército que se articulava para impedir a posse de Artur Bernardes à presidência. Com o fracasso do movimento foi preso, mas ainda em 22 foi lotado na 3ª Esquadilha de Observação em Santa Maria, ali voltou a conspirar contra o governo federal. Ficou isolado das articulações revolucionárias no RS durante o ano de 1924. No mês de outubro, várias unidades militares gaúchas rebelaram-se sob a coordenação de Prestes. Porém teve rápida participação na sublevação chefiada por Honório Lemes. Depois de serem surpreendidos por Flores da Cunha, CFA e seu grupo passou para território argentino, contactou João Alberto e Siqueira Campos para integrar-se a chamada Coluna Prestes. Em 1928, retorna ao Brasil e consegue escapar dos processos, mantendo-se na clandestinidade, viajava constantemente a Minas e Goiás em atividade conspiratória contra o governo de Washington Luís. No entanto, foi reconhecido por um soldado e preso na Tijuca. Detido, foi julgado, mas foi absolvido das acusações pelo STM em 1929. Em 1930, iniciou o curso de engenharia do IGM e seguiu conspirando até que de MG integrou o comando revolucionário nesse estado.

Com a posse do Governo Provisório foi promovido a capitão, servindo como oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, até maio de 1931, quando foi elevado a patente de major. Em 31 assumiu a chefia de polícia de SP. Logo após tomar posse, Cordeiro de Farias declarou que não toleraria nem as atividades comunistas nem as tentativas separatistas.

Em junho de 1932, o interventor Pedro de Toledo, substituto de Manuel Rabelo, reorganizou o seu secretariado, mantendo apenas Cordeiro de Farias, mas ele renunciou e retornou ao RJ. Com a deflagração da Revolta Constitucionalista, Cordeiro de Farias integrou o destacamento do setor sul das forças legalistas. Com a derrota dos rebeldes, reassumiu a chefia da polícia paulista ficando ali de janeiro a julho de 1933. Foi promovido a tenente-coronel e, em março de 1934 foi transferido para o 9º Regimento de Artilharia Montada, em Curitiba, onde serviu até fevereiro de 1935. Depois iniciou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército no RJ. Concluiu o curso em dezembro de 1936 e estagiou na subchefia do EME, chefiando a Seção de Motorização, de fevereiro a maio de 1937. Em julho foi transferido para o sul, exercendo a chefia do estado-maior da 5ª RM, em Curitiba. Em agosto, ao mesmo tempo em que Daltro Filho assumiu o

comando da 3ªRM em POA, Cordeiro de Farias passou a chefe de seu estado-maior. Em 37, coronel.

Em março de 1938 foi nomeado interventor no RS em substituição a Daltro Filho que falecera. Já no primeiro mês de seu governo, tomou diversas medidas contra a expansão do nazismo nas áreas de colonização alemã. Encontrando-se em maio de 1938 no RJ para tratar de assuntos pessoais, transformou-se num dos alvos do levante integralista. Cordeiro de Farias auxiliou o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra a dominar os rebeldes.

Cordeiro de Farias fechou em maio de 1939 o escritório do Partido Nazista, deportando seu principal dirigente no RS. Conseguiu, em novembro, a saída do país do cônsul-geral da Alemanha no Brasil, Friedrich Ried. Segundo seu depoimento ao Cpdoc, foi interpelado pelo chefe da EME, general Góes Monteiro, para quem a medida prejudicava as relações diplomáticas do Brasil. Manteve contudo sua posição, conseguindo o apoio de Vargas.

General-de-brigada em 1942. Nesse mesmo mês o Brasil rompeu ligações com os países do Eixo e Cordeiro de Farias passou a solicitar a Vargas sua volta a caserna. Em 1943 integrou a 1ª DIE, deixando a interventoria e viajando em seguida para os EUA, onde estagiou em Fort Lavenworth. Em setembro embarcou para a Itália. À frente da artilharia da FEB participou das principais batalhas e aproximou-se de oficiais que mais tarde desempenhariam importantes funções políticas, como Castelo Branco.

Em setembro de 1945, Cordeiro teve seu nome lançado como candidato, numa alternativa a Dutra e Eduardo Gomes, mas isso não teve resultado. Ainda nesse mês, Cordeiro participou de uma reunião de chefes militares lotados no RJ na casa de João Alberto, dentre os participantes estava general Góes Monteiro, Odílio Denis e Newton Estillac Leal e o coronel Juarez Távora que discutiu o aumento da campanha “queremista”. Esses militares voltariam a reunir-se, com os mesmos objetivos, nos dias 4 e 22 de outubro.

No dia 29 de outubro a nomeação de Benjamin Vargas para a chefia de polícia do Distrito Federal desencadeou a mobilização do aparato militar da capital contra Getúlio. Góes Monteiro nomeou Cordeiro, chefe da EME, encarregando-o de comunicar a Vargas que os chefes militares exigiam a sua renúncia.

Após a eleição de Dutra, em dezembro de 1945, Cordeiro de Farias foi nomeado adido militar à embaixada do Brasil na Argentina. Foi promovido a general-de-divisão em agosto e deixou a função diplomática em março de 1947. Assumiu em abril o comando da 5ªRM, em Curitiba. Em janeiro de 1949 foi designado presidente da Comissão de Elaboração do Regulamento da ESG e depois seu primeiro comandante. À frente da ESG, contribuiu para a adoção dos padrões militares norte-americanos pelo Exército brasileiro e na elaboração da moderna doutrina de participação dos militares na vida do país.

Em 1950 concorreu às eleições para a diretoria do Clube Militar. A campanha eleitoral foi polarizada pela questão do Petróleo. A chapa de Cordeiro de Farias representava a corrente de opinião das forças armadas que considerava a participação do capital estrangeira na exploração petrolífera. Seus adversários representavam a ala nacionalista e defendiam a implantação do monopólio estatal nesse setor. A chapa de Cordeiro de Farias perdeu as eleições. Mas a sua derrota não fez cessar sua influência no Clube Militar. Em 1952 apoiou a Cruzada Democrática que derrotou os candidatos oposicionistas à presidência do Clube Militar. Em agosto de 1952, foi promovido a general-de-exército e assumiu o comando da Zona Militar Norte, em Recife. Situado na oposição ao governo Vargas, Cordeiro de Farias temia a pretensão continuista do presidente, o que implicaria a supressão das eleições gerais marcadas para outubro de

1954. Assim inscreveu-se como candidato ao governo de Pernambuco. O suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, eliminou as apreensões imediatas que levaram Cordeiro de Farias a se candidatar. No entanto, resolveu permanecer e venceu as eleições tomando posse em janeiro de 1955. Enfrentou acirrada oposição e, em 1958, um mês antes do término do seu mandato, renunciou. Depois disso, assumiu a presidência da CMBEU em Washington. De volta ao Brasil em fevereiro de 1961, foi nomeado chefe do EMFA.

Apesar de próximo a Jânio, foi tb surpreendido. Participou da reunião de generais convocada para tornar oficial a posição expressa no manifesto contra a posse de Jango. Na ocasião, diante da resistência do III Exército, Cordeiro de Farias votou com a maioria dos oficiais, no sentido de que o Congresso se decidisse pela legitimidade da posse de Goulart. Com a solução parlamentarista e a posse de Goulart, Cordeiro exonerou-se do seu cargo de chefe da EMFA e passou a conspirar contra o governo. Por não ter sido designado para função alguma pode dedicar-se integralmente às atividades conspirarias. Concentrou a maior parte do seu trabalho em SP, comandando clandestinamente a Força Pública, organizando esquemas de informação para controlar as atividades de autoridades federais. Juntamente com o grupo de senhoras paulistas, articulou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, também promoveu o entrosamento entre elementos civis e altas patentes militares em reuniões geralmente realizadas na casa de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Depois do golpe, foi nomeado por Castelo Branco, em junho, para dirigir o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Em agosto de 1965, Cordeiro de Farias foi promovido a marechal e transferido para a reserva de primeira classe. Com a crise político-militar das eleições, em 1966, Cordeiro acusaria a “linha dura” setor do Exército, liderado pelo general Costa e Silva, de ter pressionado Castelo Branco no sentido de aumentar o controle sobre o país. Essa pressão resultou na edição do AI-2.

Dissolvidos os partidos, Cordeiro de Farias desenvolveu intensos contatos políticos no sentido da reorganização partidária. Nesse meio tempo, seu nome foi citado como possível candidato a sucessão de Castelo Branco. Em março ele mesmo assumiu publicamente a condição de candidato. Em reunião com o presidente e alguns ministros, colocou sua posição contrária a candidatura de Costa e Silva. No entanto, fortalecia-se a pressão em favor de Costa e Silva. Fora do governo, assumiu a direção-executiva do grupo empresarial de João Santos. No entanto, apesar de marginalizado no governo Costa e Silva, Cordeiro continuou sendo uma presença influente na vida política, tendo discordado do AI-5 e, a partir de então, manifestou-se em diversas ocasiões favorável à institucionalização do regime implantado em 1964.

Com a posse de Geisel em 1974, Cordeiro de Farias, que apoiara sua candidatura, iniciou uma série de contatos com setores oposicionistas no sentido de viabilizar o programa de reformas políticas anunciado. Após a posse do general Figueiredo, em março de 1979, Cordeiro de Farias manteve seu apoio ao programa de “abertura” do regime. Na última entrevista que concedeu à imprensa defendeu novamente a abertura política, reafirmando confiança na realização de eleições diretas para os governos estaduais em 1982.

Peri Constant Bevilacqua (1899-1990)

Neto por parte materna de Benjamim Constant, era também positivista. Realengo de 1917 a 1919, artilharia. Segundo-tenente em 1920 e primeiro-tenente em 21. EsAO em 1925, quando é promovido a capitão. Coursou entre 1926 e 1929, a EEM.

Oficial-de-gabinete da Junta Militar Pacificadora, que assumiu o poder com a deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930. Identificado com as posições tenentistas, Peri ingressou em fins de 1932 no Clube 3 de Outubro. Seguiu em maio de 1934, para o Paraguai, como adido militar junto à embaixada do Brasil nesse país. Promovido a major em outubro, integrou, no ano de 1935, a Comissão Militar Neutra, formada por representantes de nações americanas mediadoras do armistício entre o Paraguai e a Bolívia que lutavam na Guerra do Chaco.

Em 37 serve no 4^a Regimento de Artilharia Motorizada, em Itu. Em 1938, oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Dutra, exercendo a função até 1940, quando é promovido a tenente-coronel e comanda o 1^a Grupo Automóvel de Artilharia, no RJ, e organiza a Artilharia Antiaérea, em Natal. Além disso, participou da defesa do litoral brasileiro até 1943, devido ao perigo de conflito mundial. Em 44, promovido a coronel e recebeu a chefia do EM da 7^a RM, em Recife. Em 1946 foi transferido para Juiz de Fora como chefe do EM da 4^a RM. Nesse mesmo ano recebeu a chefia do Estado-Maior da 2^a RM, em SP.

Comandante do Grupamento de Oeste da Artilharia de Costa da 1^a RM, no RJ, entre 1948 e 1952. Em setembro de 1952 foi promovido a general-de-brigada e encarregado da direção de Armamento, tornando-se em seguida subdiretor da Reserva. Em 1955 comandou a Artilharia Divisionária da 4^a Divisão de Infantaria, em Pouso Alegre e, no ano seguinte, cursou a ESG. Foi promovido a general-de-divisão em dezembro de 1958, foi encarregado da direção do Serviço Militar e, em 1961, recebeu o comando da 3^a Divisão de Infantaria, em Santa Maria.

Em 61 foi o primeiro oficial general a insurgir-se publicamente contra o veto dos ministros militares a posse de Goulart. Posteriormente manifestou-se contra o parlamentarismo.

Em fins de 1961, Peri passou a comandar a 3^a RM, em POA, e, em março de 1962, foi detido em sua residência por ordem do ministro da Guerra, Segadas Viana, por ter enviado uma carta pessoal a Leonel Brizola, congratulando-o pela encampação da Companhia Telefônica de POA, propriedade de uma empresa norte-americana.

Disputou em maio de 1962, como representante da corrente nacionalista, a eleição para a presidência do Clube Militar, mas perdeu para seu oponente, da chapa mais simpática a uma abertura maior ao capital estrangeiro.

Em setembro de 1962, Peri assumiu o comando do II Exército, em SP. Foi recebido ali, tanto pelos meios militares como pelos círculos civis, com uma certa apreensão devido ao seu comprometimento com a chamada Campanha da Legalidade.

Em março de 1963 Peri foi promovido a general-de-exército. Na solenidade de posse do general Mourão Filho no comando da 2^a RM, em SP, Peri fez um discurso em que atacava organizações por ele consideradas ilegítimas, como o CGT e a PUA. Criticou as ameaças de greve em serviços públicos fundamentais, lembrando que greves desse tipo eram crimes previstos em lei. Esse discurso teve repercussão nacional, chegando a ponto de o ministro da Guerra, Amauri Kruehl, pedir para que esse tipo de pronunciamento não fosse mais proferido.

Os conflitos entre a cúpula militar e os sindicatos intensificaram-se com a sucessão de greves, acirrando-se devido ao afastamento do general Osvino Alves do comando do I

Exército, no RJ, em agosto de 1963. O afastamento de Osvino contribuiu para o enfraquecimento da linha de defesa do governo.

Em setembro, o STF votou pela ilegalidade dos sargentos para cargos eletivos. Em protesto, sargentos da Marinha e Aeronáutica se revoltaram em Brasília. No dia 18, Peri divulgou uma nota de instrução nos quartéis conclamando os oficiais à legalidade e condenando a ação dos revoltosos de Brasília. Além disso, falou sobre o perigo de aceitar a solidariedade dos sindicatos.

Poucos dias depois, o CGT, a FPN e a UNE distribuíram nota à imprensa repudiando as declarações de Peri, ao mesmo em que colocavam como princípio fundamental de suas reivindicações o direito de os sargentos serem representados nos órgãos legislativos do país.

No final de outubro de 1963 eclodiu uma greve geral em SP. Peri enviou um Batalhão, que ocupou o Porto de Santos e auxiliou na manutenção da ordem. Diante da situação e pressionado pelos líderes sindicais, Goulart, em dezembro, afastou Peri do comando do II Exército. Sem o conhecimento ou aprovação de Peri, o presidente assinou decreto nomeando-o chefe do EMFA, posto que não lhe dava comando de tropas.

No final da tarde de 31 de março de 1964, Peri foi recebido pelo presidente Goulart. Em audiência especial, alertou para o estado moral e disciplinar das forças armadas. Referiu-se a necessidade de o presidente optar entre as forças armadas e os sindicatos, pois não lhe parecia compatível a coexistência desses dois poderes, ideologicamente antagônicos. Disse ser possível recuperar a unidade moral do presidente e as forças armadas mediante atitudes afirmativas que sensibilizassem a opinião pública. Afirmou que o presidente deveria governar não com os sindicatos, mas com os partidos políticos e o apoio das forças armadas. Entregou um documento assinado pelos chefes dos estados-maiores do Exército e da Aeronáutica, bem como de oficiais gerais das três armas a ele diretamente subordinados.

Após o golpe, Castelo Branco mantém Peri na chefia da EMFA, porém, mostrou-se contrário às diretrizes de internacionalizar a economia brasileira e em 65 assumiu uma cadeira no STM. Manifestou-se por diversas vezes contra os IPMs que investigavam as atividades de civis, pronunciando-se tb pela ilegalidade do julgamento de civis por autoridades militares. Favoreceu sistematicamente todos os pedidos de *habeas corpus* impetrados no STM e mandou voltar às auditorias militares nos processos sem culpa formada, bem como aqueles que não se concedeu ao réu o pleno direito de defesa.

O distanciamento do Bevilacqua do movimento político-militar de 1964 começou quando ele se bateu contra a abertura de processos e julgamentos contra o presidente Goulart e seus ministros na área da justiça militar. Em 1965, começou a apontar a necessidade de anistia. Em janeiro de 1969 foi aposentado do STM pelo AI-5. Em maio de 1969, filiou-se ao MDB, visando candidatar-se a Câmara Federal a fim de lutar pela anistia. No entanto, devido a um ato complementar que tornava inelegíveis aqueles que haviam sido atingidos pelos atos institucionais, não pode concorrer.

Numa Conferência na ABI em 1978, lançou publicamente o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). O CBA foi criado por um grupo de advogados, amigos e parentes de presos políticos com o objetivo de trabalhar pela anistia dos atingidos pelos atos de exceção que vigoravam desde 1964. Não integrou o CBA, mas percorreu diversas cidades do país discursando em favor do movimento, pedindo uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. O decreto de anistia política foi assinado pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979.

Ademar de Queirós (1899-1984)

Nasceu no Rio, filho de Salatiel de Queirós, oficial e prof. do colégio Militar e de Maria Leite de Castro, irmã José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra de 30 a 32. Realengo: 1917-21. Artilharia, passando depois à Infantaria. 2º e 1º ten. em 21. Participa do levante de 24 em SP. Em 29, EsAO, fazendo tb o curso de informações. Em 32, capitão e em 34 integrou a Comissão de Estudos para a Indústria Mili Br, na Europa. Major em 40 e tenente-coronel em 43, acompanha a comitiva de Mascarenhas de Moraes ao N da África p contatar tropas EUA. Em 44 embarca com Dutra para a Itália tentando ingressar na FEB qdo. os cargos já estavam ocupados, ainda assim conseguiu vaga no EM da Artilharia. Em 48, coronel. Em 54 assina o manifesto dos coronéis, em julho gen. de brigada. Em 61, gen. de divisão, desde a posse de JG fazia parte das conspirações mili contra o gov. Era amigo pessoal de Castelo Branco e articulou o apoio à eleição de Castelo Branco. No gov. Castelo Branco foi presidente da Petrobrás e foi cogitado para a sucessão de Castelo Branco. Em 66 deixa a Petrobrás e assume o Ministério da Guerra, do qual Costa e Silva se desincompatibilizara. com a posse de Costa e Silva, migra para o setor privado, dirigindo a Bakal, indústria do setor petroquímico sediada nos EUA. Em 70 integra o conselho administrativo da Petrobrás até morrer. Coursou e foi instrutor na EEM, passou pela ESG, foi adido mili nos EUA, membro da Junta Inter-Americana de Defesa e subcomandante da AMAN. Trabalhou tb Oxigênio S.A. na Oxigênio Nordeste S.A.

João Punaro Bley (1900-1983)

Filho de engenheiro. Cursa a EsAO em 1920 e vai servir em Curitiba onde trabalhava o pai. Não adere a 22 mas em sua biografia ã publicada diz-se simpático. Participa dos combates a revolução de 24 recebendo elogios de sus superiores, mas afirma ter tido intenção de se juntar aos revoltosos. Em 28, auxiliar de instrução no Realengo. Em 30 é enviado para combater a rev. no ES mas acaba aderindo e torna-se, com o posto de capitão, a maior autoridade mili na região e compõe o gov. provisório com 2 políticos locais. Em 14/11 é nomeado interventor por ser alheio às questões locais. Matricula-se na EEM e envia tropas para reprimir SP em 32, congratula GV pela vitória. com a constitucionalização, torna-se líder do PSD no ES e apoia a eleição de GV. Em 35 é eleito pela Assembléia governador do ES, em 37 apoia o EN e mantêm-se como interventor até 43. Em 42 retoma o curso na EEM. Seu gov. foi saneador de \$ e tentou inicialmente pacificar as forças políticas locais, impulsionou o ensino universitário e a nacionalização do ensino nas zonas de imigração. Foi diretor comercial da Vale do Rio Doce de 43 a 47. Foi tb chefe de gabinete de Lott no Ministério da Guerra por um tempo. Em 65 integra o 1º diretório da ARENA. Coursou a ESG. Falece em 1983.

Amauri Kruel (1901-1996)

Nasceu em Santa Maria, filho de fazendeiro. Sentou praça em 1918 no Realengo de onde saiu aspirante da cavalaria em 1921. Em 21 2º tenente e em 23 1º tenente. Qdo. servia em Livramento apoiou a rev. de 23 contra Borges. Em 24 curso de equitação na EEME e tornou-se instrutor na EsAO. Apoiou 1930. Participou do Clube 3 de outubro. Em 33 foi nomeado Diretor de Trânsito do DF, concluiu o curso da EEME e foi promovido a major. Instrutor de tática de cavalaria na vila militar de 34 a 36, comandou a polícia municipal do RJ até meados de 37. Até 1939 foi adjunto do gabinete da Inspetoria Geral de ensino do Exército, de 39 a 40 foi subcomandante do 12º regimento de cavalaria em Bagé. Instrutor chefe de cavalaria na Escola do EME de 41 a 43, tendo recusado missão de instrução no Paraguai. Estágio de 3 meses no Fort Lavenworth, voltou tenente-coronel. Compôs o Estado-Maior Divisionário, da FEB, junto com Castelo Branco. Krueel e Castelo Branco divergem qto as táticas empregadas em campanha.

Assumiu em 45 a Chefia do EM da Inspetoria da Arma de Cavalaria, depois tornar-se adjunto do adido mili em Londres. Em 47, como coronel, assumiu o comando do 1º Regimento de cavalaria mecanizada do RJ, depois de Sto. Ângelo. Em 49 assumiu a chefia da 2ª Seção da 1ª subchefia do EME, fez curso especial de informações e presidiu o inquérito sobre atividades comunistas no Exército. Foi o 1º signatário do “manifesto dos coronéis” de 54. Gen. de brigada em 54, o mais jovem do Br. Em 55 assumiu a chefia do EM da Zona Mili Sul, qdo. tornou-se amigo de Jango. Em 57, após voltar ao Rio, assumiu o Departamento Federal de Segurança Pública. Em 58 viajou aos EUA junto com chefe do DOPS, entrevistando-se com Eisehower. Promoveu campanhas contra a criminalidade e corrupção do órgão q dirigia, mas ao agredir parlamentar da UDN cuja CPI investigava o DFSP, teve q se demitir, em 59. Foi nomeado comandante da divisão blindada para em seguida assumir a assessoria mili do br na ONU, retornando no mês seguinte ao Br porque Jânio o havia nomeado embaixador na Bolívia, porém com a renúncia em agosto de 61 `n assume o posto. Apoiou Jango na sua volta ao Br e posse, tornado-se Chefe do Gabinete Militar da Presidência, acumulando a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional e a Comissão Especial de da Faixa de Fronteiras. Em 62 assume a pasta da Guerra e pronuncia-se publicamente a favor do presidencialismo, o plebiscito seria em janeiro de 63, neste ano faz vários pronunciamentos anticomunistas. Ordena a prisão do sargento q se pronunciara em defesa da ordem mas não dessa q privilegia uns poucos, um mês depois, na reformulação ministerial, demite Krueel. De volta ao Rio, outros generais lhe prestaram solidariedade e o convidaram a liderar um movimento para depor o presidente. Negou-se por ter sido auxiliar de Jango mas comprometeu-se em apoiar o movimento qdo. da deflagração. Promovido a gen. de exército, sendo designado para o II em SP. O apoio de Krueel a 64 é controverso, uns dizem q havia um plano para prende-lo e a Ademar de Barros, ainda assim seu nome foi cogitado para a eleição indireta a presidência em 64. Em 66 passou para a reserva como marechal, publicou um manifesto criticando os rumos da Revolução e o AI-2. Em 66 consegue a suplência de deputado federal pelo MDB da Guanabara, assumindo em 67. Compôs a comissão de segurança e defendeu o desenvolvimento da tecnologia nuclear. Encerrada sua legislatura em 71, retirou-se da vida pública.

Alcides Etchegoyen (1901-1956)

Nasce em POA, sentou praça em 1918 saindo aspirante a oficial de artilharia em 21. 2º tenente em 21 e 1º em 22. Liderou em 26 a “coluna relâmpago” q tentou impedir a posse de Washington Luís qdo. servia com seu irmão Nelson em Cruz Alta. S/ apoio de outras unidades, foram perseguidos pela Brigada do RS a comando de OA. Participou da tomada de POA em 30 e foi comissionado coronel, comandando o 1º destacamento q partiu para o RJ. Anistiado em 30, foi promovido a capitão e serviu na chefia do EM da 3ª RM, no RS. Compôs com GM, OA e Juarez Távora o ‘Pacto Militar de Poços de Caldas’ q pretendia reafirmar os princípios da revolução. Foi nomeado delegado mili revolucionário na 3ª RM. Major em 33, foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, Dutra fornecendo informes sobre a situação mili. Tenente coronel em 38, comandou o CPOR em 39 em POA até 40. Assume o EM da 2ª Divisão de Cavalaria em SP de 40 a 42. Nesse ano substituiu Filinto Müller na chefia de polícia do Rio, q saíra por ocasião das manifestações estudantis anti-eixo, foi promovido a coronel. Na polícia até 43, perseguiu, além da oposição, prostitutas e o jogo do bicho. Perseguiu em especial a Sociedade de Amigos da América. DE 43 a 46 comandou o grupamento de defesa da costa. Em 46, promovido a Gen-de-brigada, comandou a artilharia da 3ª RM. Entre 48 e 50 comandou a artilharia de costa da 1ª RM no Rio, fez curso superior de guerra em 50/1. Em 52 foi promovido a gen-de-divisão e defendeu a assinatura do acordo mili com o EUA, se pronunciando por medidas mais enérgicas contra o comunismo. Em 52 encabeçou a chapa da Cruzada Democrática do Clube Militar, concorrendo contra Estillac Leal. Vitorioso, proibiu as discussões sobre petróleo no Clube. Em 54 apoiou a chapa vitoriosa de Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora. Assinou o manifesto q exigia a renúncia de GV em agosto. Opôs-se à pol. do Ministro da Guerra de Café Filho, Lott, qto a redistribuição dos comandos. Após a denúncia pública de Zenóbio da Costa de q um golpe estaria em andamento contra a posse de JK, Lott o exonera e a Etchegoyen, q vinha conspirando (?). Em 11 de novembro Lott o prende e assegura a posse de JK. Manteve firme oposição a Lott e JK até 56, qdo. morre.

Olímpio Mourão Filho (1900-1972)

Nasceu em MG em 1900. Coursou o Colégio Diocesano e foi expulso. Iniciou engenharia em BH mas se matricula no Realengo em 1918. Aspirante-a-oficial de infantaria em 1921, serviu no 12ºRI, em BH. 2º tenente em 1922. Participou da repressão à revolta de 1924. EsAO em 1926, EEM de 1928 a 1930. Capitão em 1931, participou da repressão à Rev. Constitucionalista. No final de 1932 ingressou na AIB, motivado pela infiltração comunista no Exército. De 33 a 36 serviu na Central do Brasil como comissário de ligação entre os ministérios da Guerra e da Viação. Em 1934 chefia o estado-maior do departamento nacional de milícia da AIB e a organizou nos moldes do exército. Em 37 passou a integrar a Câmara dos Quatrocentos da AIB.

Elaborou também o documento conhecido como Plano Cohen, parte do *Boletim de Informações N 4* da AIB que continha a simulação de um plano de ação comunista e que foi utilizado por Góes e Vargas como pretexto para o Estado Novo.

Em 1938, major. Apesar das ligações com a AIB, não participou do levante deflagrado em maio. Em fevereiro de 1945 partiu para a Itália, integrando o 5º Escalão da FEB. Em março de 1948 foi promovido a coronel. Em 1950, assumiu a chefia do escritório comercial do Brasil em Montevidéu. Em 1956, general-de-brigada e comandou a Infantaria Divisionária da 4ºDI, em Belo Horizonte. De 1957 a 1961, assumiu a direção

da Assistência Social do Exército, juntamente com o cargo de presidente da Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras Públicas. Presidiu a delegação brasileira à reunião da Comissão de Rádio-Comunicação, em Genebra. Em fins de 1961, foi nomeado comandante da 3º DI, em Santa Maria. Ali entrou em contato com elementos civis e militares que articulavam no estado um movimento para derrubar Goulart. Em janeiro de 1962, Mourão solicitou ao comandante do III Exército um encontro com o presidente da Farsul, nesse encontro foram discutidas as linhas de ação para a luta contra o governo Goulart e fixadas as etapas a serem cumpridas. Em fins de 1962, participou de uma reunião em SP organizada por líderes do IPÊS, contando com a presença um importante grupo de empresários. Em seguida viajou para o RJ onde conversou com o Ministro da Guerra, com Sílvio Heck, com o Marechal Odílio Denis e com o general Cordeiro de Farias, colocando-os a par de seus planos. General-de-divisão em 1962, fez vários contatos, visando apoio, financiamento e articulação do movimento conspiratório. Em março de 1963 foi transferido para o comando da 2ºRM, em SP. Passou então a buscar contatos com os elementos que conspiravam no estado. Em 1963, Mourão foi transferido para MG onde entrou em contato com os articuladores da conspiração dessa região. Na madrugada de 31/3 Mourão deu início ao movimento em Minas antecipando-se ao que havia sido combinado com os demais conspiradores. Em abril de 1964 foi promovido a general-de-exército e em final de setembro assumiu no STM. Rapidamente se distanciou do novo governo, descontente com as medidas tomadas por Castelo Branco e sua equipe. Em 1969, aposentou-se da presidência do STM.

Castelo Branco (1897-1967)

Nasceu em Fortaleza, filho de militar. Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, quando da transferência de seu pai para o RS em 1912. Em 1916, foi escolhido orador da Sociedade Cívica e Literária, organização fundada pelos alunos. Fundou com os colegas a organização estudantil República Liberal. Ingressa no Realengo em 1918 e saiu como aspirante-a-oficial de infantaria em 1921. Serve no 12º RI em BH. Em 1921, 2º tenente. Não aderiu aos levantes de 1922 ou 24. Em 1924 cursa a EsAO e depois integra as tropas que combateram os revoltosos e depois a coluna Prestes. Em 1927 auxiliar de instrutor de infantaria no Realengo. Em 1929 inicia o curso na EEM na vigência da Missão Militar Francesa. Ainda em 1929, fez o curso da Escola de Aviação. Não aderiu a Revolução de 1930 e nem a de 1932. Em 1933 escreveu uma série de artigos no jornal *Gazeta do Rio*, afirmando que o Exército deveria auxiliar os constituintes que começavam a se reunir para elaborar uma nova constituição. De outro lado, também defendia a não interferência dos militares na vida política, estes não deveriam exercer cargos civis e defendeu a necessidade de um Exército profissionalmente forte.

De 1934 a 1935 foi instrutor da EEM. Em 1936 cursa a ESG francesa. Em 1938 foi promovido a major e regressou ao Brasil, reassumindo funções de ensino na EEM. Em 1940, oficial-de-gabinete de Dutra e em setembro do ano seguinte foi nomeado comandante do batalhão e instrutor-chefe de infantaria da Escola Militar do Realengo. Em 1943 promovido a tenente-coronel. Integrou o 1º grupo de oficiais a estagiar nos EUA por ocasião da organização da FEB. Na volta participou da organização do embarque da FEB. Na Itália fez parte dos planejamentos táticos da FEB. Em junho de 45 ainda na Itália recebeu sua promoção a coronel. Não participou da deposição de Vargas, estava nos EUA. Ao retornar ao Brasil foi nomeado diretor de ensino da EEM.

Sob sua direção a escola sofreria alterações nos conteúdos programáticos, agora centrados na doutrina tática norte-americana. Em fevereiro de 1949, Castelo Branco deixou a EEM, sendo nomeado chefe da 3ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Em 1950 concorreu na Chapa de Cordeiro de Farias que disputava a diretoria do Clube Militar e perdeu. Em 1952, apoiou a constituição da Cruzada Democrática, que venceu as eleições. Foi promovido a general-de-brigada e depois nomeado Comandante da 10ª Região Militar em Fortaleza.

Na crise de agosto de 54, Castelo juntou-se aos jovens oficiais e a altas patentes do Exército que, com o apoio da Cruzada Democrática, procuraram forçar Vargas a renúncia. No dia 23 de agosto, juntamente com almirantes e generais, Castelo Branco assinou o documento elaborado por 30 brigadeiros em favor da renúncia de Vargas. Em setembro de 1954, Castelo Branco foi nomeado comandante da EEM. Na abertura do ano escolar entrou em vigor o novo regulamento elaborado por ele. Ao mesmo tempo, a EEM passou a se chamar Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Apesar de ter apoiado o movimento de 11 de novembro, Castelo não conseguiu convencer os instrutores e alunos da ECEME que a atitude do ministro da Guerra era justa, sendo que quase todos eles assinaram um manifesto que condenava a atitude de Lott. O general Lott pediu que Castelo Branco transferisse os envolvidos. Castelo Branco não concordou com a solicitação e foi deslocado para o Pará.

Em abril de 56 foi transferido para a ESG, onde dirigiu o departamento de estudos da escola e influenciou a formulação do corpo de idéias da ESG. Em 1958 candidatou-se pela Cruzada Democrática à presidente do Clube Militar, em oposição a chapa pró-Lott. A campanha colocou Castelo Branco em contato diário com Golberri, coordenador da Cruzada. No entanto, a chapa de Castelo Branco perdeu. Em 1958, general-de-divisão. Em novembro foi nomeado comandante militar da Guarnição da Amazônia e da 8ª RM, com sede em Belém.

Em 1960 foi nomeado diretor de Ensino e Formação do Exército o que o colocou em contato com as escolas superiores e de especialização do Exército. Preocupado com as divisões nas forças armadas nos últimos meses de 1961, Castelo enfatizava a necessidade dos líderes militares restabelecerem a unidade e revigorassem o espírito militar, além de alertar contra o perigo comunista. Em 1962 foi promovido a general-de-exército e nomeado comandante do IV Exército em Recife. Em 1963 assume a chefia do EME. A conspiração contra Goulart seguia ainda à margem de Castelo. Em fins de Janeiro, reuniu-se com Cordeiro de Farias e Ademar de Queirós, o que marcou o início da aproximação entre os conspiradores e os legalistas. Mantendo uma postura de cautela, Castelo Branco declarou em conversa com deputados udenistas em fevereiro de 1964 que as forças armadas não apoiariam qualquer movimento que concedesse a Goulart um poder ditatorial, mas também não concordava com atentados que ferissem a Constituição. Em fins de fevereiro foi constituído um “estado-maior informal” formado pelos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel, Ademar de Queirós e Golberri, com a finalidade de consolidar, primeiramente, uma rede de militares favoráveis a conspiração e depois coordenar a ação militar para depor Goulart. Firmava-se assim uma estreita ligação entre o grupo ESG/IPÊS e o chefe do EME juntamente com antigos conspiradores. O “estado-maior informal” herdou um plano que há meses vinha sendo delineado por alguns dos que conspiraram contra Goulart, apesar de Castelo Branco manter-se reservado sobre o assunto. No dia 20 de março Castelo Branco expediu circular reservada aos oficiais do Estado-Maior e das organizações subordinadas, emitindo comentários sobre o comício na Central do Brasil procurando evidenciar a existência de duas ameaças: a emergência de uma constituinte para a consecução das reformas de base e o desencadeamento progressivo das mobilizações do Comando Geral

dos Trabalhadores. O dever das forças armadas era garantir os poderes constitucionais diante de movimentos ilegais além de garantir as eleições. O documento teve bastante repercussão e foi considerado um dos mais importantes pronunciamentos de Castelo Branco, além de ser transformado num elemento catalisador dos vários setores que conspiravam contra Goulart.

Surpreendido por Mourão Filho em 31/3, Castelo Branco avisou aos oficiais que deveriam apoiar o levante que, caso contrário, seria esmagado. Castelo e Costa e Silva passaram a dividir áreas de atividade: Castelo Branco com a parte mais política da revolução e Costa e Silva o comando das operações militares. Castelo Branco se reuniu com Ademar de Queirós, Golberi e Geisel em um apartamento. Ainda a tarde, devido tentativa frustrada de fazer com que Goulart retirasse seu apoio ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o general Kruel aderiu ao movimento. Goulart voa para Brasília e depois para POA em 1º de abril. À noite, o presidente do Senado, declarou vaga a presidência e de acordo com a Constituição foi empossado no cargo Pascoal Ranieri Mazzilli, atual presidente da Câmara dos Deputados. Na madrugada do dia 2, aconteceu a primeira reunião no gabinete de Castelo Branco, este expôs a necessidade de colocar em ordem os assuntos do Ministério da Guerra e sugeriu o nome de Costa e Silva para o posto. Costa e Silva tornou-se o comandante-em-chefe do Exército e organizou o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros, cada um deles representando um dos ramos das forças armadas. Castelo Branco recebeu vários apelos para se candidatar, entre eles da ESG e de setores financeiros e empresariais, de modo que era o único nome de consenso entre os conspiradores. A 11/4 Castelo é eleito pelo Congresso e a 15 empossado.

A divisão no interior do Exército se acentuou com a proximidade do fim do prazo para cassações. A “linha dura” defendia a continuidade das cassações e do mandato de Castelo. Desse modo se deu a cassação de JK, o anúncio de nova lista de cassações e a criação do SNI. Ainda que se manifestasse contra, Castelo teve o mandato prorrogado até 1967. Em setembro proíbe atividades políticas no meio estudantil, mas a oposição continuava. As eleições para o governo de 11 estados vários oposicionistas venceram, sobretudo na Guanabara e em MG de modo que a “linha dura” passou a pressionar no sentido de um maior fechamento do regime, preparando inclusive uma conspiração que seria liderada por Albuquerque Lima, chefe do Estado-Maior do I Exército. Com a ruptura das lideranças civis de 64 (Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros) o governo ficou sem base no congresso e diante da pressão da linha dura promulgou o AI-2. Crescia a influência de Costa e Silva. Para contrabalançar, Castelo promoveu o afastamento de oficiais da “linha dura” que exerciam cargos importantes e procurou ainda reorganizar parte de seu ministério entre novembro de 1965 e janeiro de 1966, quando Costa e Silva oficializou sua candidatura. Com relutância, Castelo apoiou porque embora preservasse a união das forças armadas, de outro lado, dividia o governo, pois Mem de Sá, Golberi, Geisel e Cordeiro de Farias manifestaram-se contra ela. No entanto, prevaleceu a vontade de Castelo Branco, o que implicou no pedido de exoneração de Geisel, Golberi e Cordeiro de Farias, que não foram aceitos. No dia 26 de maio, a ARENA homologou a candidatura de Costa e Silva e Pedro Aleixo.

A nova constituição foi elaborada e aprovada a revelia do congresso, pois o AC-23 decretara novo recesso parlamentar. À essa época crescia a força da oposição com a Frente Ampla reforçada por Mourão Filho e Peri Bevilacqua. A nova Carta reforçava o Executivo e, sobretudo, propiciava a institucionalização jurídica do *movimento 1964*. Em março entram em vigor a nova lei de imprensa e lei de segurança nacional, fortemente inspirada na doutrina da ESG.

Ao encerrar o mandato, Castelo Branco retirou-se da vida política e voltou a lecionar na ESG. No entanto, vários elementos castelistas permaneceram por certo tempo no governo Costa e Silva. No dia 18 de julho, o pequeno avião que o transportava a Fortaleza colidiu com um caça da FAB, causando a morte do ex-presidente e de seus acompanhantes.

Costa e Silva (1899-1969)

Nasceu em Taquari, cursou o Colégio Militar de POA e em 1917 concluiu o como 1º da turma. Escola Militar do Realengo de 1918 a 21, aspirante-a-oficial de infantaria e 2º tenente em 1922. Envolveu-se no levante de 5 de julho e permaneceu três meses preso por ter se recusado a acompanhar seu regimento na repressão aos rebeldes. Primeiro-tenente em 1922. Enquanto aguardava o resultado do processo, residiu numa pensão com Juarez Távora. Em 1924 Costa e Silva e Cordeiro de Farias tentaram convencer os soldados do 8º RI de Cruz Alta a não aceitar a missão de reforçar os contingentes legalistas que cercavam os revolucionários em SP. Pretendia juntar-se às forças comandadas por Luís Carlos Prestes, mas por problemas de saúde não pode. Em 1924/5 serviu como inspetor do tiro de Guerra na 3ºRM, em POA e depois transferido para o 10º RI em Juiz de Fora. Em 1926 foi incorporado ao 8ºBC, em São Leopoldo. Retornando ao RJ, serviu na 1º Circunscrição de Recrutamento de 1929 a 30. Em 1930 cursou a EsAO e apoiou a revolução, tendo recusado convites para cargos públicos. Capitão em 1931, foi destacado para a Vila Militar. Em 1932 serviu com Góes Monteiro contra SP. Terminado o conflito, serve na Escola de Infantaria até de 1935, quando foi transferido para o 11ºRI, em São João del Rei. EEM de 1936 a 1938. No Estado Novo, serviu no gabinete do chefe do EME, Góes Monteiro. Em 1940, instrutor-adjunto de tática geral na EEM e integra a comissão de Motomecanização do Exército e foi promovido a tenente-coronel. Com a guerra ao Eixo, em 1942, organizou a unidade blindada que iria combater na Europa, e para atualizar-se viajou aos EUA, permanecendo lá até 1944, quando foi promovido a coronel. Em 1946 comandante do 9ºRI, em Pelotas. Em 1948, chefe do estado-maior da 3ºRM, em POA. De 1949 a 1952, serviu como adido militar na Argentina. Em 1952, general-de-brigada. Assume o comando do Núcleo da Divisão Blindada, no RJ. Em abril de 1954, foi designado para comandar a 2ºBrigada de Infantaria em Caçapava.

Apoiou o movimento deflagrado em 11 de novembro de 1955, destinado a assegurar a posse de JK e Jango. Ainda em 1955, assumiu o comando da 2ºDI. Depois foi nomeado diretor de Motomecanização do Exército. Em 1957, comandou da 3ºRM e em abril de 1958 foi promovido a general-de-divisão. Em 1959 reassumiu o comando da 2ºDI. Em 1961 comandante do IV Exército e em novembro, general-de-exército. Em 1962, chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército, no RJ, retornando os contatos com os antigos companheiros, como Mourão Filho, Cordeiro de Farias, Nélson de Melo, Odílio Denis e Castelo, que vinham se articulando para depor o presidente Goulart. Manteve contatos diários com Castelo e os outros oficiais a fim de formar um pólo conspirativo na Guanabara. Na madrugada do dia 31 de março Costa e Silva mobilizou os comandantes do RJ e assinou um manifesto conclamando todos os militares a se unirem na luta contra o governo.

Com a posse de Mazzilli Costa e Silva se auto designou Ministro da Guerra por ser o membro do Alto Comando mais antigo, resistiu a proposta de que as eleições fossem

realizadas breve e à indicação de Castelo Branco como candidato a assumir a presidência, mas acabou cedendo. No dia 4 de abril foi empossado oficialmente Ministro da Guerra. Durante os IPMs Costa e Silva foi um dos grandes responsáveis pela cassação de JK. Em setembro de 1965, foi detectada uma articulação destinada a depor Castelo Branco, tendo como chefe Albuquerque Lima e que teria o apoio de vários coronéis. Na ocasião, Costa e Silva teve que ir pessoalmente à Vila Militar discutir com os líderes da conspiração defendendo o governo, o movimento foi neutralizado.

Em dezembro de 1965, já cogitava-se o nome de Costa e Silva para a sucessão presidencial, que contava com apoio da oficialidade radical, que o prestigiou comparecendo no aeroporto antes de sua partida para uma viagem ao exterior. Elegeu-se indiretamente no Congresso com abstenção da bancada do MDB. Seu governo procurou dar combate ao processo inflacionário e retomar o crescimento econômico. No setor educacional, promoveu, através do Ministério da Educação e Cultura, a reforma universitária e o Plano Nacional de Educação, fortemente criticado por parte de estudantes e professores. Os protestos passaram a abranger setores cada vez mais amplos da sociedade. Também nas forças armadas registrava-se a instabilidade política, refletindo antigas divergências não superadas. Alunos universitários se mobilizavam exigindo uma efetiva reforma no ensino.

Ainda em abril de 1968, o ministro da justiça proibiu as atividades da Frente Ampla, importante órgão de oposição ao governo. Discursando na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves denunciou as violências praticadas contra estudantes, responsabilizando os militares pela ocorrência. Como forma de protesto conclamou a população a não comparecer as comemorações do Dia da Independência. Esse pronunciamento desencadeou reações entre os militares, que o consideravam ofensivo às forças armadas. Logo pediu-se a cassação dos direitos políticos de Moreira Alves, enquadrando-o no artigo 151 da Constituição. Costa e Silva disse que iria acatar o resolução do Legislativo e Judiciário no caso do processo de Moreira Alves. Após tramitar pela comissão competente, o pedido foi rejeitado na Câmara no dia 13 de dezembro de 1968. Imediatamente Costa e Silva reuniu-se com os ministros militares e comandantes de exércitos, colocando em prontidão as forças armadas e a Polícia Federal. Os meios de comunicação foram proibidos de divulgar informações sobre o processo de Moreira Alves e, ainda nesse dia, Costa e Silva baixou o AI-5.

Em entrevista concedida em março de 1969, Costa e Silva justificaria a edição do AI-5, com base as críticas à Constituição de 1967: *“após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional.”*

Nos primeiros dias de 1969, vários mandatos parlamentares foram cassados, suspensos direitos políticos, além de prisão de inúmeras pessoas por motivos políticos. Até julho foram adotadas medidas de fortalecimento do Poder Executivo e de controle da oposição, como a alteração nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional. Por outro lado, organizações guerrilheiras começaram a tentar deflagrar um processo de luta armada.

No dia 26 de agosto, Costa e Silva anunciou a imprensa a conclusão da reforma constitucional. O texto final deveria ser aprovado pelo Congresso, que seria reaberto no mês seguinte. No entanto, o meio militar recebia com apreensão a reabertura do Congresso.

Antes de que se chegasse a um acordo definitivo em relação ao texto constitucional, Costa e Silva apresentou sinais de doença. Caracterizada a doença, os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando o vice-presidente Pedro Aleixo. No dia 8 de outubro, a junta anunciou a escolha de Médici para a sucessão de Costa e Silva, que aprovou a decisão. Pelo AI-16 a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice. Depois de deixar o governo e sem ter se recuperado da enfermidade, Costa e Silva morreu em dezembro de 1969.

Orlando Geisel (1905-1979)

Nasceu em Estrela, estudou no Colégio Militar de POA, ingressando em 1923 no Realengo. Aspirante-a-oficial de artilharia em 1925 e segundo-tenente, em 1928, primeiro-tenente. Participou de 1930, levantando a guarnição de Cachoeira do Sul. Entre agosto e outubro de 1931, serviu como subcomandante do 6º RA Mon. em Cruz Alta e do 3º Grupo Independente de Artilharia, em Bagé. Combateu a Revolução Constitucionalista como comandante da bateria. Em 1933 foi promovido a capitão. Entre fevereiro de 1938 e novembro de 1940, foi instrutor adjunto e depois instrutor na EEM. Em 1941, major, e em 1945 tenente-coronel. Em 1946 assumiu o comando do 1º Grupo de Obuses 155. Em 1947, passou a servir como adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior Geral.

A partir de fevereiro de 1950 serviu como adjunto do adido militar em Washington, fez cursos de comando e estado-maior do Exército norte-americano e em 1952 recebeu a patente de coronel. De volta ao Brasil, ocupou a chefia do gabinete da Diretoria de Motomecanização. Foi diretor de ensino da Escola de Estado-Maior de 1953 a 1955 e em fevereiro deste ano assumiu o comando do 1º Grupo de Canhões Automáticos. Entre 1956 e 1957 foi subcomandante e comandante interino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. À disposição do Ministro da Fazenda a partir de outubro de 1957, foi promovido em 1958 a general-de-brigada. De volta ao serviço ativo em julho de 1959 assumiu a chefia do estado-maior do I Exército, no Rio. Foi promovido a general-de-divisão em 1964. Durante o governo de Castelo Branco, foi comandante da 1ª DI e da guarnição da Vila Militar, presidente da Comissão Especial de Reversão do Exército e comandante da 1ª RM a partir de maio de 1964. Em novembro de 1965 foi promovido a general-de-exército. No mês seguinte assumiu a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército. Comandou o III Exército, de maio a novembro de 1966. Em dezembro recebeu a chefia do Estado-Maior do Exército. Em abril de 1968 assumiu a chefia da EMFA.

Em agosto de 1969, constatada a impossibilidade de Costa e Silva permanecer na presidência, Orlando Geisel participou da reunião do Alto Comando das Forças Armadas que determinou o afastamento do vice-presidente Pedro Aleixo da linha sucessória e da constituição de uma junta militar para governar o país. Orlando Geisel foi um dos cotados para assumir a chefia do Executivo, mas desaprovou sua indicação. No dia 29 de setembro, foi convocada uma nova reunião do Alto Comando do Exército, cuja pauta era a análise da lista tríplice para a presidência (Médici, Orlando Geisel e Murici), que em seguida seria encaminhada para o Alto Comando das Forças Armadas. O nome de Médici foi o único a ser indicado pelas três armas. No dia 4 de outubro Orlando Geisel, juntamente com Lira Tavares, enviou telegrama a Médici pedindo-lhe que não recusasse a presidência. No dia 18 foi convidado pelo futuro presidente para ocupar o Ministério do Exército, mas condicionou sua aceitação a ter nas mãos todas as

responsabilidades pela segurança nacional. Durante sua gestão, promoveu a reforma do ministério e o reaparelhamento do Exército. No período foi intensificado o papel do Exército no esquema de repressão política aos opositores do regime. Com a aproximação do fim do mandato de Médici, Orlando teve seu nome novamente cotado para o cargo. No governo Ernesto Geisel a influência que Orlando exercia junto ao irmão ficaria evidente em dois importantes episódios. O primeiro, em janeiro de 1976, quando da exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo Dávila Melo, após as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI paulista. O segundo episódio, em outubro de 1977, quando da demissão do ministro Silvío Frota da pasta do Exército. Neste caso, sua interferência teria se dado não pelo conhecimento que tinha das posições do ministro Frota como pelas informações de que o general Jaime Portela estaria articulando a candidatura de Frota à presidência. Ao longo de sua carreira militar, Orlando Geisel fez ainda os cursos de aperfeiçoamento e informações da Escola de Armas, da Escola de Estado-Maior e da ESG, onde foi diretor de ensino.

Antônio Carlos da Silva Murici (1906-2000)

Nasceu em Curitiba, filho do tenente-coronel. José Cândido da Silva Murici, mili ligado a Benjamin Constant, Serzedelo Correia e Quintino Bocaiúva nas articulações q levaram à Rep. Seu irmão, José Cândido, foi escritor e crítico literário. Estudou no Colégio Mili de Barbacena, MG. Realengo: 1923/25. Artilharia. 2º ten. em 27 e 1º em 28. Serve no CPOR do Rio em 32 qdo. se engaja na repressão ao levante de SP. Capitão em 34, cursa a EsAO e depois torna-se instrutor. De 37 a 39, EEM. Em 42, instrutor na EEM e patente de major. em 44 Fort Lavenworth. Tenente-coronel em 46, trabalhou como assessor do Ministro da Guerra de Dutra, Canrobert Pereira da Costa, entre 47 e 50. Cursa ESG em 51 e em 52, coronel. Assina o manifesto dos coronéis em 54. De 56 a 58 assessor do adido mili br nos EUA. Em 60, gen. de brigada. Em 61, servia no EM do III Ex., comandado por Machado Lopes, q ã reprimiu Brizola contrariando as ordens de Odílio Denis, Ministro da Guerra. Murici era homem de Denis e Orlando Geisel e foi dispensado por Lopes. Em 63, qdo. servia no RN foi alvo de críticas de Brizola (gorila golpista) q por lá fazia campanha, o q gerou um fato pol. tendo recebido atos de desagravo e telegramas de apoio. Castelo Branco era o comandante do IV Ex. e Kruel o ministro q, obteve compromisso de JG q isso ã mais se repetiria. Em 64, foi articulador ativo do golpe e depois promovido a gen. de divisão. Assumiu o IV Ex. e tratou de desmontar os movimento sociais do NE. Em 66 gen. de Ex. Foi chefe do EME de 66 a 69. Em 69 participou, junto com Médici e Mamede, da comissão q deveria sintetizar o pensamento da cúpula do exército qto a sucessão de Costa e Silva. Na consulta feita aos generais das 3 armas obteve vários votos, porém em meio às crises internas, o mais antigo, Médici foi o escolhido. Passou para a reserva em 70. No gov. Médici foi elemento de ligação entre o Estado e a Igreja, fazendo contatos com o alto-clero. Na iniciativa privada desde 70 assumiu a presidência da *holding* Nora Laje e depois de seu conselho fiscal, até 86. Foi membro do conselho curador da Orquestra Sinfônica Brasileira. Publicou *Palavras de um soldado* em 71, seu arquivo está no CPDOC.

Juraci Magalhães (1905-2001)

Nasceu em Fortaleza, filho de um contador. Sentou praça em 22 e em 23 foi para o Realengo. Sai aspirante a oficial de cavalaria em 27, designado para Fortaleza. Apoiou os tenentistas no NE levando mensagens a Juarez Távora e Prestes. 2º tenente em 27 volta para o RJ, em 29 1º tenente. Hospedou Juarez Távora qdo. este estava foragido em 30. Participou das articulações para a rev. de 30 no NE. Em 31 assume a interventoria da BA, estado com poucos adeptos à rev. e forte oposição a intervenção de um mili de outro estado. com a intensificação da oposição em 32 Juraci Magalhães se articula com os coronéis do interior, funda um novo partido o PSD e começa a neutralizar os partidos tradicionais. Em 33 nas eleições para a constituinte o partido de Juraci Magalhães já é majoritário. Em 35 foi eleito governador da BA. Participou da repressão ao levante comunista em 35 e ordenou a invasão aos centros integralistas em 36, expulsando da polícia os membros da AIB. Foi contra o golpe de 37 e renunciou ao governo, voltando ao exército. Foi designado para Campo Grande, mas para permanecer no Rio matriculou-se na EsAO, concluindo o curso em 38. Em 39 matriculou-se na EEME e em 42 foi promovido a major. Em 43 foi transferido para o estado-maior da 7ª RM em Recife. Em função dos preparativos da FEB, cursou a Command and General Staff School em Fort Lavenworth. Nesse período, encontrou-se com Otávio Mangabeira em NY e discutiu a redemocratização e a derrubada de GV. De volta ao Br e com o fim próximo da IIGM, passou a instar Eduardo Gomes a se candidatar a presidência. Foi promovido a tenente-coronel em 45 e em função da anistia aos presos pol. encontrou-se com Prestes, mas este apoia GV. Licencia-se do Exército e volta a BA para organizar a UDN e articular a campanha de Eduardo Gomes.

Após a queda de GV participou ativamente na campanha anticomunista entre 46 e 47, sendo um dos repensáveis pela cassação do PCB. Em 46 elegeu-se deputado federal, em 48 integrou a delegação br na II Assembléia Geral da ONU em Paris, cujo auxiliar era Roberto Campos. Em 50 candidatou-se ao gov. da BA mas foi derrotado pelo PSD. Em 51, depois de declinar o convite de GV para presidir o Conselho Nacional do Petróleo, assumiu a direção da Vale do Rio Doce. Em 52 tornou-se adido mili nos EUA e em 54 torna-se o primeiro presidente da Petrobrás. Rompe com Café Filho e em 54 elege-se senador pela BA, em 55 cursa a ESG e dirige a campanha presidencial de Juarez Távora. Depois q JK e Jango se elegem em 55, derrotando Távora, a UDN inicia campanha contra a posse dos eleitos, Juraci Magalhães era um dos vice-presidente. As FA se dividiram, o ministro da Guerra, Lott era favorável à posse, Eduardo Gomes, da Aeronáutica e Amorim do Vale da Marinha eram contrários. Qdo. Lott consegue garantir o direito a posse dos eleitos e o impedimento de Café Filho, q no meio a crise havia se licenciado, Juraci Magalhães intermedia o salvo conduto para os golpistas derrotados. Em 56 foi transferido para a reserva como general-de-divisão. Em 57 sucedeu Milton Campos na presidência da UDN e organizou as “caravanas da liberdade” tentando aproximar o partido do povo. Em 58 foi eleito para o governo da BA. Em 59, Jânio Quadros derrota Juraci Magalhães na convenção da UDN e este se recusa a ser o vice. Depois da renúncia de Jânio, apoiou a posse de JG dissuadindo os mili contrários (Odílio Denis e Sílvio Heck) mas impedindo manifestações de rua na BA a favor de Jango. Em 62 disputa uma vaga no Senado pelo RJ mas, mesmo com o apoio de Lacerda, perde.

Sua adesão à conspiração de 64 só se efetivou depois do discurso de 13 de março, o Comício das Reformas. Reúne-se com Ademar de Queirós, CFa e Castelo Branco e entrega uma lista de pessoas dispostas a conspirar. Qdo. do golpe fica ao lado de

Lacerda no gov. do RJ, depois reúne-se com Mamede na ECEME para evitar q o gov. ã caísse em mãos inconvenientes. Depois de cogitar Dutra, passou a articular o nome de Castelo Branco. Eleito em 11/4, Castelo Branco consultou Juraci Magalhães sobre Luís Vianna Filho para a chefia da casa civil. Juraci Magalhães tornou-se embaixador nos EUA e é o autor da célebre frase “o q é bom para os EUA é bom para o Br.” Depois da saída de Milton Campos da Justiça, por ocasião do iminente AI-2, Juraci Magalhães assume a pasta em outubro de 65 e a deixa em janeiro de 66 para assumir o MRE. Defensor das “fronteiras ideológicas” promoveu intensa aproximação com os EUA, a ponto de propor uma força mili Interamericana para combater ameaças revolucionárias. com a posse de Costa e Silva na presidência em 15/3/67 deixa a vida pública. Foi executivo de várias empresas nacionais e multinacionais no Br bem como membro de conselhos.

Siseno Ramos Sarmiento (1907-1983)

Nasceu em Manaus, pai e avô foram voluntários em Canudos e no Paraguai. Ensino civil no AM. Sentou praça em 23 e Realengo em 24/28, infantaria. 2º ten. em 28 e 1º em 30, da qual participou. Combateu revoltosos de 32, capitão em 33 e major em 42. Integra a FEB, Regimento Sampaio e em 46 ten-cel para depois ser nomeado por Dutra Interventor federal no AM até 47. Em 50 disputa eleição no Clube Militar junto com Castelo Branco, José Bina Machado e Nelson de Melo na chapa de CFa, perdendo para a chapa nacionalista de Horta Barbosa e Estilac Leal. Cel em 52, em 54 já havia cursado a ESG e pertencia ao grupo da Sorbonne. Assinou o Manifesto dos Coronéis. Opôs-se à posse de JK em 55. De 59 a 61 foi assessor da Comissão Mista Brasil-EUA sob a chefia de Cordeiro de Farais, de fev. a out. de 61 foi secretário de segurança de Carlos Lacerda, na Guanabara. Gen de brigada em 60, participou ativamente do golpe de 64 e gen. de divisão em julho de 64. De jan. de 65 a maio de 66 comandou a Força de Emergência da ONU na faixa de Gaza, q contava com tropas br. Em 67, gen. de Ex. Em 69, apesar de comandar o I Ex., foi excluído das decisões sobre a sucessão de Costa e Silva, embora tenha sido cotado para a presidência. Foi o criador do Centro de Operação para Defesa Interna, o CODI, depois Departamento de Ordem Interna, DOI, responsável pela repressão aos movimentos de oposição. Ministro do STM de 71 a 77, qdo. se aposentou. Filiou-se a ARENA e tentou concorrer ao governo do RJ, porém retira candidatura em 78 por falta de consenso interno.

Jurandir de Bizarria Mamede (1906-1998)

Nasceu em Salvador, sentou praça em 1923 no Realengo, saindo em 27 como aspirante da infantaria. Designado para o 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, articulou com Juraci Magalhães apoio ao movimento tenentista. 2º tenente em 27 e em 29 1º. Transferido para a Vila Mili, no RJ segue conspirando com Juraci Magalhães, Agildo Barata e Paulo Cordeiro. Qdo. em jan. de 30 o seu comandante foi transferido para Paraíba, após consultar Juarez Távora na prisão, Mamede e seus companheiros foram

todos para o NE, conspirar. Mamede participou ativamente da rev. de 30 no NE sob as ordens de Juarez Távora. Em 31 foi comissionado coronel e comandante da BM de Pernambuco, foi cogitado para a interventoria da BA mas recomendou Juraci Magalhães. Membro do Clube 3 de Outubro. Promovido a capitão em 32 assumiu interinamente a interventoria de PE em 34. Estava no RS qdo. da intentona comunista de 35. Qdo. do EN, com a queda do interventor de PE, Mamede perde tb o posto de chefe de polícia de Recife. Participa das preparações da FEB e na Itália atua na seção de operações. Em dez de 44 é promovido a tenente-coronel. Em 45 participa das reuniões da UDN pela candidatura de Eduardo Gomes. Torna-se adido do EME e depois chefia o curso de infantaria na EsAO. Em 48 integra o grupo chefiado por CFa q criou a ESG e em 50 torna-se membro permanente. Disputou junto com CFa a presidência do Clube Militar em 50 e foram derrotados por Estillac Leal, q defendia o monopólio estatal do petróleo e a volte de GV via eleição. Em 51 foi promovido a coronel, permanece na ESG, onde participou da elaboração da DSN. Em 52 apoia a chapa da “Cruzada Democrática” para o Clube Militar q encabeçada por Etchegoyen vence o pleito. Em 54 assina o *Manifesto dos Coronéis*, de cuja redação participou. O documento opunha-se ao aumento de 100% do salário mínimo e, apesar de o aumento ter sido deferido por GV, causou a queda do Ministro do Exército, Ciro do Espírito Santo Cardoso, do Trabalho, Jango, e marcou a virada no exército do grupo contrário a Estillac Leal. Mamede participou das conspirações contra a posse de JK e Jango em 55. Em 60 Mamede foi promovido a general-de-brigada. Jango ã conseguiu uma liderança mili forte para contrabalançar seus opositoristas nas FA e por isso nomeou para cargos de EM e instrução, longe da tropa, seus opositores. Mamede foi designado para ECEME, outros foram para a ESG ou para o NE. O levante de 64, especialmente no RJ, era basicamente de oficiais. Da ECEME e da ESG vieram os principais quadros e articuladores de 64 e Mamede exercia importante liderança sobre seus oficiais-alunos na ECEME. Esta era subordinada ao EME, então chefiado por Castelo Branco, com quem partilhava da DSN, e da visão de GF (guerra revolucionária, inimigo interno) e pró-EUA. Mamede providenciou a segurança de Castelo Branco durante o golpe e organizou a defesa na Praia Vermelha, além de coordenar a tomada de vários fortes no RJ. Designado para o comando da 8ª Região Militar, em Belém foi promovido a general de divisão em 65, qdo. volta ao RJ para comandar a importante 1ª Divisão de infantaria na Vila Militar. Seu nome foi cotado por Castelo Branco para a sua sucessão na presidência, mas não resistiu às articulações de Costa e Silva. Em 66 foi promovido a genral-de-exército, junto com E Geisel, Antônio Carlos Muriqui, Augusto Fragoso, Álvaro Braga e Rafael de Sousa Aguiar. Assumiu o 2º Exército em SP, lá ficando até a posse de Costa e Silva. Em 67 assumiu o departamento de produção e obras do exército e, como parte do Alto Comando, envolveu-se nas questões sucessórias. com a doença de Costa e Silva compôs a comissão junto com Médici e Murici para organizar a sucessão, já q se avaliou q a junta ã poderia governar indefinidamente e q o vice civil Pedro Aleixo, não era confiável. Em 1970 Mamede assume o STM e em 73 passa a presidi-lo. Ao completar 70 anos em 76foi compulsoriamente aposentado.

Aurélio de Lira Tavares (1905-1998)

Nasceu na cidade da Paraíba, cursou o Colégio Militar do Rio entre 1917 e 22. Realengo, de 1922 a 25, engenharia. Como cadete, dirigiu a revista da escola e foi orador oficial de sua sociedade acadêmica. 2º tenente em 1926, passou a servir no 2ºBatalhão de Engenharia na Vila Militar, no RJ. Primeiro-tenente 1928, foi ajudante-

de-ordens do diretor de Engenharia. Em fins de 1929 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do RJ e, em 1930, diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica. Em 1930, passou a ajudante-de-ordens do primeiro subchefe do EME. Em janeiro de 1931 passou a ajudante-de-ordens do comandante da 5^o RM, em Curitiba. Ainda em 1931, recebeu o Prêmio Rio Branco, conferido pela congregação da Escola Politécnica.

EsAO em 1932 e instrutor no início de 33 em maio passou a adjunto do subdiretor de ensino da Escola de Engenharia do Exército. Em março de 1935, passou a comandar uma companhia no 3^o BE e depois passou a assumir uma companhia no 2^o Batalhão de Pontoneiros, em Cachoeira do Sul.

Através da coluna que escrevia em O Jornal começou a difundir a idéia de um “ministério do ar”, posto em prática pelo governo Vargas em janeiro de 1941. EEM de 1936 a 39, quando foi promovido a major. Em 1940 chefiou a 3^o Seção do EM da 5^oRM. Em julho de 1941 passou a subcomandante e fiscal do 3^o Batalhão Rodoviário, em Lagoa Vermelha. Em abril de 1942, passou a instrutor de tática geral da EME, sendo promovido a ten.-cel. Em 1943, observador militar junto às forças norte-americanas na África e curso em Fort Lavenworth. Membro do Estado-Maior Especial encarregado da organização da FEB, permanecendo no Brasil.

Em 1945 oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, Góes Monteiro e subchefia a missão militar brasileira junto ao Conselho de Controle Aliado na Alemanha. Em 1946, coronel. Em 1947 a chefia da Missão permanecendo na Alemanha até 1949. De volta ao Brasil permanece em funções de EM até 1953 quando compõe a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes e é promovido a general-de-brigada, sendo transferido para o PR como comandante de Artilharia. Em 1958, diretor de Comunicação do Exército, em 1960 chefia o Estado-Maior do I Exército. Em 1961 diretor de Ensino e Formação do Exército e promovido a general-de-divisão. Em 1962 tornou-se comandante da 2^o RM, em SP. Em abril, assumiu por uma semana a chefia do Gabinete Militar. Em março de 1963 foi nomeado primeiro subchefe do EME, estando sob a chefia de Castelo Branco. Em 64 tornou-se comandante do IV Exército, em Recife, sendo promovido a general-de-exército. Em outubro de 1965 foi chefiar o Departamento de Produção de Obras do Exército, em 1966 comandante da ESG. Em março de 1967 assumiu o cargo de Ministro de Exército a convite de Costa e Silva.

Em 68 esteve nos EUA a convite do governo e presidiu a abertura da VIII Conferencia dos Exércitos Americanos. Foi um dos signatários de AI-5. Com a Doença de Costa e Silva em 69 o Alto Comando das FA decide pela formação de uma junta militar de caráter provisório composta pelos três ministros militares: LT, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio de Souza e Melo. Pedro Aleixo era excluído do processo sucessório pelo AI-12. Após o seqüestro do embaixador norte-americano, procurando controlar as ações armadas dos grupos esquerdistas e atender as exigências da ala mais à direita das forças armadas, a junta tomou uma série de medidas repressivas como o AI-13, o Ato Complementar n^o 64, o AI-14, e a nova Lei de Segurança Nacional. Desencadeava-se nova onda de prisões e cassações e as eleições adiadas por tempo indeterminado. O caráter irreversível do estado do saúde de Costa e Silva desencadeou a sucessão e a polêmica de AL, ministro do Interior com LT.

Em 15/10/69 a Junta promove a reabertura do Congresso para ratificar a nomeação de Médici à presidência. No dia 17 a Junta promulgou a Emenda Constitucional n^o 1, incorporando à Constituição de 1967 dispositivos do AI-5. No dia 21, a Junta promulgou o Código Penal, o Código Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária Militar. No dia 22 foi assinado o Ato Complementar n^o77 que proibiu os professores atingidos por atos institucionais de lecionar. No dia 23 um decreto-lei estabeleceu a

inelegibilidade de todos os cidadãos atingidos pelos atos institucionais, incluindo seus cônjuges.

30/10/1969, Médici assumiu a presidência da República. LT foi substituído por Orlando Geisel. Em abril de 1970, LT foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e em junho nomeado embaixador do Brasil na França. Foi membro do IHGB e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Idálio Sardenberg (1906-1987)

Nasceu em POA filho de Olinto Nunes Sardenberg, oficial mili. Estudou no colégio mili do Rio e no Realengo de 24 a 27: artilharia. 2º ten. em 27 e 1º em 29. Apoiou a AL e a candidatura de GV tendo participado de 30. EsAO e lutou contra SP em 32. Radicado no PR elegeram-se suplente para a constituinte em 33 pelo PSD. Em 35, capitão, concluído o mandato, cursa a EEM. Major em 43, cursa a escola de EM de Fort Lavenworth e tenente-coronel em 48, integra o grupo fundador da ESG em 49. Em 52, assessor da missão de GM q negocia o acordo mili Br-EUA. Em 53, coronel. Em 58, no gov. JK, assume a Petrobrás. Em 60, ainda na Petrobrás, gen. de brigada. com a posse de JQ deixa a empresa e se atrita com o presidente, sendo punido com prisão. Tinha mando de tropa em 64 e foi promovido a gen. de divisão. Entre 67 e 68 assume a direção de ensino do EB e em 67 a presidência da Comissão Mista Br-EUA, no Rio, além de ser promovido a gen. de Ex. Passou para a reserva em 71 e em 76, diretor-presidente da Delfim Crédito Imobiliário até 83 qdo. a sofreu intervenção do BC. Foi instrutor da EEM.

Emílio Garrastazu Médici (1905-1985)

Nasceu em Bagé, lá realizou os estudos iniciais. Em 1918 ingressou no Colégio Militar de POA. Em 1924 matriculou-se no Realengo, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de cavalaria em 1927. Foi designado em seguida para 12ºRC, em Bagé e foi promovido a segundo-tenente e em 1929 a primeiro-tenente. Aderiu ao movimento de 1930, juntamente com a totalidade das tropas do 12º RC, e foi elemento de ligação entre os conspiradores civis e militares de Bagé. Em 1932 voltou a comandar o 12º RC contra a Revolução Constitucionalista. Em 1934 promovido a capitão e em 1937 foi designado ajudante-secretário na Escola de Estado-Maior no RJ. Em fevereiro de 1939, matriculou-se na Escola de Armas, mas em setembro seguinte foi transferido para o 8º RC em Uruguaiana. Em 1940 voltou à Escola de Armas como auxiliar-instrutor e foi promovido a major. Concluindo o curso de estado-maior em 1944, foi designado para o estado-maior da 3ª DV, em Bagé. Em junho de 1948 foi promovido a tenente-coronel e em janeiro de 1950 transferido para o quartel general de 3º. RM em POA, tornando-se chefe da 2ª Seção do estado-maior regional. Em 1953, coronel nomeado comandante do CPOR em POA. Quatro anos depois, a convite do então comandante da 3ª RM, Costa e Silva, assumiu a chefia de seu estado-maior. Em fevereiro de 1960 foi designado subcomandante da AMAN. Em 1961 foi promovido a general-de-brigada e destacado

para o comando da 4ª DC, em Campo Grande. Diante da crise instaurada no mês seguinte a renúncia do presidente da República Jânio Quadros e o veto dos três ministros militares à posse de João Goulart, Médici teria apoiado a posse de Goulart e a solução parlamentarista.

Comandante da AMAN em 1963 e em 64 apoiou o golpe. Logo após a vitória foi nomeado por Costa e Silva adido militar em Washington. Lá permaneceu durante dois anos exercendo tb a função de delegado brasileiro à Junta Interamericana de Defesa e à Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, e obtendo em 1965 a promoção a general-de-divisão. Depois de eleito, Costa e Silva ofereceu a Médici a presidência da Petrobrás, Médici recusou mas assumiu o SNI, sucedendo Golberi. Ampliou as atividades do órgão e lhe imprimiu um caráter consultivo. Intensificou a realização de sondagens de opinião pública passando a entregar ao presidente a “informação acabada”, ao invés da “informação bruta”. A repercussão negativa das violências infringidas a professores, parlamentares e estudantes provocou a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito, e Médici foi encarregado de coordenar as sindicâncias relativas aos acontecimentos. Em 1969 foi promovido a general-de-exército e pouco depois nomeado para o comando do III Exército, em POA.

Em 31/3/1969, foi divulgada a notícia de que o presidente Costa e Silva se encontrava gravemente enfermo. As especulações em torno de uma possível indicação de Médici para substituir Costa e Silva surgiram desde o início da crise. O nome de Médici seria a solução natural encaminhada pelo presidente Costa e Silva, caso ele pudesse coordenar a própria sucessão. Embora desconhecido do grande público adquirira grande prestígio no meio militar por sua atuação no SNI. Existiam, ao lado de Médici, 5 outros candidatos fortes à sucessão presidencial: Albuquerque Lima, Murici, Orlando Geisel, Siseno Sarmento e Lira Tavares. No dia 18 de setembro, os ministros militares assinaram a nova Lei de Segurança Nacional, agravando algumas punições e prevendo o fuzilamento como meio de execução da pena de morte. Num primeiro momento Médici recusou a indicação de seu nome a presidência. Mas no dia 6 de outubro, concordou em assumir o cargo e indicou para vice o almirante Augusto Rademaker. No dia 7 de outubro fez seu primeiro pronunciamento como candidato a presidente do alto comando das forças armadas. Prometeu instaurar a democracia plena, prometeu desconsiderar os fatos adversos do passado e fixar as “bases do nosso desenvolvimento econômico e social”. Falou da justiça social, das disparidades, da distribuição regional das riquezas e na sua condição de escolhido não por vontade própria, mas pela revolução. Médici tocou em pontos que ainda não haviam sido abordados, como o fato de o Brasil continuar longe de ser um país desenvolvido e que vivia num regime não plenamente democrático. Falou em sindicatos livres, imprensa livre, igreja livre. Livre e Liberdade foram as palavras mais usadas em seu discurso, diferentemente dos governos anteriores que não reconheciam publicamente que as necessidades do regime haviam imposto restrições.

Em 25 de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções, Médici foi eleito pelo Congresso. No dia 30 assumiu o governo e empossou seu ministério. Estabelecendo uma política voltado para o “desenvolvimentismo”, Médici manteve um estilo de governo forte e extremamente centralizado. Na mesma data de sua posse, a Nova constituição entrou em vigor. Acentuou-se a marginalização da classe política que, inativa e contida, tentou demonstrar inutilmente sua insatisfação no Congresso. Médici interveio diretamente nas sucessões estaduais. Iniciou uma espécie de seleção dos governadores escolhendo “homens de confiança do sistema revolucionário” e preferindo o “apolítico, o técnico”, dentro de uma linha denominada de “militarismo tecnocrático”.

Em fevereiro de 1970, Médici divulgou que não revogaria o AI-5, que a plena democracia era ideal e jamais se realizaria no Brasil e que o combate à inflação continuaria a ser gradual. Em discurso na ESG afirmou que as transformações sociais e econômicas ocorridas no país no período de 1930 a 1964 não permitiam a permanência do liberalismo como fonte de orientação política e que essa doutrina era incompatível com o crescimento econômico, sendo objetivo de seu governo “manter o desenvolvimento, com segurança”. Em 72 a AERP desenvolvia intensa campanha de propaganda do governo, que transformou em indiretas as eleições dos governadores previstas para 1974.

O primeiro ano do governo Médici caracterizou-se por uma intensa radicalização dos movimentos da esquerda armada contra o regime. Foi criado então o DOI-CODI. O CODI exercia o trabalho burocrático-administrativo do organismo, a análise das informações e o planejamento estratégico do combate à subversão, enquanto o DOI se ocupava da parte operacional. Estes eram os órgãos policiais encarregados da ofensiva contra a “subversão”. Face às críticas à repressão o governo apelou para o sentimento coletivo de patriotismo: com os slogans: “Ninguém segura esse país”, “Brasil Grande” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Essa campanha maciça dos órgãos de comunicação conjugada com a censura procurou perpetuar a imagem favorável do governo, graças a estratégia política de compensar as insatisfações populares com a divulgação de planos grandiosos e “projetos de impacto”.

Apesar de o MDB ter lançado candidatura própria o candidato arenista obteve vitória esmagadora. Em 15 de março seguinte, Médici transmitiu a chefia do governo a Ernesto Geisel.

Deixando a presidência da República, Médici permaneceu cerca de dois anos e meio afastado da vida pública. Médici manteve-se como crítico mais contundente do chamado “processo de abertura política” tanto do governo Geisel quanto do Figueiredo. Em 1981, a festa de suas bodas de ouro contou com a presença de inúmeras figuras importantes do cenário político nacional, demonstrando que ainda contava com prestígio e importância no plano político nacional.

Ernesto Geisel (1907-1996)

Nasceu em Bento Gonçalves lá realizando seus primeiros estudos. Em 1921 ingressou no Colégio Militar de POA. Em 1925 matriculou-se no Realengo, sendo declarado aspirante-oficial da arma de artilharia em 1928. Designado para servir no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, passou à segundo-tenente em 1928. Em 1929 foi transferido para o 4º Grupo de Artilharia a Cavalos em Santo Ângelo. Primeiro-tenente em 1930 e comandou 2 meses depois uma bateria do Destacamento de Miguel Costa que se deslocou do RS à SP na vanguarda das forças revolucionárias gaúchas. Depois da vitória, ficou à disposição do interventor federal no RN, sendo nomeado secretário-geral do governo estadual e chefe do Departamento de Segurança Pública. De volta à tropa, comandou sua bateria na repressão ao levante do 21º Batalhão de Caçadores, deflagrado em Recife. Com a deflagração da Revolução Constitucionalista de SP em julho de 1932 integrou ao destacamento comandado pelo general Daltro Filho.

Ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba de janeiro a maio de 1934 e de agosto seguinte a janeiro de 1935. Em fevereiro foi transferido para o Grupo Escola de Artilharia do RJ sendo promovido a capitão. Participou da repressão ao levante da Escola de Aviação Militar em 1935. Primeiro lugar entre os militares da arma que

cursavam a EsAO em 1938. Entre 1939 a 1941 instrutor de artilharia na Escola Militar do Realengo. Em 1941-43 cursou a EEM, sendo promovido a major. Em 1945 foi designado para servir na Seção de Operações do Estado-Maior da 3ª Região Militar em POA. Depois de um estágio no Army Command and General Staff College, em Fort Lavenworth, EUA, passou a ocupar a chefia do gabinete do general Alcio Souto, comandante da Diretoria de Motomecanização no RJ. Com a transferência desse oficial, foi nomeado chefe do estado-maior dessa unidade, cujos contingentes tiveram participação destacada na deposição de Getúlio Vargas em 1945.

Entre maio de 1946 a abril de 1947 chefiou a secretaria geral do CSN, sendo nomeado em seguida adido militar no Uruguai. Foi promovido a tenente-coronel em 1948 e regressou ao Brasil em 1950 para exercer a função de adjunto do EMFA. Em 1952, membro permanente da ESG, sendo promovido a coronel no ano seguinte. Em 1954 comandou o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, sendo nomeado em 1955 subchefe do Gabinete Militar do presidente João Café Filho. Nomeado superintendente-geral da Refinaria Presidente Bernardes onde permaneceu até 1956. Em março assumiu o comando do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos em Quitaúna SP, transferido em abril de 1957 para a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército. A partir do junho do ano seguinte também foi representante do Ministério da Guerra no CNP. Em 1958 pediu exoneração do CNP, mas retornou em 1959 e lá permaneceu até 1961, sendo promovido em 1960 a general-de-brigada. Em fevereiro de 1961 tornou-se oficial de gabinete do Ministro da Guerra Odílio Denis, nomeado em abril de 1962 a chefia do Comando Militar de Brasília e a 11ª RM.

Com a renúncia de Jânio assume Pascoal R. Mazzilli, que nomeou Geisel para a chefia do seu Gabinete Militar. Em de 1962, chefiou a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria em Curitiba. Em 1963 tornou-se segundo subchefe do Departamento de Provisão Geral do Exército.

Geisel e outros oficiais de alta patente ligados a ESG - “Grupo da Sorbonne” - desempenharam importante papel na conspiração, na tomada do poder e na formulação do projeto de reorganização política do país. Com a vitória do golpe, nos primeiros dias de abril, os generais Geisel, Osvaldo Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, Golberri do Couto e Silva e Néelson de Melo trabalharam junto a oficialidade para que o nome do general Humberto Castelo Branco fosse aceito à presidência da República. Geisel assume o Gabinete Militar. A Atuação de Geisel neste posto foi intensa. Logo no início viajou ao Nordeste para averiguar informações sobre tortura a presos políticos, o que não foi confirmado em seu relatório. Nesse período coordenou as negociações entre a Marinha e a Aeronáutica para superar a crise em torno da operação das aeronaves embarcados no porta-aviões *Minas Gerais*. Em novembro de 1964 foi promovido a general-de-divisão.

Geisel participou das reuniões que levaram a cassação do mandato do governador paulista Ademar de Barros, da decisão de decretar o recesso do Congresso e a cassação de deputados, a reunião do Conselho de Segurança Nacional de dezembro, que definiu o anteprojeto da nova Constituição, aprovada pelo Congresso em 17 de janeiro de 1967. cedeu à pressões da “linha dura” e aceitou a candidatura de Costa e Silva, posição que Geisel não concordou. Em novembro de 1966 foi promovido a general-de-exército e deixou o Gabinete Militar no final do mandato de Castelo Branco em março de 1967 e foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, que julgou inúmeros processos de crimes políticos conforme a Lei de Segurança Nacional. Aposentou do STM em 1969, sendo nomeado presidente da Petrobrás em novembro.

Durante sua gestão, a Petrobrás diminuiu a perfuração exploratória em território nacional, em contrapartida, passou a investir em atividades de refinação e distribuição

de derivados e a perfuração em países ricos em óleo. Em 18/6/73 Geisel foi oficialmente lançado pelo general Médici como candidato a sucessão presidencial. Eleito pelo Colégio Eleitoral em 15/1/74, foi empossado em 15/3 em clima de otimismo. Na 1ª reunião ministerial afirmou sua disposição de revogar os atos institucionais, principalmente o AI-5. Ao mesmo tempo, a postura centralizadora que marcaria sua relação com seus auxiliares diretos ficou clara quando da criação dos projetos de lei transformando o Ministério do Planejamento em Secretaria do Planejamento e criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Ministério da Previdência Social. Demonstrou sua disposição de preservar sua autoridade e demarcar a diferença entre seu governo e o anterior, em discurso 29/8/74, Geisel definiu de forma mais clara seu projeto político, traduzindo o binômio Desenvolvimento e Segurança, formulado pela ESG. Ao aplicá-lo, Geisel continuaria uma política de abertura com freqüentes reafirmações de sua autoridade e seu controle sobre o processo em curso.

Imprimiu nova orientação a política externa, privilegiando a abertura de novas oportunidades para o comércio externo. As principais metas da política econômica do governo Geisel foram definidas no II PND, aprovado pelo Congresso no segundo semestre de 1974. As eleições indiretas de outubro de 1974 para o legislativo foram um marco na evolução política de distensão. Geisel garantiu uma pequena liberdade de propaganda. Esse fato ligado ao esgotamento do chamado “milagre brasileiro” e a opção pela luta eleitoral dos agrupamentos de esquerda, conduziu a uma importante vitória da oposição.

Apesar da política de distensão, os órgãos de segurança continuaram atuantes nesse período contra organizações clandestinas e órgãos de imprensa. Em abril de 1975, a Assembléia Legislativa do Acre rejeitou os nomes propostos pelo governador para o cargo de prefeito da capital, provocando violenta reação do governo federal, que utilizou pela primeira vez o AI-5 e decretou intervenção federal em Rio Branco. Geisel voltaria a utilizar o AI-5 mais duas vezes para casar o mandato e os direitos políticos do senador pernambucano Wilson Campos e confiscar os bens do grupo J.J. Abdala.

No dia 29 de maio de 1975, o chanceler Azeredo da Silveira declarou a disposição de um acordo Nuclear com a Alemanha. Essa declaração causou grande impacto no país e no exterior. Apesar das resistências, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha foi assinado em 25 de junho de 1975.

A ofensiva dos órgãos de repressão contra o PC continuou durante todo o segundo semestre de 1975, produzindo centenas de prisões. No dia 26 de outubro o comunicado de que o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto por enforcamento em uma das celas do DOI-CODI causou grande impacto na opinião pública, que colocou sob suspeita a versão oficial. Geisel designou o coronel Gustavo de Moraes Rego para apurar a verdade e cuidar para que os outros jornalistas convocados pelo DOI-CODI só se apresentassem com garantia. Conforme declaração do secretário de Imprensa da Presidência, o clima de confrontação existente entre o presidente e os órgãos de repressão contestadores da distensão e ligados ao Ministro do Exército Sílvio Frota. A missa de sétimo dia do jornalista reuniu milhares de pessoas na catedral da Sé em um ambiente de grande tensão, acabando por tornar-se a primeira manifestação política contra o governo. Apesar desse episódio, a ofensiva contra o PCB continuou.

Com a morte do operário José Manuel Fiel Filho pelo DOI-CODI do II Exército eclode novo confronto entre Geisel e a “linha dura” militar. O presidente viajou para São Paulo e exonerou o general Ednardo Dávila do comando do II Exército, nomeando o general Dilermando Gomes Monteiro. Essa alteração foi seguida de uma profunda mudança nos escalões intermediários, com a designação para comandos de regimentos, brigadas e divisões sediadas no II Exército de oficiais inteiramente ligados ao presidente.

No campo político Geisel enfrentava adversidades, além dos confrontos com a extrema direita também havia as contradições com a oposição. O AI-5 voltou a ser usado para casar mandatos e suspender direitos políticos. Mesmo assim, em discurso pronunciado em 1/3, Geisel reafirmou seu projeto de abertura e garantiu a realização das eleições municipais previstas para 15 de novembro. Porém a “lei Falcão” reduziu a propaganda política no rádio e na televisão a níveis mínimos. A morte do ex-presidente JK desencadeou forte emoção no país e levou Geisel a decretar luto oficial por três dias, primeira homenagem que um governo pós-64 presta a um político cassado. Com a aproximação das eleições municipais, Geisel lançou pessoalmente apoio a campanha arenista. O MDB venceu o pleito em várias concentrações urbanas, no entanto o partido governista compensou esse resultado com a vitória no interior e nas cidades pequenas.

As dificuldades econômicas e o prosseguimento da política de distensão contribuiriam para o acirramento das divergências dentro do primeiro escalão do governo. No plano político, começaram a aparecer publicamente os problemas entre o presidente e o ministro do exército, que chegou a afirmar que os caminhos traçados pela revolução estavam sendo esquecidos.

Em 30/3/77, o anteprojeto elaborado pelo governo sobre a reforma do judiciário foi levado à votação no Congresso e não conseguiu a votação necessária. Geisel reuniu o Costa e Silva depois anunciou o recesso do Congresso Nacional, pelo Ato Complementar nº 102, acusando o MDB de "minoría ditatorial". Em dois de Abril o MDB divulgou nota oficial repelindo as acusações do presidente. Durante os 14 dias que o Congresso esteve fechado, o presidente decretou a reforma do judiciário além de uma série de medidas de grande alcance político conhecido como "pacote de abril". Em junho, Geisel voltou a usar o AI-5 para casar os mandatos de deputados que criticavam o regime. Durante todo o primeiro semestre de 1977, entidades civis e setores sociais ampliaram sua atuação a favor da anistia e de outras reivindicações democráticas.

A candidatura do ministro do Exército continuou sendo articulada durante o ano de 1977. Para barrar sua candidatura Geisel demite Frota e nomeia outro linha dura para o ministério do Exército. Em discurso pronunciado para as principais lideranças da Arena em 1º de dezembro de 1977, Geisel reafirmou a continuidade do projeto político e admitiu a substituição dos mecanismos excepcionais do AI-5 por "salvaguardas constitucionais" capazes de garantir a segurança nacional. No dia 31/12/77, Geisel comunicou a o general Figueiredo que o indicaria como seu sucessor. No entanto, essa escolha não foi bem recebida tanto no meio civil quanto no militar. No dia 5 /1 Geisel formalizou a indicação da chapa Figueiredo-Aureliano Chaves, afirmando que procurou pessoas que seriam capazes de *“levar adiante o processo de institucionalização e eliminar as leis de exceção vigentes no país.”*

Preocupado em consolidar a indicação, Geisel necessitava que o Alto Comando do Exército incluísse o nome de Figueiredo em primeiro lugar na lista de generais-de-divisão que poderiam receber a quarta estrela, condição importante para aumentar o respaldo militar do candidato. Em 31 de marco, por seis votos a quatro, Geisel promoveu Figueiredo a general-de-exército.

Além das contradições internas ao regime, Geisel tinha de enfrentar o crescimento da luta pela anistia, apoiada por importantes setores da sociedade, bem como o fortalecimento da oposição. O desafio seguinte foi as eleições de 15 de novembro para a renovação das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado. Geisel participou intensamente na campanha da ARENA. A oposição venceu na soma total de votos para o Senado e permaneceu majoritária nos principais estados, levando o vice presidente eleito a alertar Geisel de que uma nova correlação de forças despontava no Congresso.

A última medida política de grande impacto do Presidente Geisel foi a extinção do AI-5, decretada em 31/12/78, confirmando a disposição de Geisel em revogar os atos institucionais até o final de seu mandato. Em 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu a presidência dando continuidade a política de “*distensão lenta, gradual e segura*”.

No período seguinte, Geisel passou a evitar pronunciamentos públicos, depois de um período de descanso dedicou-se a atividades na iniciativa privada, mantendo discreta atuação política. Com a extinção do bipartidarismo e a reorganização partidária subsequente, Geisel tornou-se fundador do Partido Democrático Social. Em junho de 1980, assumiu a presidência de uma empresa privada na área de química fina, a Norquisa.

Pouco tempo depois, começou a romper seu isolamento e até final da década de 1980 ocupou papel importante no cenário político com suas opiniões e posicionamentos em torno de temas suscitados pelo processo de transição democrática.

Geisel apoiou a criação do partido da Frente Liberal e estimulou Aureliano Chaves para assumir a liderança do partido. Aureliano era um dos membros do chamado “grupo Geisel” alojado no governo Sarney, tendo em vista a influência do ex-presidente sobre o governo e a presença de vários de seus amigos considerados fiéis no ministério e em cargos de segundo e terceiro escalão.

Diante da divulgação de um documento de Figueiredo pela Associação Brasileira de Defesa da Democracia, que segundo a *Folha de S. Paulo*, congregava a “linha dura” dos militares contra o governo Sarney, Geisel defendeu abertamente a união do PFL em torno do Presidente da República, sendo que este apoio era fundamental para uma transição democrática sem sobressaltos.

No encerramento do Seminário Internacional da Indústria Petroquímica, Geisel defendeu a retirada progressiva e gradual do Estado em áreas que deveriam ser reservadas à iniciativa privada. Em 1989, a ida de Lula para disputar o segundo turno com Collor preocupou Geisel, que acreditava ser prematura a vitória de um partido pertencente a esquerda radical e antevia problemas de governabilidade em caso de vitória do candidato petista. Por ocasião do plebiscito realizado em abril de 1993 sobre a forma de sistema de governo, Geisel defendeu o presidencialismo, por sua coerência do o sistema federativo. A partir de 1994, o estado de saúde foi ficando delicado, vindo a falecer no dia 12 de setembro de 1996.

Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981)

Nasceu em Fortaleza, Realengo de 1927 a 30, engenharia. Segundo-tenente em 30, foi designado para dirigir as obras de construção da estrada Macapá-Clevelândia, no Amapá. No caminho adere a Rev. de 30 intendendo-se com Juarez Távora e sendo comissionado tenente-coronel, na coluna comandada por Juraci Magalhães e Agildo Barata. Com Governo Provisório, em 1931 foi nomeado subcomandante da BM de Pernambuco e promovido a primeiro-tenente. Ingressa no Clube 3 de Outubro. Comandando o 3ª Batalhão da Brigada Militar de Pernambuco, Albuquerque Lima participou das ações em combate aos revoltosos constitucionistas de 1932. Em 1934 Albuquerque Lima foi contra a promulgação da nova Constituição, qualificando-a como “uma defesa dos interesses dos grupos econômicos de São Paulo” e tb foi promovido a capitão. Em 35 participou da repressão ao levante da ANL.

EsAO em 1937, opôs-se ao golpe que, em 10 de novembro e deixou o subcomando da Brigada Militar de Pernambuco e, em 1939, foi deslocado para o interior do Paraná, com a missão de dirigir a construção da estrada de Joinville-Curitiba. Em 1941, retornou ao Rio e em 1942 foi promovido a major.

Depois de ter feito, no início de 1944, o curso de instrução de oficiais da Engineer School, em Fort Belvoir, nos EUA, integrou a FEB.

Fez oposição ao Estado Novo e foi favorável ao golpe que destituiu Vargas. Em 1947 foi promovido a tenente-coronel, tendo cursado a EEM de 1947 a 49. Coronel em 1953 foi nomeado comandante do 2ª Batalhão Rodoviário, em Lajes. Em 1954 assinou o Manifesto dos Coronéis. Em 55 opôs-se ao movimento da Lott e foi afastado do comando do 2ª Batalhão Rodoviário. Até 1956 exerceu a chefia da Divisão de Planejamento e Coordenação da Diretoria Geral de Engenharia e Comunicação do Exército e em 1958 passou a comandar o 1ª Grupamento de Engenharia e Construção, em João Pessoa. Envolveu-se na conspiração que preparou a Revolta de Aragarças, de dezembro de 1959 em protesto contra os rumos políticos do governo Kubitschek. No entanto, foi contrário a deflagração do levante, por considerar segura a vitória de Jânio à presidência da República, em outubro de 1960.

Em 1959 e 60, representou as forças armadas no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, assumindo desde essa época, posições que o caracterizavam como intransigente e nacionalista, com grande ascendência sobre a oficialidade jovem do Exército. Ainda em 1960, fez o curso de treinamento em problemas do desenvolvimento econômico, promovido pela Cepal e participou da criação da Sudene. Em fevereiro de 1961, assumiu o cargo de diretor geral do Departamento de Nacional de Obras contra as Secas e coordenou os serviços de assistência às vítimas das enchentes ocorridas em 1960 e 1961 no Nordeste.

Em novembro, após a renúncia de Jânio, Albuquerque Lima retornou à tropa. Chefiou o Gabinete do Departamento de Provisão Geral do Exército em 1962 e 1963 e nesse último ano, cursou a ESG. Participou da conspiração de 64 e como chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG, foi um dos responsáveis pela adesão dessa unidade ao movimento.

No Governo Castelo Branco foi nomeado interventor na Rede Ferroviária Federal. Exerceu essa função até obter sua promoção a general-de-brigada, em julho. Em 1965, assumiu a chefia do EM do I Exército, no Rio.

A proximidade das eleições estaduais inflamou os ânimos dos jovens oficiais da “linha dura” que, liderados por Albuquerque Lima, congregaram-se na Liga Democrática Radical (Líder) e passaram a pressionar para obstar o processo eleitoral.

O resultado das eleições de 3 de outubro, dando vitória aos candidatos da oposição na Guanabara e em Minas, somado ao retorno de Kubitschek de seu exílio na França, motivaram uma conspiração militar para depor Castelo Branco. Albuquerque Lima participou do movimento dos militares que ficaram de prontidão no dia 5 de outubro. A situação de ruptura chegou a tal ponto que o próprio ministro da Guerra, Costa e Silva, foi à Vila Militar conchamar os oficiais sublevados a permanecerem calmos.

Com o AI-2, a Líder foi dissolvida e os oficiais que dela participavam foram removidos de suas unidades. Albuquerque Lima foi transferido para o sul, assumindo o comando da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana. Em março de 1966, foi promovido a general-de-divisão e nomeado diretor-geral das Vias e Transportes do Exército, ocupando, em seguida, o cargo de diretor-geral de Engenharia e Comunicações, que permaneceu até 1967.

Na disputa sucessória de Castelo Branco os nomes indicados pelo presidente – Cordeiro de Farias e Juarez Távora – não foram aceitos pela oficialidade jovem, que, sob a

liderança de Albuquerque Lima, impôs a candidatura de Costa e Silva. Albuquerque Lima assume o Ministério do Interior de Costa e Silva com a meta principal de incentivar o desenvolvimento do Nordeste e Amazônia.

O desempenho das funções ministeriais não impediu que Albuquerque Lima continuasse a atuar nos círculos militares e influir no conturbado quadro político que caracterizou o segundo ano de governo de Costa e Silva. Em janeiro de 1969, Albuquerque Lima demitiu-se do Ministério do Interior, por discordar da política econômica defendida pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. Assim, em abril Albuquerque Lima assumiu a chefia da Diretoria Geral de Material Bélico.

Com a doença de Costa e Silva e capitalizando a crescente insatisfação da oficialidade através de um programa autoritário formulado na Doutrina nacionalista da revolução brasileira, Albuquerque Lima se impôs como candidato desses setores das forças armadas, com apoio público de 200 oficiais da Vila Militar e das demais armas.

Assim, os militares dividiam-se entre a candidatura de Albuquerque Lima, e a tendência dos oficiais mais antigos, preocupados com a possibilidade de que a vitória da ala nacionalista e radical destruísse a hierarquia de comando e afastasse o apoio das comunidades financeiras paulista e internacional, que temiam a adoção de uma linha peruana no Brasil.

Na consulta junto às forças armadas, Albuquerque Lima recebeu expressiva votação na Marinha e na Aeronáutica, porém no Exército, foi suplantado por Médici, Orlando Geisel e Murici, ficando na frente apenas de Ernesto Geisel. Diante das contestações prevaleceu o critério de antiguidade, garantindo a Médici a vitória.

Em 1971 foi transferido para a reserva no posto de general-de-divisão. Dedicou-se a partir daí a iniciativa privada, tornando-se diretor-presidente da Confecções Sparta e Sparta Nordeste e vice-presidente da União de Empresas Brasileiras.

Golberi do Couto e Silva (1911-1987)

Nasceu em Rio Grande. Realengo de 1927 a 30, logo depois foi indicado para servir no 9ºRI em Pelotas. Transferido para a 6ª Brigada de Infantaria Em 31 é promovido a 1º tenente. Capitão em 1937, foi deslocado para a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1941 ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército, concluindo em 1943, quando foi designado para o estado-maior da 3ªRM, em POA. Em 1944 estagiou em Fort Lavenworth quando a FEB já combatia na Itália. Após o término do curso, seguiu para *front* como oficial de informações.

De volta ao Brasil, Golberi serve como oficial da seção de operações da 3ªRM. Em maio de 1946, retornou ao Rio, indicado para servir na EME. Como major foi transferido para o Estado-Maior Geral (mais tarde se tornou o EMFA), permaneceu ali até 1947, quando foi enviado ao Paraguai, na Comissão Militar Brasileira de Instrução, permanecendo ali até 1950, quando retornou ao EME como adjunto da seção de Informações. Foi promovido a tenente-coronel, em 1951. E, em março de 1952 passou a adjunto do Departamento de Estudos da ESG. Em suas novas funções, Golberi encontrou condições favoráveis para impulsionar suas teses, que condicionavam à segurança nacional o êxito de um projeto global de desenvolvimento, em cujas tarefas o Estado deveria associar-se à iniciativa privada mediante o apoio intermediário de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de “objetivos nacionais permanentes”. Essas teses viriam a constituir-se na essência do programa da ESG.

Participou ativamente da oposição militar a Vargas e foi um dos redatores do Manifesto dos Coronéis. Após o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, Golberi aprofundou seus vínculos com o grupo militar que se opunha a candidatura de JK à presidência, lançado pelo PSD. O inconformismo militar alimentado pela ESG agravou-se quando o PTB ratificou a indicação de Goulart para vice. Com a vitória, um movimento político-militar foi iniciado para impedir a posse dos eleitos, e nele estava Golberi que foi preso por 8 dias. Coronel 1956 foi transferido para o EME onde passou a chefiar a seção de operações do EMFA.

Intimamente ligado ao grupo militar anti Lott, que tinha como líderes no Exército Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias, Golberi fortaleceu suas afinidades com a área política que propiciou a eleição de Jânio Quadros em 1960 para à presidência da República. Com a posse de Jânio, assumiu as funções de chefe de gabinete da secretaria geral do Costa e Silva, tornando elemento de confiança pessoal do novo presidente. Com a renúncia de Jânio, a posse de Jango foi vetada pelos ministros militares que divulgaram um manifesto redigido por Golberi, no qual expunham a razão dessa atitude. No mesmo mês da posse de Goulart, Golberi pediu transferência para a reserva, adquirindo a patente de general-de-divisão. Durante o governo Goulart foram criadas pelo empresariado entidades que defendiam a iniciativa privada e contrapunha-se à onda nacionalista que prosperava na época. Algumas dessas entidades ingressaram de forma ativa no trabalho conspiratório contra o governo, como o IPÊS, tendo à frente o general Golberi. Além da propaganda, o IPES intervinha nos processos eleitorais. Assim, Golberi foi enviado a Recife para acompanhar de perto a campanha. Além disso, Golberi contava com todo um esquema de escuta telefônica, que permitia o envio semanal de relatórios dando conta dos resultados das escutas. Esses relatórios de maneira geral concluíam pela cumplicidade do governo na desagregação da disciplina hierárquica das forças armadas e apareciam com frequência nos escaninhos dos quartéis, atingindo a maioria da oficialidade. O esquema de Golberi incorporou uma boa parte dos oficiais que tiveram mais tarde destaque nos cursos da ESG e uma de suas missões era a conquista dos generais considerados “tradicionalistas”, entre eles, Justino Alves Bastos, Amauri Kruel e Olímpio Mourão Filho.

Depois do afastamento de Goulart em 1964 criou-se o SNI, tendo por “finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança nacional”. Tendo como primeiro chefe, que teria honras de ministro de Estado, o general Golberi. A criação do SNI foi muito criticada pela oposição, que associava suas finalidades à propaganda, doutrinação, espionagem e delação. Castelo rebatia essas acusações declarando que o objetivo era manter o governo melhor informado a respeito do que se passava no país. Em seguida à entrada em atividade do SNI, os processos de cassações de mandatos e suspensões dos direitos políticos, com base nos atos institucionais, passaram a resultar de investigações em sugestões do novo órgão. O SNI foi elemento importante da vitória do deputado mineiro Olavo Bilac Pinto, que retirou a presidência da Câmara do deputado Ranieri Mazzilli, que era cogitada pelo governo Castelo. O político que mais atacou o SNI e seu titular foi o governador udenista Carlos Lacerda, provável candidato a sucessão de Castelo. No entanto ele percebeu que sua candidatura não era bem vista pelos líderes do militares do novo regime e atribuía esse desgaste de sua candidatura a Golberi. Ao se aproximar o final do mandato de Castelo, Golberi, juntamente com Geisel e Cordeiro de Farias, opôs-se a candidatura de Costa e Silva. Depois de entregar o SNI a Médici, Golberi assumiu as funções de ministro do tribunal de Contas da União (TCU) em 67.

Ao se afastar do TCU em 1969, Golberi mergulhou novamente em articulações políticas com vistas à indicação do general Geisel para a sucessão de Médici, sem deixar entretanto de conciliar esse esforço com a participação na iniciativa empresarial privada. A preocupação em fazer de Geisel sucessor de Médici demonstrava que seu principal objetivo era trazer de volta para o poder os remanescentes do antigo grupo castelista do Exército. Essa articulação era facilitada pela presença de Orlando Geisel no Ministério do Exército. Uma das presenças constantes na preparação do governo Geisel foi de Golberi, que certamente influenciou na escolha dos ministros e dos diretores de empresas estatais, das assessorias e dos titulares do segundo escalão da administração direta. Golberi assume a Casa Civil. Golberi era o primeiro homem do governo a avistar-se com Geisel a cada dia.

Apesar da discricção, era importante articulador político e do processo de distensão.

A ação de Golberi apareceu com mais destaque no primeiro e segundo semestre de 1977, na edição do “pacote de abril” e pulverização da candidatura do Ministro do Exército à sucessão de Geisel, que vinha sendo articulada por alguns círculos civis e militares.

Em fins de 1977 uma crise entre Geisel e seu ministro da Exército, Sílvio Frota, exigiu de Golberi novos esforços e agilização de seus engenhos de manipulação política. Geisel já havia declarado a seu círculo de colaboradores políticos mais íntimos, a preferência por Figueiredo para a sucessão presidencial e segundo muitos analistas políticos, por trás dessa preferência pairava a influência de Golberi. No entanto, o general Frota não se conformava com essa escolha, sendo assim mobilizou na Câmara um grupo de parlamentares, que passaram a desenvolver um intenso proselitismo que ultrapassava a área do Congresso. Golberi percebeu que havia um grave risco de se repetir o episódio de 1966, quando Costa e Silva, ministro do Exército, forçou Castelo Branco a aceitar sua candidatura, afastando o grupo da ESG. Assim Golberi foi o inspirador do plano preparado para exonerar o general Frota. A defesa da DSN era uma das preocupações básicas de Golberi, que procurava negar sua analogia com os objetivos dos Estados totalitários.

Ao assumir Figueiredo mantém Golberi na chefia do Gabinete Civil. Sua maior realização foi a reformulação do quadro partidário brasileiro. O episódio do Rio Centro foi um importante desafio à posição de Golberi em favor da abertura política. Em agosto de 1981 Golberi deixou subitamente o Gabinete Civil, sendo na época levantadas várias hipóteses para explicar sua demissão, uma dessas hipóteses era sua posição contrária as atitudes e opiniões do ministro da Fazenda Delfim Neto, como prevaleceu as opiniões de Delfim, Golberi solicitou sua demissão, alegando motivos pessoais. Dias depois, a convite do banqueiro Edmundo Soffitier, integrou o conselho administrativo do Banco da Cidade de SP, em Brasília, onde instalou seu gabinete e passou a receber políticos, militares e empresários. Em 1984 declarou apoio a candidatura de Paulo Maluf. Exercia as funções de conselheiro político do deputado Paulo Maluf, mas após sua derrota voltou a afastar-se da política e do noticiário.

Anexo 2: Resenhas biográficas do grupo de controle

LADÁRIO TELES (1900-1964)

Nascido em Alegrete (RS). Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e sentou praça em fevereiro de 1919. Declarado a aspirante-a-oficial da arma de cavalaria em janeiro de 1922, segundo-tenente em abril do mesmo ano e a primeiro-tenente em 1923. Nesse mesmo ano fez uma viagem de estudos à França, retornando ao país para servir como instrutor da Escola de Cavalaria. Promovido a capitão em novembro de 1932, a major em agosto de 1940 e a tenente-coronel em dezembro de 1944, exerceu em 1946 o comando do 1º Regimento de Cavalaria. Em dezembro de 1950 atingiu o posto de coronel, passando a servir em 1952 na Diretoria Geral de Ensino do Exército, no Rio de Janeiro. Em 1955 assumiu o comando do CPOR, sendo promovido em agosto seguinte a general-de-brigada.

Em agosto de 1961, então comandante do Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs), manifestou-se favorável à posse do vice-presidente João Goulart em virtude da renúncia do presidente Jânio Quadros. Juntamente com mais seis generais também favoráveis à posse de Goulart - entre eles Osmino Ferreira Alves e Amauri Kruehl - pediu ao general João Segadas Viana que transmitisse ao ministro da Guerra a decisão do grupo de acatar a resolução do Congresso. Por essa atitude foi afastado do comando do GUEs, voltando ao cargo uma vez superada a crise político-militar.

General-de-divisão em 1962, foi nomeado comandante da 4ª RM, sediada em Juiz de Fora. Em agosto do ano seguinte assumiu o comando da 1ª RM, com sede no Rio de Janeiro. Em março de 1964, tentou assegurar o apoio militar ao governo, recomendando ao presidente Goulart uma série de medidas para deter a conspiração nos quadros do Exército.

Em 31 de março de 1964, foi nomeado comandante do III Exército. Passou o comando da 1ª RM ao general Almeida de Moraes, ordenando a imediata prisão do general Castelo Branco, o que acabou não se efetivando. Em 1º de abril, ao tomar conhecimento da adesão das tropas paulista e catarinense ao golpe, determinou a mobilização das forças fiéis ao governo. Em contato com o presidente da Petrobrás, marechal Osmino Ferreira, solicitou a remessa de gasolina e óleo para suas tropas. Diante da negativa do governador gaúcho ao pedido de requisição da Brigada Militar do estado, enviou novo ofício a Meneghetti, solicitando a cessão das tropas estaduais, ao mesmo tempo em que fazia irradiar uma proclamação à Brigada Militar. Na tarde desse mesmo dia, comunicou-se com o general Argemiro Assis Brasil, afirmando que dispunha ainda de meios para resistir. Logo em seguida comunicou o mesmo a Goulart. Ainda nessa tarde, recebeu o comandante da Brigada Militar gaúcha, tendo este afirmado que não poderia colocar-se ao lado do III Exército em virtude de seus compromissos com o governador do estado e que só o faria mediante decreto presidencial.

Na madrugada de 2 de abril reuniu-se em Porto Alegre com alguns generais, o deputado Brizola e o presidente. Os militares presentes pronunciaram-se contra qualquer resistência, no que foram contestados por Brizola e pelo próprio Ladário. Diante da oposição de Goulart, contrária à resistência, resolveu então determinar as providências relativas à viagem do presidente para o exterior e encerrar suas funções no comando do III Exército.

No dia 11 de abril de 1964 foi transferido para a reserva com base no AI-1. Foi reformado por decreto de setembro de 1964.

Em sua carreira militar foi ainda adido militar brasileiro no Paraguai, comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, sediada em Bagé (RS), e diretor do

Departamento de Produção do Exército. Possuía curso da Escola de Cavalaria de Saumur, na França, tendo integrado a Comissão Especial para Assuntos do Petróleo.

ESTILLAC LEAL (1893-1955)

Nasceu no Rio de Janeiro, filho de um oficial do Exército que alcançou o posto de marechal. Em 1905 ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sentou praça em janeiro de 1912 no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, atual Regimento Floriano, ingressando em seguida no Realengo. Declarado aspirante-a-oficial em abril de 1915, foi promovido a segundo-tenente em fevereiro de 1917 e a primeiro-tenente em junho de 1919. Durante esse período especializou-se nas armas de infantaria, cavalaria e artilharia através de cursos mantidos dentro da própria Escola Militar do Realengo. Ainda em 1919 matriculou-se na EsAO.

Apoiou discretamente o levante do forte de Copacabana, tanto que dois meses depois foi promovido a capitão. Após a derrota do movimento, as articulações revolucionárias entre a jovem oficialidade prosseguiram e Estillac foi um dos encarregados das articulações em SP, por estar servindo no quartel-general do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª RM.

Em 1924, juntamente com Joaquim Távora, Estillac comandou o ataque ao bloco de quartéis da estação da Luz, seguindo depois para organizar o bloqueio dos Campos Elísios, quando foi informado que o presidente do estado se havia retirado com todo o secretariado para Moji das Cruzes. Com a decisão de sair de São Paulo e integrar as tropas com as tropas gaúchas, Estillac, comissionado ao posto de tenente-coronel, agora comandava as tropas de ataque que abriam caminho para Iguaçu. Como as forças gaúchas não chegaram a tempo, os revolucionários tiveram que se render. Doente, Estillac refugiou-se na Argentina.

Desiludidos com a posse de Washington Luís, os oficiais exilados no Prata, por inspiração de Estillac, organizaram-se militarmente para invadir o RS. Estillac entrou por Santa Rosa em 24 de dezembro de 1926. A resistência encontrada, porém, foi bem superior à capacidade ofensiva dos revolucionários, obrigando-os a recuar. Estillac enfrentou os contingentes de Flores da Cunha no combate de Seival, onde foi preso, mas conseguiu evadir-se, retornando à Argentina. De 1927 até 1930, enquanto conspirava, Estillac dedicou-se à leitura das obras de Pio Barojas, intelectual socialista espanhol.

Na revolução de 30 Estillac foi encarregado das operações e comissionado na patente de tenente-coronel. Juntamente com João Alberto, participou do assalto ao morro do Menino Deus. Chegando ao Rio de Janeiro na vanguarda das forças revolucionárias, Estillac se viu iniciar o Governo Provisório de Getúlio Vargas e passou a servir no gabinete do ministro da Guerra. Teve discreta participação no Clube 3 de Outubro.

Promovido a major em abril de 1932 assumiu no mês seguinte a chefia de Material Bélico da 1ª RM, em operações contra a Revolução Constitucionalista. Promovido a tenente-coronel em abril de 1933, em junho assumiu o comando do 1º Grupo de Obuses, na capital federal. Em maio de 1938 foi promovido a coronel e comandou, de julho desse ano até janeiro de 1939 o 1º Regimento Misto de Artilharia de Dorso em Campo Grande. Em junho de 1939 foi indicado para estagiar na Escola de

Aeronáutica Militar, passando em seguida, também como estagiário, pelo Batalhão Vilagran Cabrita e pelo Centro de Instrução Motomecanizada. Em julho do ano seguinte é aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, curso que conclui em novembro de 1942.

De janeiro a março de 1943 comandou o 7º RI em Recife, sendo promovido a general-de-brigada em abril daquele ano. Transferiu-se em seguida para Natal, onde comandou a guarnição da cidade de maio de 1943 até maio do ano seguinte. Em julho foi enviado para Cruz Alta (RS) comandar a Artilharia Divisionária da 3ª RM. Apoiou a campanha popular pró-constituente com Vargas.

Foi promovido a general-de-divisão em outubro de 1946. De novembro seguinte a janeiro de 1949 comandou em Santa Maria (RS) a 3ª Divisão de Infantaria. Em abril foi nomeado comandante da 5ª RM e 5ª DI em Curitiba, deixando o posto em outubro para tomar posse, em novembro, no comando da Zona Militar Sul.

Eleito presidente do Clube Militar em maio de 1950, licencia-se dessa função em fevereiro de 1951, quando assume o Ministério da Guerra. Convidado pelo governo de Washington, visitou os EUA em maio. Em março de 1952 é substituído no cargo de ministro da Guerra. Candidata-se à reeleição no Clube Militar, mas é derrotado nas eleições em maio.

Em abril de 1954 foi nomeado comandante da Zona Militar Centro onde permaneceu até setembro. Logo após foi nomeado inspetor-geral do Exército. .

JAIR DANTAS RIBEIRO (1900 – 1969)

Nasceu em São José do Mipibu (RN) no dia 11 de dezembro de 1900, tendo sido órfão de pai e mãe desde cedo.

Em janeiro de 1918 sentou praça na 4ª Campanha de Estabelecimentos, matriculando-se meses depois na Escola Militar do Realengo, que o declarou aspirante-a-oficial em janeiro de 1921. Promovido a segundo-tenente em maio desse mesmo ano, ainda em 1921 serviu no 10º RI em Juiz de Fora, e em 1922 no 1º RI, na Vila Militar do Rio de Janeiro. No final de outubro de 1922 foi promovido a primeiro-tenente, sendo designado a seguir instrutor da Escola de Sargentos de Infantaria, também no Rio.

Participou da Revolta de 5 de julho de 1924, em São Paulo, mas não se aliou à ala radical, voltando às fileiras do Exército ao fim da mesma.

Saiu da Escola de Sargentos de Infantaria em março de 1927 para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que deixou em dezembro. Entre 1928 e 1930 foi ajudante-de-ordens do ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. Serviu no 5º RI, sediado em Lorena (SP), de fevereiro de 1931 a março de 1932, quando foi promovido a capitão. Ainda neste último ano matriculou-se na Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro. No ano seguinte estagiou no EME e, ainda em 1935, passou a servir em Bagé (RS). De janeiro a março de 1936 atuou como adjunto do gabinete da Secretaria do CSN, sendo promovido a major em dezembro de 1937. A partir desse ano ficou à disposição da 4ª Seção (logística) do EME e, de 1938 ao ano seguinte, serviu no 10º RI, em Belo Horizonte, onde foi subcomandante do regimento.

Em 1939 foi incumbido de dirigir a Parada da Mocidade. Entre esse ano e 1942 voltou à Escola de Estado-Maior como instrutor adjunto do curso de infantaria e instrutor-chefe de tática de infantaria. Ainda nesse período foi chefe de 3ª Seção

(operações) da Secretaria do CSN, onde permaneceria até julho de 1943. Em 1942 foi nomeado secretário-geral da Juventude Brasileira, entidade que não chegou a funcionar.

Promovido a tenente-coronel em abril de 1943, entre esse ano e 1944 foi comandante do 30º Batalhão de Caçadores, em Fernando de Noronha, ocupando também entre janeiro e abril de 1944 o comando do Destacamento Misto e o governo do território. Logo após, retornou à Secretaria do CSN, chefiando a 1ª e 2ª seções. Promovido a coronel em setembro de 1945, deixou a Secretaria do CSN em janeiro de 1946 para assumir a chefia do gabinete de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, função que exerceu até dezembro seguinte. Desse mês até fevereiro de 1947 comandou a Escola de Instrução Especializada. Ao deixar essa escola tornou-se comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Deixou essa instituição em abril de 1952 para assumir a chefia do gabinete do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Promovido a general-de-brigada em agosto do mesmo ano, em janeiro de 1953 foi designado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), onde exerceu também as funções de diretor de ensino e de diretor de instrução. Saiu da AMAN em maio de 1955 e, de abril desse ano a janeiro do ano seguinte, foi diretor de Armamentos do Exército, assumindo nesse último mês o comando do Núcleo de Divisão Blindada, no Rio.

Em fevereiro de 1957 foi designado chefe do estado-maior do I Exército, no Rio, de lá saindo em maio do ano seguinte para assumir o comando da 1ª DI e da guarnição da Vila Militar. Promovido a general-de-divisão em agosto seguinte, deixou a 1ª DI em abril de 1961. Em outubro passou a ocupar o comando da 1ª RM, no Rio. Em março de 1962 foi nomeado executor da medida de intervenção na Companhia Telefônica Brasileira, passando o cargo em junho. Ainda nesse mês foi promovido a general-de-exército e designado para assumir o comando do III Exército, em Porto Alegre. Deixou o comando do III Exército em 15 de junho de 1963, assumindo, no mesmo dia, o Ministério da Guerra. Deixou o Ministério em virtude do movimento político-militar de 31 de março de 1964. Em junho de 1964 teve seus direitos políticos cassados e foi transferido para a reserva. Mais tarde, foi reformado no posto de general-de-exército.

HENRIQUE CORDEIRO OEST (1902 - 1982)

Nasceu no Rio de Janeiro no dia 17 e fevereiro de 1902.

Sentou praça em março de 1922, ingressando no curso de infantaria da Escola Militar do Realengo. Pouco depois, participou da Revolta de 5 de julho de 1922, tendo sido expulso da Escola Militar por isso. Por ocasião da Revolução de 1930, atuou como civil junto ao 3º Regimento de Infantaria. Em novembro desse ano foi comissionado primeiro-tenente. Pouco depois, tornou-se membro do Clube 3 de Outubro. Participou, junto às forças governistas, do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, comandando uma companhia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da qual era instrutor. Em março de 1933 foi efetivado no posto de primeiro-tenente e, em outubro do ano seguinte, chegou a capitão.

Foi um dos signatários da ata de fundação da ANL, fundada em março de 1935. No dia 5 de julho abriu o comício da ANL no Rio de Janeiro descerrando a bandeira nacional que cobria o retrato de Luís Carlos Prestes. A ANL foi fechada no dia 11 seguinte e, ainda no mês de julho, em decorrência de sua participação no comício, Oest

teve sua prisão decretada por 20 dias e foi afastado de qualquer cargo militar em áreas de potencial político. Participou também da Liga da Defesa Nacional durante o Estado Novo.

Em 1940 cursou a Escola de Armas e a Escola de Motomecanização. Em junho de 1944 atingiu o posto de major e, em novembro do mesmo ano, concluiu o curso de estado-maior. No ano seguinte, foi designado comandante do 2º Batalhão do 6º RI, integrando a FEB.

Em dezembro de 1945 elegeu-se primeiro suplente de deputado pelo Rio de Janeiro na legenda do PCB. Depois de promulgada a Constituição e transformada a Assembléia em Congresso ordinário, ocupou uma cadeira na Câmara, em março de 1947. Ainda nesse ano, tornou-se adido à Diretoria de Recrutamento do Exército e, em janeiro de 1948 teve seu mandato cassado. Nessa ocasião foi deslocado para o comando do 2º Batalhão de Fronteiras, sediado em Cáceres (MT), sendo promovido a tenente-coronel em dezembro de 1949. Em 1950 participou da vitoriosa campanha do general Estillac Leal para a presidência do Clube Militar. Durante essa gestão (1950-1951) desenvolveu intensa atuação e escreveu artigos para a Revista do Clube Militar. Em 1951 foi transferido para o comando do 14º RI, em Jaboatão (PE), sendo afastado do cargo em agosto de 1954.

Em 1955, serviu na Inspetoria Geral do Exército. Foi transferido para o comando do 20º Batalhão de Caçadores, em Maceió, em 1956. No ano seguinte, comandou o 18º RI, em Porto Alegre, onde permaneceu até 1959, quando foi convidado a ocupar o cargo de secretário de Segurança de Alagoas. Em 1961 serviu na Circunscrição de Recrutamento de Ilhéus (BA), seu último posto militar na ativa.

Em outubro de 1962, elegeu-se segundo suplente de deputado federal por Alagoas na legenda da Coligação Democrática Nacionalista, ocupando uma cadeira na Câmara de agosto a outubro de 1963. Nesse mesmo ano pediu reforma, sendo então promovido a general-de-divisão. Em abril de 1964 exilou-se no Uruguai, onde permaneceu até 1968. Retornou ao Brasil em 1972.

OSVINO FERREIRA ALVES (1897 - 1981)

Nasceu em Itaqui (RS) no dia 11 de julho de 1897.

Após os estudos preparatórios, sentou praça na Escola Militar do Realengo em abril de 1915, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de artilharia em dezembro de 1918. Promovido a segundo-tenente em dezembro do ano seguinte, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1920 e, em janeiro de 1921, passou a primeiro-tenente. Em fevereiro de 1925 foi promovido a capitão, em fevereiro de 1933 a major, em maio de 1938 a tenente-coronel e em junho de 1943 a coronel. Nesse período cursou também a Escola de Estado-Maior do Exército.

Em janeiro de 1951 é indicado para a chefia do Gabinete Militar. Entretanto, não assumiu o posto, tendo sido em seguida nomeado comandante do 1º Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão. Promovido a general-de-brigada no mês de junho, comandou nessa condição a 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria. Em setembro de 1956 foi promovido a general-de-divisão. Nomeado, em agosto de 1958, comandante do III Exército, em Porto Alegre, chegou a general-de-exército em novembro de 1959. Em

abril de 1961 foi afastado desse cargo, assumindo no mês seguinte a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército.

Em setembro de 1961, assumiu o comando do I Exército, no Rio. Chegou a responder, em caráter cumulativo, pelo comando do III Exército durante certo período. Em agosto de 1963, deixa o comando do I Exército. Foi nomeado presidente da Petrobrás em janeiro de 1964.

Após o golpe de 1964, foi destituído da presidência da Petrobrás e preso durante alguns dias no forte de Copacabana, tendo seus direitos políticos cassados. Retirado da vida pública desde então.

SEGADAS VIANA (1899 - 1977)

Nasceu no Rio de Janeiro no dia 9 de novembro de 1899.

Sentou praça em maio de 1918 ao entrar para a Escola Militar do Realengo. Concluiu o curso em 1920. Declarado aspirante-a-oficial da arma de infantaria em janeiro do mesmo ano, em maio seguinte foi promovido a segundo-tenente, passando então a servir no 3º RI, sediado na Praia Vermelha. Em 1922, como comandante de um dos três pelotões do 2º Batalhão do 3º RI, participou dos combates contra os revoltosos do forte de Copacabana. Promovido a primeiro-tenente em outubro do mesmo ano, foi transferido para o 10º RI, com sede em Juiz de Fora. Combateu novamente a revolta tenentista de Segundo 5 de Julho em São Paulo com seu regimento. Em outubro de 1924, com a eclosão de uma terceira revolta tenentista, dessa vez no Rio Grande do Sul, Segadas Viana, no comando da 4ª Companhia do 1º Batalhão do 10º RI, partiu de Juiz de Fora em novembro para combater os rebeldes. Transferido em dezembro do mesmo ano para o 8º Batalhão de Cavalaria, no RS, exerceu a função de comandante. Participou de várias ações militares, entre as quais o combate da Ramada (RS) e a perseguição dos rebeldes até Passo Borman (RS). Em maio de 1925 regressou com seu regimento a Juiz de Fora.

Em outubro de 1925 foi transferido para o 1º RI da Vila Militar do Rio de Janeiro, onde exerceu a função de ajudante do 2º Batalhão. Em novembro, foi nomeado comandante do destacamento da Ilha Grande (RJ). Permaneceu no comando deste destacamento até março de 1926, matriculando-se em seguida na EsAO, cujo curso concluiu nesse mesmo ano. Em janeiro de 1927 ingressou na EEM do Exército, terminando o curso em dezembro de 1929. De janeiro a maio do ano seguinte estagiou na 1ª e na 4ª seções do EME, sendo ainda em maio nomeado auxiliar de instrutor de tática de infantaria da EsAO.

Com a eclosão da Revolução de 1930, deixou a escola ainda em outubro para ocupar o cargo de assistente do destacamento do general Manuel Cerqueira Daltro Filho, em operações contra as tropas rebeldes na fronteira do Rio de Janeiro com Minas Gerais. Após a vitória da revolução, regressou à EsAO, onde reassumiu as funções de instrutor. Promovido a capitão em agosto de 1931, no ano seguinte deixou novamente suas funções naquela escola para assumir a chefia do estado-maior do Destacamento Daltro Filho que combateu a Revolução Constitucionalista em julho. Serviu junto a esse destacamento até dezembro de 1932, quando regressou ainda uma vez à EsAO. Em 1933 foi nomeado instrutor de tática geral, exercendo essa função até dezembro do ano

seguinte, quando foi transferido para o EME como adjunto da 1ª Seção. Promovido a major em setembro de 1936, foi removido para o 13º RI, sediado em Ponta Grossa (PR), no qual permaneceu até maio do ano seguinte, tendo aí exercido as funções de subcomandante e de fiscal administrativo.

Nomeado chefe da 3ª Seção do destacamento de observação sob o comando do general Daltro Filho, organizado na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seguiu para Imbituba (SC), onde ficou até julho de 1937, dirigindo-se em seguida para Curitiba a fim de assumir a chefia da 2ª e 3ª seções do estado-maior da 5ª RM. Em setembro foi transferido para Porto Alegre como chefe da 3ª seção do estado-maior da 3ª RM, permanecendo no cargo até fevereiro de 1938. Assumiu em 15 de maio o subcomando do Batalhão de Guardas, permanecendo à frente dessa unidade até fevereiro de 1939. Ainda nesse mês foi nomeado chefe de Inspetoria do 2º GRM. Permaneceu nesse posto até maio de 1940, quando foi promovido a tenente-coronel. De agosto seguinte a outubro de 1941 respondeu pelo comando do 19º BC, sediado em Salvador, ocupando interinamente o comando da 6ª RM.

Na época da declaração de guerra brasileira à Alemanha e seus aliados, foi transferido para o EME, onde assumiu a chefia da 1ª subseção da 3ª seção. Promovido a coronel em abril de 1943, um mês depois foi nomeado para comandar o 6º RI (Regimento Ipiranga), sediado em Caçapava (SP), unidade designada para integrar a 1ª DIE. Entre julho e novembro deixou esse posto para estagiar nos Estados Unidos, onde fez o curso da Escola de Fort Benning. De volta ao ser regimento, reorganizou-o e instruiu-o dentro dos novos moldes. Em março de 1944 deslocou-se com o 6º RI para a Vila Militar do Rio de Janeiro, onde se concentrou toda a 1ª DIE que constituiu a FEB. Em 30 de junho seguinte embarcou com o Regimento Ipiranga para a Itália integrando o primeiro escalão da FEB. Sob sua chefia, esse regimento foi o primeiro corpo de tropa brasileiro a entrar em combate, dia 16 de setembro de 1944 no vale dos Serchio contra a 148ª Divisão Alemã. Após diversos combates, em 21 de fevereiro de 1945, a 1ª DIE tomou Monte Castelo. Uma semana depois, Segadas Viana deixou o comando de suas tropas em cumprimento à orientação ministerial.

De volta ao Brasil, em setembro de 1945 foi nomeado chefe do gabinete da Diretoria de Ensino do Exército, permanecendo no cargo até junho de 1946, quando assumiu a chefia da 1ª seção do EME. Promovido a general-de-brigada em dezembro de 1949, foi transferido para São Paulo como comandante da Infantaria Divisionária da 2ª RM, exercendo essa função até março de 1951, quando foi nomeado secretário-geral do Ministério da Guerra. Deixou esse cargo em agosto de 1954, assumindo então o comando do Núcleo da Divisão Blindada, no Rio.

Em novembro de 1955 participou de manobras destinadas a garantir a posse do presidente eleito JK. Como comandante do NDB, ocupou com sua tropa a base aérea do Galeão.

Graduado general-de-divisão em dezembro de 1955, em janeiro do ano seguinte deixou o comando do NDB para assumir o comando da 2ª DI, em São Paulo, sendo efetivado general-de-divisão em março de 1956. Foi eleito, em maio seguinte, presidente do Clube Militar. Em junho do mesmo ano assumiu também o comando da 1ª DI e da Guarnição da Vila Militar, permanecendo no posto até maio de 1958, quando passou a chefiar a Comissão Superior de Economia e Finanças do Ministério da Guerra. Ainda neste último ano foi substituído na presidência do Clube Militar, recebendo em novembro de 1959 a patente de general-de-exército. Nomeado em março de 1960 chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, em dezembro do mesmo ano assumiu a chefia do Departamento de Provisão Geral do Exército. Permaneceu à frente daquele primeiro departamento até maio de 1961.

Com o início do novo governo parlamentarista de João Goulart, foi substituído no Departamento de Provisão Geral do Exército para integrar o primeiro gabinete parlamentarista como ministro da Guerra. Com a formação do segundo gabinete parlamentarista em junho de 1962, Segadas Viana voltou a exercer a chefia do Departamento de Provisão Geral do Exército, ali permanecendo até novembro de 1963, quando passou para a reserva como marechal.

ZENÓBIO DA COSTA (1893 - 1963)

Nasceu em Corumbá (MS) no dia 9 de maio de 1893, filho do general José Zenóbio da Costa.

Em 1905 matriculou-se no Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso em dezembro de 1911 e nesse mesmo mês sentou praça, ingressando na Escola Militar do Realengo. Realizou os cursos de cavalaria, infantaria e artilharia e em abril de 1915 foi declarado aspirante-a-oficial. Por essa época foi convocado para integrar as tropas do governo que combatiam no Sul a Revolta do Contestado. De regresso ao Rio de Janeiro, foi indicado para secretariar o 55° BC. Em julho de 1917, promovido a segundo-tenente, passou a comandar a 4ª Seção da 1ª Companhia de Metralhadoras. Em 1921 serviu na Bahia e em janeiro do ano seguinte foi promovido a primeiro-tenente, voltando então ao Rio para juntar-se à 4ª Companhia de Metralhadoras Pesadas. Na revolta de 5 de julho de 1922 tomou parte na repressão aos rebeldes.

Em 1924 servia como instrutor na Escola Militar do Realengo quando foi destacado para comandar uma coluna legalista que combatia no Sul os revolucionários que se insurgiram contra a permanência de Bernardes no poder. Colocado em 1926 à disposição do governador do Maranhão, acumulou naquele estado a chefia de polícia e o comando da Força Pública, tendo exercido ainda, durante alguns dias, as funções de prefeito de São Luís. Já no posto de capitão, ao qual foi promovido em julho de 1928, retornou ao Rio de Janeiro em meados de 1930. Comandante, entre outubro e dezembro daquele ano, da 6ª Companhia do 1º RI, aquartelado na Vila Militar, tomou posição discreta a favor do movimento revolucionário. Com a posse de Vargas, foi novamente enviado ao Maranhão para apurar irregularidades administrativas que teriam sido praticadas pelo governo de José Pires Sexto. Encerrada sua tarefa no Maranhão, foi enviado a Belém, onde permaneceu à disposição do comandante da 8ª RM. Em janeiro de 1932 foi chamado novamente ao Rio para comandar a 1ª Companhia do 3º RI. Sua atuação na Revolução Constitucionalista foi posta em evidência, assegurando sua promoção a major em agosto de 1932. Ao término dessa revolução, retorna ao Rio.

No início de 1933 assumiu o comando do 1º Batalhão do 3º RI. Entre maio daquele ano e janeiro de 1934 frequentou também os cursos da Escola de Infantaria. Quando criou-se a Polícia Municipal do Distrito Federal, Zenóbio foi convidado para comandá-la, sem prejuízo de sua condição de aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, que cursou de fevereiro de 1935 a dezembro de 1936. Nesse período participou da repressão ao movimento insurrecional do 3º RI, que se sublevou contra o governo em novembro de 1935. Também nessa época, em maio de 1936, foi promovido

a tenente-coronel. Em agosto de 1937, assumiu o comando do 8º BC, sediado em São Leopoldo.

Em 3 de maio de 1938 chegou à patente de coronel. De agosto desse ano a janeiro de 1940 comandou o 14º RI, em São Gonçalo (RJ). Daí foi transferido, em maio deste último ano, para Campo Grande, onde ficou à disposição do comando da 9ª RM até agosto seguinte. Promovido a general-de-brigada em agosto de 1941, já em outubro foi transferido para Belém com a missão de comandar a 8ª RM, onde travou conhecimento com alguns oficiais que se encontravam em Belém na qualidade de emissários do governo norte-americano para estudar a localização de futuras bases defensivas. Em março de 1943 foi exonerado daquela função e transferido para Caçapava (SP), onde assumiu no mês seguinte o comando da Infantaria Divisionária da 1ª RM. Mas já em maio foi escolhido para exercer o cargo de diretor-geral de Pessoal do Exército.

Relacionado para estagiar nos Estados Unidos, permaneceu lá de agosto a novembro de 1943. Ingressou na FEB como voluntário. Sua missão era preparar, com treinamento adequado, os efetivos de infantaria. Em março de 1944 desfilou à frente de sua tropa na Avenida Rio Branco. Dia 2 de julho de 1944 um navio norte-americano zarpu da Guanabara conduzindo o 1º Escalão da FEB, sob comando de Zenóbio, desembarcando na Itália em 16 de julho. A 6 de outubro, com a chegada de mais dois escalões da FEB, passou a comandar a Infantaria. Em 21 de fevereiro de 1945, assumindo pessoalmente a chefia de operações na frente de Monte Castelo, lançou em combate o 1º RI e ocupou a posição em 15 minutos. No dia 9 de maio, Zenóbio foi promovido a general-de-divisão e designado para representar o Exército brasileiro na Parada da Vitória realizada em Londres.

Retornando ao Brasil em julho de 1945, em junho de 1946 assumiu o Comando da 1ª DI, sediada na Vila Militar, no Rio. No ano seguinte passou a fazer parte da comissão de promoções do Exército e, em 1949, foi nomeado comandante da Zona Militar Leste. Promovido a general-de-exército em março de 1951, pede exoneração do cargo de comandante da Zona Militar Leste em março de 1952, voltando para a mesma função em setembro. Em 22 de fevereiro de 1954 assume o Ministério da Guerra. Com o suicídio de Vargas em agosto, foi exonerado do cargo, permanecendo dez meses sem comissão até ser designado, em maio de 1955, inspetor-geral do Exército. Em outubro é demitido por desobedecer a norma de conduta disciplinar de não-envolvimento de militares em questões políticas, ao defender a posse dos eleitos. Em janeiro de 1956 é designado para a chefia do Departamento Geral de Administração do Exército, permanecendo no cargo até maio de 1957, quando foi transferido para a reserva no posto de marechal.

Em 9 de janeiro de 1958 é nomeado embaixador do Brasil no Paraguai, aí permanecendo até 30 de janeiro de 1961, quando solicitou demissão. Ao retornar ao Brasil, afastou-se da vida pública.